

# Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 50 / V. 1 | Aracaju-SE | 2020



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:

**Dossiê Rememorar a  
Independência de Sergipe**

#### Editores

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)  
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

#### Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)  
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)  
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)  
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)  
Joaquim Tavares da Conceição (IHGSE e PPGED-UFS)  
José Vieira da Cruz (IHGSE e PPGH-UFAL)  
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)  
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)  
Samuel Albuquerque (IHGSE e PROHIS-UFS)  
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)  
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e NPGEU-UFS)

#### Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes (UNIRIO)  
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)  
Cristiano de Jesus Ferronato (Unit)  
Diogo da Silva Roiz (UEMS)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)  
Jaime de Almeida (UnB)  
João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)  
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Lília Moritz Schwarcz (USP)  
Lisiane Sias Manke (UFPel)  
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín,  
Argentina)  
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)  
Mara Regina do Nascimento (UFU)  
Maria Emília Porto (UFRN)  
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)  
Martha Campos Abreu (UFF)  
Mauro Passos (PUC-MG)  
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)  
Peter Burke (Cambridge University)  
Regina Célia Gonçalves (UFPB)  
Roger Chartier (Collège de France)  
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)  
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa  
Página 5 Serviços Editoriais  
Débora Santos Santana  
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo  
Heli Natã Alcântara Silva

Brasão da capa  
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Selo de comemoração da edição nº 50 da revista  
Jeane de Santana

#### Diagramação



[www.editoracodice.com.br](http://www.editoracodice.com.br)  
[editora.codice@gmail.com](mailto:editora.codice@gmail.com)

Jeane de Santana  
Débora Santos Santana

#### APOIO



# Revista de IHGSE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 50

VOLUME 1:

Dossiê Rememorar a Independência de Sergipe

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

---

---

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe [recurso eletrônico] /  
IHGSE. – Vol. 1, n.50 (2020)- . – Aracaju, SE : O Instituto, 1913-

Anual

Dossiê Rememorar a independência de Sergipe

e-ISSN 2446-4856

1. Sergipe - História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

CDU 94(813.7)(05)

---

---

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



# Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,  
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

*Fundado em 6 de agosto de 1912*

## PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe  
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe  
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe  
Desembargador Cezário Siqueira Neto

## DIRETORIA

Presidente  
Agláé D'Ávila Fontes

Primeira Vice- Presidente  
Tereza Cristina Cerqueira de Graça

Segundo Vice-Presidente  
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário- Geral  
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário  
Paulo Amado Oliveira

Segundo Secretário  
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Orador  
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro  
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro  
Lourival Santana Santos

Diretora do Arquivo e da Biblioteca  
Rosângela Soares de Jesus

Diretora do Museu e da Pinacoteca  
Verônica Maria Meneses Nunes

## QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários  
Jackson da Silva Lima  
Josué Modesto dos Passos Sobrinho

Sócios Beneméritos  
Antonio Carlos Valadares  
Edvaldo Nogueira Filho  
João Alves Filho  
João Gomes Cardoso Barreto  
José Carlos Mesquita Teixeira  
Luiz Eduardo de Magalhães  
Maria do Carmo Nascimento Alves  
Itamar Freitas de Oliveira  
Verônica Maria Meneses Nunes  
Gilton Feitosa Conceição  
José de Oliveira Junior  
Francisco Guimarães Rollemberg

Sócios Efetivos  
Agláé D' Ávila Fontes  
Adailton dos Santos Andrade  
Afonso Barbosa de Souza  
Albano do Prado Pimentel Franco  
Amâncio Cardoso dos Santos Neto  
Ana Conceição Sobral de Carvalho  
Ana Maria do Nascimento Fonseca Medina  
Anita Rocha Paixão Soutelo  
Anselmo de Oliveira  
Antônio Carlos dos Santos  
Antônio Porfirio de Matos Neto  
Antônio Carlos Sobral de Souza  
Antônio Francisco de Jesus Saracura  
Antônio Lindvaldo Souza  
Antônio Samarone de Santana  
Arionaldo Moura Santos  
Beatriz Góis Dantas  
Bruno Gonçalves Álvaro  
Carlos Pinna de Assis  
Cesar Augustus Santos Barbieri  
Claudefranklin Monteiro Santos

Clea Maria Brandão de Santana  
Cleiber Vieira Silva  
Clóvis Barbosa de Melo  
Cristina de Almeida Valença  
Darcilo Melo Costa  
Djaldino Mota Moreno  
Edson Ulisses de Melo  
Edmilson Menezes Santos  
Ednalva Freire Caetano  
Eduardo Antônio Seabra  
Estácio Bahia Guimarães  
Eugênia Andrade Vieira da Silva  
Eva Maria Siqueira Alves  
Evande dos Santos  
Fábio Costa Figueroa  
Fabrícia Oliveira Santos  
Fernando José Ferreira Aguiar  
Fernanda Cordeiro de Almeida  
Francisco Joseh Alves dos Santos  
Gerson Vilas Boas  
Gilberto Francisco Santos  
Gilvan Rodrigues dos Santos  
Hélio José Porto  
Igor Leonardo Moraes Albuquerque  
Ilma Mendes Fontes  
Irineu Silva Fontes Junior  
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira  
Jane Guimarães Vasconcelos Santos  
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar  
Janaina Cardoso de Mello  
João Francisco dos Santos  
Joao Helio de Almeida  
João Paulo Gama Oliveira  
Joaquim Tavares da Conceição  
José Alberto Pereira Barreto  
José Anderson Nascimento  
José Antônio Santos  
José de Oliveira Brito Filho  
José Francisco da Rocha  
José Hamilton Maciel Filho  
José Hamilton Maciel Silva Filho  
José Ibarê Costa Dantas  
José Lima Santana  
José Rivaldávio Lima  
José Vieira da Cruz  
José Wilson Moura Santos  
Josefa Eliana Souza  
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza  
Latan de Lins Wanderley  
Lauro Cruz dos Santos  
Lenalda Andrade Santos  
Lilian de Lins Wanderlei  
Lorena de Oliveira Souza Campello  
Lourival Santana Santos  
Lucio Antônio Prado Dias  
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo  
Luiz Vieira Lima  
Luiz Alberto dos Santos  
Luzia Maria da Costa Nascimento  
Manoel Alves de Souza  
Magno Francisco de Jesus Santos

Marcelo da Silva Ribeiro  
Marcia Carvalho da Silva  
Maria Ligia Madureira Pina  
Marcos Antônio de Melo  
Marcos Antônio Almeida Santos  
Marcos Antônio de Melo  
Maria da Glória Santana de Almeida  
Maria Neide Sobral da Silva  
Mário Luiz Britto Aragão  
Marlene Alves Calumby  
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra  
Murilo Mellins  
Neuza Maria Góis Ribeiro  
Nilton Pedro da Silva  
Patrícia Veronica Nunes Carvalho Sobral de Souza  
Paulo Amado Oliveira  
Petrônio Andrade Gomes  
Rafael Santana Rosa cerqueira  
Ricardo de Oliveira Lacerda  
Rômulo de Oliveira Silva  
Rosângela Soares de Jesus  
Rusel Marcos Batista Barroso  
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque  
Saumineo da Silva Nascimento  
Sayonara Rodrigues do Nascimento  
Suely Cristina Silva Souza  
Sura Souza Carmo  
Tadeu Cunha Rebouças  
Tereza Cristina Cerqueira da Graça  
Terezinha Alves de Oliva  
Vera Lúcia Alves França  
Vilder Santos  
Wagner Gonzaga Lemos  
Wanderlei de Oliveira Menezes  
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos

#### QUADRO DE FUNCIONÁRIO

José Carlos de Jesus ( Serviços Gerais)

#### ESTAGIÁRIOS BOLSISTAS

Milena Rocha Conceição  
Glauro Ferreira Gomes  
Gabrielle Reis de Oliveira  
Rodrigo Juscelino Nascimento dos Santos  
Josielia Santos Oliveira  
Wesley Michael Santos de Oliveira  
Paulo Henrique Reis Neves

#### MUSEÓLOGA VOLUNTÁRIA

Lais Daiane Santos

#### VOLUNTÁRIOS

Adriano Fontes Azevedo  
Catarina Augusta Cavalcante Costa  
Telma Santos  
Rosivaldo Alves

# Sumário

## *Editorial*

10 *João Paulo Gama Oliveira*  
*Joaquim Tavares da Conceição*

Falando de um símbolo:  
O Hino Sergipano

14 *Aglaé d'Àvila Fontes*

## *Volume 1*

Dossiê Rememorar a  
Independência de Sergipe

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

30 *Edna Maria Matos Antônio*

DOSSIÊ

Juntas de Governo Provincial  
no processo de independência:  
conflitos e disputas em torno de  
noções de autonomia e autoridade  
militar (Bahia 1821-1823)

35 *Antônio Cleber da Conceição Lemos*  
*Edna Maria Matos Antônio*

*Comemoração do primeiro  
centenário da emancipação política  
de Sergipe: Um olhar a partir das  
revistas do Instituto Histórico e  
Geográfico de Sergipe (IHGSE)*

52 *Cristiano Ferronato*  
*Maristela Andrade*  
*Patrícia Batista*

O Processo Político de  
Subalternização Administrativa de  
Sergipe d'El Rei (1763-1820)

66 *Wanderlei Oliveira Menezes*

Memorável dia 8": os significados  
da prisão de um Governador,  
da fuga do malvado Vigário e da  
trama de um Coronel corrompido  
(Sergipe, 1820-23)

84 *Anderson Pereira Santos*

A composição gráfica dos  
impressos informacionais em  
Sergipe Imperial

102 *Germana Gonçalves de Araujo  
Jeane de Santana  
Vicent Bernardo Alves Santos*

#### SEÇÃO LIVRE

A Segunda Guerra Mundial e o  
Antinazismo Hollywoodiano nos  
Cinemas Aracajuanos

124 *Andreza Maynard*

“O cenário tétrico” dos “loucos”  
na Penitenciária Modelo e no  
Manicômio Judiciário Lemos Brito  
(SE), 1926-1946

143 *Mariana Emanuelle Barreto de Gois  
Renata Mascarenhas Freitas de Aragão*

“Minha Vida é um Romance”:  
Estudo sobre o músico Ceciliano  
Avelino da Cruz a partir do  
arquivo do Museu da Polícia  
Militar de Sergipe

165 *Jair Maciel*

Frei José de Santa Cecília

187 *Thais Rabelo Edite Rocha  
Fernando Lacerda Simões Duarte*

SEÇÃO COMEMORATIVA:  
homenagem

Santo Souza: um argonauta do  
nosso tempo

215 *Wagner Gonzaga Lemos*



## Editorial

O ano é 2020. O mês é junho. E quando tudo antes se encaminhava para que nesse mês e ano estivéssemos na agitada preparação para os festejos em celebração do Bicentenário da Independência de Sergipe, a ser comemorado no dia 8 de julho, fomos surpreendidos com a grave pandemia do covid-19 que já ceifou milhares de vidas no mundo. O Brasil foi gravemente atingido pelo vírus e Sergipe já conta perdas com mais de duas centenas de famílias enlutadas.

A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, professora da Universidade de São Paulo e da Universidade de Princeton nos Estados Unidos da América, entende que a pandemia encerra a virada do milênio. A mudança brusca de rotinas e mesmo os limites da tecnologia que não consegue de maneira rápida solucionar um problema que advém de algo tão minúsculo e invisível, são citados como divisores de água que assinalam tal virada diante da experiência humana e não simplesmente do marcador de tempo.

Então como celebrar em meio a tempos tão difíceis e incertos? Uma possível resposta, entre tantas, é que a preservação da memória e o cultivo da nossa história local nunca foi tão necessária para nos reerguermos, olharmos as nossas raízes e buscarmos ver nascer novos galhos, flores e frutos desse território que completa dois séculos de autonomia política. Com esse pensamento e tendo como mote a missão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), entregamos o volume 1, número 50, da Revista da “Casa de Sergipe”. Um marco na própria história do periódico.

Abre o primeiro volume o texto da presidente do IHGSE, Aglaé Fontes, com uma acurada análise do Hino de Sergipe. Na sequência o dossiê “Rememberar a Independência de Sergipe: histórias, processos e experiências” coordenado pela professora Edna Maria Matos Antônio do Departamento

de História da Universidade Federal de Sergipe. Especialista no assunto, a pesquisadora aglutinou um conjunto diversificado de textos que trazem novas perspectiva para analisar a Independência. Uma contribuição significativa para a historiografia sergipana e brasileira do século XIX que inova e se reinventa a partir das lupas de dez distintos pesquisadores.

O volume segue com a “seção livre” de artigos. O primeiro trata-se de um texto de Andreza Maynard com a análise da chegada dos filmes que abordavam a Segunda Guerra Mundial, inclusive os antinazistas, aos cinemas aracajuanos entre 1939 e 1945. Já Mariana Barreto de Góis e Renata Mascarenhas Aragão historicizam o “Pavilhão dos Loucos” da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, instituição que abrigou “os loucos e loucos criminosos” nas primeiras décadas republicanas, além de apresentar notícias do surgimento do Manicômio Judiciário Lemos Brito, no recorte temporal de 1926 a 1946. São dois textos que inovam com temáticas pouco exploradas pelos historiadores sergipanos e já se constituem como campos de pesquisa que estão sendo desbravados pelas signatárias dos artigos.

Nos dois outros artigos da seção, a música fornece o tom da pesquisa. Primeiro, Jair Maciel analisa a atuação do músico Ceciliano Avelino da Cruz (1877-1963), tanto como professor de música, como maestro e, principalmente, como compositor a partir de uma série de fontes localizadas, sobretudo, no Museu da Polícia Militar de Sergipe. Em outro texto, escrito por pesquisadores de três diferentes instituições do país, Thais Rabelo da UFS, Edite Rocha da UFMG e Fernando Duarte da UFPA, apresentam um valioso estudo acerca de Frei José de Santa Cecília (1809-1859), o autor do *Hino de Sergipe*, tendo como foco a sua atividade musical, através de uma pesquisa hemerográfica, bibliográfica e documental. Dois textos que fornecem significativas contribuições para a memória de Sergipe com foco no seu patrimônio artístico e cultural.

Para finalizar o volume, na “seção comemorativa”, a revista publica uma homenagem a Santo Souza (1919-2014), “Um argonauta do nosso tempo”, de autoria de Wagner Lemos.



Para Sergipe, de forma particular, 2020 é o ano do Bicentenário da Emancipação Política e dos 150 anos do Atheneu Sergipense. Um ano para si reinventar como um povo capaz de escrever, contar e construir novas histórias.

Desejamos uma boa leitura deste volume da Revista do IHGSE.

João Paulo Gama Oliveira

Joaquim Tavares da Conceição

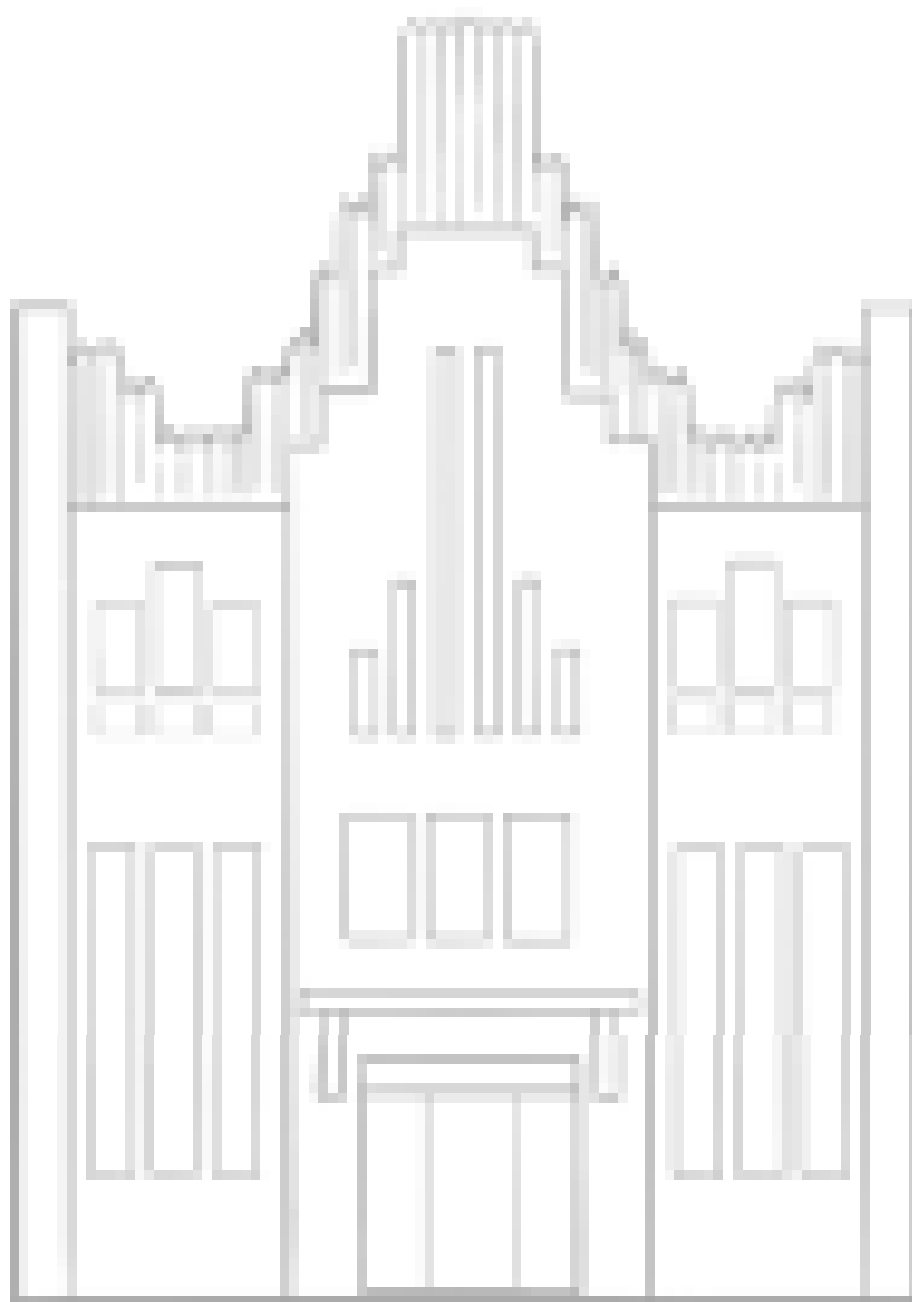
Editores da Revista do IHGSE

Junho de 2020



# *Nº 50 | Volume 1*

Dossiê Rememorar a  
Independência de Sergipe



## Falando de um símbolo: O Hino Sergipano

*Aglaé d'Ávila Fontes<sup>1</sup>*

Em diversas fases da vida, somos sempre aprendentes. Por isso que agora, ao comemorarmos 200 anos da Emancipação Política de Sergipe, ainda precisamos estar a falar sobre seu símbolo maior: O hino Sergipano<sup>1</sup>

Falar sobre o Hino é compreender o momento histórico no qual ele foi criado, para então entender sua linguagem, sua estética musical e o sentimento de orgulho que por muito tempo esteve presente nas vozes que o entoavam.

Os Hinos são representações culturais de determinados momentos históricos trazendo características musicais e poéticas da época de suas criações. O de Sergipe, não foge a essa afirmativa, uma vez que nasceu ao sabor emocional da libertação de Sergipe do jugo da Bahia, assinalando a nossa Emancipação com honra e louvor.

O Hino é um “canto festivo para glorificar um ideal, um acontecimento” nos diz o Dicionário Enciclopédico de Música e Músicos de Roberto Fux (FUX, 1957).

Quando composto, não fica ao sabor de modismos ou desejos pessoais, pois é o registro de uma época, dos fatos históricos acontecidos, dos feitos de um povo. Somente com o passar dos anos temos um distanciamento capaz de analisar e compreender aspectos de sua criação e do seu entorno.

Quando estudamos a história dos hinos, encontramos suas criações ligadas às tradições desde a Idade Média. A ideia de louvar, exaltar, cultuar está presente nos hinários de diversas religiões. Isto nos faz lembrar que na Igreja Presbiteriana, à qual minha mãe pertencia, cantávamos durante os cultos, segundo a escolha do Pastor que conduzia os trabalhos, os hinos que estavam publicados no HINÁRIO. Partitura e letra, e todos pos-

<sup>1</sup> Aglaé d'Ávila Fontes professora; escritora; pesquisadora do folclore do estado de Sergipe, membro da Academia Sergipana de Letras; da Academia Lagartense de Letras e da Academia Riachuelense de Letras e Artes, atualmente Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



suíam. Isto facilitava não só o canto, mas a execução instrumental quando usávamos o órgão, como instrumento do mesmo louvor. As composições traziam louvores a Deus e a Jesus exaltando as bênçãos recebidas dos que seguiam seus caminhos. Já na Religião Católica as composições são voltadas a Deus, Jesus e sua mãe Maria, mas incluem ainda os santos e seus milagres. Nos hinos patrióticos, a exaltação é feita a Pátria e os acontecimentos históricos relevantes que precisam ser lembrados, construindo um orgulho nacional. Esta é a razão pela qual é costume se definir hino como “[...] uma composição musical acompanhada de versos em louvor a algum herói, rei, partido, acontecimento ou nação.”<sup>2</sup>

Temos, entretanto, vários estilos de hinos. Uns tendo como foco a fé, a crença espiritual, outros tendo como símbolo a pátria, o heroísmo, os acontecimentos históricos merecedores de louvores, com datas e momentos específicos.

Podemos colocar como exemplo o Hino Nacional Brasileiro, o Hino da Independência, o Hino à Bandeira, o Hino à Proclamação da República, e é claro: o Hino Sergipano.

A exaltação estimula o amor a pátria e o orgulho de pertencer a uma Nação, Estado ou Município.

Porém a ideia louvatória vai além da pátria ou da religião, porque é comum também a existência de hinos para enaltecer Clubes, Agremiações de Futebol, Instituições Educacionais ou Culturais, provocando uma reação de pertencimento aos seus membros.

Apesar da Emancipação Política da Província de Sergipe acontecer em 1820, com a Carta Régia assinada por D. João VI, as complicações políticas da época fizeram com que ela ainda fosse depois confirmada por D. Pedro I. Assim somente em 1836, é que São Cristóvão se preparou, como capital da Província, para realizar um ato comemorativo marcado para acontecer no dia 24 de outubro, data valorizada para os atos oficiais. Os organizadores da festividade, comandados pelo Padre Bernardino Sales de Campos, sentiram a necessidade da música estar presente no ato festivo, além dos discursos, fogos para enriquecer a solenidade, além do Te Deum, já programado como marco da religiosidade presente. Era preciso ter um HINO. Era preciso ter MÚSICA!!! Todos pensavam na necessidade de algo vibrante fazendo da música uma forma expressiva para unir a comunidade. A urgência do momento fez com que os olhares se voltassem para a figura do Frei José de Santa Cecília, filho da terra e com formação musical erudita, especialista em **contraponto** para quem, além do sermão do Te Deum, também aceitasse a incumbência de compor o Hino. Como os hinos sempre fazem da palavra sua força louvatória, o Prof. Manuel Joaquim de Oliveira Campos, poeta, também sergipano, estudioso dos clássicos, responsável pelo jornal Noticiador Sergipano e ainda



Diretor da Tipografia Provincial, se adequava com perfeição para junto com o Frei Santa Cecília, resolver o impasse da criação do Hino para a comemoração. Música e poesia reunidas, junção perfeita na solução do problema. Foi essa união, que permitiu que no dia 24 de outubro de 1836, o Hino de Sergipe fosse executado, e reconhecido pela Assembleia Provincial.

Faz-se necessário, entretanto, analisar pelas dificuldades encontradas muito depois, que os versos do poeta já existiam, publicados no Noticiador Sergipano, com o sugestivo título de “Dia Brillhante” sendo sugerido que fosse integrado à música que o Frei Santa Cecília compusesse. E assim foi.

Na abertura do Hino, Santa Cecília quis prestar uma homenagem (como era comum à época) ao compositor italiano Rossini e sua Ópera “A italiana em Argel” muito em voga, sem imaginar que no futuro, sem conhecer as técnicas musicais, as pessoas o pudessem acusar de plágio. A música do nosso hino não é uma adaptação da Ópera como alguns autores registraram, nem tampouco é plágio. São apenas 4 ou 5 compassos da vibrante abertura da Ópera, o que pelas normas musicais não é considerado como plágio. Mas como às vezes somos chegados a falar sem conhecer o assunto em profundidade, foi muito fácil acusar Santa Cecília de plágio, em lugar de estudar a questão sob o manto da lei.

Se formos analisar o Hino sob o foco da beleza poética vamos encontrar falhas, assim como na sua integração com a melodia, pois na situação de pressa que a Província enfrentava para a comemoração, a letra não foi criada especialmente para o Hino, mas uma adaptação do poema “Dia Brillhante” de Oliveira Campos, já existente, e que embora louvatório a Sergipe e sua Independência, possuía 36 versos, o que para um hino é considerado longo. Mas a situação exigia uma solução rápida para os festejos celebrativos.

O fato é que, convém repetir: a partir de 1836 quando da primeira comemoração da Emancipação Política de Sergipe, em São Cristóvão, o Hino foi executado e reconhecido pela Assembleia Provincial.

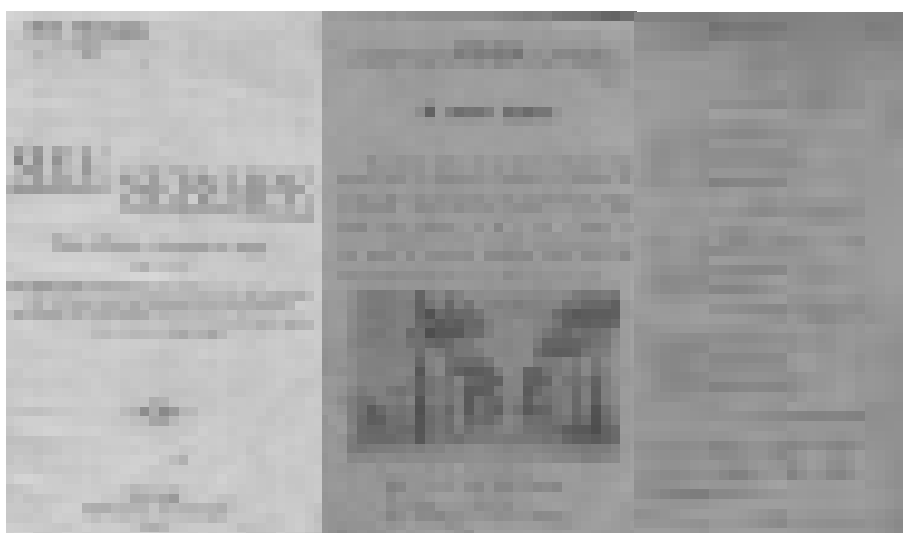
Dai em diante, foi cantado em solenidades e nas escolas. No dia 1º de agosto de 1914 passou a fazer parte do Hynário Escolar Sergipano, junto com vários hinos patrióticos, inclusive o hino da Independência de Sergipe, composto por Domício Fraga.

Até a década de 30 o Hino Sergipano foi cantado nas escolas antes do início das aulas, nas festas escolares, nas solenidades e comemorações, como atesta a cartilha “MEU SERGIPE” do professor Elias Montalvão, publicada em 1916 tendo sido aprovada no dia 1º de outubro de 1914 pela Congregação da Escola Normal sendo seus Relatores: Francisco Graça Leite, Cônego Francisco Gonçalves Lima e Carmem de Souza, assinada por todos os membros da Congregação.



- Dr. Helvécio de Andrade
- Norma Reis
- Manoel Francisco Alves de Oliveira
- Etelvina Amália de Siqueira
- Clotilde Machado
- Quintina Diniz
- Amélia Cardoso

**Figura 1: Cartilha “MEU SERGIPE”. Elias Montalvão (1916)**



Fonte: MONTALVÃO, Elias 1916)

Na Cartilha, para todos aprenderem, está na íntegra a letra do Hino Sergipano porque a música todos os professores sabiam e tinham orgulho de repassar aos seus alunos. Também atesta seu uso frequente o depoimento do professor José Maria Nascimento, que cantava o Hino de Sergipe na escola onde estudou (o antigo curso primário, hoje ensino fundamental) todos os dias ao início das aulas. Assim relatou ao Conselho de Cultura. O mesmo aconteceu com Profa. Ligia Pina, que com orgulho sabia e cantava o Hino Sergipano, aprendido na escola, mas já adulta em todas as solenidades.

Entretanto no período da ditadura de Getúlio Vargas, foi proibido o uso dos símbolos estaduais como bandeiras, hinos e brasões. Desta forma, o Hino Sergipano foi proibido. Não foi mais usado nem ensinado é claro, caiu no esquecimento, porque o hábito de cantar incorporava sua história ao cotidiano escolar.

O Hino Sergipano é o símbolo mais antigo do Estado. Banido do ambiente educacional foi esquecido, porque como acostumamos repetir:





hábito é um comportamento que muitas vezes repetido, se incorpora à nossa personalidade.

O hábito de cantar em todas as solenidades não permitia que fosse esquecido e muito menos criticado.

E todos sabem que a CRÍTICA é um juízo que se faz sobre alguma coisa ou um acontecimento. Mas ao ser feita, exige algum conhecimento sobre o objeto criticado, o que infelizmente nem sempre tem acontecido com o nosso Hino. Confirmado seu esquecimento e desuso, o Hino passou a receber críticas. As mais frequentes relacionadas a:

- Sílabas longas
- Difícil de ser cantado
- Erros de prosódia
- Ornamento desnecessários como **apogiaturas e anacruses**
- Palavras sem compreensão
- Longo demais

Merece estudo o fato que as crianças dos idos de 1914 cantavam o Hino, que era incluído nos textos de suas cartilhas para que estudassem seus versos, sem nenhum trauma linguístico. É claro que o professor podia explicar o significado de “Jucundo dia”, como também seria necessário explicar no Hino da Proclamação da República da autoria de Leopoldo Miguez com letra de Medeiros de Albuquerque **as palavras rebel e labéus**, presentes nos seus versos.

Seja um pálio de luz desdobrado

Sob a larga amplidão destes céus

Este canto **rebel**, que o passado

Vem reunidos mais torpes **labéus**

De esperança de um novo porvir

Com visões de trunfos embale

Que por ele lutando surgir

As linguagens dos Hinos representam o período cultural de suas escritas, no contexto histórico do ato que precisa ser engrandecido e constantemente lembrado. Não está em análise se é bonito ou feio, mesmo porque o critério de beleza pode ser visto com olhares diversos. Na pesquisa feita em muitos países, de acordo com nossa visão estética e formação musical, vamos por certo encontrar falhas, mas todos continuam sendo cantados e ninguém pensa em mudá-los como foi sugerido com o nosso. No Bicentenário da Emancipação Política de Sergipe o Hino Sergi-



pano está completando 184 anos de composto e apresentado na primeira comemoração em 1836.

Como consequência das diversas críticas, vários processos foram encaminhados ao Conselho Estadual de Cultura, órgão normativo do Estado.

**1993-** O Hino começou a ser apresentado ao Conselho Estadual de Cultura

através do processo n. 132 sob o crivo de críticas, tendo como relator o

Conselheiro Luiz Antonio Barreto cujo parecer n. 010 foi apresentado na sala de reuniões em 16 de novembro de 1993, assim se expressando:

O Hino de Sergipe é o mais antigo símbolo sergipano, associado a emancipação política do território, especialmente a confirmação da independência, ou o 24 de outubro. Ambos, a data e o hino remontam a 1839 como símbolos oficiais do jubilo. Não há, então, porque alterar a música e a letra como propõem o maestro e ex-Conselheiro e Maria Olga Andrade, professora (SERGIPE, 1993).

**1994** - Processo n. 18 que teve como relatora a Profa. Maria Olga Andrade tendo como procedência um artigo do professor Antônio Wanderley, Professor de história da rede estadual, no jornal CINFORME, ed. 062, dos dias 17 e 23 de setembro, sugerindo a mudança do Hino.

O professor Antônio Wanderley (não sabemos baseado em que) critica o Hino por “plágio e esquecimento”, desconhecendo talvez que, conforme a lei, só a partir de 9 compassos sequenciados, pode-se considerar uma obra como plágio. E quanto ao esquecimento, aquilo que não é usado, leva a ser esquecido e isto é fácil de resolver: é só usar, cantar na escola, nas solenidades, nos momentos comemorativos da História.

**1986** - Em setembro, o Conselheiro Antônio Garcia Filho considerando a letra muito longa propôs no Conselho Estadual de Cultura do qual era membro, que se cantasse 4 estrofes, que seriam a 1-2-4-8 e o esquecimento poderia ser combatido, com uma portaria do Secretário Estadual de Educação, determinando seu canto no início das aulas e solenidades.

**1986:** Novamente a questão se apresenta no Conselho de Cultura e a Conselheira Ana Conceição Sobral Carvalho, a 3 de dezembro de 1986 deu seu parecer: “Opinamos pela manutenção e preservação dos símbolos existentes com uma legislação atinente para a sua aplicação no Estado de Sergipe” (SERGIPE, 1986).

Fica assim comprovado que em diversos momentos o Hino esteve como objeto de análise no Conselho de Cultura, sob o olhar crítico dos Conselheiros portadores de formação variadas, pois tínhamos historiadores, músicos, jornalistas, professores, arqueólogos, mas também não se chegou a uma finalização do processo.

Antes, em 4 de novembro do mesmo ano de 1896, tivemos a opinião técnica do Maestro Rivaldo Dantas e de José Batista de Aquino, apresenta-



da no Grupo de Trabalho criado para estudos de Legislação dos Símbolos Nacionais, dizendo que: “O hino possui defeitos de adaptação musical. As pesquisas históricas revelam ser este o objetivo inicial para as comemorações da época, resultando daí a situação de emergência em adaptar-lhe uma música circunstancial.” (SERGIPE, 1994).

Em 2008, através do Processo n. 62, o Hino volta a ser objeto de análise no Conselho Estadual de Cultura, em virtude das polêmicas, discussões e críticas à sua estrutura musical e poética em vários segmentos da sociedade. E novamente sem uma equipe especializada em Música, e sem conclusão.

Na 6ª Sessão Plenária do Conselho, o conflito entre ideias e posições dos conselheiros se tornou intensa, baseada em análises superficiais, mas sem dados concretos para gerar um convencimento. E mais uma vez o hino se esconde como se fosse algo ridículo, expresso na falta de conhecimento das pessoas para seu cantar, e no ar de desprezo de alguns, quando em solenidade ele era anunciado. Pobre Hino Sergipano, gerando conflitos em discussões vazias de conhecimento da área e da sua historicidade.

2012: O hino volta a fazer parte do julgamento do colegiado do Conselho de Cultura, e neste momento fomos escolhida como Relatora do Processo.

Ciente da responsabilidade assumida, nos propusemo-nos então a ativar a memória dos Conselheiros sobre a dimensão estética dos fatos, através de três segmentos que embora distintos se integram:

- O nascimento do Hino
- O Hino e sua trajetória
- Um olhar pensante sobre o Hino

“Em todo o mundo os Hinos oficiais representam a nação, o povo, mostrando na sua poética, exaltação aos feitos heroicos do passado e o que são i”<sup>3</sup>

Deve-se compreender então a preocupação do Pe. Bernardino Sales de Campos tendo que organizar a primeira comemoração da Emancipação Política de Sergipe, a realizar-se no dia 24 de outubro de 1836 em São Cristóvão, capital da Província. Louvando o fato, era necessário a presença da música.

O Frei Santa Cecília já estava convidado como orador sacro, para proferir o sermão do Te Deum, mas a Comissão veio a constatar que faltava algo vibrante na celebração, e que só a música seria capaz de provocar emoção e patriotismo pela Independência alcançada. Faltava a música como símbolo do momento vivido, selando a luta enfrentada, para se livrar do jugo baiano.

Novamente os olhares se voltaram para o Frei Santa Cecília pois todos sabiam da sua formação e competência musical, sendo até especialista em **contraponto**. Diante da urgência, ele poderia compor o Hino, utilizando o poema do Professor Manoel Joaquim Oliveira para a letra. Poema inclusive já publicado. Com esta junção, músico e poeta o problema à época estava resolvido. E assim na primeira comemoração da Emancipação, o Hino Sergipano foi executado, embelezando a cerimônia e marcando o momento histórico do Estado, e mesmo sem lei de criação, é referendado pela Assembleia Provincial, o que dá certidão de pertencimento histórico.

Daí em diante era normal sua execução em todos os momentos oficiais e atividades escolares, com orgulho de representar o Estado e sua História.

As idas e vindas ao Conselho de Cultura, através de processos nos levou a sugerir a necessidade de um olhar pensante sobre sua trajetória e assim defender sua permanência como o símbolo mais antigo de Sergipe. E a HISTÓRIA não pode ser anulada.

Mais uma vez ele estava sendo apresentado com toda sua história ao olhar crítico do Conselho Estadual de Cultura. Na sessão de análise do nosso parecer, este foi aprovado por unanimidade, com algumas adequações da letra, escolhidas que foram algumas estrofes como mais representativas, porém permanecendo o mesmo Hino Sergipano.

Destacamos as adequações aprovadas:

O Hino não seria mudado, porque realmente representa um momento histórico do Estado, e para tal precisaria que o Governo do Estado encaminhasse à Assembleia uma mudança na Constituição Estadual. Acreditamos que nenhum governo, de sã consciência, gostaria de ter seu nome ligado ao desrespeito ao Patrimônio Histórico mais antigo do Estado.

- O HINO poderia oficialmente ser cantado com duas estrofes, a primeira e a terceira, intercaladas com o refrão. Esta escolha facilitaria a aprendizagem, devido o poema usado, ser muito longo e não ter sido criado especialmente para o hino
- O hino teria sua estrutura definida para ser executado por Filarmônica, Orquestra Sinfônica e Coral, como aliás acontece com o Hino Nacional Brasileiro.
- O arranjo para Filarmônica foi preparado pelo competente maestro José Fortunato, da tradicional Lira São Cristovense, a nosso pedido... A orquestração para Sinfônica seria oficialmente usada a preparada pelo maestro Guilherme Mannis, faltando apenas no momento o arranjo para corais. Para preparar o arranjo Coralístico, temos as figuras competentes dos maestros: Joel Magalhães, do Madrigal... Sergipano e Sérgio Chagas do Grupo Vivacce.

É normal que os hinos oficiais, tenham normas para suas execuções com a finalidade de manter sua integridade.



Parece que faltou à Secretária do Estado da Cultura, após a aprovação do Conselho Estadual de Cultura, uma certa agilidade em encaminhar ao Governo do Estado o documento final, com o parecer aprovado, acabando de vez com a polêmica sobre o Hino Sergipano. Mesmo assim, causou surpresa a apresentação no dia 18 de junho de 2018, no plenário da Academia Sergipana de Letras a proposta do Acadêmico Prof. Jouberto Uchôa de Mendonça, para a mudança do Hino Sergipano. Apresentou o professor a ideia de que deveria ser feito um **Concurso Nacional**, com um prêmio no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para a escolha de um novo Hino. O prêmio não seria pago pelo Estado, mas por doações de empresários locais, sendo que a UNIT sob sua direção, seria a primeira a encabeçar os recursos com R\$ 10.000,00(dez mil reais).

O julgamento seria feito por 21 membros escolhidos entre: historiadores, poetas, músicos, professores de português, compositores, representantes da Academia Sergipana de Letras, Conselho de Cultura, Governo do Estado, e ainda da Secretaria de Educação, Poder Judiciário e Ministério Público.

A reunião da Academia foi de certo modo tumultuada, porque o documento já aprovado pelo Conselho de Cultura também foi lido, dividindo a opinião dos membros presentes.

Ficaram contra a mudança os Acadêmicos Luiz Fernando Soutelo, Ana Medina, João Oliva, e claro sua relatora Professora Aglaé d'Ávila Fontes. Sete acadêmicos foram a favor da proposta do Prof. Uchôa.

O tema foi muito divulgado pela imprensa local, alimentando notícias e entrevistas sobre as duas posições:

- Mudança do Hino através do Concurso Nacional com premiação em dinheiro
- Respeito ao Patrimônio Cultural do Estado, sem mudança apenas com adequação das estrofes conforme o parecer aprovado do Conselho de Cultura.

A questão foi apresentada ao Ministério Público, que promoveu uma reunião para discutir o tema. Foram convidados:

- A relatora do parecer aprovado pelo Conselho de Cultura, Profa Aglaé d'Ávila Fontes, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Samuel Albuquerque, instituição que defendeu o respeito e permanência do Hino como símbolo mais antigo do Estado, conforme documento apresentado.
- O Prof. Jouberto Uchôa de Mendonça que se fez acompanhar pelo advogado da Universidade Tiradentes o Dr Wilson Macêdo Siqueira- OAB nº 1654 e pelo Presidente da Academia Sergipana de Letras o Dr. José Anderson do Nascimento.

A reunião aconteceu no dia 16 de junho de 2016, as 10h. na sala de Audiência da Promotoria do Meio Ambiente e Urbanismo, na presença da



Promotora de Justiça Dra Adriana Ribeiro Oliveira, e da Procuradora de Justiça e Coordenadora Geral do Ministério Público de Sergipe, Dra Ana Cristina Souza Brandi.

Conforme está documentado no Termo de Audiência Pública e Inquérito Civil (PROEJ: 05:15:01.0264), foi dada a palavra ao Presidente da Academia Sergipana de Letras o Dr. José Anderson do Nascimento, que considerou a questão:

[...] exaurida e dependeria tão somente de uma deliberação legislativa para o fim, que houvesse uma efetiva alteração do hino do Estado de Sergipe. Destacou que se tratava apenas de uma proposta, sem carácter vinculante, a qual reflete o posicionamento de membros da Academia Sergipana de Letras. Destacou entender que, do ponto de vista técnico, jurídico, não há óbice à alteração do símbolo, eis que não há uma lei que eleja o atual hino como sendo oficial. Diante disso, suscita a ilegitimidade da Academia Sergipana de Letras em qualquer procedimento, fosse administrativo ou judicial. Ressalta ainda que a deliberação da Academia não está vinculada a nenhuma deliberação e nenhuma decisão do Conselho Estadual de Cultura do Governo de Sergipe, nem tampouco do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Ministério Público do Estado de Sergipe. Termo de Audiência Pública, 2016).

Foi dada a palavra a Sra Aglaé d'Ávila Fontes, que reforçou seu posicionamento acerca da inalterabilidade do Hino, reconheceu que posição da Academia representa o pensamento apenas de uma parcela dos seus membros e que as instituições voltadas ao patrimônio cultural como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, também se posicionou contra a mudança. Afirmou que a questão do hino não é sua beleza estética, mas sua importância histórica. Voltou a confirmar que ele não é um plágio da obra de Rossini e seu desconhecimento se deve apenas a falta de difusão na sociedade sergipana. Reafirmou que desde 4 de dezembro de 2012, o Conselho de Cultura, por unanimidade, votou pela permanência do Hino e sugeriu que com a publicação dos HINOS E CANÇÕES COMEMORATIVAS DO ESTADO DE SERGIPE, seria dando conhecimento as escolas para continuidade do seu uso. Expressou sua admiração que o tema da reunião necessitasse da presença do Sr. Advogado da Unit, pois os membros discordantes são, os dois, da Academia Sergipana de Letras.

Já a fala do professor Uchôa, expressou sua surpresa em ter:

[...] sido representado e ter citado que o poder econômico estaria operando para o fim de alterar o hino. Consignou que há estudos no sentido de que não há uma identificação social com o Hino do Estado de Sergipe, eis que os cidadãos de forma geral, não o conhecem. Saliu ter se sentido ofendido pelos termos da Representação, uma vez que o tema foi debatido no âmbito da Academia Sergipana de Letras. Por fim, solicitou a juntada de documento que comprova que o Hino



Brasileiro foi alterado por três vezes (Ministério Público do Estado de Sergipe. Termo de Audiência Pública, 2016).

Após o que foi dada a palavra ao presidente do IHGSE, Sr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque disse: “não ver empecilho a que o Ministério Público acompanhe a proposta de alteração. Enfatizou que um hino não se altera dessa forma. Destacou que o problema do hino é o seu desconhecimento, algo que poderia ser solucionado se fosse fomentada sua execução. Acrescentou que há alternativas que não a abolição. Por fim considerou a proposta mudancista, um atentado ao patrimônio histórico de Sergipe. (Inquérito Civil - PROEJ:05.15.01.064)

A Promotora ante as considerações tecidas na audiência determinou a juntada dos documentos apresentados pelo Sr. Jouberto Uchôa de Mendonça e pela Sra Aglaé d'Ávila Fontes para a conclusão do procedimento e a reunião foi encerrada, tendo sido lavrado um termo que foi assinado pelos presentes.

**Figura 2: Assinaturas do Termo de Audiência Pública. Ministério Público do Estado de Sergipe (2016)**



Fonte: Ministério Público do Estado de Sergipe.

Até o presente momento não fomos informados sobre a decisão do Ministério Público.

Neste ano do Bicentenário seria uma ação louvável: o soerguimento do Hino Sergipano, com a edição de sua memória para uso na escola, cantando as 2 estrofes sugeridas pelo Conselho Estadual de Cultura, popularizando seu uso entre os estudantes, uma vez que ele faz parte da História que estamos a celebrar.

Ao narrar sua trajetória, seus encontros e desencontros, o fazemos não para retomar contendas, mas em nome de verdade histórica que se faz Memória.

## Referências

25



AZEVEDO, Luís Heitor Correia de. **150 anos de música no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 423 p.

ELIAS, Montalvão. **Meu Sergipe**. Aracaju: Typografia Commercial, 1916. 91 p.

FERREIRA, Maria José Clímaco; F.M.A (Salesiana). **Juventude Canta: hinos e canções patrióticas**. Rio de Janeiro: Coleção Doc. Brasileiro, Ed. Irmão Vitale, 1965. 254 p.

FUX, Robert. **Dicionário enciclopédico da música e músicos**. São Paulo: Editora São José, 1957. 389p.

SERGIPE. Secretária da Cultura. **Pareceres do Conselho Estadual de Cultura – processos de nº 17**. Aracaju, 1986.

SERGIPE. Secretária da Cultura. **Pareceres do Conselho Estadual de Cultura – processos de nº 132. Parecer 010**. Aracaju: 1993.

SERGIPE. Secretária da Cultura. **Pareceres do Conselho Estadual de Cultura – processos de nº 18. O hino possui defeitos de adaptação musical**. Aracaju: 1994. P. 129.

SERGIPE. Secretária da Cultura. **Pareceres do Conselho Estadual de Cultura – processos de nº 62. Parecer /2012 – CLA**. Aracaju: 2008.

SERGIPE. Ministério Público do Estado de Sergipe. **Termo de Audiência Pública: Inquérito Civil (PROEJ:05.15.01.0264)**. Aracaju, 2016.





## Letras, poemas, canções e músicas do povo Lembrando a Independência de Sergipe

**Canção em homenagem à  
Independência de Sergipe  
de autoria desconhecida**

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

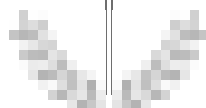
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil

Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil  
que deus te criou  
Ó meu Brasil

Ó meu Brasil



## DOSSIÊ

Rememorar a Independência de Sergipe:  
histórias, processos e experiências

**Apresentação:  
Dossiê Rememorar a  
Independência de  
Sergipe: histórias,  
processos e experiências**

*Edna Maria Matos Antônio<sup>1</sup>*

A reunião de textos desta edição tem especial sentido de celebração de efeméride, palavra que, de forma simples e direta, alude ao ato comemorar acontecimento ou fato ocorrido em data específica. Contudo, mais do que a forma e a expressão com que o passado se faz presente para uma coletividade, as comemorações de fatos históricos são indissociáveis do ato de lembrar, identificando os significados que dão sentido e coerência a seu presente. Mas qual a finalidade das comemorações que envolvem datas históricas?

Não é novidade que as sociedades sempre comemoraram os referenciais de sua existência ao longo do tempo. Na Antiguidade, os feriados eram eventos valorizados, principalmente entre os romanos, que usavam esses momentos para celebrar acontecimentos importantes de guerra, honrar divindades ou mesmo festejar em homenagem a algum imperador falecido. Nas sociedades do Antigo Regime, etapas da vida dos monarcas e seus familiares, como nascimentos, casamentos, aniversários e falecimentos, eram motivo de celebração, sem falar no calendário frequentado por santos e fatos do catolicismo, a serem festejados no reino e nos domínios além-mar. Após a Revolução Francesa, que marca a modernidade política burguesa no Ocidente, o ato e a maneira de comemorar assumiram dimensões cívicas e institucionais laicizantes. No Brasil, as lutas de independência e a necessidade de comemoração simbólica da separação de Portugal, em 7 de setembro de 1822, assinalam a naturalização dessas celebrações justamente por remontarem ao nascimento político da nação e à pertinência da criação de tradição comemorativa e de mito na figura de D. Pedro I.

1 Doutora em História e Cultura pela UNESP. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e pesquisadora de História do Brasil Colonial e Imperial, com ênfase em poder e relações sociais; Coordenadora Titular do Programa de Mestrado em História da UFS.





Datas importantes e sua celebração (uma vez que há episódios que devem ser lembrados, mas não comemorados) marcam a passagem do tempo com construções simbólicas que ressignificam momentos considerados relevantes em razão da ocorrência de lutas, conquistas, experiências ou traumas adquiridos ou por definirem nova condição. Nos documentos e comunicações oficiais do período imediato à independência, por exemplo, tornou-se comum registrar o número de anos passados desse fato, como demarcação de nova era, novo presente, nova realidade. Mas sua comemoração também pode significar o momento em que a sociedade se debruça sobre si e reflete sobre o acontecimento, que, convertido em símbolo e representação, contribui sobremaneira na elaboração de referenciais de identidade(s), processo que, embora orientado e disputado, flui no tempo e opera, por incursão seletiva no passado, a construção de consciência histórica, moldada pela percepção de singularidade/alteridade também histórica.

Pela interpretação de fragmentos do passado de que os historiadores dispõem em sua época, acrescidos do desafio de entender os valores de temporalidade que não é a sua, como num quebra-cabeça, vão se refazendo e trazendo atos, sentidos, trajetórias de sujeitos históricos e seus efeitos para a realidade presente. Cabe a esse profissional dar sentido a esse emaranhado e, assim, promover, para além da esfera individual, ressignificação da experiência vivida, que, por operação memorialística, passa a constituir repertório de elementos formativos de sentimento de coletividade. Tão importante quanto esse processo, é a dimensão física da memória captada por produtos criados em torno da celebração, como selos, bustos, discursos, cartazes, estátuas, músicas, hinos, convites, bandeiras, livros, vídeos, entrevistas, placas e exposições, que precisam ser entendidos em seu contexto original, uma vez que pretendem promover a apropriação social, simbólica e discursiva, do tempo e sua passagem.

Assim, a própria organização da celebração e sua efetivação também se tornam material para ser rememorado, o que revela a importância de se atentar não apenas para o que se comemora, mas também para maneira de lembrar o evento, correspondência e resultado dos projetos políticos e das relações de poder vigentes. François Pierre Nora, historiador e referência incontornável de teorização sobre os campos da memória social e coletiva, aponta o presente como gerador dos “instrumentos da comemoração, moldando-os conforme suas necessidades e especificidades, bem como a própria simultaneidade das efemérides assumem relevância nas relações políticas e no imaginário nacional” (apud Lisboa, 2008, p. 36).

Mas o que se comemora em 8 de julho, feriado para os sergipanos? Há 200 anos ocorria a emancipação da capitania de Sergipe, que, por intrincado processo político, lutou para conquistar e confirmar sua independência. A autonomia oficial tem sua origem nas transformações adminis-

trativas da primeira década do século XIX, postas em vigor pelo governo de D. João VI (que, supõe-se, ocupa espaço afetivo na história sergipana), quando o monarca e sua Corte se fixaram no Brasil, a partir de 1808, e, ainda, na conjuntura revolucionária do conturbado contexto europeu oitocentista. A especificidade da análise desse processo se insere no entrelaçamento de duas lutas concomitantes por autonomia: a da capitania, para sair da tutela administrativa e da exploração econômica e tributária da capitania da Bahia; e a da colônia, em meio a seu dilema entre projetos políticos liberais das Cortes portuguesas ou construção de um país independente liderado por D. Pedro I.

Mais do que dar destaque e mostrar como a Independência ocorreu nas “partes” da América Portuguesa, trata-se de fundamental contribuição intelectual para melhorar o conhecimento sobre a nossa separação de Portugal e reavaliar a construção do Brasil, enquanto corpo político autônomo, por perspectiva local, confirmando a sempre necessária refutação da difusão de dita “história nacional” contada a partir do eixo sul do país, que não conhece outros espaços, outras experiências, outras gentes. Acredita-se fortemente que a análise da experiência histórica da autonomia da capitania de Sergipe evidencia a pertinência de buscar a compreensão das dinâmicas políticas como formadoras de identidades sociais e regionais e seu papel na construção do Estado nacional brasileiro, com todos os seus dilemas, dificuldades e traços, que ajudaram a compor quem nós somos e como compreendemos essa árida, mas criativa, trajetória.

Este dossiê reúne, lembradas de forma qualificada, abordagens de pesquisadores sobre essa experiência. O artigo que abre o conjunto de textos, intitulado *Comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe: Um olhar a partir das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)*, de Cristiano Ferronato, Maristela Andrade e Patrícia Batista, apresenta reflexões de investigação realizada sobre o processo de construção da memória coletiva do povo sergipano a partir da organização da comemoração de data cívica 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE, em 1920.

O historiador Wanderlei de Oliveira Menezes problematiza em seu artigo a carta régia de 8 de julho de 1820, explorando o significado de independência e a sujeição administrativa da Capitania de Sergipe à Bahia, por meio da análise das relações de dependência administrativa entre as duas capitanias do período entre 1763 e 1820, e percorrendo as nomeações dos capitães-mores (governadores), autoridade mais afetada com a subalternidade administrativa, para sugerir entendimento da carta régia como mecanismo de fortalecimento do poder central da monarquia portuguesa em detrimento dos interesses regionais da Bahia.

No artigo *Memorável dia 8: os significados da prisão de um Governador, da fuga do malvado Vigário e da trama de um Coronel corrompido*



(*Sergipe, 1820-23*), o historiador Anderson Pereira dos Santos analisa a articulação entre a prisão do Governador Carlos Burlamaqui, a fuga do Vigário da Freguesia de N. Sra. do Socorro de Cotinguiba, Antônio José Gonçalves de Figueiredo, e a trama do Coronel José de Barros Pimentel, com o objetivo de evidenciar a multiplicidade de posições políticas e de interesses pessoais em jogo no difícil processo de consolidação da autonomia de Sergipe. Por essa via de reflexão, argumenta que a identidade sergipense foi ressignificada e que a autonomia local se conecta com diferentes conjunturas dentro e fora do Império Português.

Tema bastante original se encontra no texto *A composição gráfica dos impressos informacionais em Sergipe Imperial*, de Germana Gonçalves de Araújo, Jeane Santana e Vicent Bernardo Alves Santos, em que se examina o modo de produção técnico-artístico utilizado na produção impressa dos suportes de comunicação e de expressão literária. Esse estudo contribui para a história da tipografia no Brasil, da educação e da imprensa sergipana do século XIX no Sergipe Imperial. Fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental em acervos físicos (arquivos públicos e particulares) e na hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional, permite conhecer aspectos compositivos gráficos de periódicos e da informação impressa da época, fundamental para o conhecimento da produção de periódicos em Sergipe.

No texto intitulado *Juntas de Governo Provincial no processo de Independência: conflitos e disputas em torno de noções de autonomia e autoridade militar (Bahia 1821-1823)*, Edna Maria Matos Antônio e Antônio Cleber da Conceição Lemos exploram o significado da montagem das Juntas de Governo no quadro da instalação de instituições liberais como peça de reforma política do liberalismo português em seu esforço de transformar a sociedade lusa, sem deixar de dialogar com tradição absolutista (religiosa e política). A partir da análise da experiência da Junta da Província da Bahia, focalizam as dificuldades de seu estabelecimento e funcionamento captadas no complicado relacionamento com o comando militar naquela Província no momento de intenso conflito político na dinâmica da transição de domínio colonial para autonomia nacional.

Este dossiê reitera a oportunidade e a importância de se construir conhecimento atualizado e reflexão histórica crítica sobre evento especial, como o da comemoração dos 200 anos da Independência de Sergipe, notadamente quando sua veiculação se dá através da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que corajosamente mantém o espírito da missão pensada por intelectuais sergipanos, no já distante ano de 1912, de “verificar, coligir, arquivar e publicar os documentos, crônicas e memórias relativas às datas históricas (...) do Brasil e especialmente de Sergipe”<sup>2</sup>. É oportunidade excepcional de conhecer ou reconhecer os vários aspectos que envolvem a compreensão da



2 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, Ano I (1913) | 1º Trimestre. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/issue/view/869>.

ação/agentes políticos atuantes naquele contexto e suas escolhas, através da abordagem por diferentes campos de investigação, perspectivas de análise, espaços e problemas imbricados nas independências e seu aprendizado. Fica evidente, ainda, a importância das datas conformadoras da memória social e atuantes na construção de referenciais de pertencimento e comunhão de um passado, que, alicerçado em história e memória, alimentando uma festa que amálgama política, identidade e liberdade.

Aracaju, maio de 2020.

### *Referências*

ANTONIO, *Edna Maria Matos*. A “independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831). São Paulo/UNESP; Cultura acadêmica, 2012.

LAVABRE, Marie-Claire. La commémoration: mémoire de la mémoire? <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2014-03-0026-002>. Acesso em 13/05/2020.

LISBOA, Karen Macknow. Comemorações, Memória, História e Identidade. In: RODRIGUES, Jaime (Org.). A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória. Ed. FAP-UNIFESP, 2008. Disponível em <http://books.scielo.org/id/hnbsg>. Acesso em 13/05/2020

# Juntas de governo provincial no processo de independência: conflitos e disputas em torno de noções de autonomia e autoridade militar (Bahia 1821-1823)

Antônio Cleber da Conceição Lemos<sup>1</sup>  
Edna Maria Matos Antônio<sup>2</sup>

## Resumo

Explora-se, no presente texto, o significado da montagem das Juntas de Governo no quadro da instalação de instituições liberais como peça de reforma política do liberalismo português em seu esforço de transformar a sociedade lusa, sem deixar de dialogar com tradição absolutista (religiosa e política). Busca-se problematizar a análise considerando a experiência da Junta da Província da Bahia, principalmente as dificuldades de seu estabelecimento e funcionamento, representadas no complicado relacionamento com o comando militar naquela Província no momento de intenso conflito político na dinâmica da transição de domínio colonial para autonomia nacional.

Palavras-chave: Juntas de Governo. Província da Bahia. Autonomia. Autoridade Militar.

- 1 Mestre em História pela UFS, pesquisador de História da Independência do Brasil na Bahia, de Projetos Políticos das Elites Baianas no Contexto da Independência e de Formação do Estado no Brasil do século XIX.
- 2 Doutora em História e Cultura pela UNESP. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e pesquisadora de História do Brasil Colonial e Imperial, com ênfase em poder e relações sociais; Coordenadora Titular do Programa de Mestrado em História da UFS.





**PROVINCIAL GOVERNMENT  
BOARDS IN THE PROCESS OF  
INDEPENDENCE: conflicts and  
disputes around notions of  
autonomy and military authority  
(Bahia 1821-1823)**

**Juntas de gobierno provincial  
en el proceso de independencia:  
conflictos y disputas sobre  
las nociones de autonomía y  
autoridad militar (Bahía 1821-1823)**

36



*Abstract*

This paper explores the significance of the assembly of the Government Boards within the framework of the installation of liberal institutions, as part of political reform of the Portuguese liberalism in its effort to transform society, without overlooking the dialogue with absolutist tradition (religious and political). It seeks to problematize the analysis of the experience of the Junta of the Province of Bahia, mainly the difficulties of its establishment and operation, represented in a complicated relationship with the military command in the Province at the time of intense political conflicts within the dynamics of transition from colonial rule to national autonomy.

**Keywords:** Government Juntas; Province of Bahia; Autonomy; Military Authority.

*Resumen*

En este texto, se explora el significado de la creación de Juntas de Gobierno en el contexto de la instalación de instituciones liberales como parte de la reforma política del liberalismo portugués en su esfuerzo por transformar la sociedad portuguesa, mientras se mantiene en diálogo con la tradición absolutista (religiosa y política). Se objetiva problematizar el análisis considerando la experiencia de la Junta de la Provincia de Bahia, principalmente las dificultades de su establecimiento y funcionamiento, representadas en la complicada relación con el comando militar en esta Provincia en el momento del intenso conflicto político en la dinámica de la transición del dominio colonial a la autonomía nacional.

**Palabras clave:** Juntas de Gobierno. Provincia de Bahia. Autonomía. Autoridad militar

## Introdução

Nos estudos que tematizam o processo de emancipação da América Portuguesa, a Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820, é considerada marco deflagrador de espiral de ações e reações políticas decisivas para o futuro dos dois reinos.

Em termos de motivação para eclosão desse movimento revolucionário, cabe sublinhar o processo de deslocamento do centro político e econômico do Império Português, que migrou de Lisboa para a América, pela elevação do Brasil à condição de Reino Unido, cinco anos antes, em 1815, fato que alimentou insatisfações já existentes, e criou novas, com o que parecia ser inversão de *status* geopolítico e identitário. O ponto essencial de atrito estava na percepção de que estratégias definidas pelo governo do Rio de Janeiro visavam claramente à reestruturação do Império Português, tendo o Brasil como centro desse projeto, secundarizando ou sacrificando os interesses portugueses, o que teve profundas implicações na afirmação do orgulho nacionalista luso na época (ALEXANDRE, 1981, p. 17)<sup>3</sup>.

Esse processo foi fundamental para a formulação de percepções diferentes sobre papéis e lugares nesse cenário, balizados pelos parâmetros sociais de ser colono e reinol, provocando reações distintas, que influenciaram a definição das ações políticas adotadas por Portugal e pelo Brasil ao longo do século XIX, marcando ainda a projeção que um fazia sobre o outro e, evidentemente, na caracterização do complexo quadro de conflitos internos dos dois reinos (OLIVEIRA, 1999).

3 Sobre a diferença de posições assumidas pelos dois reinos e suas projeções sobre o quadro político, as pesquisas empreendidas pelo historiador português Valentim Alexandre, ensaiadas no texto *O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política*, mais bem desenvolvidas na obra monumental *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, de 1993, são as que mais se aproximam da discussão ensejada. Seu trabalho é considerado pelos estudiosos da área marco na historiografia portuguesa e boa parte da historiografia brasileira tem-se apoiado em sua análise. Significativa por apresentar discussão de fôlego sobre a crise do colonialismo, sua abordagem visa descortinar as origens da falência do projeto imperial português que se adensa ao longo do século XX, mas que tem na independência do Brasil, no século XIX, importante fator de deflagração. De seu trabalho, que fez uso de conjunto admirável de fontes, amplamente apoiado nos jornais portugueses do início dos oitocentos, advém a interpretação original de que o orgulho nacional ferido diante da troca de posições entre o território colonial e sua metrópole constitui o deflagrador da crise que alimentou o liberalismo português e resultou na Revolução Liberal em 1820. Estaria ainda na falta de habilidade dos liberais portugueses em negociar as demandas dos grupos econômicos do Brasil o caminho que resultou na perda da mais importante colônia de Portugal. Como sua preocupação é discutir o colapso do colonialismo, as análises possuem marca de um nacionalismo português passadista, glorioso, mas perdido, e, sobre o Brasil, para uma avaliação excessivamente marcada pelo ponto de vista metropolitano, o que não chega a ser deficiência, se entendida como opção intencional de abordagem desse historiador.



O nivelamento político e administrativo entre metrópole e colônia; a condição de dependência econômica do antigo centro metropolitano relativamente à possessão colonial; a desvantagem comercial em relação à Inglaterra, a que o país ibérico estava submetido e à ausência do monarca, aparentemente bem aclimatado em outro território, teriam sido os motivos para a mobilização de grupos econômicos reinóis no sentido de propor mudanças profundas na organização política e econômica do Império.

Ademais, ainda que importantes, entende-se que a força desses fatores não seja suficiente para o delineamento das questões políticas enfrentadas que sua profundidade sugere. Considerar o contexto de vivência do liberalismo português, com todas as suas especificidades, consistiu terreno fértil de análise em que essas questões consubstanciaram pautas ideológicas e projetos que exigiam reforma política alinhada com a expectativa reformista visando à construção de modernidade política portuguesa. Como assinala Ramos,

Os liberais procuraram estabelecer um novo sentido e fim para a vida portuguesa, a volta do modelo de cidadão independente e ilustrado, integrado na esfera do estado nacional, que conceberam como foco quase exclusivo de pertença e de lealdade. Com os liberais, a política em Portugal tornou-se uma forma de salvação terrena justificada pela crença no progresso (RAMOS, 2012)

É a fase da crença na eficácia do poder da política para efetuar transformações sociais e culturais em seus espaços originais de formação e irradiação pelos domínios coloniais. Dito isto, a interpretação adotada confirma a validade em refutar abordagem mecanicista dos acontecimentos, como se a sequência “Abertura dos Portos, Elevação a Reino Unido, Convocação das Cortes e Fico” possuísse lógica articulada para inevitavelmente resultar na Independência. O distanciamento cronológico e o conhecimento dos efeitos dessas ações conduzem a conclusões teleológicas, muito comuns na escrita da história, e minimiza a compreensão das questões em sua própria temporalidade e condicionamentos.

Nesse sentido, explora-se neste texto, o significado da montagem das Juntas de Governo no quadro da instalação de instituições liberais como peça de reforma política do liberalismo português em seu esforço de transformar a sociedade lusa, sem deixar de dialogar com a tradição absolutista (religiosa e política). Busca-se problematizar a análise considerando a experiência da Junta da Província da Bahia, especialmente as dificuldades de seu estabelecimento e funcionamento, representadas no complicado relacionamento com o comando militar no momento de intenso conflito político na dinâmica da transição do domínio colonial para a autonomia nacional.



## *Juntas governativas: instituição e finalidade*

o movimento político começa em Portugal com a instalação da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, que assumiu o governo e convocou as Cortes Gerais portuguesas, instituição absolutista, de caráter apenas consultivo, que não se reunia desde 1697, aspecto bem explorado pelas lideranças do movimento por recuperarem a instalação das Cortes de Lamego<sup>4</sup> como marco simbólico do pacto político original entre o rei e o povo luso, evidenciando um futuro passadista que busca a modernidade enraizada na tradição das instituições e dos valores políticos lusitanos, e na história como chancela das ações do presente.

Em setembro, o movimento chegou a Lisboa, sendo instaurado governo interino e destituída a Regência no governo desde a partida de D. João VI para o Brasil. Na sequência, formou-se a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, resultante da junção do governo interino de Lisboa e da Junta Provisória estabelecida no Porto, tendo por atribuição a elaboração de instruções eleitorais para convocação das Cortes.

A montagem das Juntas, em continuidade ao que ocorreu na origem do movimento, insere-se na necessidade de organização que viabilizasse os novos procedimentos para tomada de decisão e representação políticas, efetivando já um dos princípios mais poderosos do liberalismo oitocentista.

Assim, em 29 de setembro e 1 de outubro de 1821, D. João VI assinou decreto que alterava “provisoriamente” a administração das capitanias, transformando-as em províncias governadas por Juntas Governativas, também provisórias, integradas por cinco ou sete membros. Competia às Juntas “*toda a autoridade, e jurisdição na parte civil, economica administrativa, e de policia, em conformidade das Leis existentes*”. As Juntas eram necessárias para organização e execução das etapas da eleição de deputados das Cortes, conforme se observa no texto do decreto:

Art. 1º Em todas as Províncias do Reino do Brasil, em que até o presente havia Governos Independentes, se criaram Juntas Provisórias do Governo Independente, as quais serão compostas de sete Membros naquelas Províncias, que até agora eram governadas por Capitães Gerais; a saber: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, e Goiás; e de cinco Membros em todas as mais Províncias, em que até agora

4 Trata-se de mito historiográfico sobre a origem de Portugal e envolve a possível realização de reunião das Cortes, representadas pelo clero, nobreza e povo, na igreja de Santa Maria de Almacave, em Lamego, em 1143. Nela, D. Afonso Henriques teria sido aclamado rei pactuando conjunto de leis sobre a independência de Portugal, a sucessão do trono (afastando os castelhanos), a nobreza e a justiça. Essas leis legitimavam a eleição em Cortes do mestre de Avis. Teve por base o documento “Justa aclamação do sereníssimo rei de Portugal D. João o IV”, de Francisco Velasco de Gouveia, escrita em 1644, no contexto de necessária reafirmação identitária em razão da Restauração de 1640.



não havia Capitães Gerais, mas só Governadores, incluídos em um e outro número o Presidente e Secretario

Art. 2º Serão eleitos os membros das mencionadas juntas por aqueles eleitores de paróquia da província que puderem reunir-se na sua capital, no prazo de dois meses, contados desde o dia em que as respectivas autoridades da mesma capital receberem o presente decreto

Art. 10º Todas as Províncias, em que até agora havia Governadores, e Capitães Generaes, terão daqui em diante Generaes encarregados do Governo das Armas, os quaes serão considerados como são os Governadores das Armas da Província de Portugal, ficando extincta a denominação de Governadores e Capitães Geraes<sup>5</sup>.



As formas de representação política local não podem ser consideradas estranhas ao mundo da política do Antigo Regime, espraiando-se pelos territórios coloniais. A documentação burocrática colonial é farta nesse sentido. É importante registrar que a imagem de monarquias realmente absolutistas, com soberanos tirânicos e isolados, em que o poder foi exercido rigidamente pelo rei, é construção dos teóricos do liberalismo na operação de desqualificar as experiências monárquicas no que elas tinham de mais crítico: a concentração de poderes e o monopólio real das decisões. Como resultado do movimento historiográfico revisionista do período colonial, novas pesquisas têm permitido o entendimento da formação da sociedade colonial com reconhecimento de formas múltiplas de atuação e envolvimento dos colonos no projeto colonial, do perfil particular de organização do poder e das especificidades do modo de governar em terras coloniais.

Essas dimensões de representação local em tempo de luta por independência foram fundamentais. Para o historiador argentino José Carlos Chiaramonte, ao analisar as instituições camarárias na articulação do movimento de independência platino, as municipalidades foram esferas catalisadoras da identidade política, no caso em análise pelo historiador, ser espanhol da América, em cujo bojo era possível inserir conceitos e vivências que davam sentido aos projetos políticos das lideranças nascidas nas unidades administrativas das colônias espanholas da Bacia do Prata (CHIARAMONTE, 1989).

Pode-se afirmar que algo semelhante ocorreu na América Portuguesa, essencialmente no que tange ao papel das Câmaras, instância bastante freqüentada e ambicionada pelos ditos “homens bons”, os senhores de

5 BRASIL. Decreto de 1º de setembro de 1821. Sobre a organização da Junta provisória e Governo das Armas da província de Pernambuco. *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, p.34-35, 1889.

terras e escravos detentores de cabedal econômico e simbólico que os qualificasse para o exercício do poder local. Cabia a elas convocar as chamadas Juntas Gerais em tempos especiais de agitação política ou social, às quais se obrigavam a comparecer as autoridades executivas, judiciárias, financeiras e militares (SILVA, 1986, p. 280). Nas decisões tomadas na revolução liberal portuguesa, as câmaras não foram destituídas, mantendo sua função na estrutura administrativa do poder absolutista. Nesta fase, as Juntas funcionariam como intermediária das municipalidades e os poderes da monarquia constitucional, ainda a terem seu funcionamento definido pelas Cortes.

Em 31 de outubro do mesmo ano, foram expedidas as primeiras instruções para eleição de deputados para as Cortes Gerais, incluindo apenas representantes de Portugal, o que provocou grande descontentamento. As instruções foram republicadas em novembro, após serem reelaboradas, definindo proporcionalidade na representação do total de indivíduos na nação portuguesa, incluindo os domínios ultramarinos e abandonando a divisão tradicional da sociedade em três ordens: clero, nobreza e povo. O decreto de 29 de setembro de 1821 trazia orientações das Cortes portuguesas para a montagem das Juntas de Governo Provincial no Brasil.

### *Juntas de Governo Provincial: a da Bahia em pauta*

o engajamento das elites coloniais na causa do movimento vintista e o atrelamento às Cortes em Portugal foram realizados a partir de duas formas: através de eleições e convocação de deputados das províncias da América Portuguesa para se juntar aos demais deputados portugueses e decidir, em assembleias, o futuro do Brasil e de Portugal; e por meio da instalação, em 1821, de juntas governativas nas províncias, que, ao responderem diretamente a Lisboa, conquistavam autonomia, tão cobiçada pelas elites do Norte, em relação ao Rio de Janeiro. Contudo, essa autonomia deve ser relativizada, pois apesar do poder de decisão sobre os problemas locais, as elites políticas das províncias, que apoiavam as Cortes portuguesas, continuavam submissas, uma vez que as atividades fiscais e militares permaneciam controladas por Lisboa. Sobre os encargos das duas partes, cabe registrar:

Cabia às juntas provisórias de governo a autoridade e a jurisdição sobre as áreas civil, econômica, administrativa e policial, respeitando “religiosamente as leis sem a possibilidade de revogação ou alteração”. E mais: tais juntas submeteriam todos os magistrados e autoridades civis ao poder contencioso e judicial que caberia ao governo do reino e às cortes. A fazenda pública ficaria sob a administração do membro mais antigo. Definiu-se também a criação dos cargos de go-

vernadores de armas e comandante de armas (submissos às cortes e independentes das juntas), em importante função no exercício do controle da força e no domínio do poder local (ANTÔNIO, 2012, p. 104).

Como consequência do desligamento de algumas províncias em relação à Corte portuguesa no Brasil, houve certa “descentralização do poder real”, aqui aspada porque nunca foi efetiva, uma vez que apenas se voltam para outro centro político, o que leva a pensar muito mais em ofensiva à hegemonia do Rio de Janeiro frente às demais províncias. Além disso, para as Cortes portuguesas, D. Pedro perderia sua função assim que os trabalhos das juntas estivessem consolidados. Diante dessa realidade, iniciou-se movimento das elites do centro-sul, com chancela da nobreza, com vista a estabelecer projeto de governo em que o Príncipe Regente continuasse no poder e que os ânimos dos grupos locais insatisfeitos fossem acalmados.

Acredita-se que muitas dessas questões, a inovação e limites do significado das Juntas, possam ser exemplificadas na análise das relações entre a força militar portuguesa e as representações do poder político civil expresso na Junta de Governo e na Câmara Municipal na Província da Bahia durante o processo de independência do Brasil, nos anos de 1822 e 1823. Essa situação de crise teve seu ápice na nomeação, por D. João VI, do brigadeiro português Madeira de Mello para o Governo das Armas da Província da Bahia, ato apoiado por ala majoritária de deputados portugueses que ocupavam assento nas Cortes Gerais de Lisboa.

As tensões entre Madeira de Mello e os conselhos administrativos sediados na capital da Província tiveram ressonância em discursos nas Cortes de Lisboa, travando-se debate entre deputados baianos e portugueses. No bojo dessa discussão estava a questão da autonomia da Junta de Governo da Província nos assuntos políticos da região da Bahia, refletindo, assim, querela entre a unidade da nação portuguesa em torno do centro de poder português, representado pelas Cortes e pelo rei, e a ideia de as províncias poderem ser dotadas de autonomia através da instauração e manutenção de instituições que pudessem conferir algum tipo de poder a suas elites políticas, no que tange ao controle das rendas de suas respectivas fazendas públicas e demais elementos do patrimônio do Estado (CARVALHO, 1998, s/p).

É preciso não perder de vista que a ampliação do efetivo militar português era maneira de manter a Bahia, Província cujos representantes políticos haviam manifestado posição autonomista, com *status* político subordinado à Coroa.

Em 10 de fevereiro de 1821, pronunciamento militar enunciado pelo coronel Freitas Guimaraens marcou a manifestação de adesão da Bahia às Cortes de Lisboa e de seu compromisso com a formação de bancada que



participaria da elaboração da constituição que essa assembleia promulgaria. Esse movimento foi influenciado pela autorização que as Cortes deram às províncias de criar Juntas de Governo que lhes conferiam autonomia na administração dos impostos, do Estado e da ordem interna, sendo o Governo das Armas escolhido por essa Junta. Porém, a ala majoritariamente portuguesa das Cortes, à frente de sua presidência, além de representar forte corrente de opinião, decidiu recuar dessa decisão, tomando medidas que representavam retrocesso para as províncias aderentes ao projeto de autonomia das províncias. Entre as bancadas que mais ofereceram essa resistência, é preciso destacar a da Bahia.

Segundo o Decreto 124 das Cortes Gerais de Lisboa, além das Juntas de Governo, as províncias seriam governadas também pelo Comando das Armas, que se constituiria enquanto poder independente da Junta, colaborando ambas na governabilidade das províncias<sup>6</sup>.

Por mais que a presença militar do Governo das Armas português fosse encarada como instituição arbitrária e autoritária pelas elites civis da Bahia, ressalte-se que a própria Junta de Governo da Província havia tomado medidas reativas no sentido de exercer vigilância e até mesmo controle sobre a opinião pública em sua capital. Exemplo disso está no episódio da suspensão do periódico *Diário Constitucional* pela Junta eleita, entre 15 de dezembro de 1821 e 8 de fevereiro de 1822, período que compreendeu a transição entre a segunda e a terceira Juntas e que foi marcado pela disputa entre portugueses e baianos acerca de sua legitimidade constitucional. Segundo o memorialista Ignácio Accioli, que foi combatente na Guerra de Independência, sem o *Diário Constitucional*, não houve, na imprensa local, vozes contrárias à reeleição dos membros da Junta anterior (ACCIOLI, 1931, p. 293).

A Junta havia constituído Comissão de Censura que procurou direcionar a veiculação das ideias políticas na capital da Província da Bahia, e a última Junta, constatando a má recepção dessa instituição pela opinião pública, aboliu-a logo no início de sua gestão (SIQUARA, 2012, p. 54). A Comissão de Censura era encarada pela população da Cidade da Bahia como empecilho ao conhecimento dos princípios liberais constitucionais e restrição ao exercício político da população local perante a Revolução do Porto (SIQUARA, 2012, p. 54).

A análise dos discursos da última Junta Provisória de Governo, exarados em ofício datado em 8 de março de 1822 e assinado por seus integrantes - Filippe Ferreira de Araujo e Castro, Francisco Vicente Vianna (presidente da Junta), Francisco Carneiro de Campos, Francisco Martins da Costa Guimarães, Francisco Elesbão Pires de Carvalho Albuquerque, Manuel Ignacio da Cunha Menezes, José Cardoso Pereira de Mello, An-

6 PORTUGAL. Diários das Cortes Gerais. Ata 188, sessão de 29 de setembro de 1821.



tonio da Silva Telles -, evidencia a dificuldade de ela se impor como instituição de representação política perante o Governo das Armas, apesar de ser composta, em parte, por grandes proprietários nascidos na terra.

No ofício endereçado ao monarca, os conselheiros da Junta reforçaram a campanha dos proprietários nascidos na Província da Bahia contra o poder militar, comandado por Madeira de Mello, argumentando, inclusive, sobre a desnecessidade do destacamento militar, que, segundo as lideranças baianas, continuava causando desestabilização da ordem pública. Relata o ofício:

Havendo finalmente desde longo tempo também pequenas rivalidades e antipatias entre os paisanos brasileiros e europeus das classes menos inteligentes, assim como acontece ainda entre os naturais das diversas províncias do reino, eram estes antes da chegada das tropas quase nulas e perfeitamente neutralizadas pelos laços da amizade, casamento e relações de comércio, de sua natureza amigáveis e pacíficas<sup>7</sup>.

Como não possuíam comando militar direto sobre os batalhões de primeira linha, pois estes estavam sob o controle dos oficiais portugueses, leais a Madeira de Mello, os conselheiros baianos se viram diante o desafio de construir autoridade política através do estabelecimento de diálogo com o rei D. João VI. Essa legitimidade acabava sendo construída retoricamente através da ideia de que o poder concentrado nas mãos de um comando militar não era suficiente para conservar ordem e coesão da população em torno da autoridade do Estado.

Os conselheiros seguiam alertando que “A Junta inerte tem de ser mera espectadora dos atos daquele poder os mais violentos e irregulares, e achando-se reduzida a um simples fantasma, torna-se incapaz de sustentar sua autoridade nas ocasiões de maior crise e no meio de castas as mais heterogêneas”<sup>8</sup>. Esse discurso acabava tendo reforço no fato de terem ocorrido, no mês anterior, confrontos armados, entre os batalhões leais a Madeira de Mello e aqueles que o eram a Freitas Guimaraens, que chegaram ao conhecimento do príncipe D. Pedro, regente no Brasil, e do rei D. João VI.

Ainda no mês de março de 1822, nas Cortes de Lisboa, surge a discussão sobre a presença de tropas portuguesas em algumas províncias, dentre elas, a da Bahia, em que o deputado, identificado nos Diários como “Bastos”, argumentou que era preciso enfatizar a união entre Brasil e Portugal, não medindo esforços para “dissipar os obstáculos, que possam impedir a dita união”. Entre esses obstáculos, o deputado se referiu

7 BAHIA. Correspondência Oficial das Províncias. Junta Provisória de Governo do Governo da Bahia. 8 de março de 1822, p. 284.

8 Ibid., p. 285.

às “tropas de Portugal nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por isso que esta tropa longe de apaziguar os ânimos pelo contrário serve de fomentar a discórdia”<sup>9</sup>. Assim, para esse deputado português, mesmo reconhecendo que a presença militar lusitana causava discórdias nas províncias, como os conflitos ocorridos na Bahia, era necessário conservar o *status* de primazia portuguesa através das tropas, justificada com a ideia de união entre Brasil e Portugal.

Os membros da Junta Provisória de Governo também solicitaram ao Rei medidas que, segundo eles, eram importantes para satisfazer os anseios de pequenos proprietários e lavradores. As propostas em questão consistiam na isenção de impostos sobre mantimentos e perdão de dívidas sobre a produção agrícola, compensando-se a perda de arrecadação através da taxação de bebidas e produtos consumidos pelas classes mais abastadas:

O povo da província, que com tanta alacridade tem abraçado a causa da constituição, pouco apto, principalmente nas classes inferiores, a apreciar convenientemente os sublimes princípios de direito público, que a seu favor se têm já estabelecido nas bases da constituição, e na parte desta que se acha constituída, reclama talvez, para que se firme e fortifique na sua adesão, por alguns regulamentos de imediato e sensível conforto; a absoluta franqueza e a isenção dos impostos nas carnes verdes e nas farinhas, que constituem o pão ordinário do país, assim como o perdão da décima ao proprietário pobre, que só tem uma casa em que mora, produziram talvez o melhor efeito moral em toda a província, podendo aliás a fazenda indenizar-se talvez destes valores sobre as aguardentes e outros objetos de luxo<sup>10</sup>.

Essa instrução, como se verá, também foi encaminhada à bancada pelo ex-secretário da primeira Junta, José Lino Coutinho. Era evidente o empenho da deputação da Bahia em equacionar os conflitos em que a Junta de Governo local estava envolvida. Texto assinado por Cipriano Barata e Domingos Borges defendia que era preciso extinguir “impostos gravosos que as Juntas prometiam extinguir, mas não cumpriam”<sup>11</sup>. Atender essas pautas representaria oferecer à Junta de Governo meio de se colocar de forma mais altiva perante o Governo das Armas enquanto representação política, pois, ao que parece, tanto a Junta quanto as Câmaras, em especial a da capital, passaram a não ter o crédito almejado em virtude de sua adesão ao movimento constitucional que gerou as Cortes de Lisboa.

9 PORTUGAL. *Diário das Cortes de Lisboa*. Oito de Março de 1822, p. 420.

10 BAHIA. *Correspondência Oficial das Províncias*. Junta Provisória de Governo do Governo da Bahia. 08 de março de 1822, p. 284.

11 PORTUGAL. *Diário das Cortes Gerais de Lisboa*. Sessão de nove de fevereiro de 1822, p. 172.

Por outro lado, o Brigadeiro Madeira de Mello também buscou disputar a narrativa dos acontecimentos, correspondendo-se com o rei D. João VI e as Cortes de Lisboa. O comandante português não hesitou em elencar, em carta dirigida às Cortes de Lisboa, acusações ao Movimento Constitucional da Bahia, inclusive à Junta de Governo da Província, por “se oporem à execução da minha posse”<sup>12</sup>.

O militar português reivindicava, no mesmo documento, a confiança no tocante a defender a união entre Portugal e Brasil, argumentando que todo aquele “que for verdadeiro constitucional há de apoiar esta minha deliberação e ser o primeiro em se unir a mim em requerer a V. Magestade e El-Rei forças da Europa para conservar o Brasil”<sup>13</sup>. Nessa correspondência, Madeira de Mello pedia reforço militar e legitimidade para comandar com “mãos de ferro” a repressão a qualquer movimentação que pudesse questionar seu governo na Província.

O fato é que, além da questão do reforço militar lusitano na Província, a própria pessoa de Madeira de Mello era questionada por não ter sido um dos que se pronunciaram em favor da adesão da Bahia às Cortes de Lisboa. Por isso, Lino Coutinho, temendo que o movimento constitucionalista na Bahia tomasse rumo não desejado por aqueles que, como ele, haviam integrado a Junta Provisória, protestava, nas Cortes de Lisboa, contra a nomeação de Madeira para o Governo das Armas na Bahia, afirmando que o brigadeiro português era “um homem que foi contrário à Constituição no dia 10 de Fevereiro, que levou seu batalhão para a parte do despotismo, e que se mostrou o mais inconstitucional”<sup>14</sup>. O discurso de Coutinho procurava pôr à prova a lealdade de Madeira de Mello às Cortes, desmentindo o brigadeiro, que, em suas correspondências, jurava lealdade ao pacto monarquista constitucional.

Continuava o protesto do deputado contra o Governo das Armas na Bahia, chancelado por D. João VI e pela direção das Cortes, afirmando que “escandaliza muito à Província da Bahia, pois que se há alguma que tenha dado a Portugal mais provas da sua adesão, e lhe tenha feito mais serviços, é de certo a Província da Bahia”<sup>15</sup>.

12 Ofícios Dirigidos pelo General Madeira de Mello às Cortes de Lisboa. Publicados em: TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

13 Ibid., p. 135.

14 PORTUGAL. *Diário das Cortes de Lisboa*. Sessão de 30 de Abril de 1821, p. 1014.

15 Ibid.



Até mesmo Luís Paulino, talvez, de todos os deputados baianos, o mais ligado à Coroa, por ser interlocutor entre ela e as Cortes em determinados momentos, na sessão de 21 de maio de 1822, ao defender a manutenção das forças de defesa portuguesas em Salvador, sem a necessidade de reforços, questionou seus colegas parlamentares: “Em que mãos está a força?”, afirmando logo em seguida que “está nas mãos das tropas europeias”<sup>16</sup>. Para Luis Paulino, o efetivo militar ali presente em batalhões luso-baianos de primeira linha era suficiente para manter a Província unida a Portugal.

Em seguida, Lino Coutinho argumentou que “nem são estas medidas duras, e nem a remessa de tropas as que hão de consolidar a união do Brasil”<sup>17</sup>, dando a entender que as Cortes deveriam respeitar os poderes civis constituídos nas províncias, especialmente na da Bahia, não os forçando a aderir a projeto de Estado baseado em união entre os dois reinos com comandos militares que apenas se dirigiram a Lisboa.

Domingos Borges, corroborando a opinião de Lino Coutinho, alegou a “falta de naturalidade” das tropas portuguesas na Bahia, pois “nenhum laço os prende a este país”, sendo que as forças lusitanas “não vestem a mesma farda que os do país”<sup>18</sup>. Era mais uma fala que expressava a visão de incompatibilidade de projetos políticos entre àqueles que defendiam pacto baseado em entrelaçamento entre as províncias e a deputação lusa que queria garantir Lisboa como centro dominante de poder político.

Em primeiro de julho de 1822, o deputado Cipriano Barata criticou a defesa do Governo Militar na Bahia, na figura do brigadeiro Madeira de Mello, por parte dos deputados portugueses, afirmando, em plenário, que os deputados da Bahia “representam um país debelado, e governado militarmente pelo despotismo do Brigadeiro Madeira, contra o sistema livre constitucional; e ninguém deve duvidar que depois das expedições militares para a Bahia, os clamores da representação brasileira são vozes que clamam no deserto”<sup>19</sup>. Naquele momento, já estava em curso a Guerra de Independência na Província e, na batalha de discursos em plenário, o cenário era de difícil acordo entre deputados da Bahia e de Portugal, em especial por parte dos baianos, que defendiam arranjo político baseado na igualdade entre os reinos e as províncias.

Ainda no mês de julho, precisamente no dia 20, Cipriano Barata clamou que “Os povos não podem mais sofrer: ninguém sabe que coisa é um

16 PORTUGAL. *Diário das Cortes de Lisboa*. Sessão de 21 de Maio de 1822.

17 *Ibid.*

18 *Ibid.*

19 *Ibid.* Sessão de 01 de Julho de 1822.



governador de armas independente do governo civil”<sup>20</sup>. Mesmo alegando não conseguir diálogo com os deputados portugueses, o deputado baiano ainda insistia em argumentar que o governo de Madeira de Mello não era capaz de garantir o exercício do governo constitucional na Bahia, alegando que os militares portugueses estavam sendo “déspotas, insubordinados, insolentes e cruéis”<sup>21</sup>.

Em 22 de julho de 1822, Cipriano Barata também passou a apelar para a situação do Recôncavo, que, segundo o deputado, estava cercado por “um cordão de guerrilhas desde o Morro de São Paulo, Jiquiriçá, Nazaré, Aldeia, Iguaripe, Maragogipe, Cachoeira, Iguape, Santo Amaro, etc.”<sup>22</sup>. E, ao mesmo tempo, argumentava que esse cerco colocava “as Tropas Europeias perdidas, porque a fome as há de entregar”<sup>23</sup>.

Cipriano Barata foi a voz da bancada baiana que mais se mostrou combativa no sentido de trazer à tona em plenário a situação bélica da Bahia como forma de enfatizar o papel da Província no compromisso constitucional do lado americano para com as Cortes de Lisboa. Esse posicionamento acompanhou Barata após seu rompimento com aquele congresso, mesmo estando fora da Bahia.

Em suma, observa-se que, mesmo diante da impossibilidade de sustentar autonomia e autoridade política na Província, as lideranças baianas com a representatividade política da Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa e nos conselhos sediados em Salvador não perdiam de vista o princípio de que somente era possível manter a união entre Portugal e as províncias do Brasil através de equilíbrio de poder entre a Junta de Governo e o Governo das Armas.

É, no entanto, possível observar também que, no caso da Junta, havia discurso favorável ao rei D. João VI e, conseqüentemente, às Cortes, pelo fato de ela inspecionar a correspondência entre o monarca e autoridades do Brasil (CAVALCANTE, 2016, p. 98), o que a colocava como legítima protagonista da conservação da coesão social da região da Bahia ameaçada por convulsões, que, segundo a Junta, eram causadas pela postura bélica de Madeira de Mello, ou seja, não questionando a existência da instituição do Governo das Armas, a ideia era se opor à supremacia deste sobre os conselhos locais.

Como eram esses conselhos que pactuavam a condução dos deputados à experiência constituinte de Lisboa, havia consenso na bancada baiana quanto a defender, ao menos, a sobrevivência política da Junta de Governo.

20 Ibid. Sessão de 20 de Julho de 1822.

21 Ibid.

22 Ibid. Sessão de 22 de Julho de 1822.

23 Ibid.



Em 20 de outubro de 1823, decreto de Pedro I pôs fim as Juntas Governativas vinculadas a Lisboa, extinguindo-as e criando o cargo de Presidente de província, a ser assistido por conselho local.

### *Considerações finais*

na Constituição de 1824, que marca existência do Brasil como nação independente, determinou-se que as províncias do Império seriam governadas por Presidente indicado pelo Imperador e assessorado pelo Conselho Geral da Presidência e pelo Conselho Geral de Província, de caráter consultivo, ou seja, sem poder para elaborar leis. Sustenta-se aqui que essas instituições guardam relação com a experiência da montagem das Juntas. Historiadores, como Maria de Lourdes Viana Lyra, avaliam essa decisão como “retrocesso, em comparação com a prática de Juntas de Governo eleitas pela representação local, que vinha sendo adotada desde o fim do absolutismo” (2000, p. 37). No entanto, é possível aventar que as Juntas não foram de fato extintas e substituídas, mas, sim, aperfeiçoadas por meio da criação de outra instituição, o Conselho Geral da Província.

Ainda que fossem órgãos conhecidos do repertório político português, destaque-se que as Juntas, como instaladas, foram pensadas para serem arranjos provisórios de poder visando à organização política prévia no contexto revolucionário, mas significaram muito em termos de aprendizado frente ao projeto dos grupos que compunham as elites coloniais, ávidas por participar de mecanismos que pudessem permitir o poder de decidir questões econômicas, tributárias e civilizacionais. Por isso, tornaram-se pontos de tensão e disputa, como se observou na querela sobre o comando militar na Província da Bahia.

A autonomia das instituições de representação política naquelas circunstâncias, os planos, no ideário liberal do congresso em Lisboa, esboçados para o formato da representação regional apresentavam tendência descentralizadora, na medida em que procuravam estabelecer e consolidar o poder local através dessas Juntas. Dotadas de expectativa autonomista, esse arranjo acenava com a possibilidade de assegurar a participação nos negócios públicos dos grupos políticos locais. Contudo, as deputações dos representantes da América duramente constataram que as formulações defendidas pelas Cortes provocavam o esvaziamento de poder das Juntas, não correspondendo à presumível contemplação de vantagens inicialmente acenadas.

De curta existência, mas de fundamental significado de experimentação, como se demonstrou, esses órgãos de representação política local não eram estranhos ao mundo do colono, acostumado a ver na câmara municipal de sua vila os modos de participar das discussões que afetavam diretamente seu cotidiano. Longe de criar visão democrática que o



desejo por autonomia sugere, a exigência de credenciais político-sociais dos indivíduos das elites coloniais que dela pudessem participar fez com que a formação das Juntas se alinhasse com as demandas da modernidade de conteúdo liberal, principalmente no que tange a discussões sobre autonomia local e, mesmo guardando reminiscência da tradição absolutista, constituísse experiência que testou, na prática, os limites das concepções liberais.

## Referências

CCIOLI, Inácio. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: imprensa oficial do estado, 1931.

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

\_\_\_\_\_. O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. In: PEREIRA, Miriam H.(et alli). **O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira metade do século XIX**. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981.

ANTONIO, *Edna Maria Matos*. A “**independência do solo que habitamos**”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831). São Paulo/UNESP; Cultura acadêmica, 2012.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, 2003.

CAVALCANTE, Daniele Machado. **Entre o Brasil e Portugal**: A trajetória de Luis Paulino Pinto da França (1771-1824). Dissertação de Mestrado em História Local e Regional. Santo Antônio de Jesus/BA: UNEB, 2016.

CHAVES, Cláudia. **Os Poderes regionais e a construção política do espaço**: as complexas jurisdições da administração fazendária no Brasil entre 1821-1823. Almanack n.18 Guarulhos Jan./Apr. 2018. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332018000100182&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332018000100182&script=sci_arttext).

DE CARVALHO, Marcus JM. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998. Acesso: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext)

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: FCE, 2010.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político – Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

LEMOS, Antônio Cleber da Conceição. **Da “causa constitucional” à “causa da independência”**: os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1823). Dissertação de Mestrado em História e Cultura/UFS. São Cristóvão, 2018.



LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil – bastidores da política. 1798-1822.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994

PALACIOS, Guillermo. (org.). **Ensayos sobre la nueva historia política.** México: El Colegiodel México, 2007.

PAQUETTE, Gabriel B. **Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850,** Cambridge University Press, 2013.

PEDREIRA Jorge; COSTA Fernando Dores. **D. João VI - um príncipe entre dois mundos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMOS, Rui. **O liberalismo português como problema religioso:** introdução ao livro “Igreja e sociedade portuguesa. Disponível: [https://www.snpcultura.org/o\\_liberalismo\\_portugues\\_como\\_problema\\_religioso.html](https://www.snpcultura.org/o_liberalismo_portugues_como_problema_religioso.html)

SIQUARA, Marcelo Renato. **Independência ou morte em Salvador:** o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823). Dissertação de mestrado. PPGH-UFBA. Salvador, 2012.

SILVA, Maria B. Nizza da (coord.). **Nova História da Expansão Portuguesa – império luso-brasileiro, 1750-1822.** Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.



## *Documentos*

BAHIA. **Correspondência Oficial das Províncias.** Junta Provisória de Governo do Governo da Bahia. 1821-1822.

BRASIL. Decreto de 1º de setembro de 1821. **Sobre a organização da Junta provisória e Governo das Armas da província de Pernambuco.** Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p.34-35, 1889.

CARVALHOSA Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e. Memória para a história e theoria das Côrtes geraes, que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino; ordenadas e compostas no anno de 1824. Parte I, Lisboa, 1827;

COLEÇÃO dos Decretos, **Resoluções e Ordens das Cortes Gerais,** Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa desde a sua instalação em 26 de janeiro de 1821. Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822. p. 225-226.

LISBOA. José da Silva. **Memória dos Benefícios Políticos do governo de el-Rey Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1818. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4232> Acesso em 28 de dezembro de 2017.

OFÍCIOS Dirigidos pelo General Madeira de Mello às Cortes de Lisboa. In: TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

PORTUGAL. **Diários das Cortes Gerais.** 1821-1822



# Comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe: Um olhar a partir das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

*Cristiano Ferronato*<sup>1</sup>

*Maristela Andrade*<sup>2</sup>

*Patrícia Batista*<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo apresenta reflexões derivadas da investigação realizada sobre o processo de construção da memória coletiva do povo sergipano a partir da comemoração de data cívica, 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE em 1920. O fio condutor desta trama corresponde à análise da dinâmica política/intelectual construída em torno da celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe, organizada pelos membros daquele Instituto e registrada em sua revista, e do esforço empreendido em resgatar e perpetuar as gerações vindouras traços da história de Sergipe, por meio do reavivar de símbolos, imagens, documentos históricos e da construção de novos elementos voltado à identidade local.

**Palavras-chave:** Memória, História política de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

- 1 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Docente da Universidade Tiradentes-Sergipe nos cursos de Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado da mesma instituição. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Pesquisador do Instituto de Tecnologia e Pesquisa-ITP. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: cristianoferronato@gmail.com
- 2 Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/Unit), mestre em História, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui pós-graduação lato sensu em Escola e Comunidade, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduação lato sensu em Docência e Tutoria em Ensino a Distância, pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduação em História Licenciatura, pela Faculdade José Augusto Vieira (FJAV). Graduação em Ciências Naturais, pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Membro do grupo do Grupo de pesquisa História da Educação no Nordeste – (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: maristella.andrade@hotmail.com
- 3 Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes-(PPED/Unit), com Bolsa PROCAPS/Unit. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Graduada em Docência e tutoria em Educação a Distância pela Universidade Tiradentes (2012), Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (2009), Pós-Graduada em Gestão da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (2002), Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: prof.patriciaabs@gmail.com



**Commemoration of the first  
centenary of the political  
emancipation of Sergipe: A  
look from the magazines of  
the historical and geographic  
institute of Sergipe (IHGSE)**

**Commemoración del primer  
centenario de la emancipación  
política de Sergipe: una mirada de  
las revistas del Instituto Histórico  
y Geográfico de Sergipe (IHGSE)**

53



*Abstract*

The article presents reflections derived from the investigation carried out on the process of construction of the collective memory of the Sergipe people starting from the commemoration of a civic date, July 8, at the Historical and Geographical Institute of Sergipe - IHGSE in 1920. The guiding thread of this plot corresponds to the analysis of the political / intellectual dynamics built around the celebration of the first centenary of Sergipe's independence, organized by the members of that Institute and recorded in its magazine, and of the effort undertaken to rescue and perpetuate the coming generations traces of Sergipe's history through the revival of symbols, images, historical documents and the construction of new elements focused on local identity.

**Keywords:** Memory, Political history of Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

*Resumen*

El artículo presenta reflexiones derivadas de la investigación realizada sobre el proceso de construcción de la memoria colectiva de la gente de Sergipe desde la conmemoración de la fecha cívica, el 8 de julio, que tuvo lugar en el Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe - IHGSE en 1920. El hilo conductor de esta trama corresponde El análisis de la dinámica política / intelectual construida alrededor de la celebración del primer centenario de la independencia de Sergipe, organizado por los miembros de ese Instituto y registrado en su revista, y el esfuerzo realizado para rescatar y perpetuar las huellas de la historia de Sergipe de las generaciones futuras. El resurgimiento de símbolos, imágenes, documentos históricos y la construcción de nuevos elementos destinados a la identidad local.

**Palabras clave:** Memoria, La historia política de Sergipe, Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe.

## Introdução

Comemorar é reviver de forma coletiva a memória de acontecimento histórico considerado relevante pelo grupo social que, ao contribuir para modificar a vida de toda uma sociedade, torna a celebração significativa. Assim, manifestações culturais resultam da construção de seu processo histórico, representado pelo resgate e pela apropriação da memória e da realização de eventos voltados a construir ou perpetuar elementos simbólicos que atuam na construção de uma identidade comum.

A memória histórica, para complementar a sua expressividade e efetividade, pode ser materializada em eventos e monumentos materiais ou não materiais, que precisam de ritualização para se manter vivos no grupo social que os gerou. Daí surge a necessidade da instauração das comemorações nacionais e de todo o seu ritual simbólico.

Para Paul Ricoeur, a reflexão sobre o tempo é trilha pela qual o historiador precisa enveredar para melhor entender sua prática disciplinar. Por isso, as comemorações são fascinantes objetos de estudo, visto que elas se transformam em simbologias e monumentos capazes de perpetuar atos que, se não celebrados, tenderiam a ser relegados à zona de esquecimento humano, uma vez que a memória é seletiva e falha.

Muito do que se conhece de memória é colocado em museus, bibliotecas, expostos em praças públicas e mesmo difundido por meio de hinos, como sinal de reconhecimento e marco, enfim, de ato significativo do passado. O centenário da independência sergipana, por exemplo, teve como elementos de eternização do passado o busto de Tobias Barreto, a composição do hino de Sergipe e a definição da bandeira do Estado.

A celebração estudada enquadra-se no universo teórico-metodológico da história política renovada<sup>4</sup> apoiada na perspectiva político-cultural, voltada não só a recuperar antigos conceitos de sua produção, mas a incorporar nesse conhecimento novos olhares e novas formas de entender problemas históricos/historiográfico como o surgimento dos Estados modernos. Assim, o estudo das construções simbólicas e representações políticas sobre o passado constituem tema fecundo, possibilitando a discussão da formação das identidades. Nessa perspectiva teórica, abordamos a celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe.

4 Movimento inaugurado por René Rémond (1981-2007), ao revalorizar e renovar a história política na França como resposta à visão tradicional do político na História. A História Política Renovada, segundo José D'Assunção Barros (2008), abriu espaço para o estudo de novas modalidades de poder, presentes na vida cotidiana, nos sistemas de representações, na expressividade do uso das palavras e dos discursos (os chamados micropoderes), além de corresponder a uma perspectiva histórica vista a partir das massas anônimas, dos de 'baixo', o indivíduo comum, rompendo com o estudos das excepcionalidades das grandes figuras e atos políticos, característicos da história política tradicional.



A tarefa de buscar e analisar o periódico comemorativo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe demonstra que, ao se celebrar o passado, estabelece-se elo entre este e o presente da memória, relação capaz de ‘eternizar’ atos memoráveis que devem ser retomados constantemente.

A análise da data de 8 de julho de 1920 é necessária por entender que ela marca o início de nova etapa administrativa e a consolidação do evento que redefiniu as diretrizes da política sergipana com relação a Capitania Baiana. O marco é o ponto de partida para uma nova escrita da trajetória histórica do povo sergipano, registrada a partir de momentos distintos e de disputas internas e externas, cenários que marcam e consolidam a confirmação do processo de consolidação da independência sergipana.

A leitura das atas transcritas e publicadas no periódico, revelam-se como fonte para a pesquisa histórica e para o resgate do episódio. Em suas páginas é possível conhecer o processo de planejamento da celebração, identificar personagens envolvidos, suas falas e preocupações. O estudo do periódico permite conhecer peculiaridades da história de Sergipe, e do IHGSE.



### *Institucionalização do IHGSE: a Casa de Sergipe*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, instituído no ano de 1838, período de vigência do regime imperial, é a mais antiga e tradicional entidade voltada para a pesquisa e a preservação histórica e geográfica da identidade cultural e da memória nacional sob orientação oficial.

A história do Brasil escrita pelos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro promove a construção/reprodução da trajetória regional e local das mais diferentes regiões do país, ressaltando valores ligados à unidade nacional e à centralização política, visto que naquele período da historiografia nacional a nova nação estava por constituir sua identidade e costumes próprios. O projeto do IHGB inicialmente estava voltado para a construção e propagação das tradições e do progresso por ser pensado como instituição responsável pela centralização do poder intelectual e formulação dos parâmetros da escrita da história nacional.

Como forma de divulgação dos resultados estabelecidos, o IHGB publica a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - RIHGB que reúne artigos de seus membros e de integrantes de instituições congêneres. Dessa forma, buscava-se preservar a memória cultural do país e, por meio da publicação, propagar e apresentar contribuição à sociedade em geral.

Seguindo a mesma orientação, algumas Províncias passaram a fundar seu próprio Instituto, como forma de cuidar de sua documentação, estudar sua realidade e construir sua própria identidade.

Segundo Freitas (2002), no Nordeste, a primeira Província a criar seu Instituto foi Pernambuco (1862), seguido por Alagoas (1869) e Ceará (1887). Na fase republicana, os demais Estados foram instalando seus institutos: Bahia (1895), Rio Grande do Norte (1902) e Paraíba (1905). O de Sergipe foi um dos mais tardios (1912), antes apenas daqueles do Piauí (1918) e do Maranhão (1925).

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE foi fundado em 6 de agosto de 1912, por iniciativa do sociólogo Florentino Teles de Menezes (1886-1959) e 21 personalidades do meio cultural sergipano, em sua maioria bacharéis. Foi reconhecido como de utilidade pública estadual pela Lei nº 694, de 9 de novembro de 1915; considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58 do Congresso Americano de Biografia e História de Buenos Aires, em 1916; e reconhecido como de utilidade pública em âmbito federal pelo decreto nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920 (DANTAS, 2012, p. 18).

O IHGSE fixou suas diretrizes à luz daquelas vigentes no IHGB, voltado à construção do regionalismo, da história local, como lugar de memória e produtor de historiografia. Foi, em suma, idealizado com instrumento destinado a legitimar e a propagar os valores e as concepções políticas locais.

Sergipe era na época Estado que dispunha de quadro significativo de homens de letras, atuantes na capital federal e em outras partes do país, entre os quais se destacavam intelectuais como Silvío Romero (1851-1914), Tobias Barreto (1839-1889), Manoel Bomfim (1868-1932), Felisbello Freire (1858-1916), Laudelino Freire (1873-1937), Hermes Fontes (1888-1930), Maximino de Araújo Maciel (1866-1923), João Ribeiro (1860-1934) e Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior (1856-1929). A demora em se instituir no Estado espaço voltado para a preservação da memória é justificada de diferentes modos. Silvío Romero entende ser “Sergipe uma terra de emigrados”, tese sustentada por Joaquim do Prado Sampaio Leite e por Ibarê Dantas, quando registra:

Inegavelmente o ambiente [sergipano] era acanhado sob vários aspectos. Entretanto, no início dos anos dez, Sergipe passava por transformações modernizadoras, dentro de um ciclo de reformas político-administrativas e econômicas sob a direção do presidente general José Siqueira de Menezes (1911-1914). Depois de período político conturbado na primeira década do século XX, quando a sociedade dividiu-se por ocasião de uma revolta que resultou na morte dos dois principais líderes políticos do momento, Fausto Cardoso e Olímpio Campos [...] Esses melhoramentos materiais atingiam, sobretudo, Aracaju, uma pequena cidade de cerca de 30 mil habitantes, cuja elite intelectual dava sinais de preocupações com temas socioculturais e com a memória da sociedade (DANTAS, 2012, p.28).





O IHGSE é resultado da geração intelectual influenciada pela Escola do Recife, da qual muitos dos seus fundadores eram discípulos, ou admiradores de Tobias Barreto, que pregava o monismo, o culturalismo e o evolucionismo e combatia a corrente espiritualista e metafísica da Igreja Católica, o laicismo.

A primeira sede do IHGSE foi o Tribunal de Relação (1912-1914) onde foram realizadas reuniões de organização do Instituto e gestada a consolidação do seu estatuto e seus atos normativos. No ano de 1914, ele foi transferido para salas ao sul do Palácio do Governo, situado na Praça Olímpio Campos, e no final do governo do General Valadão (1918) foi transferida para uma casa na Rua de Maruim. Durante a administração do presidente Manuel Joaquim Pereira Lobo (1921-1923), as reuniões da diretoria deixaram de ocorrer na sede, sendo realizadas no auditório da Biblioteca Pública. Em meio a muitos reveses, em 2 de abril de 1939, a sede atual, localizada na Rua Itabaianinha, no centro da cidade de Aracaju, foi inaugurada na gestão de Epifânio da Fonseca Dória (1937-1939).

Na segunda metade dos anos de 1930, a Casa de Sergipe, como carinhosamente ficou conhecido o IHGSE, passou a receber incentivos dos governos municipal e estadual que, nessa época, era a presença mais atuante no Instituto, por meio de intelectuais do Governo de áreas diversas, desde a década de 1920.

Entre os pioneiros da constituição e construção do IHGSE, estão Florentino Menezes, Prado Sampaio, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Luiz José da Costa Filho, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior e Elias do Rosário Montalvão, este tido como mentor intelectual do projeto.

A primeira edição da revista do IHGSE, datada de 27 de agosto de 1912, destaca o estatuto e a constituição do Instituto e apresenta relatos de seus pares e colaboradores. A função da revista seria informativa, com prestação de serviços à sociedade civil.

De acordo com análise realizada por Freitas (2002), pode-se perceber que a revista, embora concebida como veículo de registro e preservação da memória histórica, sofria em sua elaboração fortes ingerências pessoais, e certamente políticas, na seleção e redação de seus temas.

### *Revista do IHGSE: Edição do Centenário de Independência de Sergipe*

A edição volume V, de 1920, da RIHGSE, comandadas pelos redatores: Desembargador Liberio de Souza Monteiro, Dr. Álvaro Fontes da Silva e Dr. Antonio Batista Bittencourt, publica um número especial, consagrado à comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe. O caderno reproduz e registra os desdobramentos do decreto de 8 de

julho de 1820, através do qual D. João VI informa ao Conde Palma, então Governador da Bahia, da elevação da Capitania de Sergipe à condição de território independente.

A estrutura da revista foi dividida em quarenta temáticas, que compreendem correspondências de confrades de diferentes partes do Brasil, ilustrações, retratos, e uma temática ou outra voltada a questões de saúde e religião, e o contexto político-social. Em linhas gerais, o volume é dedicado a relatar os preparativos e a celebração do centenário da independência de Sergipe.

Os editores do periódico se preocuparam em publicar as atas das reuniões de preparação da celebração. Em 9 de fevereiro de 1919, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado a Rua Maruim, na cidade de Aracaju/Se, às 18 horas, sob a presidência de José Joaquim Pereira Lobo, então presidente de Estado e presidente honorário do Instituto, e a presença, além dos membros da direção do Instituto, de autoridades como Dom José Thomaz Gomes da Silva, bispo de Aracaju e representante do Estado de Mato Grosso, e Oscar Lins de Azevedo, então capitão dos Portos do Estado e representante do Ministro da Marinha, foi iniciada a reunião, que contou com a presença da maioria dos sócios do IHGSE, autoridades civis e militares, membros da imprensa e grande número de ‘senhoras e senhoritas’, que nesse tempo figuram no cenário como espectadoras.

A sessão teve início com o discurso do presidente, seguido da leitura da ata da reunião anterior, e todo um expediente onde foram lidos ofícios e telegramas destinados àquela Casa. Passado esse primeiro momento cerimonial, inicia-se a pauta da reunião. Através de Caldas Barreto foi posta em pauta a necessidade da celebração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe como segue:

[...] aproveitando a solenidade daquela reunião, dignamente presidida pelo primeiro ministrado do Estado, e se aproximando a data mais grandiosa da nossa história pátria, o 1º Centenário da emancipação política de Sergipe, a 8 de julho de 1920, assistia-lhe o dever de levar ao conhecimento dos seus prezados consocios que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em harmonia de vistas com o Governo do Estado, commemorará a passagem dessa memorável data<sup>5</sup>. (RIHGSE, 1920. p.18)

A mesma ata revela que na ocasião foi instituída comissão executiva, composta por membros do Instituto, para organização da festa do primeiro centenário, a ser comemorado em 1920. O comitê organizador foi constituído por Pereira Lôbo, presidente; Álvaro Fontes da Silva, secretário geral; José da Silva Ribeiro, tesoureiro; José Thomaz Gomes da Silva;

5 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume V. anno V, 1920. p.18.

Deodato da Silva Maia; Evangelino de Faro; Antônio Teixeira Fontes; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Batista Bittencourt; Gentil Tavares da Motta e Luiz José da Costa Filho. A composição da comissão foi aprovada por unanimidade. Na ocasião discursou, ainda, o conferencista Costa Filho que exaltou a importância do Barão do Melgaço, Augusto Leverger, menção que mereceu agradecimento por parte de Oscar Lins de Azevedo, representante do Ministro da Marinha.

A ata desse primeiro encontro atém-se essencialmente, portanto, a registrar a instituição da comissão de responsáveis pelo desenvolvimento das atividades necessárias e adequadas à comemoração festiva dos cem anos de emancipação política do Estado.

Os membros da executiva do centenário da emancipação política de Sergipe reuniram-se em 16 de abril de 1919, na sede do Palácio da Presidência em Aracaju. Estiveram presentes Pereira Lôbo, presidente do Estado e presidente honorário do IGHSE; José Thomaz, bispo de Aracaju; Álvaro Fontes da Silva, secretário-geral do Estado; Manoel Caldas Barreto Neto, Evangelino José de Faro e Antônio Teixeira Fontes, desembargadores; Francisco Carneiro Nobre Lacerda, presidente do Tribunal de Relação; Antonio Baptista Bittencourt, intendente municipal; Gentil Tavares da Motta e João Neto, deputados estaduais; Sabino Ribeiro, presidente da Associação Comercial; Manoel Joaquim Pereira Lobo, chefe do Serviço de Recrutamento; José da Silva Ribeiro, consultor jurídico do Estado; Luiz José da Costa Filho; Francisco Monteiro de Almeida; Francisco de Carvalho Lima Junior; Jacinto Ribeiro, Floduardo Fontes; Antônio Gomes da Cunha Júnior e Adolpho Ávila Lima. É de registrar a inexistência da figura feminina na composição da comissão.

Tomando a palavra, o Desembargador Caldas Barreto proferiu eloquente discurso aos membros da comissão enfatizando a importância daquele encontro, ressaltando a importância dos que se faziam presentes ali e destacando a simbologia histórica que o 8 de julho de 1820 teve para a história de Sergipe.

A título de ilustração, segue trecho de intervenção feita na reunião da comissão responsável pela organização dos festejos do centenário da emancipação política e inscrita na edição da RIGHSE em exame:

[...] Com a palavra, o Exm.º Sr. desembargador Caldas Barreto, Aos nove dias do mez de Fevereiro ultimo, em secção extraordinária do Instituto Historico e Geographico de Sergipe,[...],dar-se-á hoje a primeira reunião para deliberarmos sobre os melhores meios de se celebrar condignamente o anniversario da Emancipação politica de nossa querida Patria, que é Sergipe, facto que ocorreu em 8 de julho do anno de 1820, no reinado do glorioso monarcha D. João VI (RIHGSE, 1920. p.18)





O texto transcrito evidencia a referência afetuosa a Sergipe, referido como querida pátria, e a D. João VI, denominado glorioso. Nota-se também, na sequência do trecho transcrito, a preocupação com a memória de Sergipe, “não devemos, portanto, deixar em silêncio, despercebidamente, tão memorável acontecimento, que constitui a mais bela página da nossa vida social e política” (RIHGSE, 1920. p.18)

Fica patente que os mecanismos racionais e sentimentais de comemoração foram postos em pauta. Segue-se, então, a defesa de sua realização em função da necessidade de aproveitar a oportunidade para construir relação com o centenário passado histórico.

O desembargador Caldas Barreto, em discurso ufanista, exalta a nação brasileira e busca configurar o ‘herói’ da sergipanidade, Tobias Barreto, que receberá estátua de bronze em praça pública. De sua oratória no salão presidencial consta, “[...] Nós, senhores, nesse grandioso dia, precisamos erigir em bronze um monumento a Tobias Barreto, [...] Após esse acto de reconhecimento justiça e alto civismo, devemos distribuir medalhas de bronze, como lembranças das festas [...]”.(RIHGSE, 1920. p.18)

A imagem abaixo registra os membros da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe.

**Figura: Comissão Executiva das Festas do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe (1820-1920).**



Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume v., ano v, 1920.

No curso da leitura da ata transcrita na edição comemorativa da RIGHSE, chama atenção a conclamação de todos os intelectuais sergipanos para que viessem participar e colaborassem relatando fatos que pudessem alargar e aprofundar os poucos relatos existentes sobre a independência sergipana:

Necessitamos também da collaboração de todos os intellectuaes Sergipanos, residentes dentro e fóra do Estado, para escreverem memórias sobre o magno assumto, as quais serão publicadas em numero especial da Revista do Instituto [...], até o mez de fevereiro do anno vindouro [...]. Finalmente, faz-se mister, sem perda de tempo, que nessa maior data Sergipana, já tenhamos a nossa carta Geographica, sendo escoimada de todos os erros, a fim de ser distribuída pelos Estados da Federação pelas escolas publicas e particulares, pelos Institutos Históricos e pelas bibliothecas publicas do nosso paiz [...] Para maior realce e mais proveito da festividade commemoração com que projectamos, em hora tão feliz, marcar a data do 1º Centenário [...], ser levantada a carta geographica de Sergipe, fiel, exacta, perfeita e real. (RIHGSE, 1920. p.18)



Caldas Barreto faz crítica à forma pela qual estava sendo conduzida a história de Sergipe, pois não existiam na época, de acordo com suas palavras, documentos oficiais que levassem a preservação da ‘veracidade’ histórica de Sergipe:

No tocante, pois, a Geomorphographia deste Estado, andamos á cabra cega, nas escolas, na nossa administração, nos nossos livros, nos nossos gabinetes [...]. Isso feito, a estatística official rematará tão importante obra fornecendo-lhe o valioso contingente de informação precisas. (RIHGSE, 1920. p.18)

Esse, porém, não foi o único discurso proferido na ocasião da reunião da comissão. Outras elocuições, na mesma perspectiva, foram proferidas, como a de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, que enfatizou a necessidade de expor as riquezas agrícolas, por meio da confecção de álbum agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado, moção apoiada por Sabino Ribeiro, que sugeriu a exposição dos produtos industriais. Álvaro Silva propôs a confecção da Bandeira Oficial de Sergipe.

Em suma, na reunião houve a aprovação das seguintes medidas:

- ereção, em 24 de outubro do ano seguinte, em Aracaju, de estátua de Tobias Barreto;
- cunhagem de medalhas de bronze comemorativas do Primeiro Centenário;
- publicação de número especial da Revista do Instituto;
- publicação de álbum ilustrado de Sergipe;
- realização de exposição de produtos industriais sergipanos;
- confecção da bandeira do Estado;
- Aumento do número de membros da Comissão Executiva, que assim ficou constituída: presidente, José Joaquim Pereira Lôbo, vice-presidente, Manoel Caldas Neto; secretário-geral, Álvaro Silva;

tesoureiro, Sabino Ribeiro; D. José Thomaz; Wenceslau de Oliveira Guimarães; Evangelino de Faro; Antonio Teixeira Fontes; Francisco Carneiro Nobre Lacerda; Deodato da Silva Maia; Manoel dos Passos de Oliveira Telles; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Baptista Bittencourt; Adolpho Ávila Lima; Luiz José da Costa Filho e Gentil Tavares da Motta.

A ata da reunião registra que foi encerrado o encontro e foi subscrita por Álvaro Fontes da Silva, então secretário-geral da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe.

As intervenções transcritas na ata evidenciam a fragilidade do registro e conservação da narrativa histórica e política de Sergipe, que se apresentava com profundas lacunas e carente de interpretações que fossem capazes de serem utilizadas para referendar os acontecimentos, em geral, e o da Independência do Estado, em especial.

Aspecto a ser destacado é a preocupação que se tem em rememorar o evento a ser comemorado por meio da confecção de lembranças e de exposição/confecção de símbolos que traduzam a expressividade da comemoração, como a Bandeira de Sergipe, que, criada para uma Campanha de Navegação, veio a se tornar símbolo de Sergipe em 1920, com as listas representando a integração de Sergipe com a Federação e as estrelas, as cinco mais importantes bacias fluviais do Estado.

Somando forças, tem-se também a contribuição de Deodato Maia, deputado federal por Sergipe, que apresentou projeto de lei propondo beneficiar os membros da comissão organizadora por meio de concessão de franquia postal e telegráfica, bem como de passe livre nas companhias de navegação e estradas de ferro federais.

Da leitura da ata, pode-se inferir o esforço para construir estratégias de políticas públicas voltadas à divulgação e preservação da memória de eventos constitutivos da identidade da coletividade local, a ser comemorado a partir do acontecimento da emancipação política do Estado em seu primeiro centenário.

### *O 08 de Julho de 1920: Comemoração do Centenário*

Na Sessão Magna do Instituto Histórico, em 8 de julho de 1920, presidida pelo Desembargador Manoel Caldas Baretto Netto e aberta à comunidade, estiveram presentes autoridades locais, os membros do Instituto, personagens da comunidade sergipana e o Ministro da Justiça, Oliveira Valadão, representando o Presidente da República.

O discurso inicial proferido pelo então presidente do IHGSE rememorou a história do Brasil Colônia, destacando as melhorias havidas com a chegada da família real, que, progressivamente, desvincularam o Brasil das



políticas impostas pela condição colonial, uma vez que passou a ter *status* de sede do Império português, de onde viria a se tornar independente em 1822. No bojo desse processo, promoveram-se mudanças profundas na estrutura e relação de poder, que em Sergipe pode ser constatado, entre outros eventos, na mudança da Capital da Província de São Cristóvão para Aracaju, em 1855; na visita do Imperador D. Pedro II a Sergipe, em 1859; na participação do Brasil na guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870, em que Francisco Camerino se transformou em herói regional, símbolo da bravura e do civismo sergipanos e que hoje empresta seu nome a uma praça de referência na zona central de Aracaju.

Segundo os registros da ata, durante a sessão comemorativa ocorreu à entrega ao museu do Instituto, por Elias Montalvão, do calendário do ano de 1820, e de uma medalha de bronze, correspondente ao valor de dez reis, cunhada a época da independência.

O consórcio Graccho Cardoso agradeceu ao Instituto a aprovação do busto de Tobias Barreto, a ser inaugurado em 24 de outubro do mesmo ano. Durante a solenidade dr. Carvalho Neto pediu afastamento da função de orador oficial da Casa. Dr. Costa Filho por meio de conferência destacou o papel do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto.

A convite do IHGSE, a Banda do Corpo Policial esteve encarregada do componente musical do evento. Foram distribuído aos presentes retratos de D. João VI, do dr. Pereira Lôbo, então presidente do Estado, e de Sebastião Gaspar de Almeida Botto, bem como reproduções do texto do decreto real de 8 de julho de 1820.

### *Considerações finais*

Embora a nona edição da RIGHSE (1920) não o registre, as relações com o presidente da Província não eram fáceis. Dantas (2012) entende que essa animosidade se devia a querelas do passado, em virtude de J.J. Pereira Lobo ter sofrido *impeachment* vinte anos antes. O fato é que, embora se tenha comemorado o centenário em 8 de julho de 1920, data defendida pelos confrades do IHGSE ao abrigo do decreto por D. João VI, o governo do Estado optou por celebrar o acontecimento em 24 de outubro, data em que chegou aos sergipanos a confirmação da emancipação.

Ao que parece a divergência de datas e os ressentimentos contribuíram para que o presidente J. J Pereira Lobo não estivesse presente na cerimônia realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 08 de julho de 1920. Nas palavras de Dantas (2012, p. 83), o governo realizou a cerimônias em 24 de outubro, que, segundo Nunes (1965-1978)<sup>6</sup>, é considerado “data histórica de recuperação da independência de Sergipe”.

6 Qual o significado do 24 de outubro? In: RIGSE, nº 27, 1965-1978.



Ao longo dos anos, o 08 de julho transformou-se na celebração da independência de Sergipe do IHGSE para seus consórcios e comunidade intelectual, e o 24 de outubro uma celebração de maior participação do popular financiada pelo Estado e voltada a comemorar a história sergipana.

O que cabe destacar é que o processo de independência de Sergipe ao longo da sua consolidação passou por momentos distintos desde o decreto de Dom João VI, em 8 de julho de 1820, que coloca a Capitânia de Sergipe Del Rei como independente do governo baiano, e, já no regime imperial, com D. Pedro I, com a reafirmação da autonomia sergipana, e sua consolidação, juntamente com o processo de reconhecimento da independência do Brasil corrida em 1822. São esses fatos que a intelectualidade sergipana na década de 1920 buscou transformar em memória oficial.

A celebração da autonomia política, no primeiro centenário da emancipação política de Sergipe, reflete a urgente necessidade de construir símbolos e referências dessa identidade. Fato notório e presente ao realizarmos a análise da edição especial da RIHGSE e observamos os desafios de desenharmos um estado que celebra seu primeiro centenário no ano de 1920.

A análise procurou resumir o conteúdo da publicação de 1920 em que se percebe o empenho da elite intelectual sergipana do início do século XX em superar crônica insuficiência e adequação no tratamento dos temas e matérias pertinentes à História de Sergipe. Toma relevo a ausência de intelectuais mulheres na comissão coordenadora do evento comemorativo.



## *Referências*

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista do curso de História**. V. 1, 2008. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histoc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>>, acesso em 11 de jul. de 2018.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão. Coleção Biblioteca Casa de Sergipe. Editora UFS. Aracaju: IHGSE, 2012.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DINIZ, Diana Maria de Falo Leal (Coord.). **Textos para história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na 'Casa de Sergipe' - 1913/1999**. Coleção Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Historiografia sergipana**. São Paulo: São Cristóvão/SE. UFS, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da história cultural. **Revista de História Regional** 3(1) 25-36, verão 1998.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das. O império do Brasil. In: **A corte na América**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo, 1993.

MATOS, Odilon Nogueira de. Notícia Bibliográfica e Histórica. Páginas da historiografia **Sergipana**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Departamento de história. Ano VII; nº 69. p. 213-268. Agosto/setembro de 1975.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. 1º Volume (1820 - 1831). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

\_\_\_\_\_. Qual o significado do 24 de outubro? IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

\_\_\_\_\_. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MENDONÇA, Nunes. A verdade sobre o fundador do I.H.G.S.J.A. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Independência e a Construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typ. Commercial. Volume V. anno V, 1920.

SANTOS, Lenalda Andrade. OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica. 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração / Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, volume 22, nº 44, 2002.



# O Processo Político de Subalternização Administrativa de Sergipe d'El Rei (1763-1820)

Wanderlei de Oliveira Menezes<sup>1</sup>

## Resumo

este artigo aborda a problematização da carta-régia de oito de julho de 1820. Procuramos entender o significado de independência e sujeição administrativa da Capitania de Sergipe em relação à Bahia por meio da análise das relações de dependência administrativa entre as duas capitanias do período entre 1763 e 1820. Usamos como exemplo mais ilustrativo dessa situação a nomeação de capitães-mores (governadores), autoridade mais afetava com a subalternidade administrativa. Por fim, propomos um entendimento da mencionada carta-régia como sendo um mecanismo de fortalecimento do poder central da monarquia portuguesa em detrimento dos interesses regionais da Bahia.

Palavras-chave: Independência, Sergipe, Subalternidade



1 Graduado, bacharel e mestre em História pela UFS. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Associação Nacional de História (ANPUH/SE). Contato: wanderlei.menezes@outlook.com

## The Political Process of Administrative Subalternization of Sergipe d'El Rei (1763-1820)

## El proceso político de subalternización administrativa de Sergipe d'El Rei (1763-1820)

67



### *Abstract*

This article deals with the problematization of the royal letter of July 8, 1820. We seek to understand the meaning of independence and administrative subjection of Sergipe's captaincy in relation to Bahia through the analysis of administrative dependency relations between the two captaincies of the period between 1763 and 1820. We use as a most illustrative example of this situation the appointment of captains-mores (governors), authority most affected with administrative subordination. Finally, we propose an understanding of the aforementioned Royal Charter as a mechanism for strengthening the central power of the Portuguese monarchy to the detriment of Bahia's regional interests.

Keywords: Independence, Sergipe, Subalternity

### *Resumen*

Este artículo aborda la problematización de la carta real del 8 de julio de 1820. Buscamos comprender el significado de independencia y sujeción administrativa de la capitania de Sergipe en relación con Bahía a través del análisis de las relaciones de dependencia administrativa entre las dos capitanías del período comprendido entre 1763 y 1820. Utilizamos como ejemplo más ilustrativo de esta situación el nombramiento de capitanes (gobernadores), la autoridad más afectada por la subordinación administrativa. Finalmente, proponemos una comprensión de la carta antes mencionada como un mecanismo para fortalecer el poder central de la monarquía portuguesa en detrimento de los intereses regionales de Bahía.

Palabra clave: Independencia, Sergipe, Subalternidad



## Apresentação

Este artigo pretende lançar luz sobre o contexto em que foi produzido o decreto régio de oito de julho de 1820 e tenta esboçar possibilidades para compreender as motivações da administração joanina a considerar relevante conceder a independência à parte da região entre os rios de São Francisco e Real, denominada desde o final do século XVI de capitania de Sergipe d'El Rei, que há mais de meio século se achava em sujeição administrativa em relação à capitania geral da Bahia por opção política ocorrida durante o período pombalino.

A carta-régia de oito de julho de 1820 é um dos documentos mais significativos para compreender a transição do período colonial e imperial da outrora Capitania/Província de Sergipe d'El Rei. Em virtude dela, haverá comemorações em instituições culturais e educacionais este ano no Estado de Sergipe. Certamente ouviremos muitos discursos e leremos textos que evocam a sergipanidade e o papel de Sergipe na história nacional. O bicentenário da independência de Sergipe é uma oportunidade ímpar para se discutir o passado histórico e o futuro do nosso Estado.

Porém poucos pesquisadores conseguirão explicitar a razão de ser desse importante documento do final do período Joanino (1808-1821). Defendemos que é preciso novas leituras desse documento. Faz-se necessário a procura de novas perspectivas de entendimento do ato administrativo régio que desfez a subalternidade administrativa de Sergipe d'El Rei. A nossa proposta é contextualizar o sentido da subalternidade administrativa da Capitania de Sergipe como elemento fundamental no entendimento das intenções de D. João VI.

A aludida carta-régia, escrita poucos meses antes do regresso da Família Real a Portugal, declarava de modo claro que era para ser extinta a dependência administrativa da Capitania de Sergipe em relação à Bahia ao “isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora tem estado desse governo, declarando-a independente totalmente para que os governadores dela a governem na forma praticada nas mais capitanias independentes”<sup>2</sup>.

Os historiadores sergipanos citam esse documento histórico como sendo o ato administrativo que resultou na criação de um território administrativo independente, desconsiderando as formas como ocorreram essa subalternidade e como ela era entendida pelos agentes históricos locais. Não podemos crer que nos dois séculos anteriores a carta-régia de 1820 tivemos uma situação de subalternidade administrativa constante. Por isso iluminar o período do final do século XVIII e início do século XIX

2 Cópia fac-símile citada em: NUNES, Maria Thétis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.



(1763 a 1820) é importante para a reflexão acerca do significado do oito de julho para a história de Sergipe.

Para boa parte dos historiadores sergipanos, esse período de subalternização tivemos um aguçamento dos conflitos entre as autoridades, a violência se generalizou, tornando a anarquia superior à imposição da ordem. Curioso é que o motivo alegado era a nova condição administrativa da Capitania. Felisbelo Freire considerava que essa época, a segunda metade do século XVIII, é a fase do apogeu da desordem e arbítrio dos poderosos locais:

Seus habitantes não encontram na lei, nem em seus funcionários, as garantias de seus direitos. Entregues as paixões dos dominadores, haviam de prestar-lhes obediência passiva, porque apelar para os representantes da justiça era apelar em vão. Não passavam de instrumentos desses mesmos dominadores. [...] Um espírito independente e livre não poderia viver nesse meio (FREIRE, 1891, p. 223-224.)



Da mesma forma, LIMA JÚNIOR (1985) definiu esse período como tempo calamitoso e obscuro, onde a desordem imperava. Ao elencar uma relação de capitães-mores e os principais acontecimentos de cada administração, esse antigo historiador expôs, por meio de fatos colhidos em fontes coevas, as tensões sempre ascendentes entre as principais autoridades da Capitania. NUNES (1996, p. 129-130.) entendia que com o crescimento da produção açucareira na região do Cotinguiba surgiu a classe social dos senhores de engenhos. Esses se caracterizariam pela prepotência e ambição. Eles utilizavam as autoridades régias que administravam a capitania para aumentarem seu prestígio por meio do abuso típicos das elites atrasadas.

Dois estudos mais recentes, com foco principalmente no processo de emancipação política de Sergipe (1820), lançaram importantes reflexões sobre o período que vai da integração da capitania de Sergipe à condição de capitania anexa à Bahia (1763) até a Vinda da Família Real Portuguesa (1808). Em 2003, o sergipano FERREIRA JÚNIOR (2003) escreveu a dissertação de mestrado *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*, orientado por Fernando Novais. É um dos mais importantes trabalhos sobre a segunda metade do século XVIII da capitania de Sergipe. Esse estudo analisa o processo de crise do antigo sistema colonial em Sergipe, em especial as transformações administrativas e os conflitos sociais que resultaram do processo de independência nacional e local. Segundo esse autor, a capitania de Sergipe, nas décadas que antecederam a sua independência, viveu um período acentuado de dependência e de conflitos entre as principais autoridades, as elites locais e os grupos marginalizados (negros e índios).

Já Edna Maria de Matos ANTÔNIO (2001), em sua tese de doutorado, considerou em sua análise a problemática da crise do colonialismo português e como essa foi sentida em Sergipe. Os principais reflexos desse momento histórico foram a expansão das atividades econômicas e o aguçamento dos conflitos por terra, influenciada pela implementação de pontos da política pombalina. Um ponto considerável dessa pesquisa é a preocupação em inserir as elites locais e seu papel de negociação nesse contexto.

### *Os laços históricos entre Sergipe e Bahia*

A Capitania da Bahia foi um dos principais centros políticos da América portuguesa e do império ultramarino português. Criada como mais uma das capitanias, de acordo com o sistema de doações régias, o que se convencionou denominar Bahia, nessa época entendida como o recôncavo da baía de Todos os Santos, área estratégica e comercialmente privilegiada da costa norte do Estado do Brasil. Em 1549, era transformada em capital do vasto território conquistado pela coroa portuguesa na América. A existência de terras férteis apropriadas à cultura açucareira no entorno da citada baía e recôncavo estimulou o povoamento e a colonização dos territórios vizinhos. Ao sul do recôncavo, surgiram as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, destinadas basicamente à produção de gêneros de subsistência (mandioca, principalmente) e ao fornecimento de madeira e lenha para engenhos, e ao norte estava a Capitania de Sergipe:

a região ao sul do delta do São Francisco, próxima da costa, constituía a capitania independente de Sergipe do Rei, que, como Ilhéus, era, no entanto, econômica e administrativamente ligada à Bahia. Havia alguns engenhos de açúcar ao longo dos rios, especialmente junto à vila de São Cristóvão. A região, tal qual a área localizada ao norte de Salvador, era mais importante, contudo, por sua situação de núcleo de expansão da criação de gados. As boiadas eram levadas às margens do São Francisco, do rio Real e de outros rios e, em meados do século XVII, já havia ocorrido uma considerável penetração do interior. (SCHWARTZ, 2002, p. 20)

A Capitania de Sergipe era, no final do século XVIII, composta pela capital, a cidade de Sergipe d'El Rei (São Cristóvão), e as vilas de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Piauí, Santo Amaro das Brotas, Santo Antônio e Almas da Itabaiana, Vila Nova e Geru (indígenas). Todas foram criadas em datas anteriores a 1763. Havia também as povoações e arraiais no termo dessas vilas, alguns destinados aos indígenas como Pacatuba e Jaboatão, e outras mais populosas como Campos do Rio Real de Cima, Laranjeiras, Campo do Brito, Socorro do Cotinguiba, Simão Dias e Propriá. Todas essas vilas tinham, mesmo que precariamente, senado da câmara, cartório de nota e cadeia.



A cabeça da Capitania ainda era pouco ocupada na segunda metade do século XVIII, pois “Não há fora da cidade lugar algum com número de casas que formem povoação, porque cada um dos habitantes tem o seu domicílio, onde cultiva as suas lavouras, ou fazendas de gado” (CAMPOS & VIANNA, 1891. p. 111.). A capital concentrava, de modo geral, as atividades ligadas à administração local (militar, jurídica, fazendária e eclesiástica). O capitão-mor da Capitania e o ouvidor-geral e provedor da comarca deveriam residir em São Cristóvão e atuavam como verdadeiros “ministros do rei”. Essas autoridades administrativas eram, majoritariamente, naturais do Reino (Portugal).

A presença do governo da Bahia interferindo nos rumos da Capitania de Sergipe d’El Rei foi uma constante durante o período colonial. Os laços de dominação e subalternidade entre as duas capitanias devem ser entendidos dentro da dinâmica de relação entre centro/periferia (RUSSEL-WOOD, 1998. p. 187-250.). O território de Sergipe era, portanto, espaço periférico e subalterno à Bahia na dinâmica política e econômica do império português na América. A Bahia era uma das capitanias-gerais e Sergipe d’El Rei estava entre as subalternas.

A historiografia brasileira consolidou a divisão das capitanias da América portuguesa em gerais e subalternas. De acordo com essa classificação, pertenciam ao conjunto de capitanias gerais (ou principais), no período aqui estudado, as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Grão-Pará. Entre as subalternas estavam as capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (subordinadas à capitania do Rio de Janeiro); Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe (subalternas à capitania da Bahia); Paraíba, Ceará e Rio Grande [do Norte] (subordinadas à capitania de Pernambuco); Piauí (subordinada ao Maranhão) e São José do Rio Negro (subalterna ao Grão-Pará) (PERIDES, 1995. p. 83-87; PRADO JÚNIOR, 2000. p. 314-315.).

Sob o ponto de vista administrativo, a principal diferença entre as duas tipologias organizacionais-administrativas estava no comando do governo civil e militar. As capitanias gerais eram administradas por um capitão-general e governador, exceto a do Rio de Janeiro, que depois da transferência da sede administrativa (1763) teve esse cargo extinto e suas atribuições foram delegadas a um vice-rei. As capitanias subalternas eram administradas normalmente por governadores. Entretanto, havia capitanias subalternas em que o governador militar não recebia o título de governador, e sim de capitão-mor. É o caso de Sergipe d’El Rei, Ceará e Piauí. Já nas capitanias de Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande e São José do Rio Negro, o principal posto civil-militar era exercido por um governador, na maioria dos casos com a patente de coronel (SILVA, 2013. p. 57.).



O esforço de reorganização administrativa do império colonial português era perceptível durante o reinado de D. José I (1750-1777). Acontecimentos como a absorção pela Coroa das últimas capitanias hereditárias, processo que vinha em curso desde o reinado de D. João V, e a restauração da capitania de São Paulo, em 1765, constituem exemplos dessa orientação. Foi no período pombalino onde se buscou dar uma diretriz geral clara da organização política da América portuguesa.

A diretriz da racionalidade administrativa adotada pela monarquia pluricontinental nos parece clara: as capitanias subalternas ficariam sob a tutela das capitanias principais para que, com isso, pudessem fortalecer a economia colonial como um todo. E assim se procedeu no período pombalino. Podemos verificar esse reordenamento administrativo na subordinação da capitania da Paraíba à de Pernambuco, em 1755 (OLIVEIRA, 2017; CHAVES JÚNIOR, 2013). Nesse mesmo sentido, tivemos a incorporação das capitanias donatárias à coroa por meio de compra (Marajó, Cametá, Itamaracá, Itaparica, Paraguaçu e Campos dos Goitacazes) ou confisco (Caeté, Ilhéus e Porto Seguro) (LOBO, 1962. p. 526; AVELLAR, 1970. p. 161.). De acordo com Francisco FALCON (1982), a influência iluminista estimulava a adoção de iniciativas e projetos para o estado caracterizados por princípios de racionalidade. A proximidade, a centralidade geográfica e a contiguidade territorial foram os novos elementos que sustentaram os critérios dessas novas divisões administrativas.

### *1763: ano da subalternidade administrativa de Sergipe D'EL REI*

A mudança que mais expressou a perspectiva acima mencionada ocorreu em 1763, quando se fez a transferência da sede administrativa da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro (AVELLAR, 1983. p. 43.). As motivações estratégicas e econômico-fiscais pesaram bastante na escolha da nova sede. O Atlântico Sul tornava-se alvo prioritário da atenção da coroa. A transferência refletiu o predomínio que o centro-sul adquiriu com a atividade mineradora durante o desenrolar do século XVIII. O Rio de Janeiro se firmava como importante centro mercantil e portuário do império português, conectado com as mais diversas partes da África e Ásia (FRAGOSO; ALMEIDA & SAMPAIO, 2007). Tal escolha administrativa representava nitidamente as intenções da metrópole para garantir, normatizar e fiscalizar a extração de minérios e o pungente comércio da praça do Rio de Janeiro. Essa decisão também estava relacionada diretamente com as guerras pelo controle da região platina contra os espanhóis (BICALHO, 2003). A defesa da região meridional da América portuguesa era uma das maiores prioridades da administração pombalina (WEHLING, 1986. p. 187-188.).

Essa decisão administrativa traria consequências para o destino da Capitania de Sergipe que passou a pertencer administrativamente à Capitania da Bahia, sendo categorizado como território anexo. Oficialmente nenhum documento explicava a nova situação, mas, como defende a historiografia sergipana, era uma forma de compensação econômica para aquela capitania, em virtude da perda do *status* financeiro e político de antiga sede da Colônia (NUNES, 1996, p. 128; ARAUJO, 1967, p. 67).

Essa situação administrativa da Capitania de Sergipe pode ser entendida como um aprofundamento dos laços de dependência com a Capitania vizinha. Aproveitava-se de toda uma estrutura anterior de interdependência e de tradicionais relacionamentos administrativos entre as duas capitânicas. A condição de Salvador como sede administrativa da colônia, do Tribunal da Relação e do Arcebispado da Bahia forçosamente levava os moradores de Sergipe a considerarem a Bahia sua instância superior para resolução de causas maiores. A tutela administrativa exercida pela Bahia parece que não era algo extremamente negativo para as elites locais desse período, *a priori*. Não vemos queixas às altas autoridades do conselho ultramarino em relação à subalternidade que se achava a Capitania. A produção açucareira em franca ascensão em Sergipe se beneficiava da dependência ao permitir um maior fluxo de comércio e capitais entre os produtores locais e os grandes comerciantes de Salvador (ANTONIO, 2011, p. 148-150).

Os capitães-mores (governadores) foram os que mais sentiram os impactos da situação de subalternidade. A administração civil-militar da capitania cabia ao capitão-mor da capitania, também chamado de governador das armas, pois comandava as forças militares (tropa de linha, ordenanças e milícias). Para ser capitão-mor ou governador das armas de uma capitania era requisito básico ter experiência militar, adquirida por meio da carreira das armas (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 175-176.). Com a nova configuração territorial-administrativa os capitães-mores passaram a ter laços de obediência ao capitão-general e governador da Bahia como nunca antes fora visto. Além do mais, a esmagadora maioria dos capitães-mores da capitania no período aqui estudado foi escolhida pelo governador da Bahia, sendo que a autoridade régia apenas confirmava a escolha. Um exemplo claro dessa situação foi o decreto régio de nomeação do capitão-mor Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel, de 12 de outubro de 1803, umas das raras exceções de capitães-mores não indicados pelos governadores da Bahia. Nesse documento, o príncipe regente D. João deixava bem claro as condições em que deveria servir: “com subordinação ao governador e capitão-general da capitania da Bahia, que servirá por tempo de três anos e o mais que lhe for servido”.<sup>3</sup>

3 Decreto do príncipe-regente D. João nomeando Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel para capitão-mor de Sergipe em 12 de outubro de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Conselho Ultramarino. BR/SE. Cx. 06, doc. 483.



Antes de 1763, a escolha dos capitães-mores se dava por meio de candidaturas em editais preparados e inspecionados pelo Conselho Ultramarino que selecionava candidatos por meio das “qualidades” e folha de serviços, submetendo-os à aprovação régia (MONTEIRO, 2005). Quando o cargo se achava vago era provido por meio de editais públicos afixados por tempo de vinte dias para que todas as pessoas que desejassem concorrer à vaga pudessem se inscrever. Os candidatos deveriam apresentar os documentos necessários autenticados e constar de forma detalhada os cargos ocupados e, principalmente, a quantidade exata de tempo (dias, meses e anos) no exercício das atividades descritas. Alguns candidatos não eram nem considerados capazes de concorrer à vaga. Era costume a elaboração da lista tríplice dos pretendentes. Os conselheiros ultramarinos analisariam a documentação e enviavam ao rei a relação dos inscritos e a sugestão de quem deveria ocupar o posto por ordem classificatória, pois caso o primeiro colocado por algum motivo não tomasse posse, os demais poderiam solicitar a vaga.<sup>4</sup>

Em 1793, um sargento-mor de ordenanças da Bahia solicitou ao governador, D. Fernando José Portugal, ser provido no posto de capitão-mor da Capitania de Sergipe. O pedido foi negado, pois:

O posto de capitão-mor da referida Capitania [de Sergipe] sendo de consideração, não me parece acertado que seja nele provido o suplicante, sendo homem ordinário, paisano e havendo oficiais da tropa regular capazes de cumprir muito melhor com as obrigações do mesmo posto que são os que Sua Majestade recomenda aos governadores mandem para aquela capitania, quando a necessidade pedir, a vista da ordem que remeto por cópia. Os serviços que o suplicante alega, ainda que fossem justificados, não são tão relevantes, que façam esquecer os requisitos essenciais que nele não concorrem para o que pretende.<sup>5</sup>

- 4 Entre 1763 e 1808, as consultas do Conselho Ultramarino para provimento do posto de capitão-mor de Sergipe tornaram-se raras, em consequência da prerrogativa do capitão-general e governador de prover o posto e solicitar a confirmação régia. A única consulta do conselho ultramarino nesse período que conseguimos localizar ocorreu em 1781. O escolhido foi Luís Pinto Osório da Fonseca Guedes, que atuou no Regimento da Primeira Armada Real por dezesseis anos, além de servir na América portuguesa e Ilha de São Tomé (África). O selecionado venceu a concorrência contra Ambrósio Gomes de Carvalho, que tinha um ano a menos de serviços prestados. Os demais concorrentes foram considerados incapazes. Desconhecemos os motivos que impossibilitaram ao escolhido tomar posse do cargo. Cf: Consulta do Conselho Ultramarino referente à nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da capitania de Sergipe em 15 de fevereiro de 1781. AHU.CU.BR/SE. Cx. 06, doc. 444.
- 5 Correspondência do Capitão-general e governador da Bahia D. Fernando José Portugal ao ministro Martinho de Melo e Castro em 19 de agosto de 1793. AHU. CU/BA. Coleção Castro e Almeida. Cx. 079, doc. 15.335.



O capitão-general e governador da Bahia expôs de forma clara que a governança da capitania caberia ao oficial com maior patente do regimento da guarnição da Bahia (tropa de 1ª linha), sem acréscimo de soldo. Assim, em 1763, o primeiro tenente do Regimento da Bahia José Gomes da Cruz e, duas décadas depois, o também tenente Antônio Pereira Marinho Falcão, serviram no posto de capitão-mor de Sergipe por indicação do governador da Bahia. Isso foi o reflexo direto da anexação da Capitania ao governo da Bahia.

### *Os capitães-mores interinos de Sergipe e a subalternidade administrativa (1763-1820)*

por carta régia de 4 de abril de 1763 era nomeado para o posto de capitão-mor de Sergipe José Gomes Borges por espaço de tempo de três anos. Ele seria o primeiro a ocupar o cargo na nova condição administrativa da Capitania. Meses depois, o referido capitão-mor não se apresentou em Salvador para comunicar a posse efetiva do cargo e presta o juramento às autoridades da Bahia. Essa situação foi motivo de queixa dos governadores interinos da Bahia, pois o atraso em assumir o comando das armas da Capitania de Sergipe em um momento tão delicado preocupava as autoridades baianas. Sabiam que o escolhido estava no Reino, pois: “O nomeado foi com efeito para o Reino na frota do ano antecedente [1761] a que saiu deste Porto [Salvador] o ano passado, e até agora não tem aparecido nem requerido a este governo as ordens competentes para a sua permutação aquela Capitania”.<sup>6</sup>

Os governadores interinos da capitania da Bahia reconheciam a necessidade de prover o posto de capitão-mor da capitania o mais urgente possível pela situação de lacuna de poder que foi se arrastando desde a prisão do capitão-mor Joaquim José da Serra Monteiro e resolveram nomear interinamente a Francisco Álvares da Silva, que administrou a capitania de 1763 a 1766, enquanto José Gomes Borges não chegava:

Interinamente os governadores segundo a insinuação de Vossa Excelência nomearam para ir servir de capitão-mor o tenente de infantaria Francisco Álvares da Silva que servindo até o presente [1766] passou para a eternidade; e será necessário nomear outro; porém é sem dúvida que aquele lugar se respeita mais em oficial proprietário nomeado por Sua Majestade do que em outro que o vai substituir interinamente, a quem o povo com este reconhecimento trata com menos obediência e respeito<sup>7</sup>

6 Ofício do Governo Interino da Capitania da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado na qual se refere que José Gomes Borges não se apresentou para tomar posse do capitão-mor de Sergipe em 22 de junho de 1763. AHU. CU. BR/BA. CA. Cx. 34, doc. 6318.

7 Ofício do Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a situação do posto de capitão-mor de Sergipe em 5 de agosto de 1766. AHU. CU. BR/BA. CCA. Cx. 39, Doc. 7334.





Apenas em 1767, José Gomes da Cruz tomou posse do posto.<sup>8</sup> Ele já tinha experiência em administrar capitanias subalternas à Bahia. Em 1749 se candidatou em edital público para ser capitão-mor do Espírito Santo. Venceu a concorrência e foi nomeado para o posto em consulta ao Conselho Ultramarino, servindo como capitão-mor do Espírito Santo de 14 de janeiro de 1752 a 7 de agosto de 1759.<sup>9</sup> Serviu no posto de capitão-mor interino da capitania de Sergipe por quinze anos (1767-1782). Parece que foi uma tática do império português durante a segunda metade do século XVIII nomear capitães-mores e governadores para servirem muitos anos num mesmo lugar. Após o longo governo, José Gomes da Cruz regressou a seu regimento em Portugal, em 1782.<sup>10</sup>

O coronel Manuel José de Siqueira queixou-se ao governador da Bahia sobre a situação da sucessão interina. Esse reclamava que com a saída provisória do capitão-mor José Gomes da Cruz, o mesmo deixou temporariamente em seu lugar o capitão-mor das ordenanças da cidade de São Cristóvão. Segundo sua argumentação, um coronel era superior hierarquicamente a um capitão-mor de ordenanças e cabia, com isso, a ele governar provisoriamente na ausência do capitão-mor.<sup>11</sup> O posto interino acabou sendo destinado ao coronel da cavalaria auxiliar da cidade de São Cristóvão, José Caetano da Silva Loureiro.

Esse capitão-mor interino também se desentendeu com o outro coronel de cavalaria auxiliar. Em 1786, o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo, estava passando mostra em seu regimento e por desobedecê-lo foi preso o soldado Francisco Muniz. O coronel José Caetano da Silva Loureiro ordenou a Pedro Vieira que desconsiderasse a ordem de prisão, gerando uma situação de atrito entre o coronel da cavalaria e o capitão-mor interino.<sup>12</sup> O governador da Bahia comunicou a denúncia feita pelo coronel de cavalaria ao capitão-mor interino, que rebateu as

- 8 Ao que tudo indica, esse capitão-mor trocou de sobrenome. Por mais estranho que pareça isso ocorria não raramente. Um exemplo é o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro José Marcelino de Figueiredo. Ele tinha o nome de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda e para esconder o seu passado criminoso, adotou o novo nome. Cf: KUHN, Fábio. Um governador em apuros: a trajetória administrativa de José Marcelino Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio C. de Almeida. (Orgs.). **Temas setecentistas: governo e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2008. p. 169-171.
- 9 Requerimento de José Gomes Borges ao Rei D. José I solicitando a certidão de todas as ordens cumpridas do tempo em que serviu de capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, em 29 de maio de 1769.
- 10 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 2 de junho de 1782. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Maço 190, doc. 41.
- 11 Carta do coronel de cavalaria ao governador da Bahia, em 16 de maio de 1780. APEB, Maço 196, doc. 02B.
- 12 Carta do o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo ao governador da Bahia, em 05 de janeiro de 1786. APEB, Maço 196, doc. 09.



acusações em 12 de março de 1786.<sup>13</sup> Por ironia, Pedro Vieira de Melo seria designado interinamente sucessor do seu desafeto, em 28 de setembro de 1789.<sup>14</sup> Segundo LIMA JÚNIOR (1985, p. 64), o Coronel José Caetano da Silva Loureiro abandonou a vida civil e dedicou-se a carreira sacerdotal, chegando a receber ordens sacras, desgostoso por ter se envolvido num processo-crime.

Por muito pouco tempo esteve a frente do governo das armas da Capitania Pedro Vieira de Melo. Em carta de 27 de fevereiro de 1790, o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão comunicava ao capitão-general e governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, que tomou posse do posto em 23 de fevereiro de 1790.<sup>15</sup> Anos mais tarde, o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão recebeu a notícia que havia sido promovido a capitão reformado e que estaria dispensado de servir no posto de capitão-mor da capitania.<sup>16</sup> Contudo, por se achar doente e impossibilitado de regressar a Portugal, solicitou ao capitão-general e governador da Bahia que continuasse no posto que serviria até se restabelecer fisicamente.<sup>17</sup> A hierarquia de sucessão nem sempre era respeitada. Em 1797, o capitão-mor interino Antônio Marinho Pereira Falcão, ao se recuperar momentaneamente da moléstia que sofria, passou o governo interino das armas da capitania para o capitão-mor das ordenanças da cidade de São Cristóvão Francisco Félix Barreto de Menezes.<sup>18</sup>

Por decreto régio de 18 de novembro de 1796, era nomeado capitão-mor Joaquim José Martins, após mais de três décadas sem nomeações



- 13 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 12 de março de 1787. APEB, Maço 191, doc. 25.
- 14 Carta do coronel Pedro Viera de Melo ao governador da Bahia, em 28/09/1789. APEB, Maço 196, doc. 12B. A trajetória de Pedro Vieira de Melo é um exemplo claro de como a prestação de serviço e a utilização dos potentados locais foi utilizada pela coroa portuguesa na governança das capitânicas do império. Esse militar foi contemporâneo de Bento José de Oliveira, nascido a 21 de dezembro de 1751, filho do senhor de engenho Manuel Suzarte de Siqueira. Tinha por padrinho de batismo o ouvidor da comarca Domingos João Viegas. Assentou praça no posto de alferes do 1º Regimento de cavalaria auxiliar da cidade de São Cristóvão, em 16 de março de 1775, por patente do governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes. Em 1780, passava ao posto de coronel agregado do dito Regimento e quatro anos depois, assumiu a patente de coronel efetivo. Por Decreto-régio de 4 de julho de 1818, foi reformado no posto de brigadeiro. Exerceu o cargo de governador de Sergipe, com nomeação do governo da Bahia, em 6 de fevereiro de 1821. Pedro Vieira de Melo era ainda cavaleiro professo na ordem de Cristo. Serviu de juiz ordinário de São Cristóvão e provedor da Santa Casa da Misericórdia. Faleceu em 1833, com mais de meio século de serviços militares prestados. Cf. LAGO, Cel. Laurênio. Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Aracaju, RIHGSE, n. 17, vol. 12, 1943. p. 112-114.
- 15 Carta de capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 27 de fevereiro de 1790. APEB. Maço 191, doc. 45.
- 16 Carta Patente da rainha D. Maria I reformando Antônio Pereira Marinho no posto de capitão do 1º Regimento da Bahia, em 15 de setembro de 1796. AHU. CU. BR/BA. Cx. 203, d. 14591.
- 17 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 31 de janeiro de 1797. APEB, Maço 196, doc. 01C.
- 18 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, de 15 de fevereiro de 1797. APEB. Maço 191, doc. 67.

régias diretas para o posto.<sup>19</sup> Era cavaleiro fidalgo da casa de Sua Majestade, da ordem de São Tiago da Espada. Chegou a São Cristóvão em 12 de outubro de 1797. Antes de tomar posse, havia falecido o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão.<sup>20</sup> Logo nos primeiros meses de governo, percebeu o tamanho do desafio de governar as armas de uma capitania subalterna e com o histórico de conflitos.

Em carta de 20 de maio de 1798, informou das dificuldades que tinha em gerenciar as tropas militares por causa dos procedimentos inadequados e rebeldia de alguns oficiais das ordenanças e auxiliares, principalmente a falta de obediência às suas ordens. Escreveu ao ouvidor da comarca relatando a falta de respeito dos seus subordinados. Relatou que mandou prender um soldado desertor e os soldados Manoel João e João Pacheco se recusaram a cumprir a ordem de prisão. Esses dois militares subalternos passaram a insultar Joaquim José Martins com palavras ofensivas (“ridículo”, “moleque”, “traste”, “corno” e “capitão-mor dos diabos”). Essa situação foi comunicada ao capitão-geral e governador da Bahia.<sup>21</sup>

Joaquim José Martins, não suportando as humilhações, pediu demissão do posto, em carta de 30 de maio de 1798. Ele reclamou da postura do ouvidor da comarca Antonio Pereira de Magalhães Passos, a quem sempre enviava as queixas-crimes contra seus soldados para serem tomadas as providências jurídicas. Segundo alegava, os denunciados continuavam impunes por interferência do ouvidor que minava a autoridade dele perante a tropa.<sup>22</sup> Contudo, parece que ele relevou as ofensas e continuou no cargo na virada do século XVIII para o XIX.

O próximo capitão-mor foi nomeado por decreto régio. Manuel Inácio de Mesquita Pimentel, vinha de atuações militares na Capitania de Minas Gerais e era outro que reclamava da falta de jurisdição dos capitães-mores de Sergipe. Em correspondência ao Conde de Linhares de 15 de julho de 1809, queixava-se da situação em que servia, comparando-a a de seus antecessores mais longínquos:

O capitão-mor desta Capitania de Sergipe d’El Rei, era o que concedia as sesmarias das terras incultas e despovoadas, ele provia os ofícios de tabeliões e escrivães do judicial e órfãos, inquisidores e mais ofícios de justiça da mesma capitania, como consta de muitos livros, que se acham no arquivo da

19 Decreto da rainha D. Maria I nomeando Joaquim José Martins para o posto de capitão-mor da vila de Sergipe d’El-Rei, em 18 de novembro de 1796. AHU, CU-BA, Cx. 203, d. 14640.

20 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 22 de novembro de 1797. APEB, Maço 191, doc. 70.

21 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 20 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 75.

22 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 28 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 76.



câmara desta cidade e não sei a razão que houve para cair em desuso essa prática, quando os antigos capitães-mores desta Capitania sempre usaram do Regimento dos Governadores das Armas. (LIMA JÚNIOR, 1985. p. 82.)

Sugeriu ainda que: “esta Capitania de Sergipe d’El Rei, bem como a da Paraíba do Norte, Ceará e Espírito Santo, deve igualmente separar-se, e não ser subordinada à da Bahia” (idem, p. 82). Usou o argumento que a subordinação administrativa era a principal causa da “decadência desta Capitania” e seus moradores “vivem como desalentados, em desconso-lação”, mas que a depender da vontade das altas autoridades monárquicas pode dar “os remédios de que são carecedores, para felicidade deles, no aumento desta Capitania, que pode ser uma das melhores, e em que mais interessa o Estado e a Real Fazenda” (ibidem, p. 91). Segundo LIMA JÚNIOR (1985, p. 91), esse capitão-mor solicitou ao conde de Linhares sua transferência para a capitania de Minas Gerais, onde anteriormente serviu em postos militares, pelo desgosto causado pela anarquia que se encontrava a Capitania, principalmente pela ação do sargento-mor de ordenanças Bento José de Oliveira.<sup>23</sup> Ao deixar o governo da capitania, em 1814, Manuel de Morais Mesquita Pimentel foi transferido para o posto de governador da Ilha de Fernando de Noronha, subordinado ao capitão-general e governador de Pernambuco.

Sucedeu-lhe no comando militar da capitania, o brigadeiro Luiz Antônio da Fonseca Machado, que foi o último dos capitães-mores da Capitania de Sergipe. Nomeado por carta-patente do capitão-general e governador da Bahia, o Conde Arcos, de 28 de março de 1814. Tomou posse em 2 de outubro do referido ano e três dias depois prestou juramento na capela da Igreja Matriz de São Cristóvão.<sup>24</sup> Seria ele que faria a transmissão do cargo para o governador Carlos César Burlamaqui, em 1821, que por poucas semanas governou a Capitania devido à ação do governo da Bahia, decidido a violar a autoridade de D. João VI e seguir as orientações das Cortes de Lisboa.

### *Considerações finais*

D. João VI ao declarar que Sergipe d’El Rei deixava de ser sujeita à Bahia, por meio da carta-régia de oito de julho de 1820, estava na realidade se referindo à situação administrativa. O ato legal, mesmo que efê-

23 A propósito desses conflitos, recomendamos a leitura da nossa dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. Augusto da Silva. MENEZES, Wanderlei de Oliveira. *Ordem e transgressão em Sergipe d’El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)*. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

24 Idem.



mero, efetivamente ocasionou em desubalternização administrativa, ou seja, Sergipe voltaria a ter o status administrativo anterior a 1763. As autoridades a serem nomeadas para o cargo de governador não precisariam ter mais o aval do governador da Bahia. Haveria um novo estatuto político marcado pela isonomia, em hipótese, entre as duas capitanias. Sergipe e Bahia seriam capitanias distintas, porém ambas submetidas às decisões do poder central que estava sediado no Rio de Janeiro, naquele tempo centro administrativo e político do império ultramarino português.

Assim, o sentido de independência oferecida pela carta-régia de oito de julho deve ser interpretado como sendo algo bastante restrito. É preciso entender a cultura política do antigo regime que permeava as intenções da administração joanina. Em 1817, a revolução pernambucana demonstrava a dificuldade do governo central monárquico de manter a unidade administrativa das partes mais distantes da América portuguesa. Por alguns meses os revoltosos separaram a capitania de Pernambuco e suas anexas do restante do império português. Mesmo derrotada militarmente, o exemplo pernambucano preocupava os ministros de D. João VI. O caso da Cisplatina é outro exemplo das dificuldades de manutenção do vasto império português na América.

Com isso, era preciso diminuir o poder das capitanias gerais e a melhor forma de se realizar isso era as desmembrando. Entre 1818 e 1821, tivemos a criação das capitanias de Alagoas, Santa Catarina e Sergipe, sendo prejudicadas as capitanias de Pernambuco, Rio Grande de São Pedro e Bahia, respectivamente. Se no período pombalino a estratégia era unir capitanias subalternas às gerais para se ter maior eficiência administrativa e melhor fiscalização, no período joanino se defendia o inverso.

Por fim, ao tentar diminuir a força das capitanias com maior capilaridade administrativa e econômica, D. João VI estimulava a dependência ao poder central, além de reforçar a cultura política de valorização da prestação de serviços à Coroa por meio das mercês. Abria-se um leque maior de oportunidades para a nomeação a cargos de governança tão essenciais para o fortalecimento dos vínculos entre a monarquia com seus leais vassallos.

## Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Conselho Ultramarino

Carta Patente da rainha D. Maria I reformando Antônio Pereira Marinho no posto de capitão do 1º Regimento da Bahia, em 15 de setembro de 1796. AHU. CU. BR/BA. Cx. 203, d. 14591.

Consulta do Conselho Ultramarino referente à nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da capitania de Sergipe em 15 de fevereiro de 1781. AHU. CU.BR/SE. Cx. 06, doc. 444.



Correspondência do Capitão-general e governador da Bahia D. Fernando José Portugal ao ministro Martinho de Melo e Castro em 19 de agosto de 1793. AHU. CU/BA. CCA. Cx. 079. doc. 15.335.

Decreto da rainha D. Maria I nomeando Joaquim José Martins para o posto de capitão-mor da vila de Sergipe d'El-Rei, em 18 de novembro de 1796. AHU. CU. BR-BA, Cx. 203, d. 14640.

Decreto do príncipe-regente D. João nomeando Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel para capitão-mor de Sergipe de 12 de outubro de 1803. AHU. CU. BR/SE. Cx. 06, doc. 483.

Ofício do Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a situação do posto de capitão-mor de Sergipe em 5 de agosto de 1766. AHU. CU. BR/BA. CCA. Cx. 39, doc. 7334.

Ofício do Governo Interino da Capitania da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado na qual se refere que José Gomes Borges não se apresentou para tomar posse do capitão-mor de Sergipe em 22 de junho de 1763. AHU. CU. BR/BA. CA. Cx. 34, doc. 6318.

- **Arquivo Público Estadual da Bahia (APEB)**

Carta de capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 27 de fevereiro de 1790. APEB. Maço 191, doc. 45.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 20 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 75.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 22 de novembro de 1797. APEB, Maço 191, doc. 70.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 28 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 76.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 2 de junho de 1782. APEB. Maço 190, doc. 41.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 12 de março de 1787. APEB, Maço 191, doc. 25.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 31 de janeiro de 1797. APEB, Maço 196, doc. 01C.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, de 15 de fevereiro de 1797. APEB. Maço 191, doc. 67.

Carta do coronel de cavalaria ao governador da Bahia, em 16 de maio de 1780. APEB, Maço 196, doc. 02B.

Carta do coronel Pedro Viera de Melo ao governador da Bahia, em 28/09/1789. APEB, Maço 196, doc. 12B.

Carta do o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo ao governador da Bahia, em 05 de janeiro de 1786. APEB, Maço 196, doc. 09.

## Referências bibliográficas

ANTONIO, Edna Maria de Matos. “Obedientes e humildes vassalos”: Sergipe no contexto luso-brasileiro, 1750-1820”. In: “**A independência do solo que habitamos**”: poder, autonomia e culturas políticas na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). 2011, Franca. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista;

ARAÚJO, Acrísio Torres. **História de Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: J. Andrade, 1967;

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa do Brasil: a administração pombalina**. 2. Ed. V. 5. Rio de Janeiro: Funcep; Brasília: UNB, 1983;

\_\_\_\_\_. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1970;

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003;

CAMPOS, José de Oliveira; VIANNA, Francisco V. **Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia**. Salvador: Typ. “Diário da Bahia”, 1891;

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “**As duras cadeias de hum governo subordinado**”: história, elites e governabilidade na capitania da Paraíba (1755-1799). 2013, 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2013;

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982;

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)**. 2003. 219 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003;

FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891;

KUHN, Fábio. Um governador em apuros: a trajetória administrativa de José Marcelino Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio C. de Almeida. (Orgs.). **Temas setecentistas: governo e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2008;

LAGO, Cel. Laurênio. Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Aracaju, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 17, vol. 12, 1943. p. 112-114;

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães-mores de Sergipe (1590-1820)**. Aracaju: FUNDESC, 1985;

LOBO, Eulália M. L. **Processo administrativo ibero-americano (aspectos so-**



**cioeconômicos – período colonial**). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962;

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe d’El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005;

NUNES, Maria Thétis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978;

\_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996;

OLIVEIRA, Elza Regis. **A Paraíba na crise do Século XVIII**. 2.ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007;

PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, n. 9, 1995;

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Org.). **História da Expansão Portuguesa**. Vol. 3. O Brasil na balança do império (1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Trad. Maria de Fátima Silva Gouvêa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 18, nº 36, 1998;

SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie (org). **História da América Latina: a América Latina Colonial**. V. II. São Paulo: EDUSP, 1999;

SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (Org.). **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

SILVA, Augusto da. **O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013;

WEHLING, Arno. **História Administrativa do Brasil: administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. V. 5. Brasília: FUNCEP, 1986.





# “Memorável dia 8”: os significados da prisão de um Governador, da fuga do malvado Vigário e da trama de um Coronel corrompido (Sergipe, 1820-23)

Anderson Pereira dos Santos<sup>1</sup>

## Resumo

Em 8 de julho de 1820, D. João VI isentava a Capitania de Sergipe da sujeição à Bahia e a declarava independente totalmente. No entanto, a Bahia não aceitou facilmente a decisão de D. João e criou vários obstáculos. Compreenderemos três fatos: a prisão do Governador Carlos Burlamaqui, a fuga do Vigário da Freguesia de N. Sra. do Socorro de Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo e a trama do Coronel José de Barros Pimentel, histórias interligadas que demonstram a multiplicidade de posições políticas e de interesses pessoais. O método utilizado foi da *história conectada*. O principal referencial teórico foi a teoria social de Pierre Bourdieu. Concluímos que no processo de independência de Sergipe a identidade sergipense foi ressignificada e que a autonomia local se conecta com diferentes conjunturas dentro e fora do Império Português.

**Palavras-chave:** Independência. Identidade. Sergipense.



1 Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (2005), especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (2018), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2009), doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (2013-2017), com doutorado sanduíche na Universidade de Évora/PT (2015). Pós-doutorando no Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora (2019). Membro do Grupo de Pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (UFS). Atualmente é professor EBTT- Substituto do Instituto Federal de Sergipe - Campus Itabaiana, e, professor do Ensino Médio no CETAF-AJU do SENAI-SE. E-mail: andersonpereira.s@hotmail.com

**“Memorable day 8”: the meanings of the arrest of a Governor, the flight of the evil Vicar and the plot of a corrupted Colonel (Sergipe, 1820-23)**

**“Día 8 memorable”: los significados del arresto de un gobernador, la fuga del malvado Vicario y la trama de un Coronel corrupto (Sergipe, 1820-23)**

85



**Abstract**

On July 8, 1820, D. João VI exempted the Captaincy of Sergipe from subjection to Bahia and declared it totally independent. However, Bahia did not easily accept D. João's decision and created several obstacles. We will understand three facts: the arrest of Governor Carlos Burlamaqui, the escape of the parish priest of N. Sra. Do Socorro from Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo and the plot of Colonel José de Barros Pimentel, interconnected stories that demonstrate the multiplicity of political positions and personal interests. The method used was connected history. The main theoretical framework was Pierre Bourdieu's social theory. We conclude that in Sergipe's independence process Sergipe's identity was re-signified and that local autonomy is connected with different circumstances within and outside the Portuguese Empire.

**Keywords:** Independence. Identity. Sergipense.

**Resumen**

El 8 de julio de 1820, D. João VI eximió a la Capitanía de Sergipe de la sujeción a Bahía y la declaró totalmente independiente. Sin embargo, Bahía no aceptó fácilmente la decisión de D. João y creó varios obstáculos. Entenderemos tres hechos: el arresto del gobernador Carlos Burlamaqui, la fuga del párroco de N. Sra. Do Socorro de Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo y la trama del coronel José de Barros Pimentel, historias interconectadas que demuestran la multiplicidad de posiciones políticas, e intereses personales. El método utilizado fue la historia conectada. El marco teórico principal fue la teoría social de Pierre Bourdieu. Concluimos que en el proceso de independencia de Sergipe, la identidad de Sergipe fue re-significada y que la autonomía local está conectada con diferentes circunstancias dentro y fuera del Imperio portugués.

**Palabras clave:** Independencia. Identidad. Sergipense

## *A prisão de um governador*

Em 1806, as Câmaras do Piauí em representação pediam a autonomia da Capitania do Piauí em relação ao Maranhão, naquela época governada por **Carlos César Francisco Burlamaqui**<sup>2</sup>. A reação do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, D. José Tomás de Meneses, foi violenta e vingativa<sup>3</sup>. Em 1810, **Burlamaqui** perdeu a honra, foi deposto **do cargo de Governador** do Piauí, teve seus bens móveis sequestrados e confiscados a Real Fazenda e ao Fisco, preso e conduzido por um destacamento para a Cidade do Maranhão<sup>4</sup>. Sem devassa contra e para se defender das intrigas que fizeram as autoridades maranhenses, **Burlamaqui** foi substituído por um oficial nomeado pelo governador do Maranhão, contrariando as leis reais<sup>5</sup>. **Algum tempo depois, Carlos Burlamaqui** foi solto, e, **para compensar as perdas sofridas** na época de seu Governo no Piauí seria nomeado Governador de Sergipe.



- 2 **Carlos César Francisco Burlamaqui** nasceu na Freguesia de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, no ano de 1775. Carlos era filho de **Hippólito Burlamachi** um italiano da cidade de Lucca da Região da Toscana, com **Matildes Valentina Pedegache Brandão** uma lisboeta. A sua carreira militar no Império Português se inicia no posto de Aspirante Guarda Marinha, depois Alferes de um regimento de Infantaria em Goa na Índia, Tenente e Capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Sargento-mor do Regimento do Macapá no Pará (1799), Capitão-Mor da Capitania de São José do Piauí (1806-1810), Governador da Província de Sergipe (1820), Tenente coronel do Estado Maior do Exército (1821). Professor da Ordem de Cristo, e Presidente da Junta da Real Fazenda. Requerimento do tenente da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaque, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua nomeação para o posto de sargento-mor do Regimento do Macapá. [Post. 1799, abril, 2, Pará]. AHU\_CU\_013, Cx. 114, D. 8847. Decreto do príncipe regente D. João, nomeando o capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaqui, como governador da capitania do Piauí. Queluz, 28 de Janeiro de 1805. AHU\_CU\_016, Cx. 28, D. 1431. Carta do governador Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre sua posse no dito cargo, formalizada pela Câmara da cidade de Oeiras do Piauí, 22 de janeiro de 1806. AHU\_CU\_016, Cx. 29, D. 1474. Carta régia do príncipe regente D. João ao bispo do Maranhão, D. Luís de Brito Homem, e mais governadores interinos da capitania do Maranhão, sobre o desacerto e estranho procedimento praticado com o governador da capitania do Piauí, Carlos César Burlamaqui. Palácio do Rio de Janeiro, 1811-03-08. ANTT - Projecto Reencontro mf. 130. (Col. IHGB DL 178,47.02) 1412.
- 3 Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.
- 4 Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.
- 5 Carta (cópia) do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre a sua suspensão do governo do Piauí, a sua prisão e o sequestro de seus bens, documentos e papéis particulares, sem haver nenhum processo contra sua pessoa, para defender-se das intrigas que contra ele fizeram as autoridades do Maranhão; a sua substituição por um oficial nomeado pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses], contrariando as leis reais; e solicitando retornar ao seu posto. 1810, Outubro, 30, Oeiras do Piauí. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Em 8 de julho de 1820, D. João VI *isentava a Capitania de Sergipe da sujeição ao Governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Estabelecia que o Governador administrasse na forma praticada nas mais Capitânicas independentes, comunicando-se diretamente com as Secretarias de Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das Reais Ordens.*<sup>6</sup> Inicialmente, nem os “homens bons” de Sergipe e nem da Bahia se opuseram ao decreto real. Depois, as autoridades civis e militares de Sergipe<sup>7</sup> e Bahia não aceitaram a tal independência. (LEMOS, 2018, p.33)

A assinatura do decreto de 8 de julho de 1820 foi um ato administrativo. O desmembramento do governo de Sergipe do da Bahia se enquadraria no âmbito das reformas administrativas do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, iniciadas desde 1815. Ao criar um governo independente, o Rei elevava a mais ampla jurisdição tal capitania. Na prática libertava da subordinação do Governo-geral da Bahia, tudo o que dizia respeito das sugestões de oficiais militares e nomeações interinas de ofícios. Essa organização administrativa facilitaria a comunicação fiscal, militar e política do governo de Sergipe com o Rei, e, desenvolveria a colonização do território*<sup>8</sup>. Então, possivelmente as causas para a independência de Sergipe foram: 1) favorecer o bom governo do Brasil; 2) prosperar em negócios, sucessos e bens o Reino do Brasil; 3) ter uma comunicação direta e mais eficiente com o Reino; e 4) colonizar o território.<sup>9</sup>

Essas causas são diferentes da apontada por Felisbela Freire (1977, p. 223), que afirmou ser “a elevação da Comarca de Sergipe a categoria de capitania independente um reconhecimento dos serviços prestados pelos habitantes de Sergipe perante a Revolução de 1817. Argumento, também, defendido por José Ibarê Costa Dantas (2016, p. 34).<sup>10</sup> São diferentes, ainda, dos apontados por Maria Thetis Nunes (1978, p. 32), em que o decreto decorreu da prosperidade econômica que Sergipe alcançou no setor açu-

6 Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

7 Entre eles, Guilherme José Nabuco de Araújo filho de Manuel Fernandes Nabuco, Cirurgião Ajudante do 2º Regimento de Infantaria de Salvador, e de Mariana Josefa Joaquina dos Mártires Sá Araújo. Nasceu em 1786 em Salvador/BA e faleceu em 25/03/1825 em Estância/SE. Foi a Alferes (1809), Tenente da Legião de Caçadores, Sargento-Mor de Infantaria da Legião de Milícias de Santa Luzia do Rio Real, na Capitania de Sergipe d’El Rey (1817), Coronel (1821), Brigadeiro graduado (1822), Comandante interino das Armas de Sergipe (1823) e Juiz ordinário da vila de Estância/SE.

8 Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

9 Decreto de 8 de julho de 1820. Isenta a Capitania de Sergipe da sujeição ao governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Collecção das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889. pg. 48.

10 Esse autor afirma que Sergipe participara das lutas pela independência ao lado da legalidade e foi formalmente emancipado.



careiro no século XVII. E, são dessemelhantes, também, dos defendidos por *Edna Maria Matos Antônio (2011)*, que defende a ideia de que a Independência de Sergipe deve ser considerada como parte do processo de Independência do Brasil.

Assim, o decreto de 8 de julho de 1820 logo caducou, ou seja, perdeu legitimidade. Foi uma lei obsoleta. Se tinha a ordem, mas a mesma não era reconhecida pela Capitania da Bahia detentora de um poderio militar capaz de subjugar Sergipe. Naquela época, Sergipe não tinha condições militares de resistir a Bahia, sem tropas regulares, nem armamentos e pólvora.

Carlos Burlamaqui foi nomeado governador de Sergipe em 25 de julho de 1820<sup>11</sup>, sendo seus ajudantes de ordens os seus filhos, o Tenente Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, e, o Alferes Trajano Cesar Burlamaqui. Em 3 de janeiro de 1821, Carlos Burlamaqui chegava a Bahia<sup>12</sup>. Em sua permanência naquela Capitania, Burlamaqui junto com o Conde de Palma da Real Junta da Fazenda fizeram um termo declaratório em que as rendas ficariam pertencentes a Sergipe de 1 de janeiro de 1821 em diante<sup>13</sup>. No dia 5 de fevereiro de 1821, Carlos Burlamaqui saía da Bahia já atordoado com o atentado praticado<sup>14</sup> no dia 10 de fevereiro, mas só haveria de chegar em Sergipe na tarde do dia 19 de fevereiro do mesmo ano<sup>15</sup>. (BRITO, 1983, p. 25) O Governador de Sergipe Luiz Antônio da Fonseca Machado já estava aflito por saber que o Burlamaqui fora perseguido por terra para desistir e não tomar posse<sup>16</sup>. Diante disso, o Luiz Machado combinou com o Burlamaqui para lo dá posse no dia seguinte.

- 11 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 12 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 13 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.8. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 14 Carlos Cesar Burlamaque se referia ao fato da Cidade da Bahia proclamar a Constituição no dia 10 de fevereiro entregando o Governo da Província a 10 cidadãos.
- 15 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 22.
- 16 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 22.

Às 6h da manhã do dia 20 de fevereiro de 1821, Luiz Machado e um ajudante apareceram na casa em que o Burlamaqui se hospedava, com uma mala contendo 3 cartas do Governo da Bahia<sup>17</sup> para Machado (um falava sobre o sucesso do dia 10 na Bahia; outra ordenava o juramento geral; e a outra dizia para não dar posse a Burlamaqui e expulsá-lo fora da Capitania<sup>18</sup>). Diante das autoridades e pessoas da Cidade de Sergipe, as duas cartas régias foram lidas, e, sabendo das coisas que se passavam na Bahia, Carlos Burlamaqui fez um discurso apoiado por Luiz Machado que persuadiu todos os presentes a seguirem as ordens do Rei e dar posse a ele.

Em 20 de fevereiro de 1821, na Igreja Matriz de Nossa Senhora Victória na Cidade de São Cristóvão diante do presidente da Câmara da Cidade, Bento Antônio da Conceição Mattos, demais vereadores, procurador, e o Brigadeiro e Governador de Sergipe Luiz Antônio da Fonseca Machado<sup>19</sup> deram posse a Carlos César Francisco Burlamaqui<sup>20</sup>. (BRITO, 1983, p. 68) Depois da posse, todos se retiraram e foram para as suas casas. No mesmo dia, diante das maiores autoridades civis e militares chegaram 3 cartas vindas da Bahia assinadas por José Caetano de Paiva, secretário da Junta Provisória da Bahia (composta por 9 membros), secretário e junta desconhecidos por Sergipe<sup>21</sup>, para não dar posse ao novo governador. Carlos Burlamaqui, logo, impediu que a Província de Sergipe fosse insultada pela Bahia, evitou comunicações e continuou o comércio com a Bahia. Burlamaqui se viu numa situação delicada, por falta de gente de confiança, sem recursos e força militar, teve que confiar nos oficiais comandantes, donos de grandes propriedades de lavouras de açúcar e algodão com negócios



- 17 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 22.
- 18 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.8. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 19 Considerado pela Junta Provisória da Bahia junto com seu irmão Jozé Antônio da Fonseca Machado traidores da causa Constitucional. Em 24 ou 25 de fevereiro de 1821, Luiz Antônio da Fonseca Machado havia saído de São Cristóvão e partido para o Rio de Janeiro.
- 20 Ofício de Carlos César Bulamarqui, Governador de Sergipe del Rey para Tomás Antônio Vila Nova, comunicando que por ter tomado posse muito recentemente não pode dar conta ainda do estado das finanças da Província. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 19.
- 21 Carta das autoridades constituídas de Sergipe del Rey, ao Rei[D. João VI], notificando a chegada de um emissário da Junta Provisória da Bahia, o qual não reconheceu por fidelidade ao Rei. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 21.

na Bahia<sup>22</sup>. Pela primeira vez, os sergipenses<sup>23</sup> liderados pelas autoridades presentes na Cidade de São Cristóvão assinariam e se comprometeriam a obedecer a um governo independente da Bahia. (SANTOS, 2017, p. 49)

No dia 12 de março de 1821, desembarcou na Barra da Estância a Força Armada vinda da Bahia comandada pelo coronel Bento da França Pinto Oliveira. No dia 13 de março, tinha chegado a Cidade de Sergipe um ajudante de Milícias Francisco Correia da Silva espalhando proclamações e persuadindo a gente da cidade para que se revoltassem antes da chegada da Força. O povo não aprovou tal medida. No dia 14 de março, a Força marchou sobre Sergipe e nesse mesmo dia a gente da Estância foi obrigada a jurar a constituição, no dia 15 de março foi a vez da Povoação das Laranjeiras<sup>24</sup> e depois Santo Amaro. (CARVALHO, 1914, p. 67)

No dia 17 de março a tarde, o ajudante Francisco Correia da Silva e o tenente português José Vaz Lopes fizeram um motim na Cidade de São Cristóvão e foram presos por falta de respeito e ordem militar<sup>25</sup>, mas depois foram soltos. Na mesma tarde do dia 17 de março de 1821, pela proximidade da Força Armada e pelo estado das coisas, Carlos Burlamaqui entregou o Governo da Província interinamente a Câmara de São Cristóvão. No dia 18 de março, o Coronel Bento da França Pinto e Oliveira invadiu a Cidade de São Cristóvão com a Força Armada vinda da Bahia e a Auxiliadora da Estância, obrigou as autoridades presentes na Câmara a jurarem a Constituição. Levaram presos por não jurarem Carlos Burlamaqui<sup>26</sup> (**Governador**), Frederico Leopoldo C. Burlamaqui (Tenente), Trajano Cesar Burlamaqui (Alferes), José Antônio Fernandes (Secretário de governo), Manoel José de Castro (Capitão), José do Carmo Ribeiro (Tenente), João Maria Sampaio (Alferes), Felício Paes, Serafim Alves da Rocha (Vigário Paroquial e Geral), Antônio José Gonçalves de Figueiredo (Vigário Colado

- 22 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 22.
- 23 Utilizamos o gentílico sergipense para denominar aqueles indivíduos que nasceram ou moraram no termo da Comarca de Sergipe de El Rei até 1823, seguindo as fontes de época: *sergipensis*.
- 24 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.9. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 25 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.9. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.
- 26 Tinha-se evidências que o governador Carlos Cesar Burlamaqui possuía relações estreitas com Pernambuco por isso foi preso e conduzido a Salvador. Carta da Junta Provisional do Governo da Bahia ao rei [D. João VI] expando a razão de todos os atos tomados em relação à capitania de Sergipe. Fl. 13. AHU-Baia, cx. 253, doc. 48.



da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba – Jurou a Constituição). No dia 20 de março, Pedro Vieira de Mello havia tomado posse como Governador interino da Comarca de Sergipe.<sup>27</sup>

No dia 8 de abril de 1821, já na Bahia, **Carlos Burlamaqui** ainda recebia o apoio de sergipenses para a manutenção do Governo de Sergipe.<sup>28</sup> Apesar que “foi lamentável ao caráter sergipano que o apoio de Burlamarqui a nossa independência, não encontrou adesão dos filhos de maior representação”, conforme Felisbelo Freire (1977. p. 238).

Em 21 de julho 1821, por meio de uma Portaria do Governo da Bahia, Sergipe passava a condição de Comarca dependente da Bahia. A volta de Sergipe para a jurisdição da Bahia, segundo a Junta Provisória do Governo da Bahia, foi motivada para manter “a segurança e conservação das relações comerciais dos habitantes de Sergipe e Bahia, e dar prosperidade a Comarca”.<sup>29</sup> Sergipe retornaria à condição de independente em 5 de dezembro de 1822, confirmada por D. Pedro I. (PRADO, 1919. p. 246)

O que significou a prisão do governador? Significou por um lado: 1º) a primeira tentativa de constituir um governo totalmente sergipense, quando a Câmara de São Cristóvão assumiu a administração; 2º) a união de algumas autoridades políticas, eclesiásticas e militares em torno da manutenção da independência (assinam o Livro de Vereações da Câmara de Sergipe, enviam Representações e Memórias ao Rei). Por outro: 1º) significou a perda da liberdade, valor, lealdade, direitos, honra e respeito; 2º) a sujeição a Constituição Portuguesa; 3º) a subordinação de jurisdição fazendária, jurídica, militar e eclesiástica à Bahia; 4º) surgimento de um estado de desordens, traições, subornos e tramas; 5º) a lealdade dos habitantes da Povoação da Estância ao Madeira<sup>30</sup>; 6º) a primeira tentativa de agenciar a identidade sergipense. A identidade é um “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”. (BOURDIEU, 1989. p. 117) As lutas a respeito de características sociais e culturais ligadas à origem de Sergipe: como a memória do passado, a língua, o pertencimento ao lugar, o estilo de vida e o comportamento social; são lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

27 Ofício dirigido a Junta da Bahia pelo Brigadeiro Pedro Vieira de Mello. Quartel de Sergipe d’ElRei, em 21 de março de 1821. Fl. 1. APEB – Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Correspondência Recebida Dos Capitães-Mores. Maço 423.

28 Abaixo assinado informando que uma força armada da Província da Bahia o deslocou e derrubou do Governo de Sergipe d’El Rei para o qual Sua Majestade El’Rei o tinha nomeado. Cangragru, em 08 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-62.

29 Artigo D’officio. Para a Câmara da Cidade de Sergipe. Palácio do Governo da Bahia, 7 de março de 1822. BNRIO – Hemeroteca Digital. Diário Constitucional (BA) – 1822. Ano 1822. Edição 00024. Fl. 2.

30 Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d’El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.





## A fuga do malvado Vigário

Antônio José Gonçalves de Figueiredo era português, padre da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba/SE, em 1821, descrito como déspota, soberbo, vingativo por condição, ambicioso, adulator, manipulador, prepotente e violento.<sup>31</sup> Pessoa controversa e polêmica.

O Pe. Antônio Figueiredo estava presente na casa do Burlamaqui, quando foi passado o governo para a Câmara de São Cristóvão, assinando e apoiando a independência de Sergipe. No dia 5 de maio de 1821, a Câmara de São Cristóvão redigia uma representação a D. João VI e ao congresso das cortes portuguesas pedindo a independência de Sergipe, e foi Antônio Figueiredo o autor dessa representação. (FREIRE, 1977, p. 243) O padre, também, foi escolhido para levar a representação até o Rei.

Logo, a Junta Provisória do Governo da Bahia ordenou que prendesse o dito vigário.<sup>32</sup> Em 27 de abril 1821, o Capitão Felix Barreto Vasconcelos e Menezes, Vicente Luiz de Freitas, o Alferes Bernardo José Ribeiro de Oliveira, e João Francisco Nepomuceno lideravam um abaixo-assinado contra a falsidade do vigário Antônio José Gonçalves de Figueiredo que havia antes jurado e assinado a Constituição.<sup>33</sup> Depois de preso e solto, o Pe. Antônio Figueiredo começou uma maquiavélica amizade com Pedro Vieira de Mello (o primeiro a assinar o abaixo-assinado contra o Padre), a quem o pôs como amigo necessário. Pedro Vieira de Mello era brasileiro, homem estúpido e miserável. (SOUZA, 1834, p. 189) Logo, o Vigário Figueiredo começou a tratar Pedro Vieira da melhor forma, para assim o pôr do seu jeito. O padre aconselhava o já velho Pedro V. de Mello, fazendo-se ele Vigário Governador. (SOUZA, 1834, p. 189) O Pe. Antônio Figueiredo só executava as ordens e leis que ele queria<sup>34</sup>, dispersava o povo ou remetia



- 31 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 32 Oficio apresentando preso, o Vigário do Socorro Antonio Joze Gonsalves de Figueiredo. Quartel da Estância da Vila de Santa Luzia do Rio Real, em 02 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-45.
- 33 Abaixo assinado contra o Vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba, Antônio José Gonçalves de Figueiredo. Vila de Laranjeiras, 27 de abril 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-010-41.
- 34 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 2. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.

presos para a Bahia por qualquer suspeita e temor que estivessem reunidos pela causa do Brasil. (SOUZA, 1834, p. 189)

O Pe. Antônio Figueiredo destacou uma força de tropas para a Vila Nova do Rio de São Francisco com o intuito de impedir a passagem de Pedro Labatut. Remetia para a Bahia mantimentos para o Madeira de Mello. Além disso, realizava sermões e pregações junto aos fiéis contra o sistema adotado no Brasil, o Rei e as tropas da Bahia<sup>35</sup>. Logo, o Pe. Antônio Figueiredo fora acusado de “ser contra a sagrada causa do Brasil<sup>36</sup>, distribuir ordens, tomar contas aos Comandantes dos Corpos em nome do Brigadeiro Pedro Vieira de Mello<sup>37</sup>, desviar do evangelho, suspeito de mandar assassinar o Padre Caetano da Silva Natividade de Lagarto<sup>38</sup>”. Labatut se dirigiu aos habitantes de Laranjeiras afirmando que o Vigário estava esquecido de seu sagrado ministério, das leis dos evangelhos e que assim, persuadia o povo a rebelar-se.<sup>39</sup> Do dia 29 para o dia 30 de abril de 1822, o “malvado padre” no dizer de José de Barros Pimentel<sup>40</sup>, fugiu em uma catraia para a Cidade da Bahia antes da chegada do destacamento do Pimentel, a fim de fazer aliados (Madeira) e enviar tropas para Sergipe.<sup>41</sup> Ao chegar na Bahia



- 35 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe d'El Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.55. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 36 Ele queria aclamar em Sergipe a Independência do Brasil e do Rei.
- 37 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigário do Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 38 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe d'El Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 60. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 39 Proclamação do General Labatut aos habitantes de Laranjeiras. Quartel General das Laranjeiras, em 12 de outubro de 1822. Fl. 1. ANRJ – Seção dos Ministérios.
- 40 Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.
- 41 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 3. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.

não obteve apoio e acabou fugindo para o Rio de Janeiro<sup>42</sup>. Assim, seus bens<sup>43</sup> foram confiscados e passou a responder por deserção e crime de Lesa Nação.<sup>44</sup> Pedro Labatut alegando falsamente que a Freguesia de Socorro se encontrava sem vigário colocou na vaga, Francisco Feliz Barreto de Menezes.<sup>45</sup>

O que significou a fuga do malvado padre? Significou por um lado: 1º) o afastamento de um líder local que persuadia o povo das Laranjeiras e Socorro, que a Bahia queria Sergipe subordinada a ela, por não quererem pagar as grandes somas de dinheiro que deviam ao comércio de Sergipe; 2º) o afastamento de um defensor das Cortes de Portugal; 3º) a normalização das exportações de viveres para Bahia, tão necessárias para a sustentação das Tropas Lusitanas.<sup>46</sup> Por outro significou: 1º) uma segunda tentativa de união dos sergipenses contra os abusos cometidos pelo Governo da Bahia (quando se uniram a Companhia de Milicianos da Freguesia do Socorro e Vila do Lagarto, Manoel Gomes Coelho (Ouvidor de Sergipe), João Caetano de Faria (sacristão de Socorro), João (Padre), Julião (sócio), com o Pe. Antônio Figueiredo); 2º) a presença de resistências ao poder da Bahia (Vila Nova do Rio de São Francisco, e o Quaresma)<sup>47</sup>; 3º) uma outra tentativa de tornar Sergipe independente da Bahia, com a instalação de um governo provisório na Cidade de São Cristóvão (1 de outubro de 1822)<sup>48</sup> e outro na Povoação das Laranjeiras<sup>49</sup>.

- 42 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a provincia de Sergipe dEI Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.1. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 43 Auto do sequestro dos bens do vigário Antônio José de Figueiredo, mandado proceder pelo general Labatut em 12 de outubro de 1822.
- 44 A Estrella Brasileira. N° 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.
- 45 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a provincia de Sergipe dEI Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.41. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 46 Correspondencia. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 3. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 47 Oficio relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.
- 48 Oficio informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d'El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.
- 49 Oficio relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.

## *A trama de um Coronel corrompido*

O Coronel José de Barros Pimentel<sup>50</sup> era filho de Gabriel Tavares dos Reis e de sua mulher D. Cardoza Accioli de Vasconcelos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, solteiro, católico<sup>51</sup>, se declarava brasileiro e defensor da causa do Brasil. Barros Pimentel era amigo de Pedro Labatut. Segundo o General Pedro Labatut, o Pimentel era pessoa de muita estima e confiança, brasileiro e um patriota honrado.<sup>52</sup> O Padre Antônio Figueiredo queria que Pedro Labatut passasse um atestado contra o Coronel José de Barros Pimentel. Labatut por não fazer o atestado, foi alvo de várias queixas por parte do Pe. Antônio Figueiredo.<sup>53</sup>

Na visão de Jose Matheus da Graça Leite Sampaio, desde o dia que antecedeu a posse de Carlos Burlamaqui, José de Barros Pimentel movido por inconstância e vingança conseguiu convencer outras pessoas para a sua causa. Pimentel obrigava a população a se silenciar diante de Pedro Labatut. Ser sergipense era ser pacífico e fiel. Foi Barros Pimentel juntamente com o Labatut que suspenderam a Junta Provisória do Governo de Sergipe (1 de outubro de 1822). Numa ação de suborno, Pimentel recebeu o Comando Militar Geral da Comarca de Sergipe em troca da dissolução da referida Junta e apoio a Labatut. Em seguida, Pimentel tomou posse do governo de Sergipe. (FREIRE, 1977, p. 249) Um dos seus atos de governo mais controversos foi transferir a sede do governo de São Cristóvão para Laranjeiras. (ANTONIO, 2011, p. 276) José de Barros Pimentel não deseja a independência do Brasil e nem a emancipação de Sergipe. (FREIRE, 1977, p. 247)

A nomeação de Pimentel desagradou alguns membros da elite local. Pois, mesmo com o seu posicionamento a favor da independência do Brasil, ele era contrário à separação da Bahia. (ANTONIO, 2011, p. 273) O seu governo não levava consenso político a Sergipe. Quando ele se referia ao 8 de julho, via como algo “extinto” e o retorno da autonomia através da formação da Junta era “um ato impolítico” dos políticos de Sergipe. (ANTONIO, 2011, p. 273)

A sua ambição e soberba geraram transtornos políticos e moral. José de Barros Pimentel ordenou sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar



50 Governador das Armas de Sergipe.

51 Inventário de José de Barros Pimentel, 07/03/1851. Fl. 10. AGJS - AJU/C.2º OF. Inventário – Cx.12/2319.

52 Ofício informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d’El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.

53 A Estrella Brasileira. Nº 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.

os bens dos portugueses europeus dissidentes da Santa Causa.<sup>54</sup> O corrompido Coronel ganhou 30 mil cruzados dos pedidos públicos e mais de 200 mil cruzados dos bens sequestrados dos europeus.<sup>55</sup> Desgraçado Brasil? Infeliz Sergipe se o Coronel Barros Pimentel ficasse no governo intendendo-se secretamente com o General Pedro Labatut a bem da nação e causa do Brasil<sup>56</sup>, dizia Jose Matheus da Graça Leite Sampaio.

Em 06 de junho de 1823, José de Barros Pimentel representando o Imperador, queria evitar a fuga do General Labatut.<sup>57</sup> Já em 01 de julho de 1823, o Coronel José de Barros Pimentel era considerado em Sergipe como desertor<sup>58</sup> e traidor. Também, pesava contra ele a denúncia de desenganho dos donativos das caixas militares de Sergipe. Por fim, Pimentel permaneceu no poder até 1823. (ANTONIO, 2011, p. 280)

O que significou a corrupção do Coronel? Significou por um lado: 1º) o que o sergipense não era a época; 2º) a terceira tentativa de separação dos sergipenses em relação a Bahia; 3º) adesão de Sergipe a causa da independência brasileira. Por outro: 1º) a manutenção de tramas políticas entre Sergipe e Bahia; 2º) a superioridade dos interesses pessoais em detrimento do bem comum coletivo.

Em Sergipe, quando os dominados nas relações de forças simbólicas entraram na luta de maneira isolada, não tiveram outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade (a relacionada a Bahia) ou da busca da assimilação. (BOURDIEU, 1989, p. 124)

### *Considerações Finais*

Concluimos que de 1820 a 1823, período do processo da Independência do Brasil e de Sergipe, foi marcado pela presença de ideias políticas

54 Ofício informando recebimento de ordem para sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar os bens dos portugueses europeus, dissidentes da Santa Causa e interroga como deve proceder visto que, uma Portaria do Conselho Interino determina o contrário, em respeito às esposas e filhos inocentes que não tem culpa da destinação do pai e marido. Povoação das Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-013-173.

55 Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.

56 Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 4. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.

57 Ofício informando sobre da chegada do Coronel Governador das Armas José de Barros Pimentel, representante do Imperador, afim de evitar a fuga do General Labatut. Vila da Cachoeira, em 06 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-017-154.

58 Ofício declarando o reconhecimento do Coronel José de Barros Pimentel, como desertor. Palácio do Governo de Sergipe, 01 de julho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-002-17.



diferentes: ora absolutistas, ora liberais, ora constitucionalistas; por tramas políticas de grupos sociais divergentes movidas por interesse próprio; e pela construção de uma identidade sergipense como um produto construído historicamente. (BOURDIEU, 1989, p. 110) Entendemos a identidade sergipense no sentido de aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, linguísticas, religiosas e nacionais. (HALL, 2006) Essa identidade não foi fixa, mas formada e transformada continuamente por identificações e representações culturais que rodeavam os agentes, mesmo de forma temporária. A identidade sergipense foi multiplamente construída por meio de discursos, práticas e posições que poderiam se cruzar ou ser antagônicos. Tal identidade foi sujeita a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

97



*Desta forma, no processo de independência de Sergipe a identidade sergipense foi ressignificada por meio de uma complexa teia de interações simbólicas, sociais, políticas e econômicas entre os colonos de Sergipe/Bahia/Alagoas/Pernambuco e Brasil/Portugal. Num ambiente de ressignificação não há ainda um discurso ou prática hegemônica. É um cenário de multiplicidade de posicionamentos, de conflitos, de negociações, de estratégias e de ações. Ao pensarmos o processo de independência de Sergipe de maneira conectada, apontamos para uma possibilidade interpretativa em que revelaria a importância geopolítica de Sergipe perante o Império Português. As três histórias aqui narradas se conectam na questão da identidade. (SUBRAHMANYAM, 2005) O que deslocaria a discussão do processo da Independência de Sergipe para a perspectiva sociológica. Assim, abrindo-se a possibilidade de pensar o surgimento do sergipense a partir de uma memória (independência) em ação e construção.*

*Por último, a independência local se conectou com diferentes conjunturas políticas e ideológicas dentro e fora do Império Português. Isso, fez com que o processo de Independência de Sergipe fosse influenciado direta ou indiretamente pelos acontecimentos de sua época, tais como: a Revolução do Porto, a Crise do Sistema Colonial Português, as Cortes Gerais e Extraordinárias, o Movimento Constitucional, a Guerra pela Independência na Bahia, a Independência do Brasil, as Juntas Governativas, as Independências da América Espanhola, Inglesa e o Liberalismo.*

### *Fontes impressas*

- Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BR)

SOUZA, Antonio Muniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*: que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, e os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil,

oferecidas à nação brasileira. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834. p. 189.

- **Biblioteca do Internet Archive**

A Estrella Brasileira. N.º 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.

- **John Carter Brown Library (EUA)**

BRITO, Paulo Jozé de Mello Azevedo e. **Carta de hum membro da preterita junta do governo provisional da provincia da Bahia**: com hum appendice. 1822. Moraes, R.B. de. Bib. Brasiliana (1983 ed.). Fl. 25.

Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.



## *Fontes manuscritas*

- **Arquivo da Câmara dos Deputados (BR)**

Decreto de 8 de julho de 1820. Isenta a Capitania de Sergipe da sujeição ao governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Collecção das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889.

- **Arquivo do Judiciário de Sergipe (BR)**

Inventário de José de Barros Pimentel, 07/03/1851. Fl. 10. AGJS - AJU/C.2º OF. Inventário – Cx.12/2319.

- **Arquivo Histórico Ultramarino (PT)**

Carta (cópia) do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre a sua suspensão do governo do Piauí, a sua prisão e o sequestro de seus bens, documentos e papéis particulares, sem haver nenhum processo contra sua pessoa, para defender-se das intrigas que contra ele fizeram as autoridades do Maranhão; a sua substituição por um oficial nomeado pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses], contrariando as leis reais; e solicitando retornar ao seu posto. 1810, Outubro, 30, Oeiras do Piauí. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Carta da Junta Provisional do Governo da Bahia ao rei [D. João VI] expondo a razão de todos os atos tomados em relação à capitania de Sergipe. Fl. 13. AHU-Baía, cx. 253, doc. 48.

Carta das autoridades constituídas de Sergipe del Rey, ao Rei [D. João VI], notificando a chegada de um emissário da Junta Provisória da Bahia, o qual não reconheceu por fidelidade ao Rei. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 21.

Carta do governador Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre sua posse no dito cargo, formalizada pela Câmara da cidade de Oeiras do Piauí, 22 de janeiro de 1806. AHU\_CU\_016, Cx. 29, D. 1474.

Decreto do príncipe regente D. João, nomeando o capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaqui, como governador da capitania do Piauí. Queluz, 28 de Janeiro de 1805. AHU\_CU\_016, Cx. 28, D. 1431.

Ofício de Carlos César Bulamarqui, Governador de Sergipe del Rey para Tomás Antônio Vila Nova, comunicando que por ter tomado posse muito recentemente não pode dar conta ainda do estado das finanças da Província. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 19.

Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 263, D. 18581.

Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU\_CU\_022, Cx. 9, D. 22.

Requerimento do tenente da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaque, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua nomeação para o posto de sargento-mor do Regimento do Macapá. [Post. 1799, abril, 2, Pará]. AHU\_CU\_013, Cx. 114, D. 8847.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (BR)**

Auto do sequestro dos bens do vigário Antônio José de Figueiredo, mandado proceder pelo general Labatut em 12 de outubro de 1822.

Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe dEl Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.55. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.

Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

Proclamação do General Labatut aos habitantes de Laranjeiras. Quartel General das Laranjeiras, em 12 de outubro de 1822. Fl. 1. ANRJ – Seção dos Ministérios.

- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT)**

Carta régia do príncipe regente D. João ao bispo do Maranhão, D. Luís de Brito





Homem, e mais governadores interinos da capitania do Maranhão, sobre o desacerto e estranho procedimento praticado com o governador da capitania do Piauí, Carlos César Burlamaqui. Palácio do Rio de Janeiro, 1811-03-08. ANTT - Projecto Reencontro mf. 130. (Col. IHGB DL 178,47.02) 1412.

- **Arquivo Público do Estado da Bahia (BR)**

Abaixo assinado contra o Vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba, Antônio José Gonçalves de Figueiredo. Vila de Laranjeiras, 27 de abril 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-010-41.

Abaixo assinado informando que uma força armada da Província da Bahia o deslocou e derrubou do Governo de Sergipe d'El Rei para o qual Sua Majestade El' Rei o tinha nomeado. Cangragu, em 08 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-62.

Ofício apresentando preso, o Vigário do Socorro Antonio Joze Gonsalves de Figueiredo. Quartel da Estância da Vila de Santa Luzia do Rio Real, em 02 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-45.

Ofício declarando o reconhecimento do Coronel José de Barros Pimentel, como desertor. Palácio do Governo de Sergipe, 01 de julho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-002-17.

Ofício dirigido a Junta da Bahia pelo Brigadeiro Pedro Vieira de Mello. Quartel de Sergipe d'El Rey, em 21 de março de 1821. Fl. 1. APEB – Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Correspondência Recebida Dos Capitães-Mores. Maço 423.

Ofício informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d'El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.

Ofício informando recebimento de ordem para sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar os bens dos portugueses europeus, dissidentes da Santa Causa e interoga como deve proceder visto que, uma Portaria do Conselho Interino determina o contrário, em respeito às esposas e filhos inocentes que não tem culpa da destinação do pai e marido. Povoação das Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-013-173.

Ofício informando sobre da chegada do Coronel Governador das Armas José de Barros Pimentel, representante do Imperador, afim de evitar a fuga do General Labatut. Vila da Cachoeira, em 06 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-017-154.

Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.

Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.

- **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BR)**

Artigo D'office. Para a Câmara da Cidade de Sergipe. Palácio do Governo da Bahia, 7 de março de 1822. BNRIO – Hemeroteca Digital. Diário Constitucional (BA) – 1822. Ano 1822. Edição 00024. Fl. 2.

## *Referências bibliográficas*

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro - Sergipe (1750-1831)**. 2011. 392 f. Tese (Tese em História) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2011.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n.3, v.1, 1914.

DANTAS, José Ibarê Costa. A Política em Sergipe Provincial (1820-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Edição n. 46: Volume 1 - Dossiê Sergipe Provincial. Aracaju: IHGSE, 2016.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. Edição. São Paulo: DP&A, 2006.

LEMOS, Antônio Cleber da Conceição. **Da “causa constitucional” à “causa da independência”**: os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1823). 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Catedra, Brasília, DF: INL, 1978.

PRADO, Ivo do. **A capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memória sobre questões de limites**. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.

SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Explorations in Connected History. From the Tagus to the Ganges**. Oxford: Oxford University Press, 2005.



## A composição gráfica dos impressos informacionais em Sergipe Imperial

*Germana Gonçalves de Araujo<sup>1</sup>*

*Jeane de Santana<sup>2</sup>*

*Vicent Bernardo Alves Santos<sup>3</sup>*

### *Resumo*

o estudo dos impressos informacionais de uma localidade é um caminho para se ter conhecimento sobre o modo de produção técnico-artístico utilizado para a construção da comunicação e da expressão literária em um contexto sociocultural, no caso aqui em Sergipe Imperial. Para o desenvolvimento deste texto, além da pesquisa bibliográfica acerca da história da tipografia no Brasil, da educação e da imprensa sergipana do século XIX, realizou-se pesquisa documental em acervos físicos (arquivos públicos e particulares) e na hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional. Os periódicos encontrados foram catalogados e submetidos à análise, com intuito de descortinar aspectos gráficos compositivos que revelem o modo de produção de periódicos que continham a informação impressa em Sergipe na época.

Palavras-chave: Composição Gráfica, Periódicos, Sergipe Imperial.

- 1 Professora doutora efetiva do Curso de Design da Universidade Federal de Sergipe e líder do Grupo de pesquisa Design e Cultura - UFS/CNPq
- 2 Designer e pesquisadora voluntária do Grupo de pesquisa Design e Cultura UFS/CNPq
- 3 Aluno do Curso de Graduação em Design UFS e bolsista do Grupo de pesquisa Design e Cultura UFS/CNPq.



## The graphic composition of informational printouts in Sergipe Imperial

## La composición gráfica de las impresiones informativas en Sergipe Imperial

103



### *Abstract*

the study of informational printed materials in a locality is a way to gain knowledge about the technical-artistic production method, used for the construction of communication and literary expression in a socio-cultural context, in this case here in Sergipe Imperial. For the development of this text, in addition to bibliographic research on the history of typography in Brazil, education and the Sergipe press of the 19th century, it was necessary to conduct documentary research in physical collections (public and private archives) and in the digital library of the National Library Foundation. The journals found were cataloged and submitted to analysis, in order to reveal compositional graphic aspects that reveal the way of producing journals that contained the information printed in Sergipe at the time.

*Keywords: Graphic Composition, Periodicals, Sergipe Imperial.*

### *Resumen*

El estudio de materiales impresos informativos en una localidad es una forma de obtener conocimiento sobre el método de producción técnico-artístico, utilizado para la construcción de la comunicación y la expresión literaria en un contexto sociocultural, en este caso aquí en Sergipe Imperial. Para el desarrollo de este texto, además de la investigación bibliográfica sobre la historia de la tipografía en Brasil, la educación y la prensa Sergipe del siglo XIX, fue necesario realizar una investigación documental en colecciones físicas (archivos públicos y privados) y en la biblioteca digital de la National Library Foundation. . Las revistas encontradas fueron catalogadas y sometidas a análisis, a fin de revelar aspectos gráficos de composición que revelan la forma de producir revistas que contenían la información impresa en Sergipe en ese momento.

*Palabras clave: Composición gráfica, Publicaciones, Sergipe Imperial.*

## Introdução

A história gráfica do Brasil é, comumente, contada a partir de 1808, ano em que a família Real desembarca em terras brasileiras e traz consigo equipamentos gráficos necessários para a implantação da Imprensa Régia – a primeira gráfica oficial do país. A partir dessa data, os prelos<sup>4</sup> oficiais, responsáveis pelos impressos de despachos publicados pela corte, passaram a circular na capital da província, no Rio de Janeiro/RJ. Contudo, é em 1811 que surge, na Bahia, a primeira publicação oficial de iniciativa privada, o jornal “A Idade d’Ouro do Brazil”, além disso, em 1815 a imprensa também era dinâmica em Pernambuco. Infelizmente, o que a história oficial não declara são as publicações impressas em regiões fora do centro econômico, tais como as de Sergipe.

Dar-se relevo que a instalação dessa imprensa Imperial no Brasil foi demasiadamente tardia em relação ao que aconteceu na Europa desde o maquinário inventado pelo alemão Gutenberg (1400-1448). Segundo as pesquisadoras Ana Luíza Martins e Tania Regina de Luca, na obra “Imprensa e cidade” (2006), vários são os motivos que podem elucidar acerca desse atraso e apontam para dois aspectos:

A mais flagrante está no caráter severo e censurador da admiração portuguesa, a quem não convinha levar o esclarecimento da palavra impressa à população de territórios que se prestavam apenas à exploração comercial. Outro enteva vinha da forte presença da Igreja Católica, parceira do Estado no projeto colonial, não lhe interessando divulgar outro meio de comunicação do conhecimento que não aquele da catequese, controlador de mentes. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 16).

Um território ávido a produção de impressos informacionais, é sabido que, a partir da primeira metade do século XIX, e assim que a Corte desbloqueou a comunicação impressa no país, um número significativo de casas impressoras instalaram-se em várias partes do território brasileiro, tornando realidade à circulação de jornais e peças comerciais (impressos efêmeros). Releva-se que foi um período marcado por censura extrema, e só se conseguia montar uma oficina de impressão aqueles que obedeciam às exigências legais<sup>5</sup> e, somente assim, a imprensa passou a ser uma atividade oficial nas províncias. Como explicitam as pesquisadoras supracitadas, sobre o efeito da comunicação impressa no Brasil, “mais que uma mudança física, de pessoas e objetos, tinha início – com forte intermedia-

4 Maquinário de impressão gráfica, típico no Brasil no século XIX, oriundo da invenção do alemão Johannes Gutenberg (1400-1468), no qual os tipos móveis de chumbo eram entintados para efetuar o registro no papel.

5 Em 6/24/1808 a administração da Imprensa Régia formou uma junta para “examinar os papéis e livros que mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (RIZZINI, 1988, p. 31).



ção da imprensa – a transformação que quatorze anos depois levaria a Colônia à sua Independência.” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 18).

O pesquisador Carlos Rizzini (1898-1972) desenvolve que a partir de 1821, quando a corte excluiu a medida de censura prévia, proliferou-se a criação de jornais em oficinas impressoras por todo país (RIZZINI, 1988, p. 331). A notícia política estampada em jornais ou na publicidade dos rótulos aplicados em embalagens de produtos passaram a configurar tipologias de impressos nesse país. Os estados da Bahia e Pernambuco, devido ao esforço de pesquisadores locais, já ocupam lugar de destaque na historiografia gráfica do Brasil. Desses dois estados partiram várias oficinas gráficas para outros próximos, incluindo Sergipe. Porém, conteúdos sobre a produção de impressos sergipanos (século XIX) ainda precisam ser inventariados, até para melhor compreender a relação que a província mantinha com a vizinhança com intuito de prover sua comunicação.

Pensa-se que, mesmo sendo o menor estado da federação, Sergipe tem relevância na historiografia da produção gráfica do Brasil. O estado, ainda no século XIX, se tornou a oitava província a criar uma Imprensa Oficial, como é explicitado no site do Diário Oficial de Sergipe:

Partindo da necessidade de se publicar os atos oficiais do governo do Estado em jornal próprio, a Imprensa Oficial finalmente é criada em 1895. A 8ª província brasileira a possuir um jornal impresso, foi o 9º estado a ter o Diário Oficial, propondo em seu primeiro exemplar ser uma manifestação “isenta de interesses particulares, a serviço do Estado e para o bem do povo.” (SEGRASE, 2019, n.p.).

Releva-se que sobre a história da imprensa imperial em Sergipe pode-se encontrar um número significativo de autores sergipanos comprometidos com a memória e o discurso de alguns jornais e revistas. Conta-se, também, com a produção significativa de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, tal como o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, e com textos indispensáveis da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Entretanto, compreende-se que o estudo acerca da composição gráfica dos impressos produzidos no Sergipe Imperial é também uma tarefa de pesquisadores inseridos nos campos do Design Editorial, Design de Jornais e História da Tipografia – um caminho para se observar as características técnicas da informação impressa relacionando-as a aspectos econômicos, sociais e culturais do estado no dado período.

Salienta-se que o estudo dos impressos no Brasil geralmente valoriza o uso da imprensa com ênfase nos conteúdos jornalísticos. Para o estudo aqui presente, uma proposta do campo do Design Gráfico, releva-se a construção do passado dos impressos jornalísticos considerando as atividades culturais e as possibilidades técnicas exercidas em Sergipe – uma



atividade que, antes da formação do profissional das artes aplicadas ou do profissional em Design no Brasil, era exercida por artistas gráficos, tipográficos e impressores. Nessa perspectiva, corrobora-se com o pensamento de Rafael Cardoso, pesquisador em História da Arte e Design:

A tendência a supervalorização a memória do discurso como sendo, muitas vezes, escamoteando os aspectos ligados ao fazer e à técnica, talvez seja legado ainda ao bacharelismo, tão marcante em nossa tradição intelectual. Em nível profundo, pode ser que reflita também o menosprezo que a sociedade brasileira sempre reservou para os que sujaram as mãos com o trabalho. (CARDOSO, 2009, p. 9).

Cardoso ainda nos lembra de que – mesmo considerando que na atualidade existam algumas publicações que renovam a história gráfica do Brasil, referindo-se as obras que passam a destacar aspectos da relação entre artistas com conteúdo e não somente o discurso contido nelas – os “[...] estudos voltados para a cultura visual e material” dos impressos brasileiros ainda são escassos (CARDOSO, 2009, p. 9).

Nesse sentido, pensa-se que essa pesquisa é parte da construção do inventário dos impressos produzidos em Sergipe Imperial – considerando um determinado recorte de tempo e espaço – com o intuito de conhecer os aspectos técnicos dessa produção e revisar a noção de cultura local por intermédio da memória gráfica de impressos informacionais. É certo que já se publicou mais sobre a história gráfica do Brasil nos últimos 20 anos, século XXI, do que foi feito até o final do século XX. Entretanto, é considerável reforçar que a maior parte dessa produção literária é resultado das pesquisas de autores situados em regiões centrais do país e, talvez por isso, não apresentam conteúdos significativos sobre os territórios fora do centro, como, por exemplo, sobre Sergipe.

O caminho traçado para o desenvolvimento desse estudo foi realizar pesquisas em bibliografia específica e em documentos<sup>6</sup>. Para o registro de dados utilizaram-se recursos de captura de imagens (fotografia) para as peças gráficas e objetos. Com foco na compreensão da produção gráfica das peças registradas foi necessário se debruçar na literatura acerca da história da imprensa brasileira oitocentista; história da tipografia; história da economia; história da educação e da imprensa em Sergipe; demarcando as especificidades dos materiais e processos, assim como os aspectos

6 Como os acervos das instituições, principalmente as públicas, estavam em condições precárias para a realização de consultas, outros lugares não puderam ser consultados porque o acervo tinha sido removido para catalogação, a busca pelo acervo pessoal de colecionadores, editores e autores foi mais intensa do que se pensava.

dos profissionais envolvidos. Por fim, cada peça foi digitalmente tratada<sup>7</sup> e graficamente analisada como linguagem visual, mas também como resultado tecnológico.

### *Contextualização da produção de impressos oitocentistas em Sergipe*

Logo após a instalação tardia da Impressão Régia, a Corte permite a instalação de oficinas impressoras no Brasil colônia. Como está explicitado na obra “Momentos do Livro no Brasil” (1998), “era através dos jornais que a luta política e a crítica literária se expressavam e muitas vezes se misturavam em calorosas polêmicas. Os conflitos giravam em torno dos destinos da República.” (MOMENTOS DO LIVRO NO BRASIL, 1998, p. 13). A produção de periódicos no Brasil durante o século XIX foi bastante intensa, denunciando um território repleto de conflitos. Releva-se que na primeira metade do século, os impressos informacionais configurados em periódicos, a maioria com breve circulação, contava com um jornalismo inflamado das campanhas liberárias; “Uma imprensa que nascia nacionalista e antilusitana.” (LUSTOSA apud. MARTINS; LUCA, 2006, p. 21).

Em Sergipe, diferentemente de como acontece em outras províncias, foi instalada a primeira oficina tipográfica<sup>8</sup> por uma iniciativa privada do Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira (1795-1862). Segundo consta em discurso do Sebrão Sobrinho (1898-1973), conferido em 1947, no evento de comemoração de aniversário da Academia da Imprensa Sergipana, Monsenhor Silveira era um homem sagaz, ambicioso, inteligente, e “[...] certo que a imprensa era a trombeta da fama, a escada de Jacob para a cúpula do poder [...] o maior movimento da civilização.” (SEBRÃO, 1947, p. 25). Em momento profícuo – “o nível cultural alcançado pela localidade, já em 1832, justificava o aparecimento do jornal, que publicava pronunciamentos oficiais, transcrições de jornais da corte, cartas de leitores, [...] efemérides, pensamentos, anedotas, entre outras coisas.”<sup>9</sup> – e considerando que a história dos impressos está seguramente conjugada ao desenvolvimento capitalista de uma sociedade, “[...] ou seja, tal veículo informativo está diretamente ligado a ascensão da burguesia como grupo



- 7 As peças gráficas se encontram, na maioria, em estado físico com bastante avarias. Por isso, para que a apresentação da peça tivesse uma aparência menos sofrida, foi utilizado de software gráfico e edição de imagem para retirada de riscos, rasgos, mofo ou qualquer outro ruído da imagem causado por causa de um desgaste do tempo ou mal-uso da peça.
- 8 A primeira tipografia chamava-se “Typographia Patriota”, mas logo passou a ser chamada de “Typographia Constitucional”, em homenagem a sua naturalidade, a Vila Constitucional de Estância.
- 9 BRASIL, Bruno. Recopilador Sergipano & Noticiador Sergipense. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/recopilador-sergipano-noticiador-sergipense/>. Acessado em: 12 dez. 2019.



social detentor de poder econômico” (PINTO, 2018, p. 13), a imprensa é instalada em Sergipe<sup>10</sup>.

O jornalista e pesquisador sergipano Gilfrancisco desenvolve sobre a chegada da imprensa oficialmente em Sergipe:

[...] compondo o grupo da imprensa panfletária, caracterizada por jornais de pequeno porte e curta duração que proliferaram ao longo do século XIX. Estas publicações refletiam as lutas de âmbito político e questões de ordem social tais como o enfraquecimento da Monarquia, a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Um bom exemplo dessa imprensa panfletária foi o *Recopilador Sergipano*, que inicia a imprensa no estado de Sergipe em 3 de setembro de 1832. (SANTOS, s.d, n.p).

O “*Recopilador Sergipano*” (1832-1834), um jornal tipo panfleto com formato menor que um tabloide<sup>11</sup> – contendo quatro páginas com 15 X 25 cm e leiaute com duas colunas –, foi iniciativa de Monsenhor Silveira, na Vila Constitucional da Estância, atual município de Estância/SE. Ele passou a ser um nome conhecido quando, em 1822, integrou-se na luta política pela manutenção da autonomia de Sergipe e pela independência do Brasil. O dito primeiro jornal sergipano era editado as terças-feiras e aos sábados e suas notícias eram de cunho político, inclinado para os movimentos republicanos contrários a restauração da monarquia. Nesse mesmo jornal, que também circulava em outros centros de relevância econômica da província, como Maruim e Laranjeiras, apresentava-se como rótulo a frase do primeiro Presidente dos Estados Unidos da América George Washington (1732-1799): “Sede justos se quereis ser livre, sede unidos se quereis ser forte.” (NUNES, 1984, p. 52).

Ao mencionar a chegada da imprensa na província, a historiadora sergipana Thetis Nunes salienta que Sergipe dependia, no campo econômico, do comércio da Bahia – comerciantes do porto baiano para a importação e exportação de produtos. Essa dependência também acontecia no âmbito da informação e “a divulgação dos fatos econômicos e políticos sergipanos se fazia através dos jornais baianos”, tais como o “*Idade D’Ouro*” (1811-1823), o “*Grito da Razão*” e o “*Independente Constitucional*.” (NUNES, 1984, p. 51).

10 Devido à sua posição geográfica privilegiada, a Vila Constitucional da Estância teve seu comércio e agricultura favorecida e iniciou seu processo de destaque econômico em relação às localidades vizinhas. Esse momento foi indispensável para despertar um interesse político na população local, o que consolidou Estância como um centro político e econômico na província. Acredita-se, também, que em decorrência desses acontecimentos “O *Recopilador Sergipano*” foi fundado pelo Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, seguido por mais 38 jornais no período compreendido entre 1832 e 1918. (SANTANA, 2017, p. 38-39).

11 O termo **tabloide** designa um formato de jornal que surgiu em meados do século XX. A página mede aproximadamente 43 x 28 cm, menos do que o formato tradicional *Standard*.





Salienta-se, também, que em 1831, como desenvolve Josevanda Mendonça Franco, historiadora sergipana, ainda estudavam-se quais medidas eram necessárias para ampliar a oferta do ensino público, primário e secundário em Sergipe imperial (FRANCO, 2015, p. 37-42). Segundo essa pesquisadora existiam, basicamente, problemas de duas ordens: estrutura física inexistente ou precária e falta de professores qualificados para assumir as cadeiras do ensino secundário. Franco explicita que em 1834 “a crônica insuficiência de professores torna qualquer ação em favor da Instrução Pública inócua. Até mesmo as escolas particulares funcionavam com professores improvisados e não qualificados para o exercício da função.” (FRANCO, 2015, p. 39). A questão acerca da instalação do ensino público em Sergipe se faz relevante para essa pesquisa já que se acredita em um crescimento da indústria gráfica associado à formação de um público alfabetizado, conseqüentemente leitor e consumidor.

Revela-se a partir da escrita de Thetis Nunes, que em 1831 foram criadas cadeiras “[...] públicas para o sexo feminino [...]”, tanto na Capital São Cristóvão, como nos municípios de Estância, Laranjeiras e Propriá: “Só nesta época o governo provincial evocava a responsabilidade de ministrar as Primeiras Letras à mulher sergipana” (NUNES, 1984, p. 47). Apesar do ensino se estender à educação de mulheres, algumas disciplinas eram dadas apenas aos homens, como é o caso de Geometria que para elas era substituída por aulas de bordados (LIMA, 2007, p. 19). Isso nos coloca diante do fato de que as mulheres em Sergipe não eram as leitoras potenciais dos impressos informacionais no período imperial, já que o analfabetismo é um fator mais grave entre elas do que entre os homens. Além disso, o conteúdo direcionado à política, muitas vezes com textos inflamados e vocabulário chulo, não era considerado apropriado para o conhecimento das moças naquela época.

Outro dado relevante levantado por Thetis Nunes é que dentre os esforços do Presidente da Província Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque (período de exercício de 15/03/1825 a 2/11/1826) tem a ação pioneira de implementar o ensino profissional em Sergipe, o Trem Militar, com oficinas inclusive de “letreiros” (NUNES, 1984, p. 45); o que pode se compreender na formação técnica de um “abridor de letras” ou um tipógrafo. Ou seja, alguns anos anteriores da literatura explicitar a aquisição do equipamento de impressão por Monsenhor Silveira, já existia em Sergipe a preparação profissional para o trabalho nas oficinas de impressão. É sabido que os letreiros não necessariamente eram pessoas alfabetizadas ou letradas, mas, sim, copistas, assim como aqueles que tinham a função de copiar textos manualmente, antes da imprensa.

Eleito membro do Conselho Geral da Província, Monsenhor Silveira realizou, em primeira instância, um contrato com o governo para a impressão do “Atos do Conselho Geral” no “Recopilador Sergipano”. Mais

tarde, fundou um periódico para esse fim, o “Diário do Conselho”. Em 1835, deixando para trás a Vila Constitucional de Estância, ele leva a Typographia Silveira para a capital São Cristóvão. Em 1838, vende a tipografia para o governo da província, que se torna uma casa de impressão oficial, a “Tipographia Provincial”, por Lei n. 4 de 7 de março de 1838. Além de se ocupar com a impressão dos “Atos Oficiais”, a tipografia oficial também imprimia composições particulares, como é explicitado no Art. 10 desta Lei: “Nesta Tipografia poderá ser admitida a impressão de algum Periódico particular, ou a de outro qualquer objeto, sem estorvo das impressões da Casa, mediante o devido pagamento da sua impressão”. O “Diário do Conselho” se transforma em “Noticiador Sergipense”, e em 1838, decorrente da aquisição, o governo produz o periódico “Correio Sergipense”, que se tornou o jornal porta voz da província.

**Figura 1: Da esquerda para direita, seguindo ordem cronológica de produção: “Recompilador Sergipano” (1832-1834); “Noticiador Sergipense” (1838); “O Correio Sergipense” (1840-1866).**



Fonte: Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/recopilador\\_sergipano/anuario\\_recopilador.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/recopilador_sergipano/anuario_recopilador.htm); <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=711136>; [http://memoria.bn.br/pdf/812544/per812544\\_1840\\_00219.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/812544/per812544_1840_00219.pdf)

Sebrão desenvolve que em 1837 já havia outra casa de impressão na capital, quando Monsenhor Silveira transfere a tipografia dele para lá. Era a “Typographia Social”, comandada pelo advogado Joaquim José Peixoto. Nela produzia-se o jornal “Sergipano Constitucional”, um impresso do partido Camodongo<sup>12</sup> (SEBRÃO, 1947, p. 31).

Mantendo-se com dificuldades econômicas, em 1847 a Typographia Provincial ainda se encontrava em boa situação técnica e, por isso, teve a autorização para a compra, no Rio de Janeiro, de novos tipos, “[...] pois

12 Nome dado ao Partido Liberal “[...] que congregava uma “elite menor”, a dos senhores de gado.” (PINTO, 2018, p. 40).

os atuais encontravam-se todos estragados e desejava comprar um outro sortimento de diversos caracteres, vinhetas e linhas.” (SANTOS, s.d, n.p). Dez anos depois, com o intuito de alargar as potencialidades do impresso, necessárias para a sobrevivência do jornal “Correio Sergipense”<sup>15</sup>, o Presidente da província Sá e Benevides (1833-1901) solicita “[...] autorização à Assembleia Provincial para contratar operários com as habilitações especiais, em Pernambuco ou na Bahia, para evitar paralisações dos trabalhos por indisposição dos compositores.” (SANTOS, s.d, n.p).

Também neste ano, em 1847, depois de enfrentar longo período de crise econômica que afeta diretamente o empenho da província na instalação do ensino público, Sergipe ascende à economia e, por intermédio da Lei de 31 de julho de 1847, tem autorizado o funcionamento do Liceu de São Cristóvão<sup>14</sup>, que passa a oferecer aulas nas salas do Convento do Carmo<sup>15</sup>. Entretanto, neste período ainda havia “[...] uma oferta grande no âmbito do ensino particular.” (LIMA, 2007, p. 64), principalmente para as moças. E foi nos jornais da província – a exemplo do “O Recopilador Sergipano” e do “Correio Sergipense” – que os anúncios publicitários de professores ofertando aulas tornou-se costumeiro (LIMA, 2007, p. 65). Delimitando um período com otimismo, Franco desenvolve que

A partir de 1850, concomitantemente ao crescimento econômico e populacional [na década de 40 do século XIX, a população sergipana cresce 27% principalmente nos centros urbano], a vida cultural demonstrou aspectos de uma evolução positiva, evidenciada no número de jornais que circulavam, na melhoria das comunicações e, sobretudo, na ampliação da procura por cursos, tanto das Cadeiras de Primeiras Letras, quanto do ensino para os Exames preparatórios. (FRANCO, 2015, 41-42).

A partir dos anos de 1852 declina o quantitativo de escravos em Sergipe, efeito produzido pela lei Euzébio de Queiroz que aboliu o tráfico de negros no Brasil. Apesar de ainda manter com a província da Bahia dependência comercial, a vida cultural sergipana segue em progresso. Passam a circular, no período de 1840 a 1850, outros periódicos além do impresso porta voz do governo “O Correio Sergipense”, tais como os jornais de La-

13 Neste período o jornal também passou a atender demandas da sociedade: “Publicar artigos de fundo e quaisquer correspondências de interesse público ou particular, que não contenham virulência, e ofensas a moral, bons costumes e o mais leve ataque a vida privada e ao pensamento da Guerra” (Capítulo I do Regulamento nº11, 1856).

14 Eva Maria Siqueira Alves esclarece que “(...) o Liceu Sergipense não funcionou satisfatoriamente, como almejavam o Diretor e o corpo docente, cômicos de seus deveres” (ALVES, 2005, p. 23-24). Os documentos que a pesquisadora examinou davam conta das práticas cotidianas daquele Liceu.

15 “[...] O currículo era constituído pelas cadeiras de Gramática Latina, Aritmética, Geometria, Trigonometria, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Geografia e História.” (FRANCO, 2015, p. 41).



ranjeiras: “O Monarquista Constitucional”, “O Pedro II”, “O Triunfo” e “O Telégrafo” (NUNES, 1984, p. 68).

Releva-se que desde 1830 artistas litógrafos estrangeiros, na maioria europeus, migraram para o Brasil e, em oficinas próprias, passaram a exercer a atividade de impressores e mestres. A chegada desses artistas, que portavam ferramentas e maquinário, foi importante tanto para a formação de profissionais locais quanto para o comércio de instrumentos necessários para a atividade nas oficinas impressoras em todo o Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passa a apresentar um avanço no desenvolvimento urbano das cidades devido ao aumento e aprimoramento da produção local, principalmente em se tratando da produção e consumo de alimentos. Nesse momento, a história gráfica brasileira passa por mudanças significativas e a impressão de peças efêmeras torna-se constante. Em Sergipe, por consequência da relação econômica com as províncias da Bahia e Pernambuco, a impressão de peças efêmeras não aconteceu tão cedo.

A mudança da capital, de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio de Aracaju, em 17 de março de 1855, foi indispensável para o avanço econômico de Sergipe – “[...] era imprescindível do novo centro administrativo da Província em uma área dotada de boas condições para a instalação do porto (FRANCO, 2015, p. 43).”. Segundo Josevanda Franco

A vida intelectual adquire novos contornos, cuja produção cultural era possível se evidenciar nos periódicos locais. Os ideais do liberalismo contaminam a uma geração de jovens intelectuais que estavam incomodados com o velho modelo que remetia o Brasil aos distantes tempos coloniais. A leitura romântica estimulava uma onda de valorização dos elementos característicos da cultura local. (FRANCO, 2015, p. 43).

A partir dos anos de 1850 a agitação econômica e política em Sergipe favoreceu o surgimento de diversos jornais<sup>16</sup>; “[...] uns ligados aos partidos políticos, outros de feição noticiosa, literária ou humorística.” (NUNES, 1984, p. 86). O periódico do governo “O Correio Sergipense”, nessa época, também passou a publicar, além dos atos oficiais, textos de intelectuais de interesse público, tal como os versos de Tobias Barreto (1839-1889) e Pedro Calazans (1837-1874) (NUNES, 1984, p. 86). Fora os impressos periódicos, a metade do século XIX também foi um período importante para a produção literária em Sergipe. Sob a inspiração da vertente do Romantismo, aspectos da cultura sergipana “[...] passa a ser, se não o motivo e substância, pelo menos ponto de referência das produções literárias dos nossos escritores.” (LIMA apud. NUNES, 1984, p. 87).

16 Cf. DANTAS, Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Nessa época, Sergipe havia concentrado sua produção informacional em periódicos políticos, críticos e econômicos. Isso foi um efeito da condição em que a capitania se encontrava, tendo uma economia crescente graças aos avanços nos engenhos açucareiros locais e uma pequena liberdade comercial proporcionada após algumas revoluções políticas. Além disso, sendo uma região altamente rural, com pouco acesso à educação e pouco incentivo para cultura e arte, a produção e o consumo de impressos fora do eixo político-econômico eram quase inexistentes no século XIX.

Salienta-se que, em meados do século XIX, o acesso à educação ainda era algo escasso em Sergipe, tendo poucos cursos de Ler e Escrever espalhados pela Capital e povoações próximas, uma parte significativa dos professores atuavam em aulas particulares nas Casas-Grandes dos engenhos e fazendas, responsáveis pela educação dos filhos dos senhores de engenho. Por conta disso, faz-se fato que o consumo de impressos informacionais era algo voltado para um público pequeno de privilegiados, e isso foi um fator importante para a falta de desenvolvimento de impressos sob a perspectiva da composição técnico-artística na Sergipe Imperial. Quer dizer que sem ter a exigência de atender um público diverso, a produção gráfica dos impressos se mantém sem investimento.

Buscando compreender as mudanças e evoluções da produção gráfica associada à educação, corrobora-se ainda com o pesquisador Aníbal Bragança quando se refere ao período da segunda metade de século XIX no Brasil:

Na realidade, só na segunda metade do século XIX o Brasil começou a constituir um público comprador de livros – assim como, aliás, a consolidar a sua vida urbana e o consumo interno – que permitisse o desenvolvimento de uma indústria editorial e de uma sociedade de autores. (BRAGANÇA, 2016, p. 33).

Sobre esse período, na segunda metade do século XIX, a produção de periódicos era impressa em oficinas com máquinas manuais de tipos móveis de chumbo – sendo que em algumas já se utilizava máquinas com pedais para impulsionar o papel sobre os tipos entintados – e já envolvia profissionais na atividade técnica de impressão em Sergipe. Entretanto, sem ter uma escola de aprendizes, os profissionais envolvidos aprendiam a lidar com os processos com outros trabalhadores, oriundos das províncias vizinhas, tais como Bahia e Pernambuco. Nunes apresenta uma lista<sup>17</sup>

17 Mapa estatístico da população livre de Sergipe por Comarca. Distrito de Subdelegacias e Quarteirão. Ano 1854. APES – Estância: 10.623 agricultores; 940 negociadores; 836 carpinteiros; 744 pescadores; 570 vaqueiros; 452 alfaiates; 363 sapateiros; 217 empregados públicos; 216 criadores; 167 ferreiros; 161 náuticos; 157 caixeiros; 107 pedreiros; 99 ourives; 85 mestre de açúcar; 77 sacerdotes; 69 oleiros; 66 curtidores; 13 funileiro; 10 pintores; 464 de outras ocupações. (NUNES, 1984, p. 84).



da força de trabalho livre, profissões existentes em Sergipe um ano antes da mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju (NUNES, 1984, p. 84), ou seja, em 1854, na qual são explicitados 20 tipos de trabalhos, mas nenhum deles é de alguma atividade exercida em oficinas de impressão. Entretanto, no último item da lista consta que 464 pessoas estão envolvidas em “ocupações diversas”, dentre as quais, considerando a plural produção de impressos no período, devem estar os tipógrafos, impressores, paginador, encadernador etc. Com relação à formação técnica-profissional releva-se que somente em 1856 foi oficializado no Brasil o primeiro ensino profissionalizante no Rio de Janeiro com a criação do Liceu de Artes e Ofício, de onde saíram vários profissionais das artes aplicadas para atuarem nas oficinas de impressão país a fora.

Após compreender aspectos socioculturais de Sergipe Imperial foi desenvolvida a análise gráfica nos impressos informacionais catalogados, produzidos de 1832 a 1890. Salienta-se que apesar do acervo vasto, encontrado na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional ([bdigital.bn.gov.br/](http://bdigital.bn.gov.br/)), a visualização das peças está bastante prejudicada – a imagem tem legibilidade, mas não se consegue averiguar características técnicas de impressão, aspectos importantes para essa pesquisa – por causa da tecnologia utilizada para a digitalização das peças. Entretanto, para essa pesquisa, a catalogação desses periódicos foi de extrema importância para que se pudesse compreender a anatomia desse tipo de impresso produzido em Sergipe Imperial, ou seja: sob condições socioculturais e tecnológicas determinadas.

### *Visualidade impressa e técnicas gráficas: Leiaute e tipografia*

Aqui a visualidade é compreendida como evidência histórica. E para melhor compreender os processos de composição dos impressos informacionais da Sergipe Imperial foi necessário utilizar e se debruçar na análise dos constructos gráficos utilizados para configurar as peças, bastante usual no campo do Design. Nessa perspectiva, a análise gráfica foi realizada em duas partes: na primeira, o leiaute dos impressos foi redesenhado por esquemas gráficos com o propósito de revelar a estrutura na qual o conteúdo está organizado; posteriormente, buscou-se obter a compreensão morfológica das tipografias de chumbo e clichês tipográficos utilizados para compor a visualidade dos impressos catalogados.

Nessa perspectiva, os primeiros periódicos de Sergipe, como, por exemplo, o “Recopilador Sergipano” (1832-1834), podem ser compreendidos como instrumento de comunicação dita séria, que apresenta sobriedade e, por isso, eram, na maioria, sisudos e tipográficos – sem a utilização de desenhos ou vinhetas elaboradas. Neles, pode-se encontrar a

mesma estrutura gráfica, ou leiaute<sup>18</sup>: *grid*<sup>19</sup> composto de primeira página formado por campos de ocupação retangular na parte superior, enquadrando títulos e outras informações em destaque e, abaixo, a inserção de colunas de texto corrido (ver figura 2).

Diferentemente de como se pensa em configurar um texto em um livro, as colunas em um jornal tem a função de estruturar o texto de modo apropriado à leitura fácil, já que, mesmo que seja uma escrita “séria”, a linguagem deve ser inteligível para um amplo público em uma peça gráfica de curta vida útil – visto que o número de um exemplar de jornal é descartado por outro sucessivamente. As linhas horizontais e verticais<sup>20</sup> tem a função de delimitar os campos. Nesta época, se tinha a compreensão de que o espaço, numa página, deveria ser ocupado ao máximo e, por isso, a distância entre colunas, conhecida como medianiz ou calha, eram bastante estreitas. As chamadas zonas espaciais são campos que acomodam informações em destaque, podendo ser: subtítulos, preâmbulos, imagens etc. No cabeçalho são inseridos os marcadores, informações que se repetem para sinalizar ao leitor sobre o nome do periódico, local e data. O arabesco compõe o que chamamos de vinheta; um clichê tipográfico que é utilizado para decorar ou distinguir informações. A configuração gráfica dos três primeiros periódicos sergipanos, produzidos pelas casas de impressão comandadas pelo Monsenhor Silveira e, posteriormente, pelo governo da província, é análoga (ver figura 1).

A partir da segunda metade do século XIX, a produção intensa de jornais em Sergipe pode ser agrupada por tipologia de conteúdo<sup>21</sup>. De natureza política, cristã, literária ou a serviço da indústria e comércio, centenas de jornais passaram a circular. Com intuito de ilustrar o quão plural era esse tipo de produção em Sergipe, vale ressaltar a explanação de Luiz Antonio Barreto, em texto publicado em 2008 pelo Portal on-line da *Infonet* sobre a produção de jornais sergipanos do século XIX,



18 A palavra leiaute ou *layout* refere-se ao “[...] arranjo detalhado e preciso de todos os elementos [...]” (FILHO, 2001, p. 358) de uma página.

19 *Grid* é uma malha invisível no produto, que corresponde a uma estrutura composta por linhas verticais e horizontais necessária para organizar o conteúdo de texto e imagem em uma página.

20 A linha, no período dos tipos móveis era chamada de fio. Os fios, elementos aplicados abaixo dos títulos também, podiam ser chamados de bigode; um fio com pouca ornamentação.

21 Salienta-se que na atualidade um periódico é estruturado para apresentar conteúdo para um determinado consumidor. Isso quer dizer que a quantidade de colunas, o uso de elementos pictóricos e as características das tipografias utilizadas deve ter relação direta com o gosto de um público-alvo – são composições gráficas pensadas para agradar e persuadir pessoas, consumidoras.

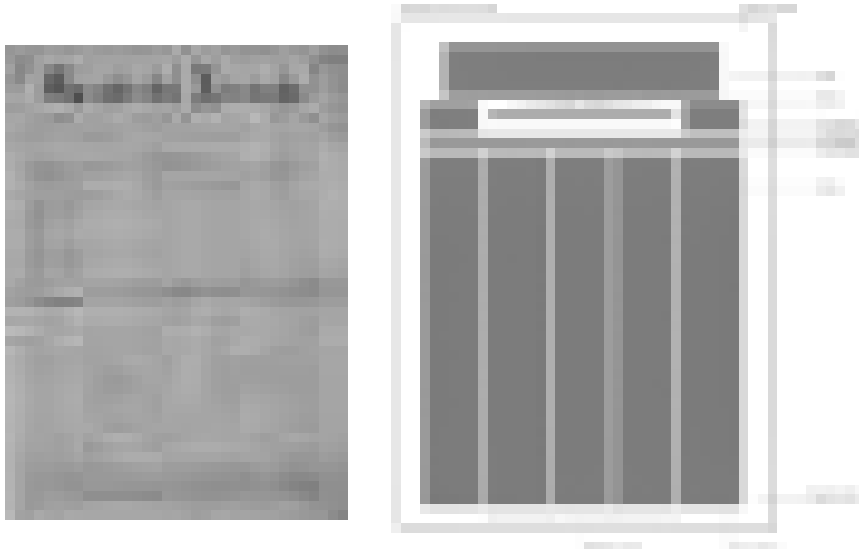


**Figura 2: exemplo da anatomia do periódico de Sergipe Imperial**

Fonte: desenho elaborado para arquivo de pesquisa

Entre os anos de 1875 e 1899, por quase 25 anos, Aracaju contou com algumas dezenas de tipografias, instaladas no chamado “quadrado” de Pirro, no centro da capital sergipana. A velha Rua da Aurora, atual avenida Rio Branco, abrigava 5 tipografias, onde eram editados 6 jornais, dentre eles, o *Diário Oficial*, criado durante o primeiro Governo do general Oliveira Valadão. A rua São Cristóvão também contava com 5 oficinas tipográficas, sendo uma delas registrada como de propriedade de Antonio da Mota Rabelo, sendo impressor Aristides Soares de Andrade. Em seguida, com 4 tipografias, estavam as ruas Santa Luzia, Pacatuba, Maroim, e a praça José de Faro (atual Travessa José de Faro). As demais tipografias estavam localizadas na rua Japarutuba (hoje João Pessoa), 3; Propriá, Itaporanga, Santo Amaro, Capela, 2; Rio Real, Praça do Palácio (Fausto Cardoso), Praça da Matriz (Olimpio Campos), Laranjeiras e Itabaiana, 1, totalizando 41 tipografias, nas quais eram impressos os jornais, cada um com sua feição gráfica, sua orientação política, seu prestígio. (BARRETO, 2008, n.p).

A fala de Luiz Antônio Barreto reforça a compreensão acerca da relevância da produção de impressos em Sergipe no período. Neste mapeamento, feito por ele, também pode se encontrar na Tipografia da Crença da rua Itaporanga, nº 20, centro da capital Aracaju, a produção do impresso a “Gazeta do Aracaju” (1879-1888) “[...] um jornal conservador e foi durante os últimos tempos da monarquia um dos jornais mais importantes de Sergipe” (PINTO, 2018, p. 14).

**Figura 3: “Gazeta do Aracaju” (1879-1889).**

Fonte: [http://memoria.bn.br/pdf/810363/per810363\\_1881\\_00096.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/810363/per810363_1881_00096.pdf)

A noção de conservadorismo está estampada na primeira página do jornal “Gazeta de Aracaju”<sup>22</sup>. Dar-se relevo que “[...] embora a princípio se colocasse como noticioso e não agressivo, “A Gazeta do Aracaju” era um periódico ligado ao partido conservador.” (PINTO, 2018, p. 55). Nesse sentido, compreende-se que o título impresso em tipografia gótica – uma fonte desenhada com inspiração na escrita manuscrita feita pelos escribas europeus do século XV e, por isso, emular a caligrafia clássica, é considerada humanista – transmite seriedade e altivez a partir da estrutura gráfica angulosa da letra. O impresso apresenta o conteúdo estruturado em cinco colunas, uma organização em estrutura fora do tempo, já que a quantidade de colunas significa também que o papel utilizado alcançava formatos maiores do que era usual no princípio. O uso de grandes formatos indicava que a casa tipográfica tinha privilégios de recursos. Não há ornamentos expressivos, mas há a presença de vinhetas comedidas para delimitar campos. Outros impressos informacionais da época considerados, inclusive, rivais do “Gazeta de Aracaju”, como o “Jornal de Sergipe” e o “ECHO Liberal”, eram configurados de modo análogo à Gazeta da capital – o leiaute, o grid e a tipografia do título tinham a mesma aparência.

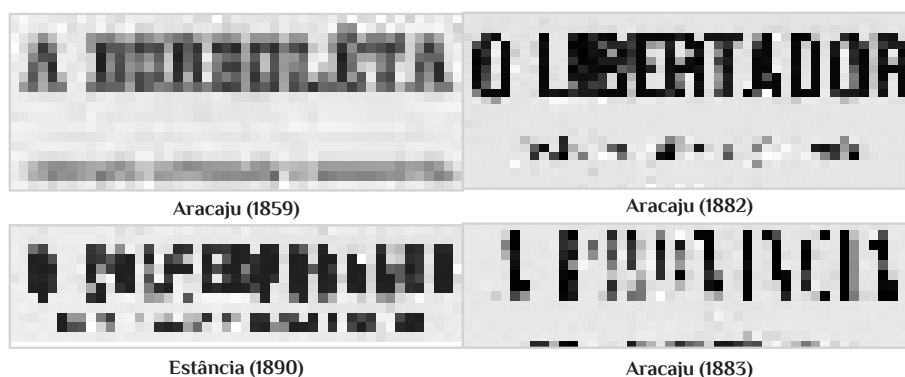
Salienta-se que nesse quantitativo significativo de casas impressoras mapeadas por Luiz Antonio Barreto, fora as que estavam situadas nas cidades do interior – polos econômicos na província, como Estância, La-

22 Era, primeiramente, editado semanalmente. Depois passou a ser publicado bimestral. O seu primeiro número media 26 x 39 cm, com três colunas largas. Já o segundo em diante apresentava cinco colunas e tinha o formato com 27 x 41 cm. (PINTO, 2018, p. 51).

ranjeiras e Maruim –, eram produzidos inúmeros periódicos que, em sua maioria, não tinham vida longa.

Nessa análise gráfica dos jornais produzidos em Sergipe Imperial (de 1832 a 1890) é possível demarcar características de uma anatomia<sup>23</sup> desses impressos. Releva-se que a literatura específica – sobre Design Editorial ou Design de Jornais – indica que a primeira página de um jornal, numa perspectiva recorrente na história da imprensa, deve cumprir com a função de convite à leitura. Nas capas dos jornais sergipanos produzidos no século XIX, o elemento que constrói significação seguramente é o título: a semântica em consonância com o desenho da tipografia, escolhida para a escrita, direciona o sentido, a linguagem e a tipologia de conteúdo.

**Figura 3: exemplos de títulos de periódicos informacionais de Sergipe Imperial.**



Fonte: Homeroteca da FBN. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Na primeira coluna – “A Borboleta” e “O Contemporâneo” – o uso de tipos fantasias, letras desenhadas para títulos ou escrita em destaque, está revelando a natureza dos periódicos: literário, recreativo e noticioso; além de mostrar a diversidade em tipografia, que também podia ser compreendido como riqueza da oficina (casa) tipográfica. Salienta-se que toda a produção do século XIX no Brasil é marcada pela tipografia de chumbo, e a quantidade de desenhos de tipos móveis propicia a variedade expressiva na escrita de título e outros textos. Nos casos acima, pode-se interpretar que o desenho das letras do título e subtítulo foge da formalidade tipográfica usual da comunicação séria, vista anteriormente. No periódico “A Borboleta”, por exemplo, o título apresenta um requinte tipográfico para a época visto que, em uma análise morfológica<sup>24</sup> do tipo, pode-se dizer que

23 O termo “anatomia” é oriundo do ramo da medicina, que estuda a forma e a estrutura do corpo humano e das suas partes constituintes. Aqui esse termo está sendo utilizado com o sentido de estrutura composta por partes em um impresso informacional.

24 O termo “análise morfológica” é bastante usual nos estudos em Design quando se pretende avaliar um desenho pelas partes constituintes da sua configuração gráfica.

as terminações ou extremidades arredondadas da letra insinua uma serifa com característica diferenciada. Pode-se dizer que o desenho dessa letra, do tipo toscana<sup>25</sup>, é próximo aos de tipografias encontradas em período mais adiante, especificamente na virada do século XIX para o século XX, marcado pela *Art Nouveau*<sup>26</sup>. Essa letra também foi encontrada nos títulos de outros jornais sergipanos e, por isso, não se pode caracterizar como sendo um logotipo do periódico “A Borboleta”, mesmo que se compreenda que para um periódico sergipano do século XIX é uma expressão de vanguarda. O subtítulo é escrito com um tipo que propõe uma visualidade tridimensional, também bastante moderno para o período e lugar.

No título do jornal “O Contemporâneo” há uma concepção moderna, ou que ultrapassa o uso convencional de desenho de letra, que também é notória – além da própria semântica da palavra que transmite atualidade –, por intermédio do uso de uma fonte condensada que recebe chanfro de 45° nas extremidades e apresenta saliência na parte central. Compreende-se que as tipografias utilizadas nesses impressos são distantes das concepções conservadoras. Deve-se ter em vista que pela particularidade do desenho do tipo, o nome do periódico se consolida em uma visualidade, ou seja: uma característica marcante construída por intermédio do desenho da tipografia utilizada no título.

Na segunda coluna – “O LIBERTADOR” e “A PROVÍNCIA” –, se faz presente a seriedade e simplicidade de tipos de caixa alta, com corpos espessos que possuem altura maior que a largura, de forma a parecerem mais esticados e marcantes. É importante saber que os periódicos da segunda coluna são de caráter mais político e crítico que os da esquerda, e por conta do conteúdo presente neles, os tipos se adéquam à temática abordada. Dessa maneira, o uso da tipografia em “O LIBERTADOR”, por exemplo – considerando que a semântica do nome pode transmitir “aquele que libera” ou que está desobrigado a relacionar-se com tratados conservadores da política no momento –, pode-se compreender que o desenho é firme e condensado, sem serifa e com hastes horizontais de mesma espessura que as hastes comuns – também é considerada uma letra distanciada da métrica caligráfica aplicada à escrita nos manuscritos. Dessa forma, além de ser uma tipografia moderna e de alta legibilidade, a função pragmática do tipo escolhido se faz presente pelo efeito gerado na construção da palavra. Entretanto, o subtítulo “Periodico, Critico e Litterario” foi impresso com a tipografia gótica, gerando peso e inspirando conservadorismo, assim como na escrita do título do “Gazeta de Aracaju”.

25 Considerada uma “fonte monstruosa”, pela designer e pesquisadora norte americana Ellen Lupton, a fonte tipo toscana, assim como outras, são aquelas que colidiam com a tradição caligráfica, sendo assim, “[...] uma abordagem abstrata e desumanizada do desenho de letras.” (LUPTON, 2018, p. 19).

26 O movimento europeu *Art Nouveau* influenciou fortemente a produção das artes aplicadas, consequentemente nos impressos, no Brasil no final do século XIX e início do século XX, inclusive na produção dos desenhos dos tipos de chumbo.



Considera-se que as características gráficas de uma tipografia utilizada nos títulos e nos subtítulos de um impresso informacional aproxima o leitor do periódico ainda mais, visto que a letra é um signo de múltipla articulação, sua dimensão semântica está ligada tanto a seu vínculo com a linguagem verbal quanto à sua relação com a linguagem visual (FARIAS, 2016, p. 49).

Em “A PROVÍNCIA”, os tipos de chumbo escolhidos eram bem comuns na época. O desenho da letra é uma variação moderna da tipografia gótica. A serifa retangular básica dessa letra é uma solução gráfica que sugere a modernização da produção da escrita manual, ainda que seja um desenho que remete o periódico às matrizes ideológicas conservadoras. O Jornal tinha um caráter “Político, Comercial e Agrícola”, estando diretamente ligado com a ideia de autonomia da economia de Sergipe – numa época em que a província estava evoluindo rapidamente com suas lavouras açucareiras e de algodão.

Esses exemplos apresentados foram pinçados de uma pesquisa extensa. Neste estudo já foram catalogados 130 impressos informacionais da Sergipe Imperial, entre 1832 a 1889. Um vasto universo de impressos com conteúdos relacionados às práticas políticas, econômicas, literárias e religiosas. Para a compreensão gráfica é necessário pesquisar a fundo a história do estado. Portanto, sem pretensão de esgotar as possibilidades interpretativas sobre a relação da composição visual de um periódico, os exemplos foram apresentados com intuito de explanar de que modo podem-se analisar as características gráficas de um impresso informacional considerando os aspectos socioculturais de Sergipe.

## *Conclusão*

Salienta-se que, nesta época, no século XIX, a paginação era uma tarefa executada por um tipógrafo e/ou impressor e, por isso, a definição conceitual ou de projeto gráfico desses impressos não era uma prática, assim como se compreende que deva ser na atualidade. Ou seja: havia um padrão visual que se repetia, sendo uma ou duas estruturas gráficas replicadas a todos os jornais do período, mas não necessariamente resultante de uma personalidade ou um conceito pensado.

Atualmente, diante de uma segmentação agressiva de público consumidor, pensar numa personalidade de um impresso compreende-se na interpretação adequada de códigos, por parte do designer, que já estão inseridos no repertório de determinados grupos de pessoas. Desse modo, o leitor, por familiaridade, se conecta com a visualidade proposta, sendo assim, provavelmente, mais fácil de fidelizar o consumidor. Em relação aos periódicos sergipanos catalogados nesse estudo, considerando o momento os que foram produzidos no século XIX, pensa-se que a constância no leiaute tem, principalmente, três motivos: (a) a falta da variação de pú-



blico leitor, já que em meados do século XIX apenas 1/3 da população de Sergipe era alfabetizada; (b) as características da reprodutibilidade técnica existente, associada a um ideário conservador, promoveu a aparência dita séria para a maioria dos periódicos sergipanos no período – uma configuração sem floreios; (c) a ênfase na produção verbal, inclusive porque não havia a formação de profissionais que pudessem exercer a prática de configurar uma página ilustrada, uma característica bastante recorrente nos periódicos oitocentista no Rio de Janeiro/RJ, na segunda metade do século XIX. Porém não se pode negar a existência do ato criativo, já que ao relacionar um desenho de letra ou gravura com um tema ou natureza de conteúdo, tanto o editor quanto o impressor do periódico estão propondo uma página mais cativante para o leitor.



## Referências

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Sergipe Oitocentista nos Estudos de História da Historiografia*. I Seminário Internacional Brasil Século XIX. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Samuel%20Barros%20de%20Medeiros%20Albuquerque.pdf>. Acessado em: 31 de jan. 2019
- ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: traços de uma história*. Aracaju:ADGRAF Gráfica e Editora, 2005.
- BARRETO, Luiz Antonio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Tipografia Editorial, 2007.
- BARRETO, Luiz Antonio. *Tipografias, Editores e Jornais do Século XIX. 2008*. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/tipografias-editores-e-jornais-do-seculo-xix/>. Acessado em: 12 nov. 2019.
- CARDOSO, Rafael (Org). *Impressos no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.
- COSTA, Ana Márcia Barbosa de Santana. *Civilização, Modernidade e Educação nas Páginas do Jornal A Razão (1898-1923)*. (doutorado) Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- CRUZ e SILVA, Maria Lúcia Marques. *Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe*. (mestrado) Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006.
- DAMASCENO, Patricia Lopes. *Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acessado em: 20 de jan. 2020.
- DANTAS, Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- FARIAS, Priscila Lena. Semiótica e tipografia: apontamentos para um modelo de análise. In: MORAES, Dijon de. *Cadernos de Estudos Avançados em Design: Design e Semiótica*. Barbacena/MG: EDUEMG, 2016. p. 45 – 56.

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*: introdução à bibliografia brasileira, a imagem gravada. São Paulo: Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

FILHO, Sérgio Rossi. *Graphos*: glossário de termos técnicos em comunicação gráfica. São Paulo: Editorial Cone Sul, 2001.

FRANCO, Josevanda Mendonça. *Atheneu "Pedro II"*: memória e restauro. Aracaju: Edise, 2015.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe, 1575-1855*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221700>. Acessado em: 31 de jan. 2019

LIMA, Gláriston dos Santos. *A cultura material escolar*: desvelando a formatação da Instrução de Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). (Dissertação) São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação; Universidade Federal de Sergipe, 2007.

LUPTON, Ellen. *Pensar com tipos*: guia para designers, escritores, editores e estudantes. Tradução de André Stolarski. São Paulo: Editora Gustavi Gili, 2018.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo Editora UNESP, 2006.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo, 1979.

NUNES, Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Educação, 1984.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996.

PINTO, Edilânia dos Santos. *Gazeta do Aracaju (1879-1888)*: história e características de um periódico sergipano oitocentista. (Monografia) São Cristóvão: Departamento de Ciência da Informação; Universidade Federal de Sergipe, 2018.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*: um breve estudo geral da informação. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SANTOS, Gilfrancisco. *A biblioteca provincial de Sergipe*. Aracaju: Editora do Diário oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2019.

SEGRASE. *Imprensa Oficial de Sergipe – 123 anos*. 2019. Disponível em: [segrase.se.gov.br/canal/historia-segrase](http://segrase.se.gov.br/canal/historia-segrase). Acessado em: 21 de nov. 2019.

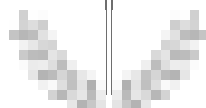
*MOMENTOS do livro no Brasil*. São Paulo: Editora Ática. 1998.

SEBRÃO, SOBRINHO. *Monsenhor Silveira*: o fundador da imprensa de Sergipe. S.l. 1947.

BRAGANÇA, Aníbal. *Rei do livro*: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil. São Paulo: Lihed/UFF, 2016.

SANTOS, Gilfrancisco. *Imprensa e Artes Gráfica em Sergipe*. No prelo.





## SEÇÃO LIVRE



# A Segunda Guerra Mundial e o Antinazismo Hollywoodiano nos Cinemas Aracajuanos

Andreza Maynard<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo analisa a chegada dos filmes que abordavam a Segunda Guerra Mundial, inclusive os antinazistas, aos cinemas aracajuanos entre 1939 e 1945. Desde o início do conflito as produções norte-americanas, que haviam incorporado o tema do conflito em suas narrativas, predominavam na programação oferecida pelos cinemas Rio Branco, Rex, Guarany, São Francisco e Vitória. Este aspecto se acentuou com o passar dos anos. E a partir de 1942 começaram a chegar os filmes antinazistas, apresentando com riqueza de detalhes o inimigo em comum entre o Brasil e os Estados Unidos, ou seja, o nazista. Estes filmes ofereciam uma leitura particular, com a visão estadunidense a respeito da Guerra, nas telas.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, antinazismo hollywoodiano, cinemas aracajuanos.



1 Pós-doutora em História pela UFRPE, Doutora em História pela UNESP, Mestre em História pela UFPE, Graduada em História pela UFS. Professora do quadro permanente do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. Professora de História do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: andreza@getempo.org

## World War II and Hollywood Antinazism in Aracaju's Cinemas

## La Segunda Guerra Mundial y el antinazismo de Hollywood en los cines de Aracaju

125



### Abstract

This article analyzes the arrival of films that addressed the Second World War, including the anti-Nazis, to the movie theaters in Aracaju between 1939 and 1945. Since the beginning of the conflict, American productions, which had incorporated the theme of conflict in their narratives, predominated in programming offered by the movie theaters Rio Branco, Rex, Guarany, São Francisco and Vitória. This aspect has been accentuated over the years. And from 1942 on, anti-Nazi films began to arrive, presenting in detail the common enemy between Brazil and the United States, that is, the Nazi. These films offered a private reading, with the American view of the War, on the screens.

Keywords: World War II, Hollywood antinazism, movie theaters in Aracaju.

### Resumen

Este artículo analiza la llegada de películas que abordaron la Segunda Guerra Mundial, incluidos los antinazis, a los cines de Aracaju entre 1939 y 1945. Desde el comienzo del conflicto, las producciones estadounidenses, que habían incorporado el tema del conflicto en sus narrativas, predominaron en programación ofrecida por los cines Rio Branco, Rex, Guarany, São Francisco y Vitória. Este aspecto se ha acentuado a lo largo de los años. Y a partir de 1942, comenzaron a llegar películas antinazis, presentando en detalle al enemigo común entre Brasil y los Estados Unidos, es decir, el nazi. Estas películas ofrecían una lectura privada, con la visión estadounidense de la guerra, en las pantallas.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial, antinazismo de Hollywood, cines de Aracaju.

*A história relatada ultrapassa a ficção e revela a existência de uma vasta rede de espionagem contra as forças militares, aéreas e navais dos Estados Unidos. Não sabemos e provavelmente nunca saberemos todos os fatos ...*

*Warner Bros*<sup>2</sup>

No início da década de 1940 o público dos cinemas aracajuano viu a Guerra chegar às telas. Em número cada vez maior, as películas passaram a abordar o tema do conflito bélico que envolvia países de várias partes do globo. Essas produções vinham principalmente de Hollywood, nos Estados Unidos. Além dos filmes comerciais de longa-metragem, os cinemas também exibiam documentários, cinejornais e desenhos animados que ambientavam suas tramas na Segunda Guerra Mundial.

Muito embora a Guerra tenha sido iniciada em 1º de setembro de 1939, quando as tropas alemãs avançaram sobre o território da Polônia, somente em agosto de 1942 o Brasil, e mais particularmente Aracaju, estabeleceram uma relação direta com a Segunda Guerra Mundial. Refiro-me aos torpedeamentos e afundamento de cinco embarcações brasileiras no litoral entre os estados de Sergipe e Bahia. Em decorrência desse ataque, 652 pessoas morreram<sup>3</sup> e o Brasil declarou guerra à Alemanha. Sabia-se a nacionalidade dos autores da ação ofensiva, mas a maior parte dos brasileiros ignorava quais as motivações e de que forma agiam os nazistas

Também em 1942 chegaram ao Brasil alguns filmes hollywoodianos classificados como “antinazistas”. Eles receberam autorização para serem exibidos em todo o território nacional. Mas por razões de logística na distribuição dos filmes, as fitas com os primeiros filmes antinazistas chegaram em Aracaju em setembro de 1942, ou seja, após os torpedeamentos.

Este artigo analisa justamente a chegada dos filmes que abordavam a Segunda Guerra Mundial, inclusive os que eram classificados como antinazistas, aos cinemas aracajuano entre 1939 e 1945. Durante a realização desta pesquisa foram consultados documentos como jornais impressos *Correio de Aracaju*, *A Cruzada*, *Sergipe Jornal*, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, *Diário Carioca*, revista *A Cena Muda*, leis, decretos, outros documentos oficiais, e os próprios filmes, como por exemplo, “Confissões

2 WARNER; LITVAK, Anatole. *Confessions of a Nazi Spy*. [Filme – vídeo]; Produção da Warner Brothers, direção de Anatole Litvak; EUA, 1939, 1 DVD, 104 min., preto e branco, son.

3 Entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942 o submarino alemão U-507 torpedeou as embarcações *Baependy*, *Araraquara*, *Anibal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, que transportavam 837 pessoas. Destes, 652 morreram, sendo as vítimas militares, civis, homens, mulheres e crianças. Cf. *AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943, p. 19.



de um espião nazista” (1939), “Tempestades d’Alma” (1940), “O grande ditador” (1940) e “Ser ou não ser” (1942). Essas fontes registraram informações valiosas sobre a produção, circulação e exibição dos filmes durante o período em que o mundo esteve em conflito.

Ao propor um estudo sobre a programação dos cinemas durante os anos da Guerra, estabeleço aqui um recorte na esfera social na tentativa de entender o mundo que enfrentou as dificuldades de um conflito bélico de proporções mundiais. Adotando os conceitos de “práticas” e “representações” de Roger Chartier (1990), as noções do Paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989) e com base na interpretação a respeito da relação entre história e cinema do historiador brasileiro Alexandre Busko Valim (2012), analiso as fontes selecionadas e estabeleço uma leitura a respeito do mundo que vivenciou a Segunda Guerra Mundial.

Nesses dias, sair de casa para assistir a um filme poderia ser encarado como uma atividade de entretenimento, enquanto uma oportunidade de estabelecer sociabilidade, na medida em que as pessoas se encontravam e conversavam, mas esta era também uma forma de se manter atualizado sobre o que acontecia no mundo, a partir de produções que vinham de fora do país, ou das que eram produzidas no Sudeste do Brasil.

Fitas que abordavam Sergipe e Aracaju eram raras, mas existiam. Num momento incomum, tem-se o registro de que a prefeitura municipal de Aracaju havia contratado a Tupi Filme Brasileira, que recebeu a incumbência de registrar a segunda edição dos Jogos de Verão e produzir um filme. O jornal *Folha da Manhã* publicou uma nota informando que “Os 2os Jogos de Verão do Município de Aracaju, que serão levados a efeito, amanhã, na Atalaia Velha, serão inteiramente filmados pela Tupi Film Brasileira, de acordo com o contrato feito entre aquela companhia e a Prefeitura Municipal” (SINCROLÂNDIA. *Folha da Manhã*. Aracaju, p. 2, 4 nov 1939). A película foi exibida na capital sergipana no ano seguinte, no cine Guarany.

A programação dos cinemas poderia oferecer várias atrações. Para se ter uma noção, no dia 6 de agosto de 1940 o cine Guarany anunciava a estreia de um filme da MGM “Parnel Rei sem coroa”, “com Clark Gable e Myrna Loy, numa história de emoção e amor!” e “no mesmo programa, o segundo Jornal da guerra, A Voz do Mundo Nº 40X76 Reportagem especial da guerra, A Bélgica devastada Ataques aéreos. Bombas incendiárias! Batalha naval do Mar do Norte, vendo-se em cena o Royal Oack, porta-avião inglês” (DE CINEMA. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 2, 6 ago 1940). Para além da diversão, as notícias sobre o Brasil e o mundo justificavam a frequência a tais espaços. Além da atração principal, o filme comercial de longa-metragem da MGM, a programação incluía uma reportagem que trazia imagens reais que exibiam os efeitos causados pela Guerra na Europa. A mesma programação poderia ser repetida por vários dias.



O cinema era um dos meios de comunicação de massa, ao lado do rádio e dos jornais impressos. Esses eram os canais a partir dos quais a maior parte da população, aproximadamente 60 mil habitantes<sup>4</sup>, informava-se e formulava suas opiniões a respeito dos países envolvidos no conflito. Havia em todo estado uma estação de rádio que funcionava sob o prefixo PRJ-6, era a Rádio Aperipê<sup>5</sup>. Além disso, havia os jornais impressos que circulavam diariamente como o *Correio de Aracaju*, *Sergipe Jornal*, *Folha da Manhã* e *O Nordeste*, dentre outros, e que também noticiavam acontecimentos relevantes sobre o conflito bélico.

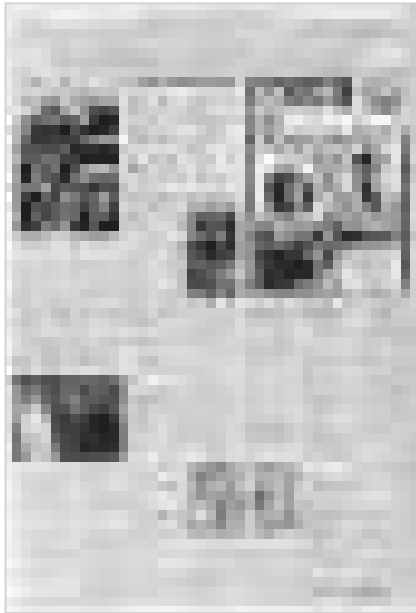
Durante a Segunda Guerra Mundial, os aracajuanos tinham a sua disposição cinco cinemas que funcionavam em caráter regular. Eram eles os cines Rio Branco (localizado à Rua João Pessoa, n. 132, administrado por Juca Barreto), Rex (localizado à Rua Itabaianinha, n. 44, administrado por Anísio Dantas), Guarany (localizado à Rua Estância, n. 1080, administrado por Augusto Luz), São Francisco (localizado à Praça Siqueira de Menezes, administrado pela Ordem Terceira de São Francisco) e o Vitória (localizado à Rua Itabaianinha<sup>6</sup>, administrado pelo Círculo Operário de Aracaju). A maior parte desses estabelecimentos estava localizada no centro da cidade.

Eles anunciavam nos jornais impressos sua programação diária com informações como o título dos filmes, o nome da produtora, dos atores, um breve resumo sobre os filmes e também avisos com os horários das sessões e os preços cobrados pelo bilhete. Este poderia variar conforme a atração do dia, o horário das sessões, o prestígio do cinema e até mesmo o assento escolhido pelo público. Em geral os jornais traziam informações apenas sob a forma textual, mas algumas vezes eram acompanhados por imagens na coluna que se destinava a anunciar as atrações dos cinemas aracajuanos. Uma realidade diferente de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, que diariamente publicavam a programação dos cinemas empregando imagens na página do jornal destinada à divulgação dos filmes.

- 4 O recenseamento realizado em 1940 contabilizou que Aracaju tinha 59.031 habitantes, enquanto Sergipe tinha 542.326 habitantes. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil [1º de setembro de 1940]. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- 5 Cf. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Ao pé do ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a criação da Rádio Aperipê*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- 6 Funcionava no prédio Pio XI. No mesmo local funcionava a redação do jornal *A Cruzada*, o serviço médico para atendimento dos operários, uma escola e uma biblioteca.



**Figura 1: Anúncios com a programação dos cinemas no Rio de Janeiro.**



Fonte: CARTAZ DO DIA. Diário Carioca. Rio de Janeiro, p. 8, 3 jan 1940.

**Figura 2: Anúncios com a programação dos cinemas em Aracaju.**



Fonte: DE CINEMA. Correio de Aracaju. Aracaju, p. 3, 1 dez 1940.



Observando as duas páginas com anúncios de filmes nos jornais *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, e *Correio de Aracaju*, de Aracaju, percebe-se que o primeiro emprega várias imagens para promover os filmes. Por ser uma cidade com dezenas de cinemas, os anúncios ocupam uma página inteira do *Diário Carioca*, que tem 12 páginas no total. Já no caso de Aracaju, os anúncios não chegam a ocupar a página inteira nos jornais que têm em média 4 páginas. Os jornais aracajuanos se referiam aos locais de exibição de filme como cinemas, cines e cineteatros.

Com uma estrutura de cineteatro (coexistência de um palco e uma tela na sala onde os filmes eram exibidos), os locais de exibição dispunham de assentos no térreo (chamados de cadeiras, ou poltronas) e pavimentos superiores (conhecidos como balcões, mas também chamados popularmente de “gerais”, ou “poleiros”). Cada cinema contava apenas com uma sala de exibição, que podia receber até 1.200 pessoas por sessão<sup>7</sup>. Mesmo o cine Vitória, que foi inaugurado em outubro de 1943 seguiu a estrutura dos cineteatros já existentes em Aracaju.

Esses momentos de aglomeração e a distribuição dos assentos geraram desentendimentos entre os frequentadores dos cineteatros. Os

7 Essa informação refere-se ao Cine Rex, que anunciou ter esta capacidade em 1940 (Cf. DE CINEMA. Correio de Aracaju. Aracaju, p. 1,17 de fevereiro de 1940).

jornais registraram as queixas dos ocupantes das cadeiras contra o comportamento do público das “gerais”. Estes pagavam um valor menor para ingressar nos cines. Os bilhetes que davam acesso às gerais eram mais baratos, pois estas acomodações eram menos confortáveis e mais distantes da tela. No cine Guarany, por exemplo, em sessão de matinê a poltrona custava 1\$500, enquanto a geral pagava \$800 pelo ingresso. A *soirée*, realizada à noite, geralmente tinha um preço mais alto. A poltrona custava 3\$500, a meia entrada 1\$700 e a geral 1\$100 (SINCROLÂNDIA. **Folha da Manhã**. Aracaju, p.1, 3 jan 1939).

Todos os cineteatros estavam sob a vigilância das autoridades do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe, que tinha a incumbência de fazer cumprir as determinações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>8</sup> no estado. Inicialmente o DIP foi dirigido pelo jornalista sergipano Lourival Fontes e era diretamente subordinado à presidência da república. O órgão não apenas realizava a censura prévia dos filmes estrangeiros, como também chegou a produzir cinejornais e documentários que tinham como objetivo exaltar o Estado Novo e a figura do presidente. No dia 22 de julho de 1942 foi anunciada a exibição do programa “Getúlio Vargas o homem providencial. (D.F.B.)”, um filme que foi exibido no cine Guarany (DE CINEMA. **Correio de Aracaju**, Aracaju, p.3, 27 de julho de 1942).

Reproduzindo uma exigência nacional, as películas exibidas em Aracaju obrigatoriamente passavam antes pela avaliação do DIP. A medida procurava evitar críticas ao regime político e a veiculação de notícias favoráveis a Alemanha, Itália e Japão. A preocupação em cuidar dos filmes exibidos nesse período se tornava crucial, uma vez que o cinema não pode ser considerado apenas uma forma de arte, ele é “antes de tudo, um meio de comunicação e reprodução... pode visar a divulgação de dados variados sem se preocupar com a estética” (ROSENFELD, 2002, p. 33).

O DIP havia estabelecido a obrigação de que os cinemas deveriam executar o Hino Nacional no início e ao fim de suas sessões, bem como manter a ordem dentro das salas de exibição. Cabe lembrar que este também foi o período de vigência do Estado Novo, que preconizava justamente o controle das massas e a ordem social. Mas, no escuro do cinema a população se divertia, aprendia e se revelava. Uma amostra disso é que a execução do Hino Nacional nem sempre era acompanhada do respeito esperado.

Quando as luzes se apagavam, operários, comerciantes, homens e mulheres tornavam-se anônimos e era mais difícil manter o controle absoluto. Nesses momentos não era incomum que se ouvisse “um barulho ensurdecedor, originado de gritos, pateadas e assobios... durante o tempo

8 O DIP estava incumbido de organizar homenagens a Getúlio Vargas, controlar toda propaganda e publicidade de órgãos públicos, além de realizar a censura prévia dos meios de comunicação. Internamente estava dividido em 5 divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa (ABREU, 2001).

em que se ouvia nossa maior música” (CINEMAS. *O Nordeste*. Aracaju, p. 1, 26 set 1939).

Essas imposições de ordem social, bem como as resistências às mesmas, foram observadas nas salas de exibição de filmes em Aracaju. Em 25 de fevereiro de 1939 o jornal *O Nordeste* exibiu uma nota que expressava indignação frente ao descumprimento do comportamento esperado durante os anos do Estado Novo. O protesto se dirigia à “Polícia de costumes, contra a falta de educação daqueles que, quando verificam um filme estragado, sem a menor cerimônia, estejam ou não famílias assistindo, fazem batucada ensurdecadora. Ontem, verificamos tal atitude, no cine Rex” (CINEMAS. *O Nordeste*. Aracaju, 25 fev 1939, p.1), reclamava um frequentador em 1939.

Esperava-se que os cinemas estivessem atentos às determinações nacionais quanto à ordem social, à obrigação de executar o hino nacional antes das sessões e também à obrigação de exibir os filmes produzidos no Brasil. O número reduzido da produção nacional, a dificuldade em distribuir as fitas por vários estados e o grande volume de filmes estadunidenses que circulavam no país à época, levava os cinemas do país inteiro a exibirem uma programação que trazia cada vez mais os títulos norte-americanos para os *habitués* dos cinemas. Em Aracaju não foi diferente.

Devido à predominância dos filmes estrangeiros nos cinemas, o governo varguista procurou valorizar a produção nacional. Nesse sentido foi criada uma lei que obrigava a exibição de filmes brasileiros. O decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932 nacionalizou a censura dos filmes e obrigava a inclusão de um filme nacional na programação das casas exibidoras. A lei só entrou em vigor em 1934, porém o seu cumprimento passou a ser mais fiscalizado a partir do trabalho coordenado entre o DIP e os DEIPs.

Apesar de serem raros, quando apareciam nos cinemas aracajuanos, os filmes brasileiros eram exaltados. “Bobo do rei”, filme produzido em 1937 pela Sono Films, foi exibido em Aracaju em 1939. A atração foi apresentada como uma película que trazia “um desempenho formidável dos nossos artistas. Ouvir as nossas músicas, a nossa língua merece especial atenção” (SINCROLÂNDIA. *Folha da Manhã*. Aracaju, p. 2, 29 set 1939). O filme havia sido dirigido por Mesquitinha, nome artístico do ator brasileiro Olympio Bastos, que se notabilizou nos primeiros anos do cinema brasileiro.

Em “Está tudo aí”, filme da produtora Cinédia que também havia sido dirigido por Mesquitinha, exibido pelo cine Rio Branco em 1939, o público aproveitaria mais uma comédia brasileira. Assim como nos filmes estadunidenses, os títulos nacionais também contam com nomes conhecidos pelo público, como Mesquitinha, Flora e Oscarito. O anúncio dos filmes brasileiros exaltavam os nomes dos artistas, fazendo um apelo a um elemento conhecido pelo público. A respeito de “Onde estás felicidade”, ou-





tro filme brasileiro exibido na capital sergipana no ano de 1939, o *Correio de Aracaju* destacava a

admirável interpretação de Alma Flora e Rodoloho Mayer, as primeiras cenas emotivas do cinema brasileiro. A graça de Dycinha Batista... As “bolas” de Grande Othelo... A de Carlos Barbosa! Oscar Soares! Wanda Marchetti e a sinceridade de Nilsa Magradsí fazem deste film uma superprodução brasileira (DE CINEMA. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p.3, 16 de outubro de 1939).

A produção cinematográfica nacional que chegava aos cinemas aracajuanos estava voltada para o gênero da comédia, empregava em suas tramas artistas do rádio e fazia uso das marchinhas de carnaval. Após o Brasil entrar oficialmente na Guerra, a produção filmica nacional exibida em Aracaju se constitui sobretudo dos cinejornais.

Por sua vez, entre 1939 e 1945 as produções hollywoodianas exploraram todas as possibilidades que o conflito mundial oferecia aos grandes estúdios. A Guerra proporcionou os cenários em que se desenrolaram as tramas de romance, ação, drama, comédia e até mesmo os estúdios Disney buscaram inspiração em figuras como Hitler, Himmler e Goering para divertir e ensinar às crianças. Leif Furhammar e Folke Isaksson destacaram que

Walt Disney pôs sua equipe à disposição do Exército para fazer filmes de propaganda, de natureza instrutiva, enquanto mobilizava seus personagens de desenho animado para servir em sátiras antinazistas. Outros diretores famosos continuaram na produção ficcional de Hollywood, mas não eram menos patrióticos em sua obra (FURHAMMAR; ISAKSSON: 1976, pp. 59-60).

Até o Brasil entrar na Guerra, o país mantinha relações diplomáticas com os países que integravam o Eixo e isso permitia a entrada dos filmes desses países. Em 1942 o Brasil já não recebia filmes italianos e alemães. Enquanto isso, as produções hollywoodianas não paravam de chegar. “Regimento Heroico”, produzido em 1940 nos Estados Unidos, foi anunciado pelo jornal *Correio de Aracaju* com a insinuação de que assistir ao filme praticamente equivaleria a estar pessoalmente no local do conflito. A película foi exibida no dia 5 de março de 1941, no cine Rio Branco. O anúncio dizia

Este simpatizado e frequentado cassino será, hoje, transformado em campo de batalha, revolido pelas granadas, varrido pela metralha, regado pelo sangue de homens valerosos, que odeiam a guerra, como ela deve ser odiada, mas que cumprem o seu dever, defendendo o lar que construíram onde crescem os seus filhos.



“regimento Heroico”, film que recorda toda gloriosa ação das forças expedicionárias norte-americanas nos campos de batalha da França (DE CINEMA. *Correio de Aracaju*, Aracaju, p. 2, 5 de março de 1941).

De fato a produção aborda os percalços de soldados norte-americanos na luta contra os alemães, mas o filme “Regimento Heroico” está ambientado na Primeira Guerra Mundial. Aos poucos a programação dos cinemas aracajuanos passou a apresentar um maior número de filmes sobre conflitos bélicos. Alguns já eram ambientados na Segunda Guerra Mundial, mas a maioria refletiam um discurso de neutralidade dos EUA, a experiência da Primeira Guerra Mundial, ou o esforço de guerra em outros países. No dia 2 de fevereiro de 1942 o jornal *O Nordeste* anunciou que o cine Rex

Apresenta hoje um programa colosso, composto por dois soberbos films, sendo o primeiro a magistral produção de grande evidência GIBRALTAR e o segundo será o vibrante film de aviação “PATRULHA DO CÉU” com os queridos astros John Trend e Marjorie Reynolds vivendo uma empolgante história de aviação que muito se prende ao atual momento que atravessamos (CINEMAS. *O Nordeste*, Aracaju, p. 34 de fevereiro de 1942).

Também no primeiro semestre de 1942 estreou em Aracaju “Um Yankee na RAF”, filme da 20th Century Fox, que trazia como protagonistas dois atores queridinhos pelo público Betty Grable e Tyrone Power. O filme foi considerado um sucesso no Brasil. A revista *A Cena Muda*, editada no Rio de Janeiro e distribuída em todo o país, publicou um comentário com a impressão de Lúcia Avila, uma moradora de Aracaju, a respeito da película. De acordo com ela, tratava-se de

Película de enredo simples e atraente, “Um Yankee na R.A.F.” deixou, em todos que foram vê-la, uma grande impressão; custaremos muito a esquecer a cena verdadeiramente extraordinária da famosa retirada de Dunquerque; cena de realismo surpreendente, dá uma ideia do que se foi esta página sangrenta da guerra atual, que pôs em evidência o valor incontestável dos destemidos aviadores da R.A.F.

“Um Yankee na R.A.F.” mostra a bravura dos pilotos das Forças Aéreas Reais e dos soldados ingleses. É um documento valioso e não poderia vir em ocasião mais oportuna (MANDE TAMBÉM A SUA CRÍTICA. UM YANKEE NA R.A.F. *A Cena Muda*. Rio de Janeiro, 30 jun 1942, p. 6).

Michael S. Shull e David Edward Wilt (1996) mencionaram o aumento da produção de filmes em Hollywood no ano de 1941 como forma de apoio na luta da Inglaterra contra a Alemanha nazista. “Um Yankee na R.A.F.”, que foi produzido em 1941, conta as aventuras de um jovem casal



norte-americano que participava do esforço de guerra na Inglaterra. Ele ingressou na R.A.F. para impressionar a mocinha, que trabalhava como enfermeira.

Eles estavam na Europa lutando para combater os alemães, mas a propaganda realizada nos jornais aracajuanos se deteve mais em destacar os nomes dos atores. Muito embora o comentário de Lúcia Avila, citado acima, enfatize que a forma como o conflito bélico foi abordado no filme impressionou a aracajuana. Enquanto isso, os cinemas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro já exibiam os primeiros filmes classificados como antinazistas.

Em parte a novidade dos filmes chamados antinazistas ficou por conta do surgimento de um novo tipo nas telas: o nazista. O tema da espionagem já era conhecido pelo público. Mas produções como “Confissões de um espião nazista” inovavam por apresentarem os alemães que faziam parte do Partido Nacional Socialista. De forma pejorativa, esses filmes exibiam o conjunto de características físicas, comportamentais e psicológicas dos nazistas. Assim as películas norte-americanas classificadas como antinazistas ofereciam uma leitura a respeito das particularidades desse grupo político (MAYNARD, 2013, p. 169-170).

Os ambientes, as roupas, os rostos dos nazistas foram explicitamente apresentados aos *habitués* dos cinemas a partir do primeiro filme antinazista a chegar em Aracaju. Produzido nos Estados Unidos, pela Warner Bros, em 1939, “Confissões de um Espião Nazista” foi exibido em 9 de setembro de 1942 no cine Rio Branco. O filme já havia estreado no Rio de Janeiro e São Paulo, em maio de 1942, e chegou a Sergipe pouco tempo depois dos torpedeamentos das embarcações brasileiras.

A imagem a seguir mostra o personagem principal, o agente do FBI Edward Renard (Edward G. Robinson) interrogando Kurt Schneider (Frances Lederer), suspeito de ser um espião agindo a serviço dos nazistas nos Estados Unidos.



**Figura 3. Cena do filme Confissões de um espião nazista**



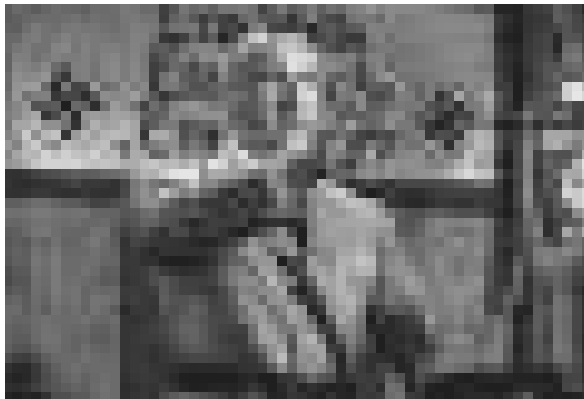
Fonte: WARNER; LITVAK, Anatole. Confessions of a Nazi Spy. [Filme – vídeo]; Produção da Warner Brothers, direção de Anatole Litvak; EUA, 1939, 1 DVD, 104 min., preto e branco, son.



Baseado em fatos reais, o filme aborda a ação do agente do FBI Edward Renard (Edward G. Robinson) que havia sido designado para investigar uma suposta rede de espionagem. Ao fim da investigação isso foi confirmado. O líder da Liga Germano-Americana, que organizava a propaganda nazista nos Estados Unidos, membros do partido nazista na Alemanha e um homem desempregado que acabou se tornando um espião nazista participavam da rede de espionagem. Esta foi desmontada e alguns envolvidos chegaram a ser julgados pela justiça norte-americana.

Diferente de tudo o que já havia sido exibido no Brasil até então, o filme era rico em detalhes visuais sobre os nazistas. Várias cenas com imagens verossimilhantes reproduzem os membros do partido nazistas fardados, os ambientes onde eram realizadas as reuniões da Liga germano-americana e o escritório do Ministro da propaganda alemã, Joseph Goebbels. Além da suástica, que aparece com frequência nas cenas em que os nazistas estão presentes, o público também pôde ver os personagens realizando a saudação que era acompanhada pela expressão *Heil Hitler*.

**Figura 4. Schlager (George Sanders) numa cena do filme “Confissões de um espião nazista”**



Fonte: WARNER; LITVAK, Anatole. *Confessions of a Nazi Spy*. [Filme – vídeo]; Produção da Warner Brothers, direção de Anatole Litvak; EUA, 1939, 1 DVD, 104 min., preto e branco, son.

136



Vários jornais registraram com empolgação a estreia de “Confissões de um espião nazista” na capital sergipana. Além das informações habituais, alguns acrescentaram trechos ao texto original para encorajar os *habitués* dos cines a prestigiarem a estreia. O *Correio de Aracaju* afirmou que se tratava de “Uma história emocionante, que chocará a sensibilidade pela sua profunda realidade. O FILME QUE HITLER DARIA TUDO PARA DESTRUIR! Tendo como intérpretes Edward G. Robinson, Francis Lederer, George Sanders e outros” (DE CINEMA. *Correio De Aracaju*, Aracaju, p. 39 de setembro de 1942).

De fato o filme chegou a ser proibido em vários países. O jornal *Folha da Manhã* anunciou o filme afirmando que a produção hollywoodiana iria esclarecer as dúvidas do público sobre a Guerra e os nazistas. O periódico dizia

Que sabe você dos perigos que ameaçam o Brasil??

Dos perigos que rondam o seu lar ... e que ameaçam a sua segurança pessoal e dos entes que lhe são caros?...

Confissões de um Espião Nazista, o filme que Hitler daria tudo para destruir, lhe explicará muita coisa que você ignora.

Vá assistir hoje no Rio Branco na matinée e soirée.

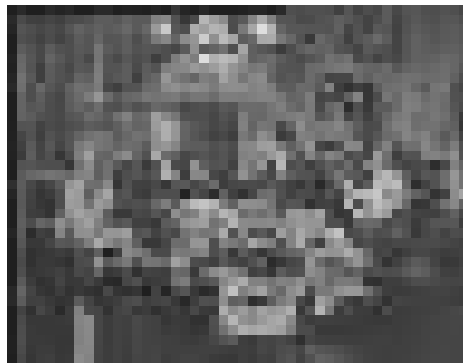
Jornal brasileiro, 103 Fox Movietone (SINCROLÂNDIA. *Folha Da Manhã*. Aracaju, p. 2, 11 set 1942).

O filme considerado uma influência tão positiva, que o Governo estadual ofereceu uma sessão gratuita de “Confissões de um espião Nazista” para os trabalhadores sindicalizados e para a Força Policial Militar. A ses-

são ocorreu no cine Rio Branco, dia 13 de setembro de 1942 (um domingo), às 9h, podendo inclusive os trabalhadores levarem suas respectivas famílias.

No mês seguinte chegou a Sergipe outro filme antinazista. “Tempestades D’Alma” (1940) era uma produção da MGM que contava a história de uma família alemã que vivia feliz até que Hitler se tornou chanceler (1933). A partir daí uma onda de violência, preconceitos e injustiça passou a ameaçar não apenas a Alemanha, mas também a família do professor universitário Rooth, que foi completamente destruída à medida que o nazismo avançava.

**Figura 5. Professor Rooth comemorando seu aniversário com a família e dois amigos**



Fonte: MGM; BORZAGE, Frank. *The Mortal Storm*. [Filme – vídeo]; Produção da MGM, direção de Frank Borzage; EUA, 1940, 1 DVD, 100 min., preto e branco, son.

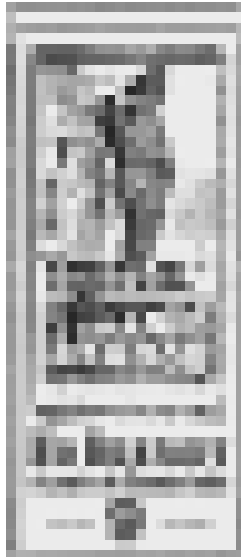
Em 28 de outubro de 1942 a *Folha da Manhã* anunciou “Tempestades D’Alma”, como uma “monumental película da Metro com o desempenho dos famosos astros Margarete Sullavan, James Stewart, Robert Young, Franc Morgan e outros” (SINCROLÂNDIA. *Folha da Manhã*. Aracaju, p. 2, 28 de outubro de 1942).

O anúncio do filme “O espia submarino” feito pelo *Correio de Aracaju*, afirmava se tratar de uma atração antinazista e que esta era uma produção que trazia “em flagrante todo o heroico e horripilante drama da guerra atual nos mares!!!” (DE CINEMA. *Correio de Aracaju*. Aracaju, p. 3, 14 out 1942). Tratava-se uma narrativa que envolvia os temas da guerra, de espionagem e de submarinos. Mas o filme britânico, de 1939, estava ambientado no contexto da Primeira Guerra Mundial.

Ainda em 1942 estreou “O Grande Ditador”, no dia 9 de dezembro, no cine Guarany. O jornal *Folha da Manhã*, de 7 de dezembro de 1942 publicou uma imagem do filme. Algo pouco comum, pois os jornais aracajuanos não traziam muitas imagens relacionadas a promoção dos filmes. A seguir é possível ver o cartaz empregado na divulgação do filme.



Figura 6. Cartaz do filme “O Grande Ditador”



Fonte: SINCOLÂNDIA. Folha da Manhã. Aracaju, p. 4, 7 de dezembro de 1942.

Apesar de ser um artista conhecido e apreciado pelo público aracajuano, os jornais não fizeram alarde com a estreia de “O grande ditador”. O filme é ambientado na Segunda Guerra Mundial, apresenta os nazistas, mas o faz empregando elementos cômicos, diferente da forma séria e dramática com a qual os filmes “Confissões de um espião nazista” e “Tempestades D’Alma” abordaram o mesmo assunto.

O tema da Guerra continuou se tornando recorrente na coluna que apresentava a programação dos cinemas. O filme “Um louco entre outros” foi exibido em Aracaju em 1943, tendo sido definido como “o romance mais maluco do ano! Simplesmente Infernal! Ele cai dos céus escapando aos Eixos... ela adere a sua tática ... e ambos deixam de tanga um coronel nazista! Não deixem de ver isso no filme ‘Um louco entre loucos’” (VITÓRIA. *A Cruzada*. Aracaju, p.4, 23 abr 1943). As referências aos “Eixos”, “tática” e “coronel nazista” dão pistas sobre a imersão dos temas e vocabulário vigentes durante o conflito.

As resenhas dos filmes eram enviadas pelos cinemas para serem publicadas nos jornais aracajuanos e assim atrair o público às salas de exibição, mas os jornais poderiam acrescentar ou suprimir partes do texto original. O filme “Nas assas da Glória” seria exibido no cine Vitória e a censura indicava que “A ação deste filme transcorre no ambiente de uma base de instrução situada nas vizinhanças do Panamá. Possui passagens de emoção. É filme que pode ser assistido por todos menos crianças” (FILMES CENSURADOS. *A Cruzada*. Aracaju, p. 4, 23 abr 1943). O jornal *A Cruzada* era católico e tinha um perfil mais conservador, isso se refletia inclusive na avaliação dos filmes. Mais uma vez o tema da Guerra foi apresentado, desta vez se referindo a instrução aérea numa base próximo ao Panamá.

Os filmes apresentavam a Guerra e o mundo aos aracajuanos. Títulos como “Intriga da China” (exibido em Aracaju em 1939), “Gibraltar” (exibido em Aracaju em 1942), “Lanceiros da Índia” (exibido em Aracaju em 1944) aludem à preocupação estadunidense em apresentar o mundo nas telas. Os países eram descritos em meio à Guerra, situações que envolviam práticas de espionagem, ou as atividades de soldados estadunidenses heroicos que abriam mão do conforto do seu lar para lutar pelo estabelecimento da paz e da civilização, seja a bordo de um submarino, ou de um avião.

“Ser ou não ser”, filme da MGM, produzido em 1942, foi apontado pela censura do jornal *A Cruzada* como “uma sátira tremenda aos homens impolutos da Gestapo ao mesmo tempo que exalta quase que até à vibração o patriotismo dos filhos da Polônia. É uma comédia que diverte e muito ensina” (FILMES CENSURADOS. *A Cruzada*. Aracaju, p. 4, 23 abr 1943). A indicação de filmes que apresentam o dia-a-dia da Guerra passa a ser cada vez mais frequente nos jornais.

“Lanceiros da Índia”, por exemplo, foi anunciado no jornal *A Cruzada* de 17 de setembro de 1944 como uma produção que traria “A Índia em toda sua beleza bárbara e exótica!” e também “A pompa magnífica do palácio dos rajás e a magia da natureza selvagem! E neste cenário, o heroísmo de um punhado de soldados empenhados na luta pelo progresso e pela civilização!” (FILMES CENSURADOS. *A Cruzada*. Aracaju, p.3, 17 set 1944). Nesse caso os soldados se batiam não apenas contra os estragos causados pelos países do Eixo, mas também pelas trevas decorrentes da ausência da civilização. O cine Rio Branco também apresentava um filme que envolvia o tema da Guerra e dos nazistas, tratava-se de “O Martir”, “da United. Filme apresentado pela sra Roosevelt. História de um pastor protestante perseguido pelos nazistas. Cenas de intensa emoção e por vezes brutais. Cotação: aceitável para adultos” (FILMES CENSURADOS. *A Cruzada*. Aracaju, p.3, 17 set 1944).

Nesse mesmo dia foi anunciado que em breve chegaria a Aracaju o filme da Paramount “Cinco covas no Egito”. O jornal informava os nomes dos atores, oferecia um breve resumo e também indicava o público ao qual se destinava. “Franchote Tone, Eric Von Stoheim e Anne Baxter. A campanha norte-americana. As primeiras vitórias e a derrota de Rommel. Filme anti-nazista. Boa direção e excelente desempenho. Sequências emocionantes. Cotação: Aceitável para adultos” (FILMES CENSURADOS. *A Cruzada*. Aracaju, p.3, 17 set 1944).

Desse modo, percebe-se que os cinemas aracajuanos à época da Segunda Guerra estavam tomados pelos filmes produzidos em Hollywood. Estes se encarregavam de trazer as últimas novidades que circulavam no mundo, seja num recurso diferente como o filme em cores, os que traziam os atores preferidos, ou aqueles que abordavam temas mais recentes, como os filmes de guerra e os antinazistas.





O conflito mundial invadiu todos os gêneros cinematográficos produzidos em Hollywood. Assim, era possível assistir a um drama, romance ou comédia ambientados na Europa devastada pela Guerra, que envolvessem soldados norte-americanos pilotando aviões, ou conduzindo submarinos para salvar o mundo. Acompanhando recomendações oficiais e graças à febre por produções hollywoodianas, os cinemas apresentavam a Guerra e os nazistas sob a ótica norte-americana.

Em outras palavras, a Segunda Guerra Mundial a partir dos cinemas aracajuano oferecia ao público local uma explicação sobre vários aspectos do conflito, inclusive dos nazistas, que eram apresentados como um inimigo ardiloso e sem caráter. Mas os filmes também transmitiam uma mensagem com o triunfo norte-americano na indústria cinematográfica e um discurso de legitimação do poder econômico, bélico, cultural e político dos Estados Unidos.

Havia a noção de que o cinema influenciava o público. Era o caso dos filmes antinazistas, que eram considerados uma influência positiva. Apesar de ser um filme produzido nos Estados Unidos, havia uma convergência de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos, na medida em que os países tinham um inimigo em comum, ou seja, os nazistas. Restava aos cines e ao público aracajuano aguardar a chegada de novas fitas e torcer pela vitória dos países Aliados contra o Eixo nos campos de batalha.



## Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de...[et.alli] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)*. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.
- BENAJMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; pref. Jeanne Maria Gagnebin. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. 1).
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: *a história entre incertezas e inquietações*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 15 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. 8 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURHHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. *Cinema e Política*. Trad. Julio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. Trad. Frederico Carotti. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.143-275.

GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa: ensaios*. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado, Mrlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 - 154.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Papirus, 2006.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *De Hollywood a Aracaju: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945)*. 220 páginas. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis-SP, 2013.

MAYNARD, Andreza S. C.; Maynard, Dilton C. S. *Dias de luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Ao pé do ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a criação da Rádio Aperipê*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

MELINS, Murilo. *Aracaju romântica que vi e vivi: Anos 40 e 50*. Aracaju: UNIT, 2000.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. In. *Revista USP*. São Paulo. Junho-Agosto, 1995. p.52 -61.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSENFELD, Anatol. *Cinema: arte & indústria*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCWHARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2 ed. Trad. Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004. P.95-123.

SHULL, Michael S.; WILT, David Edward. *Hollywood war films, 1937-1945: An Exhaustive Filmography of American Feature-Length Motion Picture Relating to*



*World War II*. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, Inc., Publishers, 1966.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. XAVIER, Ismail (org). *O cinema no século*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

URWAND, Ben. *O pacto entre Hollywood e o nazismo: como o cinema americano colaborou com a Alemanha de Hitler*. Trad. de Luis Reys Gil. – São Paulo: LeYa, 2019.

VALIM, Alexandre Busco. História e cinema. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, 2012.



# “O cenário tétrico” dos “loucos” na Penitenciária Modelo e no Manicômio Judiciário Lemos Brito (SE), 1926-1946

Mariana Emanuelle Barreto de Gois<sup>1</sup>  
Renata Mascarenhas Freitas de Aragão<sup>2</sup>

## Resumo

O referido artigo tem como fito historicizar o “Pavilhão dos Loucos” da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, instituição que abrigou “os loucos e loucos criminosos” nas primeiras décadas republicanas. Ademais, traz-se à tona pistas das primeiras notícias do surgimento do Manicômio Judiciário Lemos Brito. Para tanto, é citada a história de alguns indivíduos que foram encarcerados no “Pavilhão do Loucos” da “Grande” e são percorridos os fatos cotidianos pelos quais perpassavam estes sujeitos. Conta-se com um corpo documental diverso, no tocante ao período que se estende de 1926 até 1946. A partir da análise das fontes, constatou-se que o Estado de Sergipe andava na retaguarda dos debates nacionais no que dizia respeito ao tratamento dispensado aos “loucos”: a então instituição que deveria abrigá-los e tratá-los, surgiu tardiamente, muito depois da legitimação prescrita no Código Criminal Republicano.

**PALAVRAS CHAVES:** Penitenciária. “Louco”. “Louco criminoso”. Manicômio Judiciário.

- 1 Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Instituto Federal de Sergipe, Campus Glória/SE e do Centro Universitário AGES/BA.
- 2 Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia. Servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e tutora da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).



**“The “madmen” tetrical  
scenario” at the Model  
Penitentiary and at the Judicial  
Asylum Lemos Brito (SE),  
1926-1946**

**“El escenario tetrico” de los  
“locos” en el Modelo Penitenciario  
y en el Poder Judicial de Asilo  
Lemos Brito  
(SE), 1926-1946**

144



*Abstract*

The referred article has as aim to historicize the “Pavilhão dos Loucos” (Madmen pavilion) of the Model Penitentiary from the State of Sergipe, an institution that houses “the mad and crazy criminals” in the first republican decades. In addition, we will bring up clues of the first news about the appearance of the Judicial Asylum Lemos Brito. For that, we will quote the history of some individuals who were imprisoned in the “Pavilhão dos Loucos” of the “Grande” and we will go through the daily facts that these subjects went through. There is a diverse body of documents, with regard to the period from 1926 to 1946. From the analysis of the sources, it was found that the State of Sergipe was at the rear of the national debates with regard to the treatment given to “Crazy”: the institution that was supposed to shelter and treat them, appeared late, long after the legitimacy prescribed in the Republican Criminal Code.

**KEYWORDS:** Penitentiary. “Madman”. “Crazy criminal”. Judicial Asylum.

*Resumen*

El propósito de este artículo es historizar el “Pavilhão dos Loucos” del Centro Penitenciario Modelo del Estado de Sergipe, una institución que albergó a “los delincuentes locos y locos” en las primeras décadas republicanas. Además, presentaremos pistas sobre las primeras noticias de la aparición del Asilo Judicial Lemos Brito. Para eso, citaremos la historia de algunas personas que fueron encarceladas en el “Pavilhão do Loucos” de la “Grande” y revisaremos los hechos diarios por los que pasaron estos temas. Existe un cuerpo diverso de documentos, con respecto al período de 1926 a 1946. Del análisis de las fuentes, se encontró que el Estado de Sergipe estaba en la parte posterior de los debates nacionales con respecto al tratamiento dado a “Locos”: la institución que se suponía que debía albergarlos y tratarlos, apareció tarde, mucho después de la legitimidad prescrita en el Código Penal republicano.

**PALABRAS CLAVE:** Penitenciaría. “Loco”. “Criminal loco”. Asilo Judicial.

## Introdução

[...] seria possível que todos estes infelizes estivessem até pouco tempo na Penitenciária, castigados como seres conscientes de suas responsabilidades?

Sorria-lhe o Diretor, perguntando-lhe, por sua vez: - e seriam somente esse que a justiça condenara como mentalmente íntegros? Veja aquela outra seção: - todos marcados de psicose, que a Penitenciária trancava sem tratamento específico, igualando-os na bitola comum de criminosos... (CARVALHO NETO, 1933, p. 217)

Para onde eram enviados os “loucos” que vagavam pelas ruas e encontrados nas primeiras décadas da República no Estado de Sergipe? Qual tratamento era dispensado aos insanos que praticavam delitos? São estas questões que nos fazem suscitar a epígrafe acima, escrita por Carvalho Neto, em seu célebre Romance *Vidas perdidas*.<sup>3</sup> A obra crítica, ironicamente, os sistemas carcerário e judiciário e, entre as abordagens, cita a história de indivíduos diagnosticados como “loucos”, mas que foram enviados para a Penitenciária Modelo, sem nenhum tratamento específico, sendo encarcerados como “criminosos comuns”. A questão é que havia uma contradição entre os ditames da lei no que concerne ao tratamento dispensado àqueles que eram portadores de moléstias mentais, o que, de fato, era executado pelo poder público no Estado de Sergipe.

Há tempos questões como esta já foram observadas pelo historiador Amâncio Cardoso, na Cadeia de Aracaju, ao mencionar que a promiscuidade dos cubículos não era apenas física, mas jurídica. Trouxe informações de que, na cadeia da capital, os sentenciados ficavam misturados com “[...] detentos considerados sem juízo ou loucos, não podendo receber tratamento conveniente para restabelecimento da razão perturbada”. (CARDOSO, 2012, p. 186). E continuou a ser assim na “pomposa” Penitenciária Modelo de Aracaju.

Este estudo buscou inspiração na clássica obra de Michel Foucault, *História da Loucura*, na qual o autor abre um panorama das primeiras passagens sobre a “loucura” na historiografia, construindo uma genealogia da forma como a sociedade pensa a questão da “loucura” e trata os “doentes mentais”. O enredo da obra transcorre no território europeu, em

3 O romance intitulado *Vidas perdidas* foi escrito na década de 30 pelo jurista Carvalho Neto, que durante muito tempo foi o responsável pela instrução pública no Estado de Sergipe e também diretor da penitenciária. A obra é uma ficção escrita em 8 capítulos que conta a história de um estudante de Direito, que se envolveu em um crime com duas professoras normalistas e cumpriu pena na Penitenciária Modelo. O autor discute abordagens acerca da estrutura do sistema penitenciário brasileiro, a forma de gestão penitenciária e as práticas educativas. Para além disso, narra cenas da vida cotidiana, do serviço da carceragem, corrupção e atuação do corpo administrativo.

meados do século XVII, mencionando o surgimento do Hospital Geral, em Paris, e enfatizando que, para aquela instituição, foram recolhidos todos os excluídos que perturbavam a ordem social. Ressaltou ainda que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social de exclusão e de encaminhamento dos doentes para as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanálise (FOUCAULT, 1972, p. 90).

Para tentar preencher a história lacunar dos “loucos” no Estado de Sergipe, a presente investigação se utilizou de um *corpus* documental, no intervalo de 1926 a 1946, localizados no Arquivo Público de Sergipe, no Arquivo do Poder Judiciário de Estado de Sergipe e na Escola de Gestão Penitenciária do Estado de Sergipe. Entre a documentação analisada, foram consultados: Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo, Lei de criação do Manicômio Judiciário; Cartas de Livramento Condicional; Mensagens de Governo; Ofício; Fotografias; Regulamento Institucional e o Romance Vidas Perdidas. Neste sentido, recorde-se o historiador Carlos Bacellar, ao “[...] escarafunchar papéis velhos em busca de novidades, como se fosse uma espécie de Indiana Jones dos arquivos.” (BACELLAR, 2011, p. 23).

O recorte temporal ora em destaque corresponde a um período em que no Brasil se vivenciavam as mudanças modernistas dos anos 20, liderados em Sergipe pelo Governador Graccho Cardoso, seguidas pelos agitados anos 30, encabeçados pela Revolução de 1930 e sequenciados pelas mudanças intervencionistas do Governo Vargas. Neste momento, o Dr. Eronides de Carvalho foi empossado interventor apenas 14 dias após a instauração do interstício histórico denominado “Estado Novo”. O interventor federal de Sergipe era médico e, quando recém-formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, já demonstrava o “[...] firme propósito de trabalhar em prol daqueles que foram estigmatizados com o mal que não era tratado como doença”, afirmou o próprio no discurso de abertura do II Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste (ARRUDA, 1991, p. 1). Não se pode deixar de citar neste contexto o Governo de Augusto Maynard, político que legitimou a criação de uma instituição para abrigar os “loucos” em Sergipe, o então Manicômio Judiciário Lemos Brito; até então, eles viviam na promiscuidade das “[...] sórdidas celas da Penitenciária Modelo.”<sup>4</sup>

A questão basilar deste estudo gira em torno da inoperância do poder estatal em relação aos portadores de moléstias mentais, sejam eles crimi-

4 A emergência da criação de um espaço para abrigar os “loucos” foi descrita no capítulo VII das disposições transitórias do Regulamento da Penitenciária Modelo, no artigo 48: O Governo Provisório, de acordo com a representação do diretor da Penitenciária, para construção do Manicômio Judiciário, baixando-lhe o competente regulamento. Ver: SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. *Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES. p. 264.



nosos ou não. Embora já existissem, desde do ano de 1903, diretrizes legislativas nacionais que advertiam sobre inadequação do cárcere comum para enclausurar os alienados, o que se observava no Estado de Sergipe, até início da década de 40, era a inadequação das instituições de estado em relação às políticas nacionais relacionadas à insanidade mental.

Corroborando com a incongruência acima citada, o texto de lei inserido no artigo 11º do Decreto de nº 1.132 de 22 de dezembro de 1903: “Enquanto não possuírem os Estados manicômios criminais, os alienados delinquentes e os condenados alienados somente poderão permanecer em asilos públicos, nos pavilhões que especialmente se lhes reservem”. (BRASIL, 1903). Por certo, existe documentação oficial comprovante de que no Estado de Sergipe não se seguia tal preceito, uma vez que era prática comum à convivência entre os presos comuns e os doentes mentais (criminosos ou não), dividindo a mesma carceragem.

As práticas estatais sergipanas atinentes ao enfermo mental também não encontravam respaldo no diploma penal de 1890 e seu substituto de 1940. O primeiro Código Penal da República trouxe mudanças significativas no estatuto jurídico penal do doente mental e seu destino institucional. Note-se a estrutura do artigo 29 do diploma penal republicano: “Art. 29. Os indivíduos isentos de culpabilidade em resultado de afecção mental serão entregues às suas famílias, ou recolhidos a hospitais de alienados, se o seu estado mental assim o exigir para a segurança do público”.

Sobre a tratativa dos “loucos” no Estado de Sergipe, destaque-se o trecho do trabalho da psiquiatra Márcia Aragão Arruda:

‘Os loucos de rua’, ‘os insanos’, ‘os furiosos’ eram presos e depositados no reformatório penal do estado de Sergipe, de maneira, que quando atingissem um determinado número, eram colocados em vagões de trem da Estrada de Ferro, destinado ao transporte de animais, e neles viajavam quilômetros, aglomerados, sem se alimentar, sem beber, chegando finalmente ao seu destino: o Asilo São João de Deus em Salvador, na Bahia, onde fruto de perversões por parte dos mais ruins mentalmente, eram enjaulados, com roupas rasgadas, fétidos, sedentos, para tratamento. (ARRUDA, 1991, p. 9)

Como se percebe, passaram-se séculos e os “loucos” continuaram a ser excluídos; em Sergipe, não foi diferente: noticiou o periódico *A República* em uma quinta-feira, nos anos 30 do século XX, em uma matéria que chamou atenção dos leitores, trouxe informações de que o “quadro mais tétrico” da Penitenciária Modelo seria o “Pavilhão dos loucos”. Esclarece também que ali não se abrigavam “criminosos loucos ou loucos criminosos”. Para ali, ia todo e qualquer demente, apresentando ao visitante os mais “trágicos quadros da infelicidade humana”. (A REPÚBLICA, 1932, p. 1). A nota do jornal suscita questões importantes sobre a passagem dos “loucos” e o tra-





tamento a eles atribuídos. Para costurar os “fios” destas histórias, divide-se o artigo em três momentos: 1. Primórdios da Penitenciária Modelo; 2. Pavilhão dos “loucos”; 3. As primeiras notícias do Manicômio Judiciário Lemos Brito, ladeadas pelas histórias de indivíduos que ali foram internados.

Trata-se, portanto, da contradição entre os preceitos legais relacionados à saúde mental e a execução no Estado de Sergipe. Muitos aspectos ficaram só no papel, esquecidos. São as reminiscências desta história que se pretende explicitar neste artigo e que contribuirão para preencher as lacunas da historiografia local no que concerne à memória do tratamento estatal dispensado no período, aos portadores de doença mental.

### *Os primórdios da penitenciária modelo*

Corria a década de 20 do século XX. O Estado de Sergipe, no âmbito econômico e social, lidava com os resquícios da transição do Império para a República. O historiador Ibarê Dantas mostrou que o centro político e administrativo ganhava atenção através das decisões de suas autoridades e da importância decorrente do funcionamento das repartições públicas, mas é no ano de 1922 que a estrutura política, econômica e cultural de Sergipe se modificou, com a ascensão ao governo de Maurício Graccho Cardoso, pertencente ao grupo político da oligarquia local, que teve atuação marcante pela construção de obras qualificadas e modernizantes para o estado. (DANTAS, 2004, p. 40). Estudioso da política sergipana, Ariosvaldo Figueiredo afirmou que a base política de Graccho Cardoso seria a realização de uma “[...] política capaz de enfrentar o desemprego, a carência e a mendicância, daí muitos consideraram que ele transformou a economia sergipana”. (DANTAS, 2004, p. 40)

Foi neste contexto que surgiu o projeto de construção de uma Penitenciária Modelo, de grande porte e com arquitetura impetuosa, representando um dos eventos que inseriu Aracaju na modernização urbana, embora ainda possuísse resquícios das velhas prisões imperiais. O governador Graccho Cardoso<sup>5</sup>, acreditava que a educação era o caminho que levava à retidão e à boa conduta por parte dos indivíduos (FIGUEIREDO, 1989). Atendendo aos requisitos prescritos pelo Código Criminal, incluiu uma escola, a enfermaria, oficinas mais amplas e uma capela ao projeto da Penitenciária, como objetivo de inserção de atividades que retirassem o

5 Em 1922, foi eleito Governador do Estado de Sergipe. Seu governo foi caracterizado como um dos mais modernizantes do estado. Segundo o historiador Ibarê Dantas, com o auxílio de técnicos competentes locais e de fora, comandaram-se os empreendimentos que mudaram a face de Aracaju e melhoraram o quadro de diversos municípios do interior. Promoveu convênios com empresários progressistas e realizou importantes construções, como foi o caso da Penitenciária, o amplo Mercado e o matadouro, todos qualificados como modelos. A criação do Banco Estadual de Sergipe e a substituição dos bondes de tração animal por carros elétricos foram marcas de seu governo.



sentenciado da ociosidade e permitindo proporcionar melhores condições de estadia e acolhimento, integrando-o à educação e à fé.

A Penitenciária Modelo foi construída com intuito de retirar do centro da cidade de Aracaju a cadeia velha, sendo-lhe superior em extensão e perspectiva, embora tenha surgido conforme os modelos antigos. Segundo Carvalho Neto, nasceu com um século de atraso à ciência, tornando-se velha também, surgindo depois da cadeia de São Paulo, a “Carandiru”, não sendo copiadas suas técnicas, e antes da mineira “Neves” e da pernambucana “Itamaracá”, ficando muito longe destes modelos, representantes de avanços penitencialistas. (CARVALHO NETO, 1954, p. 90)

O advento do regime republicano trouxe novos horizontes ao sistema penitenciário sergipano a partir da legitimação do Código de 1890 e da obrigatoriedade da reforma prisional. O Estado de Sergipe necessitava de um novo espaço prisional e pensou-se na construção de uma penitenciária que atendesse ao que a ciência jurídica prescrevia e fora adotada pelo Código Penal Republicano de 1890, que dividia a pena em estágios, em condições menos penosas, cumpridas pelo trabalho ao ar livre, conforme Figura 1.

**Figura 1 - Construção da Penitenciária Modelo - 1926**



Fonte: Acervo do EGESP – Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1950.<sup>6</sup>

A edificação foi inaugurada na tarde do dia 12 de outubro de 1926, no Alto da Pindaíba.<sup>7</sup> A lei de criação publicada em 9 de outubro de 1926, no artigo 3º, estabelecia que os detentos da antiga Cadeia Pública passariam a cumprir o tempo de pena no novo estabelecimento prisional, que foi alcunhada, pelos jornais que circularam à época e pelos membros do go-

6 A Escola de Gestão Penitenciária informou que as imagens foram obtidas entre os anos de 1930 e 1950. Importante frisar que essa dificuldade em relação à temporalidade acompanha as demais imagens utilizadas neste artigo, referentes ao acervo da EGESP.

7 Atual Bairro América, localizado no município de Aracaju.

verno, de “A Grande”, “Casa de Regeneração”, “Albergue da Infelicidade” ou “Castelo Medieval”<sup>8</sup>. A Penitenciária Modelo foi pensada com tudo que existia de mais moderno na época: o frontispício era composto de duas torres, com seteiras e componente de decoração nos muros, janelas e portas em arco pleno, toda erigida em cimento armado, cercado de altos muros, obedecendo aos critérios dispostos como sinônimo de conforto. O presídio foi concebido para 250 presos e com suporte de lotação para 444 internos.

Os primeiros registros de funcionamento ocorreram nas datas de 22 a 23 de outubro de 1926, noticiados no Livro de Parte Diária. Sobre a rotina dos presidiários, há informações de que cada um deles habitava um cubículo, provido de cama, aparelho sanitário, torneira para água e alguns objetos destinados ao uso diário. Em seus primeiros dias de funcionamento, foram transferidos da cadeia velha apenas 71 detentos, segundo as primeiras anotações nos registros do seu Livro de Abertura, do ano de 1926. Quase duas décadas depois o que era visto como moderno, foi se deteriorando, por falta de cuidados. O relatório apresentado ao chefe de polícia em 10 de janeiro de 1948 registrou que no prédio onde funcionavam as privadas, algumas foram quebradas por “loucos”, outras estragadas pelo tempo necessitavam de um reparo geral. O pavilhão dos alienados era destinado ao abrigo dos delinquentes pronunciados e ainda não condenados. Evitava-se misturar estes detentos, pois os alienados transitoriamente deveriam ser remetidos para outro pavilhão. Esse era o aspecto da tão esperada Penitenciária Modelo com algumas décadas de funcionamento: havia deficiência de funcionários e ausência de estrutura para desenvolvimento dos serviços, como produção agrícola nos arredores da penitenciária.

Frisando-se a mistura dos “loucos” com presos sentenciados, era uma prática recorrente em todos os cantos do Brasil: em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, o historiador Fernando Salla sinalizou que, desde o funcionamento da Casa de Correção, foi possível apurar que os loucos constituíam um problema frequente para a administração e a direção do estabelecimento recorria ao governo para que os indivíduos “loucos” fossem removidos para o Hospital de Alienados, onde se pensava que houvesse melhores condições de atendimento, do que na Casa de Correção. (SALLA, 1999, p. 99).

A Penitenciária sergipana, construída no início do século XX, não atendeu à legislação, continuou recebendo mais detentos, ultrapassando o número de vagas disponíveis. No projeto, as vagas previstas eram para 250 detentos, mas, no ano de 1946, a instituição já estava abrigando 415, conforme especificação do Livro de Parte Diária. As oficinas não possuíam estrutu-



8 Estas expressões aparecem nos jornais locais e documentos oficiais da Penitenciária Modelo.

ra, deixavam a desejar e estavam inseridas em um “[...] pavilhão aberto, de chão batido e poento, com ferramenta manual rudimentar, incapaz de treinar um ofício e orientar uma profissão”, de fato não obedecia às regras aplicadas às penitenciárias modernas. (CARVALHO NETO, p. 92).

Neste contexto é importante lembrar do sociólogo Goffman ao afirmar que a Penitenciária é uma instituição, ou seja, um local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade, por considerável período de tempo, levavam a vida fechada e formalmente administrada. E a tendência marcante nessas instituições era o exame das situações sob a ótica da vigilância e da disciplina, num quadro que tende a ser punitivo e impessoal. (GOFFMAN, 2013.).

Os debates da ciência Penal contribuíram para o surgimento da Penitenciária Modelo, que veio com o objetivo de adotar as exigências do sistema penitenciário moderno, contribuindo para o progresso sergipano (GOIS, 2019, p. 45). Mas esse tão sonhado progresso não ocorreu e nem conseguiu solucionar as mazelas existentes no cenário penitenciário do estado. A lei de nº 943, de 9 de outubro de 1926, criou a Penitenciária Modelo, destinada ao cumprimento da pena e dos réus condenados à prisão celular com o objetivo de possuir trabalho em comum, segregação noturna e silêncio durante o dia<sup>9</sup>. A Penitenciária Modelo aparentava estar longe do que se almejava na transição do Império para República. Esperava-se que os detentos encontrassem boas condições de estrutura e estadia, com cubículos limpos e bem arejados e com espaços equipados para a atuação do trabalho e conseqüente regeneração. Não foi o que ocorreu!

Como se observa, a Penitenciária Modelo foi pensada para acompanhar os debates dos reformistas, mas não ocorreu dessa forma, nem sequer seguiu os modelos prisionais como estabelecia a lei. Foi pensada por Dr. Arthur Araújo e este não inseriu o que previam os debates prisionais discutidos nos finais do século XIX. O idealizador preocupou-se mais com o seu estilo e em mostrar sua operosidade. A “Grande”, embora tenha sido projetada para suprir as demandas da cadeia velha, foi adaptada conforme a realidade local: nela os guardas teriam que manter silêncio absoluto durante a noite e poderiam participar de conversas moderadas nos intervalos das oficinas; aqueles que infringissem o estabelecido teriam reclusão de um ou dois dias nas células, conforme especificava o regulamento institucional. A Penitenciária continuaria a ser a “reencarnação da cadeia velha”, pouca coisa teria mudado. (CARVALHO NETO, 1933, p. 166).

É notável que o projeto da reforma prisional, a partir da construção da

9 O decreto de nº 847, de 11 de outubro de 1890, estabeleceu que a prisão *celular*, a mais grave entre as penas cominadas no Código, fosse cumprida em estabelecimento especial, com isolamento em celas e trabalho obrigatório. No primeiro período do cumprimento operava-se o isolamento e, nos seguintes, trabalhos em comum, com segregação noturna e *silêncio* diurno. Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. p. 1

Penitenciária Modelo, não deu muito certo. O processo se deu de forma lenta e a penitenciária de Sergipe veio depois em relação a outros estados, a exemplo de Pernambuco e Bahia. Carvalho Neto em uma das visitas, observou o asseio rigoroso, aspectos de boa higiene, mas não se dava importância para a execução das penas e o abandono era completo. Era precária a classificação dos criminosos, nem mesmo lhes era concedido o regime compatível às suas condições, como exemplo, do “grau psíquico”. Não havia também uma base científica para seriação onde se poderia cumprir penas, pois, “[...] a prisão sergipana era uma incubadora de crimes” (CARVALHO NETO, 1954, p. 92). Logo vimos que na Penitenciária Modelo não havia critérios para adequação dos “loucos” eram tratados com os presos comuns, tendo apenas um assim chamado “Pavilhão dos Loucos” para adequá-los.

152



No ano de 1930, durante o Governo do usineiro Manoel Corrêa, já haviam relatos de que na falta de um manicômio no estado, foi necessário reservar um dos pavilhões da Penitenciária para o abrigo dos alienados e era 21 o número de loucos recolhidos na época (DANTAS, 1930, p. 13).

Era uma mistura de menores, criminosos primários, loucos, encarcerados como feras bravias, em células fechadas e impróprias. Sem dúvidas, a ideia de regeneração, de readaptação ao meio social pelo trabalho, pela disciplina, pelo aproveitamento dos conhecimentos não vinha sendo praticada (CARVALHO NETO, 1954, p. 26). A Penitenciária Modelo era uma desgraça! “Loucos” misturados com detentos e “loucos criminosos” era o que havia sem nenhuma distinção; é o que se apresenta a partir de agora nas muralhas do “tenebroso” pavilhão dos “loucos”.

### *O “temido” pavilhão dos “loucos” na penitenciária modelo*

Está vendo aquele velho? É um alcoólatra inveterado na angústia de uma zoopsia que o levava a pedir socorro, em algumas vozes, berrando no silêncio, do presídio, com alucinações visuais que o cercava de vozes esganiçastes.... E sabe que o álcool continuou a envenená-lo na Penitenciária, mercê do contrabando dos guardas?

Em suma, meu caro Dr. Era este, até pouco, um dos aspectos impressionantes dos seus calabouços: - psicose, auto tóxicas, paranoias, epilepsias, psicopatias constitucionais, confundidas na promiscuidade cega e repelente dos criminosos sem classificação.

O sr. Veio em boa hora – continuou o Dr. Adeodato encontrando o Manicômio, o Gabinete de Biotipologia Criminal esse começo de classificação científica, para a adequação da pena do apenado.

Quando isto se realizará efetivamente, não sei. Mas o primeiro passo o primeiro passo está dado...

Já viu as novas fichas dos detentos? Não mais aquela matrícula sumária, puramente impressionista, que se vinha fazendo na secretária do presídio. (CARVALHO NETO, 1933, p. 217) [sic].

Era desesperadora a situação em que se encontravam os “loucos” depositados sem nenhuma ordem e classificação na Penitenciária Modelo, como expõe o trecho da citação “[...] psicose, auto tóxicas, paranoias, epilepsia e psicopatias”, o estado não tinha estrutura física adequada para cuidar de doentes mentais. Neste momento, a cidade de Aracaju vivia o processo de crescimento urbano e remodelação e estes indivíduos eram jogados aos cenários de celas “fechadas e impróprias”: a preocupação no momento era outra!

Sergipe estaria sob os reflexos do pensamento do Estado Novo e as perspectivas de remodelação da sociedade e da punição aos “desviantes”, momento em que se afastou do centro da cidade os ditos “delinquentes”. Na época, o bairro em que fora construída a penitenciária não era urbanizado, pois existia uma vasta área de terra ao alto, a instituição foi o primeiro centro de atração de pessoas para a região. Na época, não existia saneamento básico, faltava água, energia elétrica e outras questões de infraestrutura. Parentes de detentos e pessoas de outros estados, além de ex-detentos oriundos do interior foram ocupando, desordenadamente, o entorno do presídio. O que era uma área rural foi se transformando em um aglomerado de pequenas casas de taipa cobertas de palha de coqueiro ou de pindoba (ROCHA; CORRÊA, 2009, p. 45).

A população da Penitenciária Modelo era bastante diversa, conforme mostra a Tabela 1, 62 era o número de sentenciados. Destes, 30 foram processados, 17 apelados, 10 estiveram sob regime de investigação e a disposição da justiça e 22 eram “loucos”. Reafirme-se que não havia nenhum critério de seleção, todos eram enviados para o mesmo lugar: a Penitenciária Modelo.

**Tabela 1 - Classificação dos detentos**

NÚMEROS	SITUAÇÃO
62	Sentenciados
30	Processados
17	Apelados
10	Sob o regime de investigação e à disposição da justiça
22	Loucos
TOTAL: 141	

Fonte: Mensagem enviada à Assembleia Legislativa – Eronides de Carvalho, 1936.



Mencione-se o relato do historiador Carlos Alberto Miranda sobre os estudos da Fatalidade Biológica e da Medição dos Corpos, ao mencionar que no discurso das elites, em evidência para os dos médicos e bacharéis, informava que era nas ruas que se reproduziram os futuros delinquentes, prostitutas, degenerados, vagabundos, bêbados, desordeiros, anormais e “loucos de todos os gêneros”. Colocava-se em prática neste momento a repressão, identificação e enclausuramento das pessoas consideradas “[...] nocivas à sociedade e dotadas de grande potencial para procriar desajustados sociais”. Logo sinalizou para a importância da criação de leis, códigos e instituições voltadas para “vigiar e identificar estes indivíduos”. (MIRANDA, 2009, p. 300)

Conforme já mencionado, na Penitenciária Modelo, os “loucos” eram depositados e “amontoados” os “loucos” como “loucos criminosos” e sentenciados comuns, sem nenhum tratamento específico. É o que mostra o registro do Livro de Parte Diária em uma manhã em que “os maloqueiros” se encontravam recolhidos no pavilhão de “loucos” e já não queriam obedecer ao encarregado do respectivo pavilhão. O que chama atenção no relato é a adjetivação que o corpo administrativo da Modelo possuía para com os doentes “mentais”, chamá-los pelo nome não era prática, muito menos intenção. Logo, o vigia do plantão para tentar calar os estereotipados de “maloqueiros” precisou colocar os exaltados nos cubículos, isolados, e prometer castigos mais rigorosos, conforme descreve o Livro de Parte Diária, no ano de 1942.

As ações aconteciam mesmo com as restrições regulamentares no Regulamento Institucional, em artigo de número 13, ao estabelecer que eram deveres e atribuições dos guardas da Penitenciária “[...] velar pela Boa guarda e tratamento dos loucos, fiscalizando constantemente o pavilhão de alienados; tratar os loucos com humanidade, comunicando ao diretor qualquer alteração e expressamente proibido aos guardas infligirem castigos corporais aos sentenciados e loucos.” (SERGIPE, 1935, p. 268).

Mas não era fácil para o guarda manter a ordem... Em um dia de rotina comum, assim ocorreu no horário do almoço, com o detento José Amâncio, que foi transferido para o Pavilhão dos “loucos” por se achar em crise de excesso de loucura, tendo rasgado a roupa e entrando em forma despido na ocasião do pagamento do café, motivo este que foi transferido, detalhe especificado no Livro de Parte Diária, em 1942.

Todos os encarcerados tinham tratamento igual; não havia estrutura na instituição para melhor adequar os “loucos”: como ficavam em um pavilhão específico, a sua estrutura não era das melhores. Era comum o “quebra-quebra”, afetando ainda mais a péssima estrutura. Foram encontradas, no relatório de governo de Eronides de Carvalho do ano de 1935, informações sobre os serviços executados nas instalações da Penitenciária Modelo de Aracaju, citando as obras realizadas no “Pavilhão dos lou-



cos”, que na época foi inteiramente reformado com concertos das paredes internas, substituição de portas dos cubículos, que eram de madeira por portas de ferro e retelhamento geral. (CARVALHO, 1935, p. 63).

Mesmo com todos os percalços que existiam, ali viveram personagens que tiveram suas histórias contadas nas páginas romanescas de *Vidas perdidas*, foram eles: Alcântara, Rufino Sabiá e Pedro Rodrigues.<sup>10</sup> É do que trata a subseção a seguir.

### *O “Irritado” Gustavo Alcântara*

O internado Gustavo Alcântara era um reincidente que teve com primeiro delito a causa de ferimentos leves, cumpriu pena mínima e, em seguida, cometeu um homicídio. Encontrou-se na Penitenciária Modelo com centenas de “parafrenia”, julgava-se perseguido “[...] interpretando sempre falsamente os atos mais naturais do meio social que vivia”. Tornou-se irritado, atribuindo aos companheiros a preocupação de diminuí-lo. Desconfiado, a menor pilhéria entre amigos parecia-lhe uma ofensa que deveria ser repelida com violência. Na Penitenciária Modelo, foi transferido de cubículos por diversas vezes, sua irritação não mais se continha. Estava convencido de que lhe davam comida envenenada e atirava com pratos na cara dos guardas, reclamou em um certo dia da presença do médico e de como este lhe havia receitado uma fórmula, “cuspiu-lhe no rosto o arsênio, que ele afirmava conhecer pelo gosto!... Estava agora numa fase alucinatória muito agitada, determinando vigilância dobrada”. Assim explicava o Diretor do Manicômio ao Dr. Almeida Bôto cada caso que lhe chamava atenção”. (CARVALHO NETO, 1935, p. 214).

### *Rufino Sabiá: “o triste sabiá que já não cantava mais”*

Rufino Sabiá, depois de uma crise de excitação, em que predominavam alucinações auditivas, caiu em profunda depressão. Mostrando-se “indiferente absorto, catatônico, ficava horas seguidas encostado a um canto da parede, ou acorçado de costas para luz”, era um demente precoce, trancado num mutismo inviolável, como se houvesse fugido de si próprio. Foi durante um serviço de tapagem de casa que desfechou a enxada no couro de um companheiro abrindo-lhe um rombo na “região occipital”. Em seguida foi processado e condenado, o advogado procurou demonstrar,

10 A historiadora Maria Socorro Lima, estudiosa da produção intelectual de Carvalho Neto, intitulou o romance *Vidas perdidas* como um romance penitenciário pedagógico; nele, afirmou que o autor teceu uma crítica ao sistema carcerário, através das histórias dos personagens. Augusto, estudante de Direito e duas professoras normalistas que dão cor à narrativa: a educação e o direito penitenciário como alvo principal. Ver: LIMA, Maria do Socorro. *Proposta de educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948): Formação ética do Advogado, Educação Prisional e exercício do magistério e Educação para o Trabalho*. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.



sem resultados tratar-se de um “delirante”! Foi na Penitenciária Modelo que foi diagnosticado. (CARVALHO NETO, 1935, p. 216).

*Pedro Rodrigues: o idealista “com ideais de grandeza”*

Pedro Rodrigues entrou na Penitenciária por ter cometido um crime passional aos 38 anos. Era expansivo, com ideais de grandeza, tecendo projetos de construção de hospitais, fazendo reuniões em que discursava e era aplaudido. Chegou a levantar vultuosas somas de subscrições para uma casa de caridade e logo fez doação para um campo de futebol. Já haviam notado distúrbios mentais e contradições em atos e propostas. Foi no Cárcere que instalou a “paralisia geral”. As reações de tratamento revelaram o comprometimento do tecido nervoso cerebral, atacando a “espiroqueta da sífilis”. Fazia pena vê-lo com os dedos tremendo, com a língua batendo desarticuladamente, sem poder pronunciar palavras inteligíveis tendo sido alegre com vivacidade intelectual apagara-se lhe a fisionomia numa sombra de tristeza. Ele não compreendia porque haviam retirado da célula presidiária para um quarto de hospital”. (CARVALHO NETO, 1933, p. 214)

Na ficção de *Vidas perdidas*, escrita por Carvalho Neto, há passagens sobre a emergência da criação de um Manicômio Judiciário para o internamento e tratamento dos insanos mentais do crime e todos os exames e perícias biopsíquicas reclamados no estudo dos liberandos. No romance, os loucos eram vistos nas “sórdidas células”, penando nas noites sombrias e como eram misturados os loucos com os “loucos criminosos”, as grades das celas eram cerradas. Algo interessante é que Carvalho Neto relatou que no anexo Psiquiátrico inaugurado tinha mais de hospital que de prisão. Ia-se cuidar de doentes mentais, com o desvelo de sua assistência na mais “[...] torva das desgraças humana, nesse imenso quadro nosográfico neuropsiquiátrico das prisões e dos hospícios” (CARVALHO NETO, 1933, p. 214).

A análise das fontes citadas aqui nesse artigo no que concerne à existência do “Pavilhão dos Loucos” e sua posterior transformação, no final do ano de 1943, no Manicômio Judiciário Lemos Brito, percebe-se que, no caso de Sergipe, a existência do “Anexo Psiquiátrico”, como o denominou Garcia Moreno, não se referenciou nos modelos mais destacados da época no que concerne ao tratamento destinado aos internos mentais criminosos, quais sejam o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1921) e o Manicômio Judiciário de São Paulo (1934).



## *Do “pavilhão dos loucos” ao manicômio judiciário Lemos Brito*

Nesta época, o Brasil estava vivenciando o Estado Novo de Vargas. Sergipe, como os demais estados do país, passava por diversas transformações políticas, entre elas as sucessões dos interventores (DANTAS, 2004, 89). O historiador Ibarê Dantas, nos estudos sobre Sergipe no início da República, apontou que a economia sergipana no período de interventoria estava em ascensão e foram realizadas diversas obras, com ênfase no setor da saúde, destacando-se “[...] o Palácio Serigy, Hospital Infantil, casas de psicopatas e um centro de menores abandonados e delinquentes, denotando preocupação social do momento”. (DANTAS, 2004, p. 89).

A primeira instituição a ser criada no Brasil e na América Latina foi o Manicômio do Rio de Janeiro, inaugurado no ano de 1921 (MIRANDA, 2009, p. 307). Tal instituição foi fruto de uma enorme campanha desenvolvida na imprensa nacional que condensava as lutas dos psiquiatras e magistrados em prol da construção de uma instituição que abrigasse a loucura criminosa até que em 25 de maio de 1921, por meio do Decreto Federal de n. 14.831 estava assim definido:

Art. 1º O Manicômio Judiciário é uma dependência da Assistência a Alienados no Distrito Federal, destinada à internação: I – Dos condenados que, achando-se recolhidos às prisões federais apresentarem sintomas de loucura. II. Dos acusados que pela mesma razão devam ser submetidos à observação especial ou a tratamento. Dos delinquentes isentos de responsabilidade por motivo de afecção mental (Código Penal, art. 29) quando, a critério do juiz, assim o exija a segurança pública. (BRASIL, Decreto Federal nº 14.831/1921).

Como se percebe, na simples letra fria da lei, já havia alicerce para a instituição que tinha como objetivo principal a proteção do público e do próprio interno, isso é, o agente infrator da lei que foi diagnosticado clinicamente como portador de uma insanidade mental. Assim, ganhava corpo em todo Brasil a importância da instalação de manicômios judiciários nos estados brasileiros.

Entretanto é importante destacar que, apenas com as imposições legais trazidas com o diploma penal de 1940 e, principalmente, com a difusão de ideias ligadas à ideologia eugênica, a qual se filiou uma forte representatividade da categoria médica, foi que, no Estado de Sergipe, observou-se uma maior ebulição no meio político, médico e jurídico para a emergência da criação no nosso manicômio judiciário, o que somente veio acontecer em 31 de dezembro de 1943, quando o interventor federal a época, Augusto Maynard, através do Decreto Decreto-Lei nº 364, criou o Manicômio Judiciário Lemos Brito.



Parece então que o interventor federal, Coronel Augusto Maynard Gomes, acatou como correta a orientação contida no Ofício nº 136 de 1943; nele consta a seguinte informação descrita pelo médico responsável pelo Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe, Dr. Garcia Moreno, como se vê a seguir:

O pavilhão existente no fundo da nossa penitenciária esta em condições de transformação com pequena despesa, em nosso Anexo Psiquiátrico e tal transformação resolveria de modo cabal, a nossa necessidade de um Manicômio Judiciário. É melhor um hospital prisão do que uma prisão no hospital. No caso concreto de Sergipe: preferível o anexo Psiquiátrico na Penitenciária do que o Manicômio Judiciário no Hospital Colônia. É sempre desagradável a presença de policiais armados em ambiente de hospital de alienados, já, desgraçadamente, considerado, na opinião popular, como casas de castigo e violência. (ARRUDA, 1991, p. 50)



O Manicômio Judiciário Lemos Brito se assemelhava ao primeiro Manicômio do Brasil apenas no que diz respeito à sua instalação física ter se dado ao lado do Reformatório Penal da Capital. Isso porque, no caso do Rio de Janeiro, como bem afirmou na época o diretor Heitor Carriho, havia uma independência de sua gestão, afirmando que o mesmo era subordinado a Assistência de Psicopatas do Rio de Janeiro e não ao Reformatório Penal do Rio de Janeiro (FERLA, 2009). Em Sergipe, tal fato administrativo não acontecia, pois o Manicômio Judiciário Lemos Brito, por força de lei, era subordinado e anexo à Penitenciária Modelo, como se encontra anotado no trecho que se segue: “Art. 1 Anexo ao Reformatório Penal da Capital, e sob a administração do mesmo, fica instituído o *Manicômio Judiciário Lemos Brito*”. (Decreto Lei Estadual nº 346 de 31 de dezembro de 1943).

Sergipe não buscou seguir o modelo implementado no Estado de São Paulo, onde o Manicômio Judiciário foi instalado ao lado Hospital Colônia de Psicopatas do Estado. Buscou seguir um caráter mais carcerário que hospitalar ao instalar-se, não somente em anexo, mas também subordinado administrativamente ao Reformatório Penal da capital. Outro documento oficial que corrobora com esse entendimento é o Decreto Lei 63 de 08 de outubro de 1940, pois, apesar de tratar da organização do serviço a psicopatas no Estado de Sergipe, não há qualquer menção ao “Pavilhão dos loucos” ou menção em adequá-lo para que ali funcionasse um Manicômio Judiciário, conforme se vê na Figura 2.

**Figura 2 - Manicômio Judiciário Lemos Brito,  
antigo “Pavilhão dos Loucos”**



Fonte: Acervo do EGESP - Escola de Gestão Penitenciária, 1930-1940.

Conforme os debates nacionais sobre a adequação dos Manicômios, de acordo com Heitor Carrilho, o manicômio judiciário deveria atender a quatro finalidades. A primeira deveria cumprir o papel de instituto psiquiátrico-legal, destinado a observar e examinar presos oriundos de prisões comuns. Em segundo lugar, exerceria a função de assistência médico-psiquiátrica na medida em que seriam enviados para as suas dependências os condenados que, no curso da pena, apresentassem perturbações mentais. Em terceira instância, seria um órgão de defesa social voltado à tutela de delinquentes isentos de responsabilidade por motivo de afecção mental e que fossem considerados perigosos para a segurança do público. Por fim, deveriam ser desenvolvidas atividades de pesquisa e estudos que contribuíssem para o aprimoramento científico da Criminologia (FERLA, 2009, p. 338).

Pouco se acatou destas sugestões no Estado de Sergipe. Sendo construído depois de quatro décadas da prescrição da legislação, o Manicômio Judiciário Lemos Brito ainda não conseguia atender ao que estava prescrito! Em 26 de abril de 1946, Garcia Moreno escreveu ao diretor da Penitenciária Modelo informando que, com a chegada das chuvas, o Manicômio ficou destruído e eram necessários reparos para não comprometer a saúde física dos recolhidos. Para além destes fatos, não havia remédios. O então renomado médico Dr. Garcia Moreno, continuou a escrever correspondências ao Diretor da Penitenciária Modelo e do Manicômio Judiciário informando da epidemia de paludismo que estava em alta e, todos os dias, havia um ou dois recolhidos acometidos de casos agudos ou recidivas crônicas. E o estoque de medicamentos estava esgotado, não tendo o que fazer, segundo ofício encaminhado no ano de 1946.

Nesse momento o Manicômio Judiciário passou a receber alienados de todos os municípios do Estado de Sergipe, não apenas “loucos crimino-

sos”, mas os ditos “loucos” que vagavam nas ruas. Como se pode observar no relato abaixo:

O Chefe de Polícia Raul de Carvalho Leite, enviou o ofício ao senhor Diretor da Penitenciária Modelo, enviando alienado Manuel Paulino, procedente de Neópolis, afim de ser recolhido no Manicômio Judiciário, atendendo à solicitação do Dr, Juiz de Direito. (OFÍCIO, dez. 1946)

Dentre os indivíduos que viveram dias tenebrosos nas dependências do Manicômio Judiciário Lemos Brito, foi escolhida a narrativa de Canuto Batista de Oliveira, que foi registrado pelo Serviço de Identificação com o registro de número 148 e prontuário 205, brasileiro, com 29 anos, natural de Sambaíba, povoado do Município de Itapicuru/BA, filho de Boaventura José de Oliveira e Joana Batista do Nascimento, nascido em 19 de fevereiro de 1914, casado, pedreiro, preso pelo crime de homicídio<sup>11</sup>.

Havia algo curioso na ficha de observação de Canuto sobre seu comportamento no Manicômio Judiciário Lemos Brito. Na referida ficha foi descrito como “exibicionista”, “irritável” em estado de “pânico” e desenvolvendo “ideias de suicídio”. Por outro lado, a ficha também registrava não ser o interno uma pessoa “vulgar”, “agressiva” e “triste”. Ainda sobre os dados temperamentais e caracterológicos, constatou-se no quadro de observação que sua distração era o “jogo e baralho”, que sua ocupação estaria voltada para a confecção de obras de pano e papelão”, que não fazia exercícios físicos, tomava banhos constantemente e que usava sedativos para aliviar suas crises. Por fim e, diferentemente da maioria dos internos em manicômios judiciários já existentes em todo o Brasil, Canuto recebia visitas constantemente.

Em 25 de setembro de 1946, o Dr. Canuto Garcia Moreno, médico auxiliar do Manicômio, envia um ofício ao Dr. José Melo, diretor do Reformatório Penal, para que a família fosse avisada que o interno (ali qualificado como detento) já apresentava falência múltipla, que denominou de debaacle orgânico e, dias depois, conforme ficha do sistema de identificação, em 6 de outubro de 1946, Canuto falece nas dependências do Manicômio Judiciário Lemos Brito.<sup>12</sup>

Segundo relatos orais, encontrados na escrita da psiquiatra Márcia Aragão, era realizado pelo Dr. Canuto Garcia Moreno, médico auxiliar do Manicômio Judiciário Lemos Brito, um estudo da individualidade humana, nos caracteres físicos (anatômicos e funcionais) e psíquicos, que fazem distinguir cada ser dos seus semelhantes. Esse estudo era denominado biotipologia. A título de exemplificação consta o depoimento do Sr. Edgar, enfermeiro do Manicômio Judiciário, que relata:

11 Ficha de Identificação de preso, nº 148. APES/SP5

12 Ofício 28-46 CGM/GPA

Dr. Canuto Moreno fornecia o laudo para o livramento condicional, fazia a biotipologia criminal, que afirmava que o biotipo definia as qualidades da personalidade do indivíduo. Era o método mais 3 e menos 3. Pouca massa muscular, longilíneo, perde muito menos o controle, é o meu biotipo, por exemplo. Muita massa muscular e estrutura baixa, brevelíneo, perde o controle mais fácil, o meu biotipo, digo-lhe, ele sorri. (ARRUDA, 1991, p. 50)

O estudo de biotipologia criminal contido na ficha servia, essencialmente, para a concessão ou não de livramento condicional. No caso dos internos do Manicômio, de suspensão de medida de segurança imposta judicialmente. Há de se ressaltar que na ficha de Canuto Batista de Oliveira constatou-se a seguinte descrição no tópico “classificação biotipológica”: “Longetipo microesplancnico (Viola); Atletico (Kretschmer); Mecrolongelíneo (Barbara-Beradinelli); Digestivo (Sigaud)”<sup>13</sup>

Esses procedimentos internos existentes no manicômio foram altamente influenciados pela onda positivista da época. Onda que, em termos médico-científicos, delegava ao médico auxiliar do manicômio judiciário a função de identificar as anomalias existentes naqueles sujeitos que insistiam em romper com a ordem e segurança social. Diante disso, a loucura aparecia como causa dessa inadequação e os dados crescentes desse mal eram mais ameaçadores e perigosos para o *status* social do que doenças que assolavam a população nas primeiras décadas do século XX como a tuberculose, o tifo e a cólera.

O que se tem de certo é que, por trás desses estudos científicos como a biotipologia criminal aplicados nos internos do Manicômio Judiciário taxados como seres humanos que não se sujeitavam aos rigores normativos da vida moderna, está a teoria eugênica e de “degeneração da raça” que reaparecia fortemente nas décadas anteriores ao surgimento do manicômio, como formas de selecionar, limpar e separar, o que a sociedade moderna fez questão de misturar e manchar. O fascínio científico pela insanidade mental que pode gerar um homem criminoso proporcionou o surgimento de especialistas em análises psíquicas das transgressões da lei. Levando -se em consideração a degeneração, a hereditariedade ou o atavismo, o *criminoso nato esculpido* por Lombroso, o qual possui como “[...] análogos ao homem primitivo, às raças inferiores e à criança”. (MURARI, 2007, p. 169) Tais premissas foram primordiais para a formação de um terreno fértil para a emergência do Manicômio Judiciário.

Na prática, o Manicômio Judiciário de Sergipe aparece como mais um instrumento estatal repressivo contra as *coletividades anormais*. Juntamente com o seu nascimento se fortalecem as teses científicas que se



respaldam nos saberes médico e jurídico para o aprisionamento do dito anormal sob a justificação de sua periculosidade patológica. Por meio de sua atuação, acreditava-se poder sanar ou pelo menos conter as anomalias, as monstruosidades, o perigo que vivia à solta na sociedade. Por entre os seus muros, a loucura perigosa e o crime sem razão puderam ser mais bem analisados, diagnosticados e enclausurados em nome da ciência e da segurança social. Em meio a esse emaranhado de fios históricos, emergia o Manicômio Judiciário Lemos Brito.

## Conclusão

Nas entrelinhas deste artigo, é notória a forma como o poder público solucionou o problema da administração da “loucura criminosa”, no Estado de Sergipe que não optou, ou não pôde optar, pela construção de uma instituição médico-psiquiátrica- jurídica destinada para este fim.

De fato, desde do temido “Pavilhão dos Loucos”, existente na Penitenciária Modelo, até a criação, como anexo na referida penitenciária, do Manicômio Judiciário Lemos Brito, pode-se verificar através dos relatos contidos nas fontes utilizadas o descaso público com o tratamento daqueles que, por insanidade mental, não tinham completa ingerência sobre seus atos quando cometeram infração penal. Entretanto, situação ainda mais calamitosa era o encarceramento dos portadores de enfermidades mentais diversas nos “fétidos cubículos” existentes dentro das muralhas do Reformatório Penal da capital por não existir à época leitos disponíveis na instituição asilar que pudesse tratá-los.

Importante frisar também que a pesquisa histórica possibilitou a verificação de que as práticas médico-legais, executadas no período da primeira metade do século XX, estavam pautadas nas teorias eugenistas e criminológicas tão em voga no interstício temporal estudado. Isso porque, após a criação do Manicômio Judiciário e, principalmente, do Gabinete de Biotipologia Legal foram disseminadas práticas que investigavam a constituição físico-biológica dos indivíduos e a análise dos seus antepassados, justificando na hereditariedade a predisposição a condutas anormais e ameaçadoras.

Contatou-se, pela documentação analisada, que, no caso sergipano, manteve-se a subordinação da instituição (Manicômio Judiciário) ao Reformatório Penal da capital e conseqüentemente à Secretaria de Segurança Pública do estado. Não se tratava apenas da proximidade física, pois o Manicômio Judiciário era anexo à Penitenciária Modelo, mas também se tratava de uma subordinação jurídica e administrativa à **Direção da Penitenciária Modelo** e, conseqüentemente, a situação de sujeição administrativa e jurídica, que se deu desde o início com a criação pelo Decreto Lei n 364 de 31 de



dezembro de 1943, afasta o Manicômio Judiciário sergipano do que entendia ser a corrente mais moderna à época quanto à vinculação de instituições criadas precipuamente para o tratamento dos criminosos loucos e dos loucos criminosos já sentenciados.

Deseja-se, com esta pesquisa, haver contribuído para o fomento da construção histórica do Estado de Sergipe, na primeira metade do século XX, além de ter possibilitado uma problematização em torno do local onde eram depositados os loucos criminosos e as práticas médico-jurídicas adotadas como comuns no período estudado.

### *Referências*

ARRUDA, Márcia. **Os primórdios da psiquiatria em Sergipe**. Aracaju: Fundação Augusto Franco, 1991.

CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina Souza (Org.). **Segurança pública: gestão, formação e valores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **O pensamento vivo de Carvalho Neto**. São Paulo. 1954.

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1933.

CARVALHO, Eronildes Ferreira. **Mensagem à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1936**. Aracaju, Imprensa Oficial, 1936, p. 113.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Alameda, 2009.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura e Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Gois, Mariana Emanuelle Barreto de Gois. “**Nas muralhas sombrias**”: experiências carcerárias na Penitenciária Modelo, Aracaju/SE, 1926-1955. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em História) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LIMA, Maria do Socorro. **Proposta de educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948): Formação ética do Advogado, Educação Prisional e exercício do magistério e Educação para o Trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.





MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Miranda. A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1-2. p, 300.

MURARI, Luciana. **“Brasil ficção geográfica”**: ciência e nacionalidade no país D’os Sertões. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/Fapemig, 2007.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTANA, Antônio Samarone. **As febres do Aracaju**: Dos Miasmas aos Micróbios. Aracaju: O autor, 2001.

### Fontes

164



Discurso de abertura do interventor federal Eronides de Carvalho no II Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, em 20 de outubro de 1940 no IHGSE.

Ofício de 10 de dezembro de 1946. APES/SP<sup>5</sup>

Ofício de nº 027/1946. APES/SP<sup>5</sup>

Ofício de nº 008/1946. APES/ APES/SP<sup>5</sup>

Jornal A República. **Visitando a Penitenciária Modelo**. Aracaju, p.1, 22 de setembro de 1932.

Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo. 1942. APES/SP<sup>5</sup>

Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo. 1942. APES/SP<sup>5</sup>

Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo. 1926. APES/SP<sup>5</sup>

Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo. 1946. APES/SP<sup>5</sup>

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 17ª Legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, 1930.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, 13 de outubro de 1949, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo Dr. José Rollemberg Leite, 1949.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado de Sergipe, Eronides Ferreira de Carvalho, 1935.

Relatório da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe, apresentado em 10 de janeiro de 1948 ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Secretário da Segurança Pública do Estado de Sergipe.

SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe. **Regulamento da Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Caixa 18 / Doc. 13 - APES.

**“Minha Vida é um Romance”:  
Estudo sobre o músico  
Ceciliano Avelino da Cruz a  
partir do arquivo do Museu da  
Polícia Militar de Sergipe**

*Jair Maciel<sup>1</sup>*

**Resumo**

Ceciliano Avelino da Cruz (1877-1963) foi um músico sergipano que desenvolveu intensa atividade no cenário musical em seu Estado, sobretudo em Aracaju. Neste trabalho levantamos informações a respeito do referido músico, identificando sua atuação como professor de música (importante na formação de músicos em Sergipe), maestro e, principalmente como compositor, contribuindo amplamente com o repertório da banda do corpo policial de Sergipe. Nossa pesquisa se deu a partir do trabalho junto ao arquivo do Museu da Polícia Militar, pelo qual foi possível observar aspectos relevantes na produção musical de Ceciliano Avelino, tanto em cunho pessoal, quanto social ou político, seja pelo volume de material produzido, seja pelos elementos extramusicais contidos nas partituras.

**Palavras-chave:** Banda da Polícia Militar; Fontes Musicais; Acervos Musicais Sergipanos.



1 Mestre em Artes pela Universidade de Brasília, bacharel em música com especialização em contrabaixo acústico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, licenciado em artes plenas pela Faculdade Entre Rios do Piauí e chefe do naipe de contrabaixos da Orquestra Sinfônica de Sergipe. E-mail: ncjmaciel@gmail.com

**“Minha Vida é um Romance”:  
Study about the musician  
Ceciliano Avelino da Cruz from  
the archive of the Military Police  
Museum of Sergipe**

**“Minha Vida é um Romance”:  
Estudio sobre el músico Ceciliano  
Avelino da Cruz del archivo del  
Museo de la Policía Militar  
de Sergipe.**

166



*Abstrac*

Ceciliano Avelino da Cruz (1877-1963) was a musician from Sergipe who developed an intense activity in the music scene in his State, especially in Aracaju. In this work we gather information about the aforementioned musician, identifying his performance as a music teacher (important in the training of musicians in Sergipe), conductor and, mainly as a composer, who worked for a long time in the police body band from Sergipe. Our research was based on the work with the archives of the Museum of the Military Police, through which it was possible to observe relevant aspects in Ceciliano Avelino's musical production, both in a personal, as well as social or political, whether due to the volume of material produced, either by extramusical elements contained in the scores.

**Keywords:** Military Police Band; Musical Sources; Sergipean's Musical Collections

*Resumen*

Ceciliano Avelino da Cruz (1877-1963) fue un músico de Sergipe que desarrolló una intensa actividad en la escena musical en su Estado, especialmente en Aracaju. En este trabajo recopilamos información sobre el músico, identificando su actuación como profesor de música (importante en la formación de músicos de Sergipe), director y, principalmente como compositor, que trabajó durante mucho tiempo en la banda del cuerpo de policía de Sergipe. Nuestra investigación se basó en el trabajo con los archivos del Museo de la Policía Militar, a través del cual fue posible observar aspectos relevantes en la producción musical de Ceciliano Avelino, tanto en una naturaleza personal, como social o política, ya sea por el volumen de material producido, ya sea por elementos extramusicales contenidos en las partituras.

**Palabras Clave:** Banda de la policía militar; Fuentes musicales; Colecciones Musicales Sergipanos.

## *Palavras Iniciais*

“Minha vida é um Romance” é o título de uma música no gênero Valsa, composta pelo maestro Ceciliano Avelino da Cruz (1877-1963), músico do corpo policial de Sergipe na primeira metade do séc. XX. A partir da pesquisa realizada no arquivo musicográfico do Museu da Polícia Militar de Sergipe foi possível fazer um mapeamento de todo o vasto repertório pertencente ao acervo. Depois de uma análise prévia das fontes, percebemos uma quantidade expressiva de obras compostas e arrançadas por Ceciliano Avelino no arquivo. O estudo das fontes relativas à Ceciliano apontou uma variedade de estilos, evidenciando aspectos musicais e extramusicais relevantes. Destacamos que as fontes do arquivo do Museu da PMSE as quais nos referimos consistem em fontes musicográficas – partes cavas de instrumentos musicais, guias de regência, popularmente conhecidas como partituras.

Neste sentido, no presente texto objetivamos estudar aspectos da vida e da obra do músico Ceciliano Avelino da Cruz, a partir das fontes musicográficas do arquivo do Museu da Polícia Militar de Sergipe, procurando também compreender o impacto de sua produção na atividade da banda da polícia e na cena musical sergipana da primeira metade do século XX. Para além das partituras relativas ao referido músico, outras fontes também foram consultadas na tentativa de melhor fundamentar nossa investigação. Assim, jornais e periódicos da época ampliaram nossa perspectiva a respeito do referido músico, e foram também importantes fontes de cunho iconográfico. A pesquisa bibliográfica, apesar de refletir a carência de estudos em torno de Ceciliano Avelino, trouxe também informações relevantes em torno do músico.

## *A Música do Corpo Policial*

A origem da Banda da Polícia Militar de Sergipe remonta à primeira metade do século XIX. A Música do Corpo Policial, como era intitulada essa corporação musical nos idos dos Oitocentos, consistiu por algumas décadas na única banda em caráter marcial do Estado. Segundo Silva (2012, p. 36), a banda só se estabeleceria enquanto corporação especificamente musical em 1844, seguindo “a seu modo o lema da Corporação, ‘Unidos Ombro a Ombro’, da qual é a alma sonora, preservando a ordem pública através da arte e protegendo as riquezas musicais do nosso Estado com suas apresentações”.

No entanto, sabemos que já na década de 1840 a Música do Corpo Policial já estava em atividade, conforme o registro do jornal *O Correio Sergipense*, a respeito da participação daquela corporação musical no evento religioso, conforme se lê a seguir:





Coisas há que cada vez mais admiro. A pouco tempo, vi e ouvi o nosso Reverendo Vigário, o Sr. Luiz Antônio Esteves, publicar em a missa Conventual da Matriz, uma Pastoral, em que o excelentíssimo Metropolitano mandava, que nas festividades e atos Religiosos, se extirpasse de uma vez o intolerável e imoral abuso de se tocarem hinos Nacionais, e quaisquer outros toques profanos: isto posto, admirei sumamente que o senhor comandante interino dos Permanentes, consentisse em um dos Atos que se devia guardar todo o critério religioso, submissão e respeito que cumpre a todo que professa a Sagrada Religião do Império, qual o da Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, a música de seu corpo que acompanhou a dita procissão escolhesse, como de prevenção, para tocar hinos profanos, e outras músicas indecentes que a modéstia por não dar mas escândalo, privando até se cantassem os Motetos junto aos Passos com toda a reverência religiosa, como se costuma. [...]. Sirva-se Senhor Redator dar publicidade a estas mal traçadas linhas, a fim de que o Senhor Major Antônio Pedro Machado, corrija o seu Mestre de Música de semelhante procedimento anti religioso e imoral. Seo patricio e amigo. O inimigo dos abusos (O CORREIO SERGIPENSE, 18 de Março de 1840, p. 6).

O redator, autodenominado “inimigo dos abusos”, tecendo uma crítica ao repertório tocado pela banda na ocasião da tradicional procissão dos Passos, é também testemunho da atividade musical da banda no início da década de 1840. Para além dessa informação, outros aspectos observados na matéria mereciam apurada discussão, como a execução dos Motetos dos Passos durante a concorrida procissão (tradição que se mantém também nos dias de hoje, em São Cristóvão), o tipo de repertório executado pela banda e a suposta falta de tino do mestre da banda (aqui não identificado), que desconsiderou o caráter fortemente piedoso da procissão, inserindo músicas de caráter não religioso. No entanto, apesar de suscitar vários desdobramentos, não dedicaremos mais linhas sobre tais questões neste trabalho, por não ser este o foco dessa investigação.

O corpo de polícia seguia a resolução de 7 de Junho de 1848, número 227, contando com 230 praças. Em 1849 a corporação ainda não usufruía de um prédio próprio, fazendo uso do prédio nacional. Apesar dos melhoramentos ocorridos na época, sua estrutura era ainda precária.

Não tem a policia quartel próprio, pois bem sabeis que se abriga em huma parte do prédio nacional, que serve de quartel da força de primeira linha, e, portanto, se os cofres provinciaes permitissem, muito importava, que se construísse hum quartel para a força policial, com as precisas proporções, e convenientes commodos. Em quanto porém isto não se faz, urge que se repare a parte do próprio nacional ocupada pela policia, que se mandem fazer tarimbas, em que as praças bem

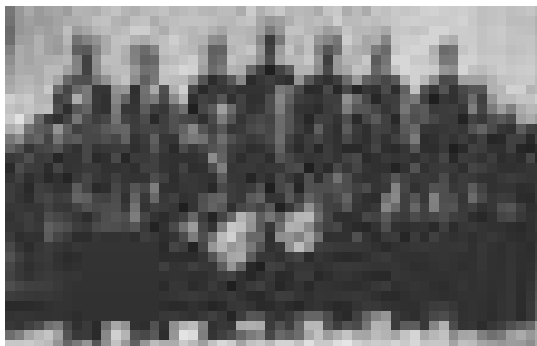
se accomodem, visto que só huma existe, ondem não podem pernoitar mais de vinte soldados; huma arrecadação para o fardamento proprio, cabides para o equipamento (ilegível) (O CORREIO SERGIPENSE, 17 de Março de 1849, p. 2).

A corporação musical, a essa época, já havia começado a fazer parte do cotidiano dos cristovenses, por meio de suas apresentações:

Representa-me o Commandante que o Instrumental da musica do Corpo acha-se bastantemente estragado, sendo por isso mister, que, quanto antes, se substituição por novos os instrumentos que existem em mau estado, e parece-me, em verdade, que huma vez que, a tantos annos, tem o Corpo essa musica, única da Capital, e á que o publico já he tão affeioado, cumpre que se conserve no melhor estado possível, porque, em fim, de musica quasi que se pode dizer o mesmo que de poezia: ou muito boa, ou nada (O CORREIO SERGIPENSE, 17 de Março de 1849, p. 2).

A matéria sobre a necessidade de comprar novos instrumentos para a corporação reforça que a banda do corpo policial já existia há muito tempo, período suficiente para justificar o desgaste dos instrumentos musicais. É preciso considerar que a atividade musical daquela corporação era intensa, uma vez que era mantida pelo governo da Província e de que era única na região.

**Figura 1: Banda de cornetas e tambores do corpo policial de Aracaju**



Fonte: REVISTA SEMANA, 1904. Autoria: desconhecida.

A afirmação de que a música do corpo policial seria, naquele momento, a única da capital, pode ser entendida no sentido de ser a única em formato marcial. Logo, seria a única corporação musical em formato bandístico. Posteriormente, outros grupos passariam a adotar o formato de banda marcial, com pancadaria (ou seja, com percussão), a exemplo da filarmônica Nossa Senhora da Conceição de Itabaiana, que, segundo consta no livro de Sebrão Sobrinho, teria adotado esse formato em 1879, mudando de nome para “Philarmônica Euphrosina”, sob regência do tenente Samuel Pereira de Almeida (SEBRAO SOBRINHO, 1956, p. 6).

Enquanto corporação mantida pelo Governo da Província, sabemos que as apresentações da banda eram constantes e exigiam um repertório variado. Em 1883 o jornal *O Guarany* noticiava: “Dia cheio! A musica da policia tomou uma esfrega dos diabos. Desde a alvorada até a retrêta tocou 17 peças. Arre!” (O GUARANY, 29 de Março de 1883, p. 2).

A Banda da Polícia Militar de Sergipe existe até os dias atuais e, desde a mudança da capital em 17 de Março de 1855, tem sede em Aracaju. Sua atividade, porém, não se atém à capital, mas abrange toda a Província, desde o início de sua fundação. O arquivo cujas fontes inspiraram esta pesquisa encontra-se na cidade de São Cristóvão, no prédio do Museu da Polícia Militar de Sergipe. As partituras retornaram à antiga sede em 2013, e estão sob a guarda do Cel. Dilson Ferraz que, visando preservar as fontes produzidas pela banda da PMSE e que há muito já não estavam sendo utilizadas no repertório da corporação, cuidou de transferir as partituras para o arquivo, em São Cristóvão.



### *Ceciliano Avelino da Cruz: múltiplas funções de um músico*

Ceciliano Avelino nasceu no dia 04 de Janeiro de 1877. Foi filho do também importante músico e maestro do corpo policial, Francisco Avelino da Cruz (1848-1914). Não encontramos, até o momento, estudos de cunho biográfico sobre Ceciliano Avelino. Porém, é possível conjecturar que tenha nascido em Aracaju (uma vez que Francisco Avelino – natural de São Cristóvão - já residia, com sua família, na capital sergipana desde a mudança da capital). Seu pai desempenhou importante função de mestre da banda do corpo policial desde finais da década de 1870 até 1890 (ano em que foi reformado da instituição). Conforme se registrou na matéria do jornal *O Republicano*: “Francisco Avelino da Cruz, musico reformado do corpo de policia pedindo para ser contado em sua reforma o tempo que servio como praça na companhia de policia no anno de 1875, 2º despacho. – Não tem lugar o que requer, visto a informação do tesouro” (31 de maio de 1890, p.2). É possível conjecturar também que tenha sido o próprio Francisco Avelino o principal formador musical de Ceciliano, que seguiria os passos do pai tanto na música quanto na carreira militar.

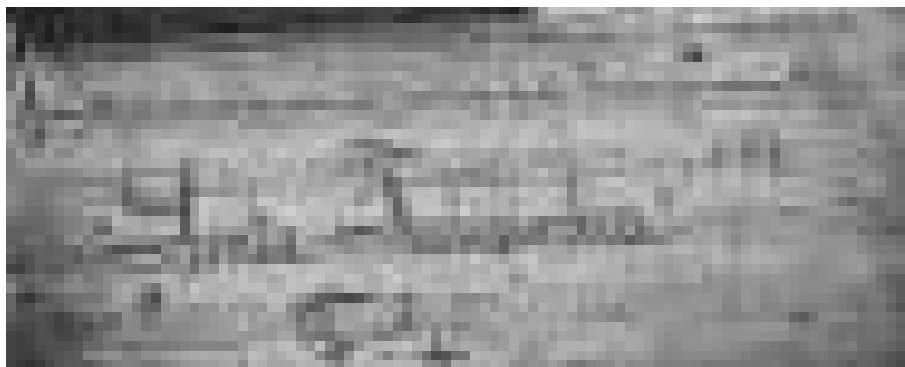
A atuação de Ceciliano Avelino se estenderia para além da capital, Aracaju. O reconhecido maestro Leozírio Guimarães, ao apresentar um panorama do cenário musical sergipano na primeira metade do século XX mencionou: “Ceciliano Avelino da Cruz, outro grande mestre, filho de Aracaju, depois de prestar trabalhos relevantes no interior do Estado, foi chamado para Aracaju a fim de reger a Banda de Música da Polícia Militar” (1970 apud ANDRADE, 2009, p. 20). Sabemos que, além da banda da Polícia Militar de Sergipe, o maestro Ceciliano também reger a banda União

Rosarense, fundada em 1951 (ANDRADE, 2014, p. 89). Teria sido o próprio Ceciliano o fundador da União Rosarense, segundo conta o historiador Adailton Andrade:

Na década de 1940, chega em Rosário o professor de música Ceciliano Avelino da Cruz para fundar a banda de música “União Rosarense” junção das duas outras bandas, isso é com os instrumentos destas duas bandas. A banda “Coração de Maria” e a “Santa Cecília” e foi com esta que o Sr. Luiz Ferreira Gomes teve as primeiras lições de música, solfejos, teoria musical, nisso o maestro deixou a direção da banda de musica e retornou a Aracaju (ANDRADE, 2009, s.p)..

Ceciliano Avelino exerceu importante atividade de formação musical em Sergipe, sendo mencionado como o mestre de música de José Machado (Figura 2), patrono da Banda da Polícia Militar de Sergipe<sup>2</sup>, de Joaquim José de Santana e de Alfeu Menezes. Sabemos que José Machado foi discípulo de Ceciliano através do que o próprio Ceciliano escreveu em um dos manuscritos da Fantasia *Santa Terezinha*, de sua autoria: “Dedicada a milagrosa ‘Santa Therezinha’, e oferecida ao meu distinto e aplicado discípulo José Machado, em agradecimento da linda oferta, “Homenagem ao meu Mestre” (Figura 2).

Figura 2: Frontispício do manuscrito “Santa Therezinha”



Fonte: Arquivo do Museu da PMSE. Autoria: MACIEL, Jair. 2019.

Em relação ao maestro Joaquim José de Santana, sabemos que foi músico da “Euterpe Maruinense” desde 1918 (BISPO, 1973, s.p). Segundo Bispo, quando foi convidado para assumir a regência da banda de Maruim, Joaquim José de Santana<sup>3</sup>:

2 A Banda da Polícia Militar de Sergipe é hoje também intitulada “Banda Capitão José Machado dos Santos”. Cf: Polícia Militar de Sergipe. Disponível em: < <http://pm.se.gov.br/comando-da-pm-felicita-os-musicos-pelo-seu-dia/>>. Acesso em 02 de fev. 2020.

3 O filho do maestro Joaquim José de Santana, conhecido na cidade de Maruim como Sr. Ninho, é ainda residente na mesma cidade.



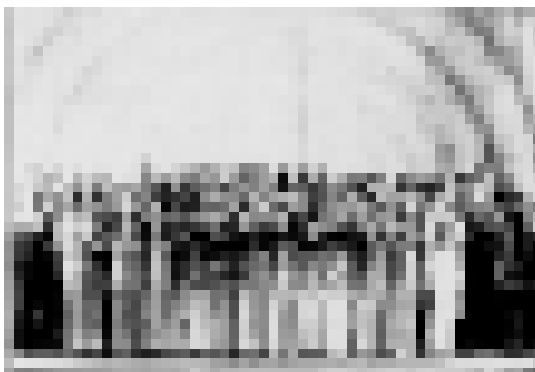


Dirigiu-se ao seu último professor, Ceciliano (Avelino da Cruz), pois sentia-se pouco seguro. Este, porém, incentivou-o, prometendo apoio: “Ora, Santana, você pode tomar conta da música de dois Maruins e depois disso, se você encontrar um bicho cabeludo que sua navalha não raspe o cabelo, você traga o bicho aqui, que eu tenho boas navalhas, raspo o cabelo do bicho e você assina como se fosse seu” (BISPO, 1973, s.p.).

É válido destacar que o maestro Joaquim José de Santana, ou Joaquim da Música – como ficou conhecido – esteve à frente da banda Euterpe Maruinense entre os anos de 1935 e 1967 (ANDRADE, 2014, p. 80). Sobre Alfeu Menezes<sup>4</sup> (1908), sabemos teve aulas de harmonia com o maestro Ceciliano Avelino (SANTOS, 2012, p. 146).

A atividade do maestro - cujo nome fazia referência à padroeira dos músicos - também abarca sua parceria com o músico Domício Fraga. O periódico carioca intitulado *Revista da Semana*, publicado em 12 de Maio de 1934, apresentou uma breve nota sobre a inauguração do Orfeon Escolar em Sergipe, evento este realizado no antigo Cineteatro Rio Branco em prol das obras da igreja São José. As duas fotografias publicadas na revista trazem as figuras de Ceciliano Avelino da Cruz e de Domício Fraga, à frente do evento que congregava 150 vozes mistas (REVISTA DA SEMANA, 1934, p.13).

**Figura 3: Concerto de Inauguração do Orfeon Escolar em Sergipe (Ceciliano Avelino está no canto esquerdo da foto)**

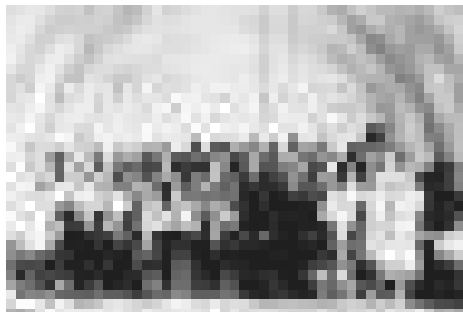


Fonte: REVISTA DA SEMANA, 1934. Autoria: Desconhecida.

4 De acordo com Elias (2014, p. 1) “Em 1943, o prof. Alfeu Menezes foi nomeado para assumir a cadeira de Música e Canto Orfeônico do Departamento de Educação do Estado. Lecionou na Escola Normal de Aracaju, no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, nos colégios Arquidiocesano, São Salvador e Jackson de Figueiredo. Depois que se aposentou da Escola Normal de Aracaju, Alfeu foi convidado a lecionar no Instituto de Música, onde regeu o coral dessa instituição”.



**Figura 4: Concerto de Inauguração do Orfeon Escolar em Sergipe (Ceciliano, mais próximo do piano, ao lado direito de Domicio Fraga)**



Fonte: REVISTA DA SEMANA, 1934. Autoria: Desconhecida.

### *O arquivo musicográfico do Museu da Polícia Militar*

173  


As sedes de agremiações musicais, ou mesmo arquivos particulares tem sido importante espaço de pesquisa. No entanto, tais espaços nem sempre são acessíveis ao pesquisador. O estudo sobre o passado musical, porém, não se limita às partituras. De modo geral, as fontes relativas ao estudo da música do passado são as mais diversas, e abarcam desde partituras, registros sonoros e audiovisuais; libretos e textos; escritos pessoais dos compositores; até livros de atas, registros de pagamentos, narrativas orais, documentação eclesiástica etc. (GOMEZ GONZÁLEZ et al., 2008, p. 93-102). Aqui, de modo específico, focamos nossa atenção ao estudo das fontes musicográficas e hemerográficas.

Compreendendo a música como uma ação humana, em seu sentido mais profundo, é correto afirmar que as fontes musicais de cunho arquivístico são essenciais para uma pesquisa musicológica bem fundamentada. Neste sentido, citamos o pensamento do musicólogo Paulo Castagna:

Acervos musicais, por outro lado, revelam uma grande diversidade de gêneros, repertórios, estilos e autores, além de mesclas de toda espécie, que raramente figuram nos textos históricos referentes à música brasileira. [...] O estudo dos acervos musicais, ainda que fragmentários por princípio, permite o contato com uma parcela interna bastante significativa da prática musical, tornando-se um meio potencial para a ampliação da visão sobre o patrimônio musical e o seu significado social” (CASTAGNA, 2016, p 195).

Considerando a teoria das três idades documentais proposta por Belotto (2002), sabemos que os documentos musicográficos do arquivo do Museu da PMSE já se encontram na idade de recolhimento permanente. Porém, no que tange às fontes musicográficas, é preciso fazer uma ressalva, pois, ao contrário com o que acontece com os documentos administrativos,

as fontes musicográficas não perdem seu valor primário, que é o de servir de base para a execução musical. Assim, “os critérios parecem ser, portanto, outros: a fase intermediária seria determinada pela perda da função social do repertório, ao passo que a fase de recolhimento permanente pressupõe uma “vontade de memória” por parte dos detentores dos fundos de documentos musicográficos ((RABELO; LACERDA, 2018, p. 404).

O arquivo em questão contém um considerável volume de fontes que se alternam entre manuscritos e impressos (que serviram de base para algumas cópias/arranjos manuscritos). O estado das fontes é variável, mas muito do material examinado apresenta corrosão (em razão da tinta ferrogálica), desgaste lateral da folha (pelo manuseio ou acondicionamento indevido), marcas de umidade e manchas. Alguns documentos estão também corroídos pela ação de insetos. Todos os manuscritos são partes cavas – ou seja, partes instrumentais – e apenas os impressos contêm também partituras (grades da regência). O acervo compreende documentos do último quartel do século XIX e do século XX, e tem apontado aspectos como: nomes de compositores, copistas, maestros e músicos, gêneros musicais e sua ocorrência ao longo do tempo, instrumentos utilizados pela banda, eventos, ampliando nosso conhecimento em torno da história da banda da Polícia Militar de Sergipe. Para além da escrita musical, também as informações extramusicais: nome de músicos, dedicatórias, avisos ao instrumentista e outras indicações marginálias na fonte consistem em elementos importantes para a pesquisa. Segundo Inês de Castro:

Da mesma forma que as anotações pessoais (dedicatórias, notas pessoais, fragmentos) em muitos livros contam uma história paralela à registrada pelo editor, as anotações escritas nas partituras usadas pela banda da polícia, como as dedicatórias, os comentários musicais e não musicais, as assinaturas ou as datações, revelam que as partituras contêm vestígios das relações dos músicos no interior da banda. Todas essas informações revelam a comunicação pessoal dos músicos entre si, seus gostos pessoais para além da decodificação de signos musicais (MARTINS GONÇALVES, 2018, p. 7).

No caso específico dos manuscritos referentes à Ceciliano Avelino da Cruz, observamos que as informações musicais e, sobretudo extramusicais, apontam também para a relação entre ele e outras personalidades da época e para o contexto histórico.

O arquivo musicográfico do Museu da PMSE conta atualmente com um total de setecentas e dezenove (719) obras musicais, que contém obras de compositores sergipanos como também impressos e arranjos de músicas de compositores internacionais. Dentre elas somam-se cento e cinco (105) obras relativas à Ceciliano Avelino, sendo que sessenta e quatro músicas (64) são composições de Ceciliano e quarenta (41) são arranjos ou instrumentações do referido compositor.



**Gráfico 1: Relação entre o total de obras musicais contidas no arquivo do Museu da PMSE e a produção do músico Ceciliano Avelino da Cruz**



O gráfico acima apresenta a quantidade expressiva de obras relativas à produção musical de Ceciliano Avelino no arquivo musicográfico do Museu da PMSE, que soma um valor de 15%. Nenhum outro nome chegou a este percentual no arquivo. Nesta produção encontram-se composições autorais do maestro, mas também arranjos. Para uma melhor compreensão sobre a produção musical de Ceciliano Avelino na banda do corpo policial de Sergipe apresentamos a seguir um quadro descritivo com todas as obras relativas à Ceciliano, entre composições autorais e arranjos baseados em outras obras.

**Quadro 1: Lista descritivas da produção musical de Ceciliano Avelino no arquivo do Museu da Polícia Militar de Sergipe**

DATA	TÍTULO DA MÚSICA	GÊNERO	CARÁTER
1901	Lágrimas sentidas!...	Valsa sentimental	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1911	Quatro de Agosto	Marcha Solene	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1912	Hylda Vieira	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1913	Amor – Canção Eterna	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de José Ribas
1913	Despedida em Lágrimas	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de J. Bulhões
1913	Hungarian	Marcha	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de H. Berlioz
1913	Prière (Valsa Boston)	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Octave Crémieux
1913	Suspiro de Amor	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música da música de J. da Costa Aguiar
1914	Festa das Moças	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz

1914	La Valse d'Amour	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Octave Crimieux
1914	Olimpia	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Verdi de Carvalho
1915	As Duas Irmãs	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1916	Amor de Mãe	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1916	Eddla Valladão	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1916	Sempre Sofrendo	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Noêmia Baptista Bittencourt
1917	Esposa e Mãe	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1917	Vago Sonhar	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Noemia Bittencourt
1919	Vermutin	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Soriano Robert
1920	Milusinha	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Nelson A. Ferreira
1920	Saudades	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1920	Valsa das Sombras	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de F. Galvão
1921	Defendamos o Brasil!	Fox-trot	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Jack Wells
1921	Destiny	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Sydney Baines
1921	Sacrifício de Amor	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1921	Saudades de Meus Paes	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1921	Treze de Dezembro	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino
1922	A Voz do Coração	Fantasia	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de João Luiz de Góis
1923	Alina Calazans	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1923	Aracajú	Valsa	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de De Leon.
1924	Aos Meus Vinte Anos	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1924	Christo Redemptor	Fantasia	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz

1925	Ceprúsculo	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Joelina Cardoso
1926	Esposa Extremosa	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1927	Eulina	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Pedro Cabral
1927	Homenagem ao Presidente de Sergipe	Marcha solenne	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1926	Magna	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1927	Feiticeira	Tango	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Veiga de Castro
1927	Miragem do Sahara	Fox-trot	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de C. Póvoa
1927	Morrer de Amor	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Pedro Cabral
1927	Rôjo	Tango (Movimento de tango milonga)	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de José Padilha
1928	Alma Indiferente	Tango argentino	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Pachequinho
1928	As Três Irmãs	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1928	Cabeça de Índio (Cabeça de Índio)	Tango	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Amaral Valle
1928	Eu Vivo Assim	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Eduardo Souto
1928	Gilzette	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1928	La Cumparsita	Tango	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Matos Rodrigues
1928	La Regata Veneziana	Noturno	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Franz Litz
1928	Meu Coronel	Tango	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Samuel Castriota
1928	O Meu Penar	Valsa	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Pedro Cabral
1928	Tarde Japonesa [sic]	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1929	Adios Muchachos	Tango-canção	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Sanders
1929	Charmaine	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Erno Rappú

1929	Chiquita	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Mabel Wayne
1929	Flôr em botão	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz / Música de Ceciliano; Versos de J. Freire Ribeiro
1929	Flores da Ilusão	Tango-canção	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Pachequinho
1929	Florida	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Luiz Ricordi
1929	Infeliz	Tango	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de A. Veiga de Castro
1929	Páginas de Amor	Tango argentino	Composição de L. Riccord. Extraído do disco Odeon por Ceciliano Avelino da Cruz
1930	Minha Vida é um Romance	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1930	Santa Theresinha	Fantasia	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1931	Lygia Maynard	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
03/05/1931	Sussú	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1932	Salada de Fructas	Fantasia	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1933	Somente Amigos	Fox-trot	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz da música de J. Klenner
1934	O Sorriso de Aubert	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1935	As Garotinhas no Parque	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1935	Ês Alegria do Lar	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1936	Saudando Carlos Gomes	Fantasia	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1937	Ave Maria	Valsa - serenata	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1938	Chrysler	Fox-trot	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1938	Lágrimas de Saudade	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1938	Mirena Fontes	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1939	O Canto do Cysne	Valsa serenata	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz – Música de Ceciliano e Versos de Arlindo Pinho
1940	Cotinguiba Sport-Club	Fox-trot	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1940	Sergipe Sport Club	Fox-trot	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz

1942	Tristeza a Beira Mar	Valsa sentimental	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1943	Ao Auriverde Pendão	Marcha	Instrumentação de Ceciliano Avelino da Cruz, com base na música de Vilagram Cabrita
1943	Ascensão do Senhor	Valsa sentimental	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1943	Ressurreição de Jesus Christo	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1945	Maria Eugenia	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1946	Neuza Nogueira	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1947	O Beijo do Perdão	Valsa sentimental	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1949	Bela	Marcha-Frevo	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1950	O Sorriso de Ubaldina	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1951	Creanças Inocentes	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1952	Saudação A “Virgem de Fátima”	Valsa lenta	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
1962	Velhice Cheia de Lágrimas e Dôr!	Valsa sentimental	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Hermosa Andrade	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	A Menina Chic	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Algo de Amor	Tango	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Claudio Barreto	Dobrado	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Delinha Valadão	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Noêmia Baptista Bittencourt
s.d.	Dulce S. de Menezes	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Il Bravo – Grand Selection	Concerto para flauta e piccolo	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de M. A. Marliani
s.d.	Implorando a Deus	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Maria Campo	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Núpcias	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	O lar em festa!	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Paixão de J. Cristo	Marcha fúnebre	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz





s.d.	Palacio das Joias	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Saudade	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Saudades de “Verdinho”	Valsa	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz
s.d.	Sorrir Dormindo	Valsa	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz. Compositor não informado.
s.d.	Tiro 7	Marcha	Arranjo de Ceciliano Avelino da Cruz da música de Sá Pereira
s.d.	Tricomia Arrabalera	Tango	Composição de Ceciliano Avelino da Cruz

Cada obra musical, elencada na tabela anterior compreende um conjunto de manuscritos da mesma obra. Cada conjunto pode conter manuscritos autógrafos do autor da música como também cópias posteriores, também manuscritas. Poucos são os conjuntos que contém documentos impressos. Com base nessas informações, esclarecemos que os elementos destacados na tabela foram extraídos apenas dos manuscritos autógrafos de Ceciliano Avelino.

A primeira coluna é referente às datas apontadas no manuscrito autógrafo, mas não indica necessariamente o ano da composição da música. Em alguns casos observamos que Ceciliano Avelino explica que aquela obra foi orquestrada para banda marcial. Ou seja, ele orquestrou sua própria música que originalmente teria sido produzida para outro formato musical: para piano, ou para um dueto, por exemplo, e depois orquestrou para a banda do corpo policial. Por isso, é correto pensar que as datas podem não se referir exatamente ao ano de composição da obra, mas sim ao ano em que ele orquestrou a mesma música para outro formato instrumental. Os títulos das músicas foram mantidos segundo a escrita do autor. Na terceira coluna constam os gêneros musicais nos quais escreveu: valsas, tangos, marchas, etc. A última coluna explicita se a obra foi criada por Ceciliano Avelino da Cruz, ou foi arranjada, ou mesmo instrumentada (menos alterações no original) por ele e a partir da música de que autor.

### *Aspectos relativos à produção musical*

Ao analisar o quadro com a produção musical de Ceciliano Avelino da Cruz, a partir das fontes musicográficas do arquivo do Museu da PMSE nos questionamos sobre “o que essas fontes poderiam indicar a respeito de Ceciliano Avelino”? Aqui nos deteremos em apresentar os aspectos que consideramos interessantes e que tanto revelam sobre o compositor, sua vida e características de sua produção, como também se relacionam com fatos e pessoas que fizeram parte daquele contexto.



De um modo geral, percebemos que as fontes (todas musicográficas) compreendem um período de cerca de sessenta anos, sendo a primeira composição datada de 1901 e a última de 1962. No entanto, é preciso explicar que no conjunto da música *Lágrimas Sentidas* há manuscritos que registram 1901-1935. Neste sentido, é possível considerar que o arranjo para banda (1935) foi feito a partir do original que data de 1901, quando o compositor estava noivo de Otacília da Pureza (a quem ele dedica a valsa: “Para minha noiva, Otacília”). Sabemos que sua atividade musical como músico – compositor da banda do corpo policial se inicia na década de 1910, quando alguns dos manuscritos trazem a expressão: “pertence ao arquivo da Banda do Corpo Policial de Sergipe”. Há conjuntos em que nenhuma das fontes apresenta datação.

Em relação aos gêneros musicais encontrados, é possível perceber que a valsa ocupa o primeiro lugar em quantidade. Somam-se setenta e uma valsas, entre valsa, valsa sentimental e valsa lenta. Certamente algo que os sergipanos gostavam de ouvir da banda do corpo policial, mesmo na primeira metade do século XX, quando outros gêneros de dança já dividiam as atenções, como o fox-trot, o bolero e o samba. Os demais gêneros encontrados foram: tango (e tango-canção), fox-trot, marcha (e marcha-frevo), dobrado, fantasia. Os gêneros musicais não sofreram grandes alterações de frequência ao longo do tempo, a partir do arquivo consultado.

As composições autorais de Ceciliano Avelino são majoritárias em sua produção. Os títulos das músicas podem apontar para um aspecto instigante: o romantismo – aqui entendido como sinônimo de afetividade, sentimental e dramático. No quadro elencamos títulos como *Lágrimas sentidas!* (1901), *Sacrifício de amor* (1921), *Saudades de Meus Paes* (1921), *Minha vida é um romance* (1930), *Lágrimas de Saudade* (1938), *Tristeza a beira mar* (1940), *Velhice cheia de lágrimas e dôr!*, que refletem essa abordagem sentimental e, por vezes, saudosista.

Informações extramusicais, como dedicatórias, também evidenciaram aspectos importantes em torno do compositor. Aqui destacamos alguns:

a. Aspectos de caráter pessoal:

Sabemos que Ceciliano ocupou, em 1923, o posto de 2º Tenente Inspetor da banda do corpo policial. No autógrafo da música *Aracajú*, Ceciliano se auto declara neste posto. Em relação à sua família, destacamos a música *Salada de Fructas*, datada de 1932, que foi dedicada por Ceciliano Avelino à sua esposa, Otacília: “a minha digna esposa Otacília da Pureza Cruz no dia de seu aniversário natalício” (26/06/1932). Aqui é possível acompanhar uma fâsca da história de Ceciliano e Otacília. Entendemos, a partir da dedicatória da música *Lágrimas Sentidas* que ambos estavam noivos em 1901 e que continuavam casados em 1932. As informações sobre familiares do compositor podem ser tolhidas por meio de outras duas

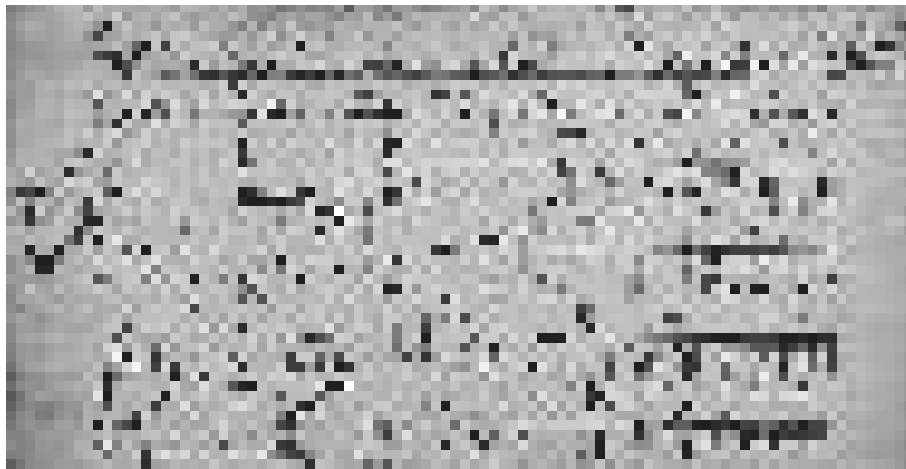


composições: *O Sorriso de Aubert*, datada de 1934, na qual o autor escreve: “Dedicada e oferecida ao meu querido netinho Aubert José Rollemberg Cruz”. Em 1938 Ceciliano dedica outra valsa aos seus netos: *Lágrimas de Saudade*, e lamenta por estarem eles tão distantes do avô.

Em 1947 Ceciliano Avelino dedica sua música *O Beijo do Perdão* aos seus colegas e amigos da banda da Polícia Militar de Sergipe, como sinal de consideração e respeito. Surge o questionamento sobre se estaria ele se afastando da banda naquele período. A questão segue em aberto.

Uma música, porém, demanda maior atenção: *Velhice Cheia de Lágrimas e Dôr!*, valsa sentimental escrita por Ceciliano Avelino em 1962. Trata-se da última composição do maestro e que foi dedicada ao então governador de Sergipe, Seixas Dória (1917- 2012), e foi feita no dia do aniversário de 85 anos de Ceciliano. Na medida em que a pesquisa avançava, fomos nos habituando à caligrafia de Ceciliano Avelino. O estudo de seus manuscritos evidenciou a mudança de sua letra que, com o passar do tempo, foi se tornando tremida. Os manuscritos de sua música denotam a fragilidade na qual se encontrava o compositor Ceciliano aos seus oitenta e cinco anos. A caligrafia determinada, com contornos ousados e espaçosos (verificar figura 2) deu lugar a uma letra trêmula e pouco firme. O título acabado com exclamação e as marcas de umidade nas fontes também expressam muito sobre o fim da vida do maestro.

Figura 5: Manuscrito da última composição de Ceciliano Avelino da Cruz



Fonte: Arquivo da Polícia Militar de Sergipe. A autoria: MACIEL, Jair. 2019.



**Figura 6: Manuscrito da última composição de Ceciliano Avelino da Cruz**



Fonte: Arquivo da Polícia Militar de Sergipe. Autoria: MACIEL, Jair. 2019.

**b. Aspectos que refletem a relação com aspectos da vida social e política:**

As fontes apontaram a relação da música de Ceciliano Avelino da Cruz com diversos aspectos sociais e políticos, até mesmo de cunho nacional. Reflexos da Segunda Guerra Mundial também podem ser observados nas fontes estudadas. No manuscrito da música *Tristeza a Beira Mar*, de 1942, Ceciliano Avelino faz memória aos “brasileiros que pereceram no afundamento dos navios em águas de Sergipe”.

Em situação bem diferente, também podemos observar as relações de Ceciliano e seu contexto social. Em 1914, o compositor dedica a valsa *Festa das Moças* às professoras normalistas que estavam concluindo o curso: “oferecida e dedicada as jovens e preciosas normalistas”. Em 1920 dedica sua valsa *Saudades* à ocasião da chegada dos restos mortais do ilustre Sergipe Tobias Barreto (1839-1889) à Sergipe. Também observamos nomes de personalidades relevantes no cenário político sergipano como o Capitão Augusto Maynard, então interventor do Estado. A ele Ceciliano ofereceu a valsa *Lygia Maynard*.

Ceciliano Avelino dedica também uma música a Carlos Gomes (1836-1896), principal referência da ópera brasileira. Para ele, o compositor sergipano escreve *Saudando Carlos Gomes*, datada de 1936, ou seja, na ocasião do centenário do nascimento do autor de *O Guarani*. Um dos manuscritos apresenta: “Homenagem ao maestro Carlos Gomes pelo humilde musicista sergipano Ceciliano Avelino da Cruz”. Outro compositor homenageado por Ceciliano foi Luiz Americano (1900-1960), natural de Sergipe, mas que consolidou sua carreira no Rio de Janeiro, tornando-se, para além de compositor, também um renomado saxofonista e clarinetista. Para ele Ceciliano escreveu *O Canto do Cysne*, uma valsa serenata.

**c. A figura feminina presente na obra de Ceciliano Avelino**

O feminino é um aspecto que sobressalta na lista de composições e arranjos de Ceciliano Avelino, principalmente nos títulos de suas composições e arranjos. Embora entendamos que a questão merece um estudo posterior mais aprofundado, não seria possível deixar de mencionar a quantidade de



músicas que fazem referência à personalidades femininas. Para citar apenas algumas, dentre as que foram elencadas no quadro, tem-se *Hylda Vieira* (1912), *Olimpia* (1914), *Alina Calazans* (1923), *Gilzette* (1928), bem como: *Feiticeira* (1917), *Esposa Extremosa* (1926), *As Três Irmãs* (1928), *Bela* (1949). Em alguns casos, como no da música *Lygia Maynard*, já mencionada anteriormente, Ceciliano homenageia uma personalidade masculina compondo uma valsa que leve o nome de uma familiar do homenageado (podendo ser a esposa ou a filha). Em outras, o título faz referência direta à homenageada, como no caso de Sussú, valsa lenta que Ceciliano oferece a Consuelo Rollembergue, como presente de aniversário.

Além disso, outra questão emerge da produção de Ceciliano aqui estudada: as compositoras. Embora tenham sido apenas quatro obras no arquivo, ressaltamos que Ceciliano Avelino fez arranjos de composições autorais de Joelina Cardoso e de Noemia B. Bittencourt. Sabemos que Joelina Cardoso<sup>5</sup> era sergipana, professora renomada e também sobrinha do político Gracho Cardoso<sup>6</sup>. Ademais, Ceciliano dedicou seu arranjo ao dia em que Gracho Cardoso, eleito Presidente da Província, retornava à Sergipe (20 de Novembro de 1925). De Noemia Bittencourt constam três músicas “Delinha Valadão”, sem indicação de data, “Sempre Sofrendo”, de 1916 e “Vago Sonhar”, de 1917. Ainda não temos maiores informações a respeito desta compositora.

Certamente vários outros aspectos podem ser estudados e melhor aprofundados a partir das fontes aqui abordadas. A pesquisa deve prosseguir. Além disso, é importante ressaltar que o quadro aqui apresentado não engloba a produção musical de Ceciliano Avelino em sua totalidade, pois se detém nas fontes que pertencem ao arquivo do Museu da Polícia Militar de Sergipe. Outras composições ou arranjos de Ceciliano podem ainda constar em outros arquivos.

### *Considerações finais*

O valor histórico e musical dos documentos (há muito esquecidos) remanescentes da atividade musical da banda da Polícia Militar é inconteste. O estudo em torno das fontes em questão confirmou a importância desse acervo para o estudo da história musical sergipana. No entanto, é válido destacar que a pesquisa em arquivos musicais no Brasil ainda apresenta muitos desafios para os pesquisadores da área. No caso do arquivo do Museu da Polícia Militar de Sergipe, as fontes estão acondicionadas e livres do descarte. Porém, ainda estão pendentes de tratamento e organização para que venham a tornar-se acessíveis aos interessados. Nosso

5 Anna Joelina Cardoso de Campo e Silveira foi diretora do Grupo Vigário Barroso até 1926, quando foi “noemada para o cargo de professora adjunta de Francês da Escola Normal Ruy Barbosa” (AZEVEDO, 2015, p. 103).

6 Cf. INFONET. Notas em torno de uma família. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/notas-em-torno-de-uma-familia/>>. Acesso em 16 de Fev. 2020.



trabalho junto ao arquivo, que conta com a colaboração e abertura de seu diretor, também pretende auxiliar neste sentido.

As fontes aqui abordadas são também reminiscências da atividade da banda no passado, testemunhos da atividade de uma corporação musical junto à sociedade sergipana da primeira metade do século XX. Mas são, sobretudo, evidências da produção musical do maestro Ceciliano Avelino como mestre daquela corporação. Seus escritos também refletem parte de sua história e nos permitem acompanhar alguns fragmentos de sua atividade na banda do corpo policial no início do século passado, até o fim de sua carreira musical. De fato, sua vida era um romance, contado através de sua produção. A vida de um músico dedicado à sua arte e admirador dos sentimentos intensos.

Esperamos, com essa pesquisa, ampliar o conhecimento sobre a produção musical dos músicos da PMSE, de forma particular do maestro Ceciliano Avelino - ainda esquecido em nossos tempos - e que possa cooperar com a valorização do patrimônio musical sergipano. Objetivamos também motivar outros trabalhos em torno do passado musical de Sergipe. Quiçá, num futuro não tão distante, este repertório possa voltar a ser ouvido.

## Referências

ANDRADE, Adailton dos Santos. **Luiz Ferreira Gomes: o guardião da história de Rosário do Catete**. Disponível em: < [https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com/2009/09/historia-de-rosario-do-catete-sergipe\\_16.html](https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com/2009/09/historia-de-rosario-do-catete-sergipe_16.html)>. Acesso em 10 de fev. 2020.

ANDRADE, Maria Olga de. **Bandas de Música no Curso da História de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Filarmônica de Sergipe; Instituto Banese, 2014.

\_\_\_\_\_. **Leozírio Guimarães: uma caminhada musical**. Aracaju: Sociedade Filarmônica de Sergipe, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. 2 ed. Natal (RN): EDUFRN, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BISPO, A. A. **Estudos socioculturais: bases para a pesquisa das corporações musicais**. São Paulo: Sesc, 1973. Trabalho apresentado na Conferência realizada no Centro Social Mário França de Azevedo. Disponível em: < <http://www.akademie-brasil-europa.org/Materiais-abe-49.htm>>. Acesso em 16 de fev. de 2020.

CASTAGNA, Paulo. Desenvolver a Arquivologia Musical para Aumentar a Eficiência da Musicologia. In.: ROCHA, Edite; ZILLE, José Antônio B. (Org.). **Musicologia[s]**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 191-257.

EZQUERRO-ESTEBAN, A. Desafios da Musicologia Panhispânica na atualidade: uma reflexão. In: ROCHA, E.; ZILLE, J. A. B. (Org.). **Musicologia[s]**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-40.

GÓMEZ GONZÁLEZ, P. J. et al. **El archivo de los sonidos: la gestión de fondos musicales**. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2008.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

MARTINS GONÇALVES, Inez Beatriz de Castro. *O Arquivo de Partituras da Banda de Música da Polícia Militar do Ceará (1897-1932)*. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA – ANPPOM, 28, 2018, Manaus. *Anais... UFMA*, 2018. p. 1-8. Disponível em: <<http://anppom.com.br/congressos/index.php/28anppom/manaus2018/paper/viewFile/5197/2007>>.

O CORREIO SERGIPENSE. Correspondência. *O Correio Sergipense*, Anno I, nº 174, São Cristóvão, 18 de Março de 1840, p.6.

O CORREIO SERGIPENSE. Corpo Policial. *O Correio Sergipense*, Ano XI, Nº 18, São Cristóvão, 17 de Março de 1849, p. 2.

O GUARANY. Os Sucessos. *O Guarany*. Anno 6, n. 51, Aracaju, 29 de Março de 1883, p. 2.

RABELO, Thais; DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Em Busca de Memórias das Práticas Musicais do Passado em Sergipe*: estudo exploratório de dois acervos musicais localizados na cidade de São Cristóvão. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MUSICOLOGIA, 8., 2018, Pirenópolis, Anais... Universidade Federal de Goiás, 2018, p. 402-413. Disponível em: < [https://12ade8b3-78d2-4307-baea-afc6d8bf74e6.file-susr.com/ugd/7475e9\\_54159a805e9146ccb9982da6ad4e44f.pdf?index=true](https://12ade8b3-78d2-4307-baea-afc6d8bf74e6.file-susr.com/ugd/7475e9_54159a805e9146ccb9982da6ad4e44f.pdf?index=true) >

O REPUBLICANO. Requerimentos Despachados. *O Republicano*, Ano II, n. 150, Aracaju, 31 de Maio de 1890, p.2.

REVISTA DA SEMANA. Inauguração do Orfeon Escolar em Sergipe. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, Anno 35, n. 22, p. 13, Maio./Maio. 1934.

REVISTA DA SEMANA. Estado de Sergipe. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, Anno 5, n. 236, p.1793, Novembro./ Novembro. 1904.

SANTOS, Elias Souza dos. *Genaro Plech e Alfeu Menezes: Docentes da disciplina Canto Orfeônico da Escola Normal de Aracaju*. COLÓQUIO INTERNACIONAL – EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 8., 2014, São Cristóvão (SE). *Anais...* Universidade Federal de Sergipe, 2014. p. 1-12. Disponível em: < <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9524/26/25.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *Educação Musical Escolar em Sergipe: uma análise das práticas da disciplina Canto Orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)*. 2012. 274p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Educação. Área de concentração: História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEBRÃO SOBRINHO. *Filarmônica Nossa Senhora da Conceição*: a mais antiga instituição musical do Brasil, fundada no século XVIII. Itabaiana: Prefeitura Municipal de Itabaiana, 1956.

SILVA, Acrísio Santos. *Catálogo de Partituras do Acervo de Músicas da Banda da Polícia Militar do Estado de Sergipe*. SIMPÓSIO SERGIPANO DE PESQUISA E ENSINO EM MÚSICA – SISPEM, 4., 2012. *Anais...* São Cristóvão: Núcleo de Música da Universidade Federal de Sergipe – NMU/UFS, 2012. p. 36-45.



# Frei José De Santa Cecília: um estudo da atividade musical do religioso sanctovense a partir de fontes hemerográficas e documentais

Thais Rabelo<sup>1</sup>  
Edite Rocha<sup>2</sup>  
Fernando Duarte<sup>3</sup>

## Resumo

A atividade musical de Frei José de Santa Cecília (1809-1859) - religioso franciscano nascido na cidade de São Cristóvão e reconhecido, em seu tempo, principalmente como orador sacro e músico – destaca-se na memória coletiva como o autor do *Hino de Sergipe* e pela sua atividade de orador. Inspirados pela ausência de maiores informações sobre este compositor, propomos realizar um levantamento biográfico tendo como foco a sua atividade musical, através de uma pesquisa hemerográfica, bibliográfica e documental. Neste contexto, foi possível identificar referências a este religioso em diversas fontes, inclusive por memorialistas da primeira metade do séc. XX, com o objetivo de resgatar e ampliar o conhecimento sobre frei José de Santa Cecília, sua obra lírica e musical e sua contribuição para o panorama cultural no estado de Sergipe.

**Palavras-Chave:** São Cristóvão Oitocentista, História da música em Sergipe, Ordem dos Frades Menores (OFM).

- 1 Mestre e música pela Universidade Federal da Bahia. Doutoranda em música pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora assistente na Universidade Federal de Sergipe.  
E-mail: thaisrabelomusica@gmail.com
- 2 Doutora em música pela Universidade de Aveiro, Professora adjunta em Musicologia na Universidade Federal de Minas Gerais.  
E-mail: editerocha@gmail.com
- 3 Doutor em Música pela Unesp com pós-doutorados junto ao PPG-Música/UFMG e PPG-Artes/UFPA.





**Friar José De Santa Cecília:  
a study of the musical activity  
of the religious Sancristovense  
from hemerographic and  
documentary sources**

**Fray José de Santa Cecilia: un  
estudio de la actividad musical del  
religioso sancristovense a partir  
de fuentes hemerográficas y  
documentales**

188



*Abstract*

The musical activity of Friar José de Santa Cecília (1809-1859) - a Franciscan religious born in the city of São Cristóvão (Brazil) and renowned, in his time, mainly as a sacred orator and musician - stands out in the collective memory as the author of the Hymn of Sergipe and for his activity as a speaker. Inspired by the lack of more information about this composer, we propose to carry out a biographical survey focusing on his musical activity, through a hemerographic, bibliographic and documentary research. In this context, it was possible to identify references to this religious in several sources, including by memorialists of the first half of the 20th century, with the objective of retrieving and expanding knowledge about Friar José de Santa Cecília, his lyrical and musical work and his contribution to the cultural panorama in the state of Sergipe.

**Keywords:** São Cristóvão in the 1800s, Music history in Sergipe, Order of Friars Minor (OFM).

*Resumen*

La actividad musical de Fray José de Santa Cecilia (1809-1859) - religioso franciscano nacido en la ciudad de São Cristóvão (Brasil) y reconocido, en su época, principalmente como orador y músico sacro - se destaca en la memoria colectiva como autor del Himno de Sergipe y por su actividad como orador. Inspirados por la ausencia de más información sobre este compositor, nos proponemos llevar a cabo una investigación biográfica centrada en su actividad musical, a través de una investigación hemerográfica, bibliográfica y documental. En este contexto fue posible identificar referencias a este religioso en varias fuentes, incluso por parte de los memorialistas de la primera mitad del siglo XX, con el objetivo de rescatar y ampliar el conocimiento sobre Fray José de Santa Cecilia, su obra lírica y musical y su contribución al panorama cultural del estado de Sergipe.

**Palabras Clave:** São Cristóvão del Ochocientos, Historia de la música en Sergipe, Orden de Hermanos Menores (OFM).

## Introdução

Nascido na antiga capital sergipana, São Cristóvão, José Pacífico de Sales (1809 – 1859) recebeu o nome de José de Santa Cecília quando se tornou frade franciscano. Filho de Manoel Cyriaco de Salles Neúma e D. Maria de São José Salles, “engeitada [sic] da roda da Misericórdia” (COSTA FILHO, 1920, p. 79) “Frei Santa Cecília” – como se tornou conhecido para muitos, no estado de Sergipe –, foi descrito poeticamente pelo historiador Manoel dos Passos de Oliveira Telles, na sua primeira edição de 1903, em termos como: “Sua estatura real é imensurável justamente pela falta de uma bitola. Não é tão antigo como uma tradição nem novo como uma esperança; mas nós, se o conhecemos é ennevoado e esquivo, embora com esse colorido prismático da luz que se cõa através de gotas tenuíssimas” (TELLES, 1900/2013, p.65). As informações gerais ainda abordam o início de seus estudos em São Cristóvão, cursando aulas de Latim com Ignácio Antonio Dormundo, insigne pregador (COSTA FILHO, 1920, p. 79).

Destacou-se como orador sacro, e também atuou como professor, poeta e, de modo particular, como músico. Contudo, apesar de tratar-se de uma personalidade reconhecida no meio sociocultural sergipano, o levantamento bibliográfico permanece ainda escasso relativamente a este frade. Assim, realizamos diferentes abordagens metodológicas para compilar vestígios da sua atuação: 1) pesquisa hemerográfica em jornais de época que circulavam principalmente na primeira metade do século XIX na Província de Sergipe (reconhecidamente importantes testemunhos da atuação de frei José de Santa Cecília); 2) investigação em arquivos como Museu da Polícia Militar de Sergipe e no Arquivo da Sociedade Filarmônica de Sergipe; 3) narrativas de memorialistas sergipanos publicados entre finais do séc. XIX e início do séc. XX (que apontam, inclusive, para características bastante pessoais do religioso, como traços de sua personalidade, timbre de sua voz e jargões utilizados por ele), e 4) a pesquisa musicográfica, referente a repertórios musicais que possam direcionar para autoria deste compositor ou contexto musical.

José de Santa Cecília é descrito por alguns memorialistas como um homem ímpar, seja em termos de sua personalidade, seja pelas diversas funções que exerceu ao longo de sua vida, destacando-se principalmente como orador sacro, fama que se espalharia por toda província e até mesmo na Corte. Os escritos memorialistas locais consultados e seus respectivos trabalhos foram: Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), em seu livro *Sergipenses – escritos diversos*, Prado Sampaio (1865-1932), em *Sergipe – Artístico, Litterario e Científico*, Silvio Romero (1851-1914), em sua obra *Parnaso Sergipano*, em dois volumes, Luiz José da Costa Filho (1886-1948), em seu artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1920, Armindo Guaraná (1848-1924), no *Dicionário Bio*



*Bibliográfico Sergipano*, e Serafim Santiago (1859-1932), em seu *Anuário Christovense*. Em relação às fontes musicais, as pesquisas nos Museu da Polícia Militar de Sergipe e no Arquivo da Sociedade Filarmônica de Sergipe revelaram partituras contendo obras atribuídas ao frei Santa Cecília. A pesquisa hemerográfica se concentrou nos jornais disponibilizados pelo site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Neste âmbito, o propósito de elaborar um levantamento biográfico a respeito do Frei José de Santa Cecília, abarcará, naturalmente, a sua componente de atividade religiosa, docente, bem como sua produção: discursos e produção lírica. Consequentemente, buscamos contribuir para um conhecimento mais amplo em torno da vida e obra desta personalidade através de questionamento como: quais memórias acerca do frei José de Santa Cecília se conservam nas fontes documentais e hemerográficas e como sua atividade musical pode ser revelada por meio dessas fontes? Neste sentido, esperamos, por meio deste trabalho, contribuir para a memória sobre o frei José de Santa Cecília, presente ainda na atualidade na memória oral sergipana, marcada pelo seu hino, mas ainda pouco estudado e aprofundado sobre sua vida, obra e atuação.



### *Formação e Carreira*

De acordo com Armindo Guaraná (1925, p. 347), Frei José de Santa Cecília foi funcionário público, tendo sido nomeado em 1826, antes de entrar para a Ordem Religiosa de São Francisco. Nas palavras de Luiz José da Costa Filho, os atributos da reconhecida inteligência do frei Santa Cecília, facilitaram a obtenção do seu posto de escriturário, cargo este de destaque e em gradual expansão nos inícios do século XIX, particularmente pós-independência, pela literacia das suas funções:

Dotado de intelligencia pouco commum, e de outras qualidades, que o recommendavam ás sympathias geraes, principalmente dos encarregados do poder publico que naquella época davam mais apreço do que hoje ao merecimento real, foi sem esforço que obteve collocar-se na Secretaria das Armas de Sergipe, por nomeação do respectivo commandante Ignacio José Vicente da Fonseca, em 16 de Fevereiro de 1826, para o logar de Praticante da mesma repartição, vago pelo acesso a 2º Escripuario, do respectivo serventuário Antonio Gonçalves Dormundo (COSTA FILHO, 1920, p. 79).

Contudo, José Pacífico de Sales deve ter permanecido nesse cargo cerca de um ano, optando por entrar para a vida religiosa, cuja referência remonta à data de 1º de março de 1827, quando fez a sua profissão religiosa no convento de São Francisco na Bahia. Foi nesta nova etapa que adotou o nome religioso vinculado a Santa Cecília, padroeira dos músicos, sugerin-

do a possibilidade de que Frei José já possuísse habilidades musicais antes do ingresso na vida religiosa.

Costa Filho destaca o então brilhantismo do recém professor frade franciscano que o levou a aprofundar-se nas matérias que o conduziram ao sacerdócio, tendo sido incluído no número dos colegiais a cursar a Filosofia, cujo renomado professor o Fr. Luiz de Santa Teresa era Pregador Imperial e, posteriormente, tendo cursado também Teologia, História Eclesiástica e Teologia Dogmática (COSTA FILHO, 1920, p. 80). Depois de terminar os estudos foi nomeado professor do curso no ano de 1835, “sendo-lhe designada a cadeira de Theologia Moral pelo Capitulo intermédio de 1 de Junho” (COSTA FILHO, 1920, p. 80).

O frade “celebrou sua missa nova em S. Cristóvão na igreja do Rosário a 6 de janeiro de 1835”<sup>4</sup>, tendo sido nomeado presidente do convento de S. Cristóvão (SE) em junho de 1840 (GUARANÁ, 1925, p. 347). Em 1845 tornou-se guardião do Convento de Penedo, função que recebera em Novembro do ano anterior e lá passou a lecionar Latim, na aula pública do mesmo convento em 1846 (COSTA FILHO, 1920, p. 85). Em 1849, retornou ao convento de São Cristóvão, onde foi também eleito guardião e nesse mesmo ano ministrou aulas de Latim no ensino privado, na cidade de Laranjeiras, cuja narrativa inclui também o ensino de Música na grade:

Huma ou outra aula particular de primeiras letras, e mesmo os estudos maiores, sei q’há em diversos lugares da Provincia, como por exemplo, na cidade de Laranjeiras, onde o ex-Secretario do Governo desta Provincia, Braz Diniz de Villas-boas, tão versado nos clássicos Latinos, dá lições dessa lingoa a vários alumnos, assim como o Reverendo Fr. José de Santa Cecilia, que ali, ensinando alguns preparatórios, deduz de suas letras parte dos inicios de sua subsistência. Mas de nenhuma dessas aulas tenho cabal informação, que possa communicar-vos. Estou, porém, habilitado a informar-vos, que com o titulo de – São Christóvão – existe nesta cidade hum collegio, sob a direcção do actual Director do Lyceu, onde se ensinão – primeiras letras, Lingoa Latina e Franceza, Philosophia racional e moral, Rhetorica, Musica e Dansa - , propondo-se também o respectivo Director chamar Mestres, quando for mister, para Geographia e Inglez: as aulas do Collegio são frequentadas por mais de 50 allunos. [...] (O CORREIO SERGIPENSE, 28 de Março de 1849, p. 2).

Alguns registros foram confirmando que as atividades de pregador, paralelamente à produção de poesias e composições musicais

4 Logo depois de celebrar sua primeira missa em São Cristóvão, Fr. José de Santa Cecilia retornou à Bahia. Porém, ficou acometido de uma doença que o fez retornar a Sergipe, onde se manteve, ganhando fama de notável pregador e, posteriormente, sendo nomeado presidente do convento (COSTA FILHO, 1920, p. 80).

de Frei José, se encontravam presentes por todo o estado do Sergipe, como publicado no *Correio Sergipense* (14 de Setembro de 1859, Ano XXII, nº 58, p. 4) que o relembra como “um dos mais eloquentes oradores da tribuna sagrada, a quem temos ouvido nesta província. Era versado nas letras santas e profanas e bom poeta”.

Frei José de Santa Cecília faleceu no dia 07 de Setembro de 1859, em São Cristóvão, e a notícia de sua morte relata o carácter devocional, invocando a admiração pessoal e religiosa da cena de sua morte:

Dias antes de morrer, depois de sacramentado, quando seos irmãos, sabendo de seo estado, o forão vizitar, elle os recebeu de face serena, espirito tranquilo, e rizo angelico, com a seguinte quadrinha”: ‘Já disse adeos ao Parnazo,/ E pendurei minha lyra;/ Agora vou respirar/ Onde o Eterno respira.’ As lagrimas correrão de todos os olhos e elle, continuando disse: De que chorão? Isto é tão natural; tranquilizem-se: estou despedindo me do mundo de enganos, para os ir esperar na verdadeira mansão (*CORREIO SERGIPENSE*, 14 de Setembro de 1859, p. 4).



A causa de sua morte é desconhecida. Contudo, pela literatura encontram-se referências a um modelo comportamental contrastante ao invocado no anúncio de sua morte: Costa Filho atribuiu a doença que o teria vitimado à vida desregrada vivida pelo frade ao longo dos anos, com hábitos de juventude que não havia perdido (COSTA FILHO, 1920, p. 85). Com uma informação que andou adoentado logo após seu retorno à Bahia, em 1836, Costa Filho relata que a situação de saúde voltaria a se acentuar a partir de 1850: “Por esse tempo sua vida era bastante desregrada, entregando-se com excesso aos prazeres do amor e de Baccho, e começou aos poucos a avariar-se-lhe a saúde, já sensivelmente alterada, bem que no goso de suas forças phisicas” (COSTA FILHO, 1920, p. 85).

Contextualizando esta situação, relembremos que tais hábitos, que podem parecer estranhos para o catolicismo atual ou padrão pessoal, eram uma prática recorrente na igreja do Brasil Oitocentista, justificando pela qual não encontramos passagens críticas ou de julgamento ao comportamento do frei José de Santa Cecília nas notas de imprensa da época. Anteriormente à Romanização – autocompreensão católica efetivamente instalada no Brasil no último quartel do século XIX –, até mesmo o celibato clerical era questionado ou, muitas vezes, ignorado pelos sacerdotes. “Quando os deputados, padres e leigos, propunham para a Igreja a dispensa do celibato sacerdotal, referiam-se a uma realidade: a maior parte dos eclesiásticos vivia em matrimônio e nem procurava ocultar esta condição” (HAUCK et al., 2008, p.88). No entanto, é preciso ressaltar que, para além da menção feita por Costa Filho à vida desregrada do frei sancristovense, entregue aos prazeres do amor e do vinho, não encontramos nenhuma

outra menção. Acreditamos que, por residir majoritariamente no convento, o frei José de Santa Cecília não chegou a constituir família paralela à sua vida religiosa.

### *Aspectos Particulares*

Cidadão sancristovense, religioso, pregador inspirado e crítico, músico destacado em sua geração, homem de ideias fortes, palavras fortes, mas, ao mesmo tempo, reservado: este é um perfil que pode ser traçado sobre o frei José de Santa Cecília a partir das narrativas escritas a seu respeito e cujo nome ficou perpetuado no nome de uma rua do município em que nasceu.

**Figura 1: Placa da rua Frei José de Santa Cecília (que liga a praça da Matriz à Praça São Francisco), em São Cristóvão**



Fonte: acervo pessoal de Thais Rabelo. Autoria: RABELO, Thais.

Algumas fontes, inclusive, conferem uma descrição ainda mais detalhada a respeito do religioso, apresentando aspectos pessoais e traços de personalidade, como relatado por Oliveira Telles que o descreve como “um typo acabado do sergipano, aventureiro; mas desprezioso, pouco importando-se com a glória [...] descuidoso, negligente, desleixado, de modo que quem o visse maldara logo um erro de vocação, um ressentimento contra a sorte” (TELLES, 1900/2013, p. 65). O legado deste frade, segundo Prado Sampaio (1908/2012, p. 60), parece ter sido escasso: “Sancta Cecilia foi um espirito rebelde, que se fixou no passado encaixilhando-se na lenda, sem que no mundo houvesse deixado espolio intelectual ou artistico”. Mas o reconhecimento social da sua atuação aparece reiterado, como por Silvio Romero que enquadra o talento deste frade no contexto sergipano - “Dotados de genio musical e genio lyrico, os sergipanos em todos os tempos deram bellas provas de talento e de optimas qualidades de espirito de caracter. Em S. Christovam, - frei Santa Cecilia, na musica, na poesia, e no pulpito, revelava as brilhantes qualidades de um espirito de selecção” (ROMERO, 1899, p.6) - ou Prado Sampaio (1908/2012, p. 62) que atribuiu ao frade a característica de um homem cheio de talentos: “destaca-se dominando a scena, o talento polymorphico de Frei José de Sancta Cecilia”.

Ao descrever as celebrações religiosas anuais do mês de Novembro na antiga capital de Sergipe, Serafim Santiago aborda de forma particular a festa em honra de Santa Cecília, padroeira dos músicos, cuja relevância local era assumida por Frei José como protagonista, e pela participação de uma orquestra para valorizar musicalmente este evento. Apesar do descompasso temporal entre a vida deste frade (1809-1859) e o autor desta narrativa (1859/1932), as cenas memoriadas por ele foram fundamentadas na transmissão oral de antigos moradores da cidade, que teriam convivido com o frade.

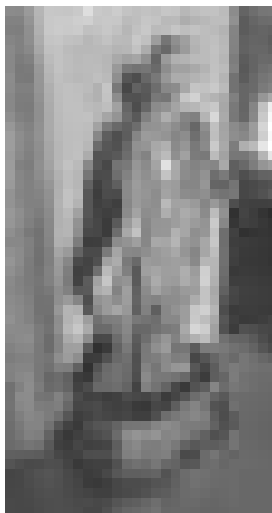
O entusiasmo dos Mestres acompanhados pelos discipulos e discipulas era extraordinário no referido dia 22 de Novembro, quando se effectuava com a maior pompa possível a festa da Mestra Italiana – Santa Cecilia, na Igreja do Amparo naquela Cidade, onde ainda hoje é moradora! Das antigas festas falarei por tradição. Diziam alguns anciãos d’ali, que um dos maiores influentes da referida festa, era o insigne musico compositor, e orador sacro, e finalmente o inspirado poeta, Frei José de Santa Cecilia [...]. Era elle, assim afirmavam os anciãos meus patrícios, o orador na festa de Santa Cecilia. No dia da festa, via dar entrada no púlpito da Igreja do Amparo o melhor orador sacro em toda a Provincia, digo, sem lisonja, este prendia a attencção dos ouvintes com sua inspirada palavra. Os musicos da orchestra o recebiam-no ao surgir no púlpito com a conhecida ouverture denominada “Santa Cecilia”, para mais entusiasmo causar o pregador – Cecilia (SANTIAGO, 1920/2009, p. 306).

Como remanescente desta prática, a então imagem de Santa Cecília, mencionada por Santiago como pertencente à Igreja do Amparo, encontra-se resguardada como peça do acervo do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão<sup>5</sup>.



5 Observamos que falta à imagem um instrumento musical, que deveria ser uma harpa, pelo que se nota da posição dos braços e das mãos da santa, comumente associada à figura do órgão de tubos. A ausência do instrumento não pôde ser explicada, mas especulamos que o mesmo tenha sido furtado enquanto a imagem se encontrava na Igreja do Amparo.

**Figura 2: Imagem de Santa Cecília –  
Museu de Arte Sacra de São Cristóvão**



Fonte: acervo pessoal de Thais Rabelo. Autoria: RABELO, Thais.

Também o músico, “Tesoureiro e Zelador da Confraria do Amparo”, Saturnino José de Amorim, a quem Santiago se refere como “velho amigo”, lhe contou algumas passagens sobre o passado de São Cristóvão e, de modo particular, sobre o frade José de Santa Cecília. A citação a seguir se refere a um dos festejos em honra da padroeira dos músicos, sempre celebrado na antiga igreja do Amparo, e que contou com a participação do próprio Saturnino:

[...] em uma das festas de Santa Cecilia, estando elle, Saturnino, fazendo parte da orchestra, quando se aproximava a hora de vir ao pulpito o Frei Santa Cecilia, o mestre da musica dando pela falta, mandou-o em uma casa que fica quasi fronteira á Egreja do Amparo, onde naquelle tempo morava a veneranda D. Maria Salles “Nenú”, progenitora do Frade Franciscano. Ao chegar o Saturnino na porta, bateu palmas, pediu licença e disse: “Padre mestre, está quasi na hora”; respondeu o Frade que, naquelle momento ainda estava – á fresca: “serei breve, meu poeta”. Dizia o velho Saturnino, “que notara que aquella hora o frade estava já alcolisado, e com tudo não se fez esperar, vestio pressuroso o burel, tomou na sacristia da visinha Egreja do Amparo a rica sobre-pelliz e a estola, procurou a próxima occasião de apresentar-se no altar-mór, ajoelhou-se reverente para receber a benção do Celebrante; foi neste momento que ouviu-se a afinadissima orchestra executar a predilecta ouverture do Frade Franciscano “Santa Cecilia” (SANTIAGO, 1920/2009, p. 306).

Ao final de sua fala, que, segundo Santiago, teria durado em torno de uma hora, tendo como tema central o valor da música, discorrendo sobre





a “mestra italiana” Santa Cecília, um dos ouvintes teria comentado: “O Frei Cecília, na minha opinião, não pregará outro igual, o frade estava inspirado” (SANTIAGO, 1920/2009, p. 306).

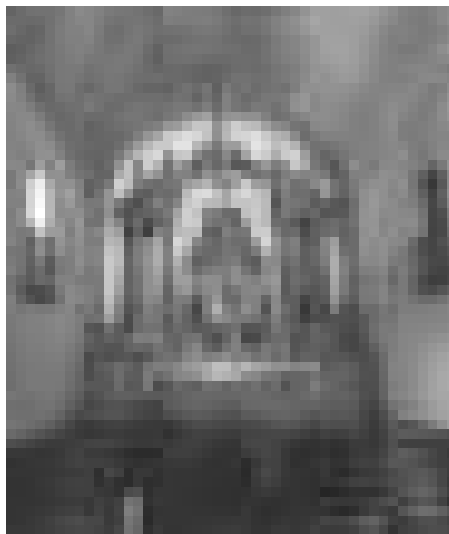
A citação anterior também fala a respeito da casa onde, possivelmente, José de Santa Cecília teria morado parte de sua vida. A casa de sua mãe, que ficava na rua do Amparo.

**Figura 3: Fachada da Igreja do Amparo**



Fonte: acervo pessoal de Thais Rabelo.  
 Autoria: RABELO, Thais.

**Figura 4: Interior da igreja do Amparo – altar principal**



Fonte: acervo pessoal de Thais Rabelo.  
 Autoria: RABELO, Thais.



Considerando a afirmação de Luiz José da Costa Filho (1920, p. 80), que “Por ser amante da música, foi que escolheu para a vida que adaptara o nome de Santa Cecília, padroeira da divina arte”, inferimos que sua relação com a música e tão presente devoção a Santa Cecília se tenha iniciado ainda na juventude de Frei José e se firmado ao longo dos anos, muito através destes eventos regulares. Numa outra referência a esta festa anual, encontramos um anúncio no Jornal Correio Sergipense de 1842 que revela mais detalhes sobre o papel que Frei de Santa Cecília foi assumindo, como a função de “Juiz da Festividade da Gloriosa Santa Cecília”. Neste caso, representando o principal organizador da festa e destacando que essa celebração seria mantida na capela do Amparo, templo de uma irmandade de homens pardos (e não de africanos escravizados), fazia sentido que a festa fosse voltada para os músicos (categoria profissional de menor condição econômica), e não nos maiores templos da cidade.

O baixo firmado, sendo o Juiz da Festividade da Gloriosa Santa Cecilia, que se há de solemnizar no próximo Domingo 20 do corrente mez na Capela de Nossa Senhora do Amparo, conhecedor dos sentimentos Religiozos, que muito destingnem os illustres habitantes d'esta Capital, convida a todos, rogando-lhes se dignem abrilhantar o festivo acto d'esse Dia com suas assistências, e Familias, o que mutio agradaará a Deos, edificará o culto da Religião, e penhorará ao mesmo abaixo firmado, que agradecido lhes beijará as mãos. Sergipe 16 de Novembro de 1842. Fr. José de Santa Cecilia. (O CORREIO SERGIPENSE, 16 de Novembro de 1842, p.4).

Ainda, como traço da personalidade de José de Santa Cecilia, o memorialista Santiago registra uma visita que teria sido feita por Zacarias de Góes (1815-1877) – que atuou como Presidente da Província de Sergipe entre 1847 a 1849 – ao frade Santa Cecilia, por quem teria grande admiração. Essa visita, intermediada por um cidadão cristovense, amigo íntimo do Frei de Santa Cecilia, demonstra a determinação de Santiago em atestar o reconhecimento de um frade que não obstante o seu talento em vários domínios e permanecer numa área geográfica aquém da sua competência, voluntaria e humildemente assume uma posição discreta ao serviço da sua função.

Em uma tarde, dirigiram-se para o Convento de São Francisco naquela cidade, o conselheiro e o christovense e lá em uma das cellas onde se achava o famoso sacerdote, o christovense bateu palmas pedindo licença para dois. O frade suppondo que ambos eram seus patricios e amigos, disse como era costume: “Podem entrar meus poetas...” Ouvindo isto S. Ex. fez um ligeiro ar de riso, vendo o modo porque o philosopho do frade tratava seus patricios. Feito o ingresso, foi S. Ex., appresentado ao frade pelo christovense seu intimo amigo que disse-lhe: “Trago aqui S. Ex., o conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, que muito desejava conhecê-lo pessoalmente para ter uma entrevista. Feitos os cumprimentos do estylo, disse o frade: “esta amável entrevinda de V. Ex. neste cubículo é muita honra que dá a um despresivel frade franciscano, homem sem nome e sem posição social. A estas palavras, respondeu S. Ex: é verdade que ha muito tempo desejava conhecê-lo, pois a fama de V. Rema. não está somente aqui em Sergipe, estendendendo-se em todo o Brazil e fora d'elle. Abraçaram-se amistosamente os dois homens de letras e encentaram uma agradável palestra. Já estando em tão pouco tempo, bem familiarisado o conselheiro Zacharias com o frade – Frei Cecilia, e conhecedôr do talento deste christovense, pediu venia ao novo amigo, e disse: “Padre, queira desculpar, não seria melhor trocar este burel por um diploma de Bacharel em sciencia sociaes, seguindo em minha companhia para a Côrte, a conquistar o referido diploma, contando



o amigo com as minhas diminutas forças para auxiliá-lo? O frade tornou-se submisso e respondeu: “Exmo. Senhor, não me é possível aceitar a proposta de V. Ex. estou convicto de que nasci para ser frade, e aqui neste cubículo onde V. Ex. me encontrou, espero exalar o último suspiro”. Aproximava-se o toque de Ave-Maria, quando os visitantes conheceram estar chegada a hora das obrigações do religioso; trataram das despedidas, dizendo o frade ao Presidente; “breve irei retribuir a visita de V. Ex. Deus os levem. Voltando-se para o patricio christovense disse: “poeta passar bem” (SANTIAGO, 1920/2009, p. 332-333).

Em outros momentos do *Anuário* em que Santiago discorre sobre o frade, também é salientado por esse memorialista o característico modo de Frei José se dirigir aos seus conterrâneos com a frase: “meu poeta!”. Seu carisma é observado não apenas enquanto orador, mas como contendo uma personalidade ambígua, tanto na simplicidade da sua função como frade como de um carácter forte e determinado, aventureiro e até rebelde, tanto na sua distinta formação acadêmica, intelectual, dotado de muitas habilidades e ao mesmo tempo sensível e acessível aos seus como um homem popular e querido por muitos de seus patricios. Alguns desses relatos se referem, inclusive, à voz do famoso orador.

Serafim Santiago, a partir da descrição feita pelo músico Saturnino sobre a festa de Santa Cecília, destaca que “O som metálico de sua voz agradava, como sempre, aos ouvintes; as imagens que pregava, muitas vezes sublime, deixando os presentes devotos de Sta. Cecília com o espírito suspenso” (SANTIAGO, 1920/2009, p. 307). Característica esta confirmada por Oliveira Telles (1900/2013, p. 66) que adicionaria “que ao violão cantava com o agradável metal de sua voz”.

### *O Orador: discursos*

Costa Filho descreve Frei Santa Cecília como liberal, talentoso e patriota (COSTA FILHO 1920, p. 81), um conjunto que conferiria ao frade uma série de discursos inflamados de ideais e posicionamentos políticos que destoavam daqueles defendidos pelos sancristovenses mais conservadores. Alguns desses eloquentes sermões despertaram a atenção desse público rendido ao discípulo de Frei Caneca, como “o pronunciado na capital baiana em 2 de julho de 1835, empolgando a tropa e o povo presentes, que o carregaram nos braços” (NUNES, 1997, p. 72) e o proferido no dia em que o estado celebrava a emancipação política da Bahia, a 24 de outubro de 1836, considerado como “seu mais famoso sermão, eivado de liberalismo, exaltando a liberdade e condenando a tirania. A citação a seguir é referente ao sermão de 1836.



No tempo, pois, em que o archote da discorida flammejava no horizonte da Bahia, e os rubros estandartes da guerra se viam levantados entre a Lusitania e o Brasil, sendo parte integrante a Metropole do Imperio, foi quando, Srs., Sergipe de novo feudataria daquela Provincia, viu muito de perto o servilismo, a ingratição, a tyrannia de alguns de seus habitantes: como que ainda vejo, como que ainda me tocam essas imagens de dôr, e de uma indiferença tão execranda! Sim, eu vejo sahirem d'esta Capital, arrancados dos braços de suas Consortes, amigos e parentes, em fim, da doce Patria, os nossos dignos Concidadãos, Montes Valença e Bernardino, que carregando pesados ferros, e marchando entre cortadoras espadas, que sergipanos ingratos alçavam, são condusidos até Larangeiras, onde, depois de gemerem em tenebrosas masmorras, são remetidos á Bahia, entregues a todas as desgraças, que sempre acompanham tão funestos acontecimentos (COSTA FILHO 1920, p. 82).



Ainda em seu discurso, frei Santa Cecília lamentou o fato de Sergipe ter se mantido dividido em relação à liberdade da pátria, quando já boa parte do país apoiava o príncipe regente. Também criticou grupo liberal da época, ao dizer que:

A virtude, Senhores, recommenda por si mesma, o merecimento se manifesta claro e mais perde a Provincia sem duvida, não chamando á sua representação os cidadãos pacífios, morigerados e instruidos; do que esses liberaes de exaltação, que só tendem a formar a anarchia religiosa e Política (COSTA FILHO 1920, p. 84).

O contexto ao qual se referia o frade em seu exaltado discurso era, sobremaneira, o da independência do Brasil, dos conflitos no período da regência de D. Pedro I. À época dos acontecimentos aos quais o frei José se referia estava no governo da Província de Sergipe o Brigadeiro Pedro Vieira (governando de 1821 a 1823), oposição à causa da Independência. Pedro Vieira “era amplamente conhecido como um dos líderes e agente do grupo defensor da anexação de Sergipe à Bahia e à proposta constitucional das Cortes”. Também o vigário da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, José Gonçalves de Figueiredo participou do grupo (ANTONIO, 2011, p. 231). As palavras do franciscano criticavam a divisão de Sergipe em relação à causa da independência. Essa divisão entre aqueles que apoiavam a independência do Brasil e os que queriam a total submissão à Portugal, também marcante em todo território brasileiro, foi notada em Sergipe.

Em sua fala, frei José denunciou os potentados da terra, que permaneceram ao lado dos opressores nas lutas da Independência da pátria, presos aos seus interesses mesquinhos” (NUNES, 1997, p. 72). Sobre essa ocasião, a historiadora Maria Thetis Nunes relatou o impacto social que a ousadia de frei José despertava:

O sermão escandalizou a sociedade conservadora local, sendo Frei José de Santa Cecília atacado pela imprensa como “ardiloso e virulento” conspirando “contra o trono e o altar”. Sofreu perseguições e mesmo ameaças que cercaram a vida pelas ideias revolucionárias que pregava. Sua atitude é uma demonstração de como as idéias espalhadas pelos ideólogos e revolucionários franceses transpuseram o Atlântico e chegariam também à pequena Província de Sergipe (NUNES, 1997, p. 72).

A reação da imprensa, cuja crítica pretendia atingir naturalmente alguns sergipanos que pudessem compactuar com a mensagem política do discurso, divulgou um forte posicionamento de crítica e acusação à ousadia retórica de Frei José, atestada também pelo relato do memorialista que referiu que “A parte política do sermão foi a nota dissonante da mimosa peça oratória, no conceito da opinião de todos os credos que ouviram-na com religiosa atenção. Falando sobre a chaga social de então, perante um povo não acostumado a ouvir do pulpito tão rudes verdades” (COSTA FILHO, 1920, p. 84).

A posição de um sacerdote como agente político não era novidade no Brasil Imperial. Frei Santa Cecília é, inclusive, associado como discípulo de Frei Caneca – frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (1779-1825) –, que, segundo Costa Filho (1920, p. 84), tinha uma visão política bastante exacerbada. Mas se por um lado, os “oradores sacros” eram bastante requisitados no Brasil católico oitocentista, principalmente nas solenidades e, naquele período, a política estava entre os temas mais recorrentes dos seus discursos, por outro, aparentemente, Frei José seguia uma linha de pensamento compartilhada pelo carioca franciscano Francisco do Monte Alverne (1784-1858) que se destacava também pelas suas impressionantes exposições (HAUCK et al., 2008, p. 102).

Em uma das ocasiões dedicadas ao aniversário do Imperador D. Pedro II, Frei de Santa Cecília foi convidado como o sacerdote orador da solenidade na capital sergipense, onde expõe seu forte apoio ao Império brasileiro. Neste âmbito, a narrativa hemerográfica, divulga alguns traços da atividade musical que acompanhava a cerimônia, como um “solemne Te Deum” (O CORREIO SERGIPENSE, 27 de Julho de 1842, p.1).

[...] subindo ao pulpito o erudito Religioso Franciscano Frei José de Santa Cecília, teve lugar a orchestra instrumental a mais agradável, e sonora; finde aqual hum religioso silencio deixou ouvir o eloquente discurso, que esse orador, incansável em contribuir com seus sacrificios para a magnitude e esplendor de taes actos festivos, com o q’ não pequenos serviços tem prestado a sociedade, e lustrado tão pomposos actos nacionaes , recitou, tomando por thema o texto do Paralipomenon – *Suscitabo Semen Tuum post Te, et firme-*

*bo regnum ejus* – em cujo exordio formalizou hum paralelo do rei David, e Pedro 1º: aquelle fazendo a gloria de Israel, deixando na pessoa de Salomão seu filho a segurança dos Israelitas; este fazendo a nossa independência, e deixando no Augusto Filho a segurança do Brasil; a narração foi baseada nas vantagens da Monarchia, onde apresentou, desde a criação, o homem sujeito aos Reis, meditou sobre os males que pesão sobre os povos sem a legitima successão da Realeza; que o Throno tem sido e he a boia de salvação Publica; que os Brasileiros todos os bens conseguirão de hum Monarcha seu Patricio, educado no meio da mesma Nação, que hoje rege: finalmente o orador dá a sentir que qualquer idéa de divisão no Estado, ou mudança a mais leve, fará a sua ruina e total desmoronamento; concluindo com huma pathetica exclamação aos Legisladores, em que lamenta o quadro impune e imoral do Brasil, e lhes roga sabias Leis para o nosso melhoramento e prosperidade. Findo o que, passou-se a entoar hum soleme – *Te Deum* – alternado pelo Clero e Musica, em acção de graças ao Supremo Ser por nos ter prodigalizado tão venturoso dia de Salvação do Imperio (O CORREIO SERGIPENSE, 30 de Julho de 1842, p.2).



Alguns meses após este evento, encontramos referência de que o religioso franciscano receberia a quantia de 50 mil réis pela Oração que recitara no *Te Deum* nessa solenidade realizada na igreja Matriz de São Cristóvão, e cujo pagamento era ordenado pelo então Presidente da Província, Ignácio Joaquim Barbosa (O CORREIO SERGIPENSE, 5 de Outubro de 1842, p.1). Neste quadro temporal e político, Telles ressalta que em um contexto que o patriotismo estava muito vivo em função dos recentes episódios em torno da Independência do Brasil que “persistia as lembranças de Labatut”, Frei José escreveria muitos hinos: “muitos cantos patrióticos cahiram do bico de sua penna” (TELLES, 1900/2013, p. 65). Assim, reforçando um posicionamento conjunto com os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte no apoio à causa da independência, postura que provavelmente facilitou a emancipação do estado (FREIRE, 1891/2013, p. 307), o impacto dos posicionamentos do Estado do Sergipe atraíram a atenção nacional, dado que sendo São Cristóvão a capital de Sergipe d’El Rei, foi lá que ocorreram os eventos em prol da emancipação, inclusive contando com a presença do General do Exército Pacificador Pedro Labatut, quando nomeara José Eloy Pessoa, em 14 de Novembro de 1822 (FREIRE, 1891/2013, p. 307).

É notória a diferença de receptividade do frei em meio à sociedade local, se comparamos a reação ao seu sermão proferido em 1836, e a grande aceitação do mesmo no episódio de sua pregação em 1842, para a qual é convidado. Ainda não é possível determinar os fatores que teriam influenciado essa mudança de abordagem discursiva, por parte do frei.

Porém, é possível conjecturar que, em virtude do forte impacto de seus discursos, ele teria abrandado sua fala ao longo do tempo.

### *O poeta e o músico*

Conforme a narrativa de Costa Filho (1920, p. 86): Frei José de Santa Cecília seria “versado nos philosophos e poetas da renascença até os seus contemporâneos”, cujo lirismo se expressava em versos e em música. Nas palavras de Prado Sampaio (1908/2012, p. 61) - remetendo à sua atuação de tocar violão e cantar, e provavelmente no seguimento da forte tradição de improvisar e tocar sem transcrever para a pauta músicas criadas que acompanhavam esses poemas em contextos mais informais - “era músico e poeta a um só tempo, adorado pelo povo, em cujo meio viveu cercado de justa popularidade, a revelar-lhe do pulpito os brilhantes dotes de um orador de seleção”.

Contudo, pouco restou de sua produção poética, como dois sonetos escritos pelo padre franciscano “polymorphico”: um escrito em 1849 e dedicado ao seu amigo Senhor Sebastião José Basílio Pyrrho, como alento pela morte de seu filho Affonso e o outro, também publicado no *Correio Sergipense*, dedicado a um antigo amigo, o Sr. Francisco Muniz Barretto, poeta baiano. Segundo o Frei Santa Cecília, a inspiração para escrever o Soneto lhe teria advindo após ler uma poesia de Francisco Muniz, intitulado *A Mulher* (CORREIO SERGIPENSE, 9 de Junho de 1855, p.4):

*Conheço que calar os ais o pranto,  
Suffocar lá no peito huma saudade,  
Do frágil ser não cabe á humanidade,  
Do terno Pai não póde o valor tanto!...*

*Sei que te cobrio medonho manto  
Da cruel que como féra austeridade,  
Nos lares teos plantou fatalidade,  
Sem hum Deos commover tão Justo, e Santo.*

*Perdeste, sim perdeste o carinhoso,  
Caro filho de ti porção mortal,  
Q’o viver te fazia assaz ditoso....*

*Mas não chores, meu Pyrrho, he Lei fatal  
Lá no Céu elle he mais glorioso  
Mas feliz se tornou, e imortal.*

Fr. José de Santa Cecília, Guardião (O CORREIO SERGIPENSE, 14 de Novembro de 1849, p.4).

*Eu li teos versos xeios de ternura,  
Versos, que influo alta expressão;  
Eu vi n’elles o meo Sér, meo Coração,  
Sublimes pensamentos da natura.*

*Ah! Tu pintas mui bem alta Ventura  
Tu descreves depois negra aflicção,  
Hés Elmáno na doce inspiração,  
Hés um Cysne d’amor, terna Candura.*

*Eu de longe nas azas da Saudade,  
Te remétto, qual passo, um Sentimento,  
Sentimento, qu’è filho d’amizade.*

*Das Muzas esse dom, e pensamento,  
Que te déo lá do Céu a Divindade,  
Da Bahia te fez seo Ornamento.*

Fr. José de Santa Cecília Guardião (CORREIO SERGIPENSE, 9 de Junho de 1855, p.4).



Violonista, cantor e compositor, frei Santa Cecília é considerado particularmente na sua vertente de músico popular. Embora os exemplos musicais sejam escassos face às referências, os documentos musicográficos existentes da primeira metade do século XIX em acervos brasileiros com escrita violonística, apontam para o uso constante desse instrumento.

Do repertório composto de autoria de José de Santa Cecília, o *Hymno Sergipano* destaca-se ainda na atualidade do estado. No entanto, para além do hino da mudança da capital, este estudo permitiu identificar ainda outras composições de autoria deste compositor, até então desconsideradas, a saber: um manuscrito de uma valsa intitulada *Raquel*, atribuída ao Fr. Santa Cecília, bem como a letra do hino dedicado à Coroação de D. Pedro II e a letra do hino da mudança da capital.

Dentre as letras de suas canções – que possivelmente cantava e tocava com acompanhamento do violão – Prado Sampaio registrou as seguintes quadras:

*Só quatro cousas podem  
Destruir uma paixão:  
Novo amor ou uma ausencia.  
O desprezo, a ingratidão.*

*Novo amor inda não busco  
Porque tenho coração:  
Sou sensível, inda soffro  
O desprezo, a ingratidão*

(SANTA CECÍLIA in SAMPAIO,  
1908/2012, p.60).

Essas únicas duas estrofes, que tratam sobre paixão e desilusão amorosa, e que de alguma forma corroboram com a imagem irreverente ou ambígua do clero nessa época, nas palavras de Prado Sampaio, foi principalmente sua produção musical ligada à música popular (às canções) que o tornaram célebre num contexto que buscava o corte com as heranças culturais da metrópole:

Nosso primeiro orador sagrado, orador que confiava aos arroubos do momento e aos azares do improvisado as suas ternas e brilhantes imagens, e que ás nobres e elevadas energias do seu gênio de rebelde deve em particular a musica sergipana o ter-se desprendido da clássica musica portuguesa, e se haver humanizado entre nós, individualizada (SAMPAIO, 1908/2012, p. 61, grifo nosso).





Na interpretação de Prado Sampaio, a busca por uma identidade sergipanidade seria uma marca na produção do frei Santa Cecília. Oliveira Telles, referindo-se a Frei José de Santa Cecília, já refere que por não se importar com as glórias em torno de seu nome, também não se preocupou com a memória de seu nome no futuro, e por isso não se ocupou em deixar escritos seus sermões, que eram causa de forte repercussão da sua maestria, reconhecendo o improvisado como uma característica marcante no processo criativo de José de Santa Cecília (TELLES, 1900/2013, p. 25). Se essa colocação for válida também para as criações musicais do frade, seria mais um fator que justificaria a escassez de referências sobre a sua atividade e atuação como músico, bem como a escassez de fontes musicais como as referidas composições mais ligadas aos gêneros populares.

Essa falta de informação documental a respeito de Frei José, se por um lado suscitou em torno dele grande curiosidade, desse lado pessoal e discursivo propagadas na memória oral, por outro, resultou praticamente no esquecimento de sua atuação como músico e, principalmente, como compositor. Algumas hipóteses podem ser levantadas para essa escassez de fontes, como a probabilidade de ter sido considerado como uma personalidade irreverente dentro de sua própria congregação, o que não geraria um acolhimento ou mesmo interesse para conservar os seus documentos pelos seus irmãos de ordem, depois da sua morte. Oliveira Telles (1900/2013, p. 66) destacando a genialidade de José de Santa Cecília e a popularidade deste franciscano, reforça que também era causa de inveja por parte dos doutos e que era odiado pelos colegas. Contudo, não nos atendo a outras possíveis causas para este lapso de informação, as pesquisas em acervos da Ordem dos Frades Menores – inclusive nos conventos de São Cristóvão e Penedo – seguem na expectativa de algum retorno.

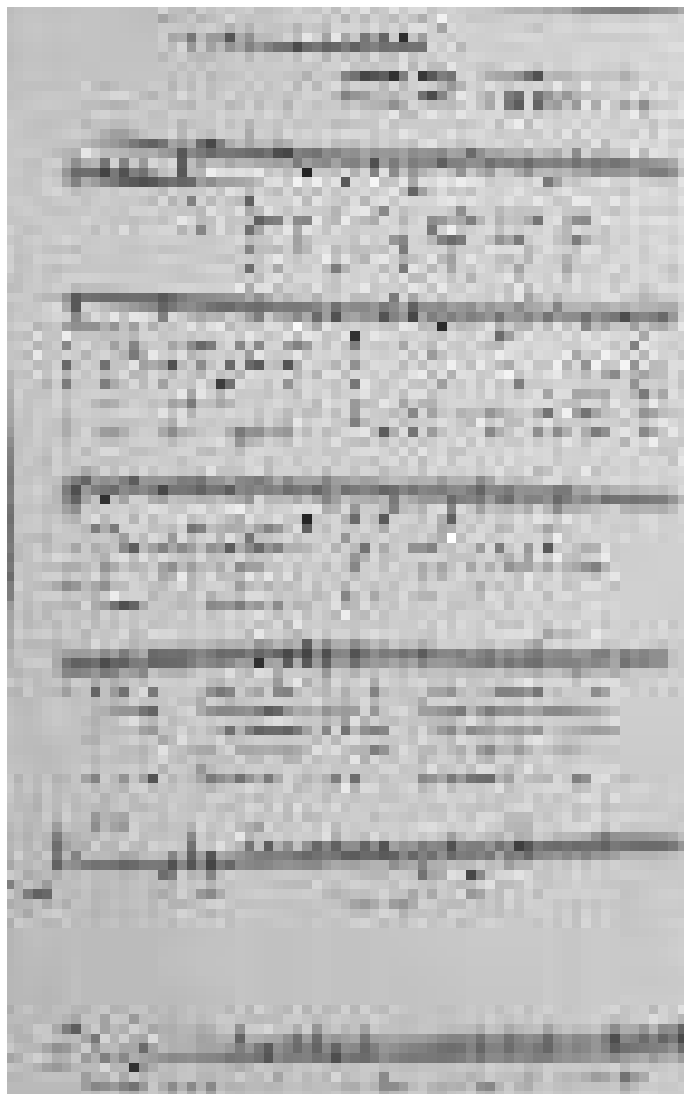
Nas narrativas memorialistas, o “talento polimórfico” de Santa Cecília também se expressou na variedade de gêneros de suas composições. Enquanto a Prado Sampaio destaca-o como músico popular, “adorável cantor de modinhas a acordar em noites enluaradas o silêncio semi-claustral da cidade”, “músico e poeta num só tempo” (SAMPAIO, 1908/2012, 60), Costa Filho (1920, p. 80) o lembrou como compositor sacro, tendo ganhado fama ainda quando realizava seus estudos para padre, na Bahia: “como músico, foi excelente executor e compositor tendo obtido no convento onde professou o renome de primeiro contrapontista e organista no conceito dos competentes. Como tal, compôs na Bahia muitas músicas sacras – hinos, jaculatórias, ladainhas, tantunergos, etc.”. Costa Filho mencionou ainda um *Tantum Ergo*, escrito por Fr. Santa Cecília, e que levava seu nome.

Sua obra mais conhecida permanece ainda sendo o *Hino de Sergipe*, cujo objetivo da composição teria sido o de comemorar a independência política de Sergipe em relação à Província da Bahia. Foi publicado no Jor-



nal “Noticiário Sergipano”, em 1836, sendo a letra do hino de autoria do Capitão Manoel Joaquim de Oliveira Campos e a música, composição do Frei José de Santa Cecília<sup>6</sup>.

**Figura 5: Partitura do Hino de Sergipe**



Fonte: Acervo musical da Sofise. Autoria: RABELO, Thais.

6 A música foi mencionada no artigo de Luiz José da Costa Filho (1920), como sendo um arranjo de uma ópera antiga: “por essa ocasião, e para os mesmos festejos, fêz o arranjo, - adotando um trecho de opera antiga, - do hymno sergipano”. Esse pensamento viria a suscitar, na atualidade, em alguns sergipanos, uma espécie de desvalorização à referida música, conferindo-lhe o status de plágio da ópera *L'italiana in Algeri* de Gioachino Antonio Rossini (1792-1868). A afirmação de plágio não possui, porém, sustentação. Musicalmente, pode-se notar que a ópera italiana serviu apenas de inspiração para um breve motivo do hino. Neste sentido, não se trata de um arranjo de ópera antiga, mas de uma composição de Frei José de Santa Cecília, inspirada na referida obra. Tal fato demonstra também a circulação desse gênero musical italiano em terras sergipanas, ainda na primeira metade do século XIX.

Outra obra de sua autoria foi o hino feito em homenagem à Coroação de D. Pedro II, ocasião para a qual fora dedicado. O hino foi oferecido ao então vice-presidente da Província, Joaquim Martins Fontes, e desse hino, chegou até nós a letra:

*Santas Leis, valor, e Nome  
São nosso firme Brasão;  
C'roar veio nossa Gloria  
Monarcha, Constituição*

*Faustoso Dia/Hés o Primeiro  
Que feliz tornas/ O Brasileiro.*

*Sorrio no nosso Horizonte  
O mais luzido clarão:  
Ouviu-se a voz do Brasil  
"Monarcha, Constituição"*

*Faustoso dia &*

*Esse grito do Ipiranga  
Fez a nossa Exaltação  
Hoje firmão nossa Gloria  
Monarcha, Constituição.*

*O' de Julho vinte e três,  
Hés de Eterna duração,  
Só tu deste o que faltava,  
Monarcha, Constituição.*

*Serás sempre Glorioso  
Na Brasilea geração:  
Iltimárão nossos malle  
Monarcha, constituição.*

*Troféos erguidos do Throno  
Ao immenso voarão;  
Foi o Céu, qu'ao Brasil deo  
Monarcha, constituição.*

*Já provamos áureos Dons  
De Liberdade, e União;  
Ninguem possui como nós,  
Monarcha, constituição.*

*Por seu muito Repeitador, Amigo e Capellão: Fr.  
José de Santa Cícilia, Franciscano (O CORREIO  
SERGIPENSE, 9-12 de Setembro de 1840).*



O refrão – escrito como “Faustoso etc.” – sempre se articula entre as estrofes. Frei José de Santa Cecília escreveu também o Hino da mudança da capital, segundo relatou o *Correio Sergipense* (13 de Junho de 1855, p.4), cuja letra foi apresentada na íntegra pelo jornal.

*Hymno q’ dedica o abaixo assignado ao Exm. Snr. Presidente, o Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, pelo plausível motivo de ser confirmada a Capital da Provincia de Sergipe no Aracajú.*

*1º - Vem, ó Dia majestoso,  
Vem, ó Dia d’alegria;  
Só tu foste, só tu hês,  
De Sergipe um almo Dia.*

*CÔRO  
O’ Dia feliz,  
Tão consagrado,  
Hês mimo do Céu  
Por Jove dado.*

*2º - Entre as luzes que derramas,  
Que tudo prazer inspira,  
Canta o Nome de Barbosa,  
Qu’ em ti vive, em ti respira.*

*O’ Dia feliz &c.*

*3º - Hês origem, firme centro  
Da sergipana ventura,  
Despontou na tua Estrêlla,  
Nossa gloria mais futura.*

*O’ Dia feliz &c.*

*4º - Mensageiro da Concordia,  
O foste da Liberdade;  
Tu vieste aos Sergipanos  
Pelas mãos da Divindade.*

*O’ Dia feliz &c.*

*5º - A Provincia rica e bela  
Erguêo-se no novo mundo,  
Tendo a baze lá no Tróno  
Do Augusto Rei Segundo.*

*O’ Dia feliz &c.*

*6º - De Sergipe tu previste  
Altos dons, ricos tesouros,*



*Q' a sombra da dòce paz  
Lhe derrama Eternos louros.*

*O' Dia feliz &c.*

*7º - Este sol he mais fagueiro,  
Mais risonho e refulgente;  
Porque as glorias duplicaste  
Da Provincia Independente.*

*O' Dia feliz &c.*

*8º - Os Sergipanos são filhos  
D'adhesão, ternura, amor;  
Por isso o Céu lhes mandou  
Hum Chefe Conservador.*

*O' Dia feliz &c.*

*9º - Sergipanos cantai todos  
Da pátria vosso esplendor,  
Entre as palmas do triunfo,  
Viva o nosso Conservador.*

*O' Dia feliz &c.*

*10º - Voará sempre faustôzo  
O Nome do Presidente,  
Que vos fez um Povo grande  
No Brasil independente.*

*O' Dia feliz,*

*Tão consagrado,  
Hés mimo do Céu  
Por Jove dado.  
Por Seu muito reverente Subdito, e affectuoso Servo.*

*Fr. José de Santa Cecilia. (CORREIO SERGIPENSE, 13 de  
Junho de 1855, p.4).*

O hino foi interpretado pelo próprio frei Santa Cecília, na ocasião que celebrava a mudança da capital, no dia 17 de Março de 1855.

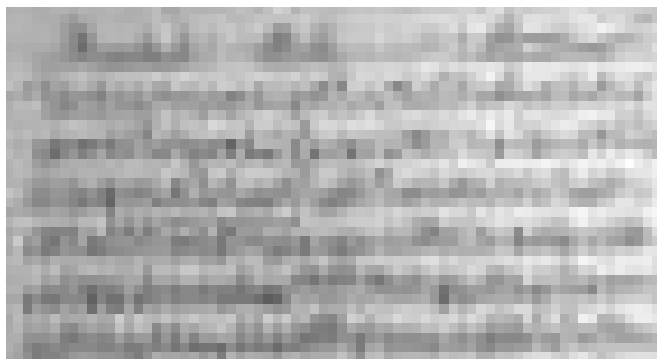
Terminado o festim o muito Reverendo Padre Mestre Frei José de Santa Cecilia, homem distincto por seo talento e virtudes, acompanhado da banda de musica cantou o hymno abaixo transcripto, que dedicou á S. Ex., sendo tambem de sua composição a respectiva musica. Alem d'esta poesia elle recitou, durante o festim, vários improvisos, cheios de estro sublime, de pensamentos profundos e brilhantes (CORREIO SERGIPENSE, 13 de Junho de 1855, p.4).



A mudança da capital deixaria uma marca na cidade de São Cristóvão. Segundo Serafim Santiago, após a mudança da capital, muitos prédios e edificações de São Cristóvão caíram em ruína (1920/2009, p. 108-109). O autor lastimou o fato de que a população sancristovense não se posicionou contrária à permuta: “a população de São Christovão, [...], cujas tradições deviam estimular o patriotismo de seus habitantes, ficou indiferente ao atentado e consentiu facilmente na realização dos planos oficiais” (1920/2009, p. 104-105). Nesse âmbito se enquadra a posição de frei Santa Cecília, aparentemente favorável à mudança, ao escrever um hino para a ocasião. Sua atitude, porém, não parece ter sido levantada pelos contemporâneos, ou, ao menos, não foi encontrada no âmbito da imprensa, nenhuma matéria que abordasse essa questão política.

Uma outra composição de Frei José de Santa Cecília, que foi identificada recentemente, é o manuscrito do acervo do Museu da Polícia Militar de Sergipe, intitulada Valsa “Rachel”. A fonte consiste em um arranjo do então mestre de música da Banda do Corpo Policial, o maestro Francisco Avelino (1848-1914)<sup>7</sup>. Produzida no entre séculos, a fonte não possui indicação de data, possuindo a identificação do local a cidade de Aracaju. O manuscrito, autógrafo de Francisco Avelino, está composto por treze partes cavadas e trata-se de um arranjo para banda de música.

**Figura 6: Parte cavada de requinta, da valsa “Rachel”**



Fonte: Acervo do Museu da PMSE. Autoria: RABELLO, Thais.

Não nos deteremos na análise musical sobre as composições de Fr. José de Santa Cecília neste trabalho, porém, para uma melhor compreensão acerca de valsa desvendada, elencamos as principais informações da obra:

7 A valsa Rachel voltou a ser ouvida pelos sergipanos, depois de um longo tempo em esquecimento. Desta vez, executada na versão sinfônica, pela Orquestra Sinfônica de Sergipe, em 19 de Dezembro de 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=210UY9NhWao> >. Acessado em 24 Abril 2020.

**Tabela 1: Quadro com informações técnicas sobre o manuscrito da valsa *Raquel*.**

Instrumentação do manuscrito	Requinta/ Clarinete 1 em sib/ Saxofone Soprano em Sib/ Sax alto em Mib/ Tenôres em Dó/ Altos em Mib/ Barítono em Dó/ piston em Sib/ Bombardino em Dó/ Bombardino em Sib/ Bombardino em Mib/ Marcante em Mib/ Bateria.
Número de Compassos	160 comp.
Estrutura	Introdução – Valsa 1 – Valsa 2 – Valsa 3 – Valsa 4 Estilo vienense (séc. XIX)
Forma	Introdução (andante) – Valsa 1: A/B/A – Valsa 2: A/B – Valsa 3: A/B – Valsa 4: A/B - Valsa 1: A/B/A



Esta é a única versão da música Rachel que encontramos até o momento, portanto, não é possível identificar até que ponto o arranjador, Francisco Avelino, interferiu na obra original. Tampouco é possível afirmar se teria tido contato com a melodia por meio de outra fonte manuscrita ou somente por meio de transcrição da mesma, ou eventualmente, por transmissão oral do que permanecia ainda na memória coletiva sancristovense. No entanto, o achado é muito significativo, tanto por trazer à tona uma obra do repertório sergipano do século XIX, como por evidenciar repercussões da literatura musical do frei José em seu contexto.

A banda do corpo policial era corporação mais requisitada da província, ao longo do séc. XIX e pertencia ao governo provincial. Além disso, apesar de não haver informação sobre a data do manuscrito, sabemos que o mesmo foi produzido após a morte do Fr. Santa Cecília, o que também evidencia sua manutenção nas práticas musicais. Porém, é interessante notar que nenhum dos memorialistas consultados mencionou a valsa *Raquel*, ou qualquer outra composição do frei, de forma mais específica, salvo o *Hino de Sergipe* e o *Tantum Ergo*. A questão permanece, portanto, uma incógnita ainda a ser pesquisada. De acordo com o Costa Filho (1920, p. 86), os escritos de Frei José de Santa Cecília, entre os quais: sermões e outros trabalhos inéditos ficaram sob a guarda do padre Gonçalves Barrozo (1821-1882). No entanto, não houve deles mais notícia, particularmente pela ocupação do cargo do padre secular que viria a substituir Frei Santa Cecília em seus sermões, os quais também ganharam na província grande fama.

## Considerações finais

A partir das fontes consultadas, o perfil de Frei José de Santa Cecília é narrado como uma figura irreverente, autêntica, culta e de notável inteligência, cujas características pessoais também influenciaram seu fazer musical que o projetaram como músico popular, amante das canções, das modinhas e dos improvisos, mas também como compositor requisitado para repertórios de cunho oficial, como o *Hino de Sergipe*, o *Hino da Mudança da Capital* e o *Hino em homenagem à Coroação de D. Pedro II*. Isso denota o reconhecimento por seus contemporâneos, além de uma forte articulação política no contexto sergipano. Conservador na política, livre em suas escolhas, frei José de Santa Cecília foi uma figura popular, acessível, mas também – principalmente pela erudição e pelos talentos – contava com muitas amizades entre os mais abastados e influentes da Província e que demonstraram em sua amizade grande honra.

O levantamento nos permitiu ampliar nosso conhecimento em torno do frei José de Santa Cecília e, de modo especial, a maneira como permaneceu na memória dos autores aqui estudados. Desse modo, respondendo ao questionamento lançado no início deste trabalho sobre quais memórias acerca do frei José de Santa Cecília se conservam nas fontes documentais e hemerográficas e como sua atividade musical pode ser conhecida por meio dessas fontes, percebemos que todos os autores que sobre ele escreveram mantêm opiniões muito aproximadas sobre o seu viés religioso: um homem notável mas também de comportamento irreverente. É possível identificar a partir de tais fontes que José de Santa Cecília foi um excelente orador sacro, uma pessoa de grande criatividade, o que lhe permitiu destacar-se tanto no púlpito, quanto nas artes líricas da poesia e da música. Por um período, logo após seu retorno a São Cristóvão, no final da década de 1830, passou por momentos de tensão entre seus contemporâneos, ao dirigir-lhe palavras de críticas, carregadas de teor político, o que lhe ocasionou instabilidade. Os tempos de tensão parecem ter sido relegados ao silêncio a partir de 1850, quando escreveu matérias e poesias muito mais brandas para os periódicos da época, e por ter usufruído de boa aceitação pública. Sua relação com os confrades é ainda ambígua na pesquisa, mas, alguns autores indicam uma relação de inveja e contenda por parte de alguns franciscanos.

A pesquisa também evidenciou a dificuldade de acesso às fontes diretamente ligadas ao frei. De modo especial nos referimos à produção do mesmo: partituras de suas composições, manuscritos de seus discursos, poesias. Observamos que, mesmo as fontes coevas mostram dificuldade em levantar esses documentos, apresentando fatos de caráter genérico. O próprio Luiz José da Costa Filho, em seu texto sobre o Fr. Santa Cecília, escrito em 1918 e publicado em 1920, observou essa ausência (COSTA FI-





LHO, 1920, 81). Atualmente, não identificamos trabalhos específicos sobre o Frei José de Santa Cecília no âmbito da produção acadêmica recente e, mais particularmente, no campo da Música. Principalmente no que tange à produção do frei, as fontes hemerográficas revelaram uma fonte informacional de grande valia, como testemunhas de seu tempo. Tais fontes registraram poesias e letras de músicos que o religioso publicou.

A investigação nos arquivos musicais nos permitiu encontrar uma fonte musicográfica importantíssima e, em nossos dias, desconhecida: a valsa *Raquel*. Mas o silêncio em torno da sua vertente musical permanece mais destacada se considerarmos tratar-se de um padre reconhecidamente talentoso também como músico e compositor. Permanecem algumas questões em aberto nas narrativas memorialistas e registros hemerográficos: teria este compositor criado e escrito música sacra? Ou, seria ainda possível encontrar esse referido *Tantum Ergo*?

Esse trabalho não permite um olhar conclusivo sobre este tema que demonstra várias pontas para prosseguir a pesquisa. De fato, esperamos encontrar outras fontes musicográficas, sobretudo, relativas ao frei José de Santa Cecília e sua produção. Os achados corroboram o que se tem escrito sobre o franciscano, evidenciando obras de qualidade expressiva, cheias de ímpeto, revelando assim como o tal caráter irreverente, de um espírito de artista em um religioso discreto. Almejamos que este estudo contribua para a importância de Frei José de Santa Cecília no panorama cultural e artístico cristovense, servindo de fonte para aqueles que, como nós, esperam contribuir para a memória do estado de Sergipe.

### Referencias bibliográficas

ANTÔNIO, E. M. M. *A Independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro*. 2011. 391f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em (História), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, São Paulo, 2011.

COSTA FILHO, Luiz José da. Frei José de Santa Cecília. *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*. Aracaju: Typ. Commercial, vol. 5, nº 9, p. 79-87, 1920.

CORREIO SERGIPENSE. Anuncio. *Correio Sergipense*, Anno IV, nº 401, São Cristóvão, 16 de Novembro de 1842, p.4.

CORREIO SERGIPENSE. Descrição dos Festejos do Dia 07 de Setembro. *Correio Sergipense*, Anno III, n. 218, São Cristóvão, 9-12 de Setembro de 1840, p. 2-3.

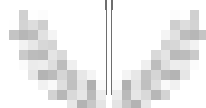
CORREIO SERGIPENSE. Ensino Privado. *O Correio Sergipense*, Anno XII, nº 21, São Critóvão, 28 de Março de 1849, p. 2.

CORREIO SERGIPENSE. Governo da Província. *Correio Sergipense*, Anno XVIII, nº 28, Aracaju, 13 de Junho de 1855, p.4.



- CORREIO SERGIPENSE. Governo da Província. *Correio Sergipense*, Anno IV, nº 389, São Cristóvão, 5 de Outubro de 1842, p.1.
- CORREIO SERGIPENSE. Governo da Província. *Correio Sergipense*, Anno III, nº 371, São Cristóvão, 27 de Julho de 1842, p.1.
- CORREIO SERGIPENSE. Noticiário. *Correio Sergipense*, Anno XXII, nº 58, Aracaju, 14 de Setembro de 1859, p. 4.
- CORREIO SERGIPENSE. O Dia 23 de Julho. *Correio Sergipense*, Anno III, nº 372, São Cristóvão, 30 de Julho de 1842, p.2.
- CORREIO SERGIPENSE. Soneto. *Correio Sergipense*, Anno XVIII, nº 27, Aracaju, 9 de Junho de 1855, p.4.
- CORREIO SERGIPENSE. Soneto. *Correio Sergipense*, Anno XII, nº 80, São Cristóvão, 14 de Novembro de 1849, p.4.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*. 3.ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. Originalmente publicado em [1891].
- GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.
- HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo...[et. al]. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LIMA, Jackson da Silva. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. 190p.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial, II (1840/1899)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.
- \_\_\_\_\_. Os Ideais da Revolução Francesa alcançam Sergipe, *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, vol.1, n. 32, p. 67-75, 1997.
- ROMÉRO, Sylvio. *Parnaso Sergipano*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1889.
- SAMPAIO, Prado. *Sergipe artistico, litterario e scientifico*: Memoria apresentada pelo Governo do Estado de Sergipe, sob a administração do Exm. Sr. Coronel Manoel Corrêa Dantas, á Exposição Ibero-Americana de Sevilha. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. Originalmente publicado em [1908;1928].
- SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. 360p. Originalmente publicado em [1920].
- TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses: escriptos diversos*. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. Originalmente publicado em [1900].





## Seção comemorativa: Homenagem

## Santo Souza: um argonauta do nosso tempo<sup>1</sup>

Wagner Gonzaga Lemos<sup>2</sup>

Na mitologia grega, os argonautas eram os tripulantes de Argo, a nau lançada no seio dos mares para buscar, em perigosa empreitada, o velo ou também chamado tosão de ouro. Na história clássica, o velo, capa feita da lã de um carneiro alado, possui propriedades de cura.

Se na mitologia, foi Jason quem conseguiu trazer o artefato, em nossa época, me permito a recriar e recriar e recriar a ficção. Atrevo-me a dar nas mãos de um menino de pele escura nascido há cem anos em Riachuelo a glória de carregar o velo de ouro, porém mais do que isso: ter nos envolvido nos fios dourados e nos embalado num cadente e forte ritmo de sua voz para os sonhos imortais. O que eu chamo nesta tarde de velo de ouro, Santo Souza chamava de sua Poesia. Com ela, um dos maiores poetas de nossa época nos inquietou, nos curou e nos trouxe a um horizonte maior do que antes podíamos contemplar. Na sua lira, Souza se fez o mediador entre este mundo de mortais e as clâmides, as mantas de estrelas, que ele trazia nas mãos.

Incentivado pela amiga, hoje de saudosa memória, Gizelda Morais (1939-2015), conheci e pude prosear com Santo Souza. Gizelda tinha me dito que Souza era acessível, bastaria passar por lá para ouvir e ser ouvido. Assim, sob sua indicação, em maio de 2005, fui à casa do poeta, em Aracaju, na rua Rio Grande do Sul. Passamos horas a fio, desde a manhã até o meio da tarde, conversando cercados pelos livros que lotavam as

- 1 O texto aqui apresentado foi escrito originalmente para uma palestra que ministrei em fevereiro de 2019 para a abertura dos eventos da Academia de Letras de Aracaju e para comemorar o centenário de nascimento de Santo Souza. No mesmo ano, a Escola do Legislativo João Seixas Dória, convidou-me a fazer novamente a conferência sobre o poeta não apenas reiterando a efeméride do centenário, mas também numa referência ao Dia da Consciência Negra. Para esse evento, burilei o texto, fiz recortes e acréscimos, neste último caso, com destaque para um poema meu em que a lira se curvou à questão étnica.
- 2 Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), professor do Instituto Federal de Pernambuco e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. E-mail: wagnerlemos@yahoo.com.br

estantes sob as quais repousavam garrafas de vinho tinto, um misto de um templo para Calíope e para Baco.

Naquela oportunidade, passamos muito tempo a falar de espiritualidade; da história de Sergipe e do Brasil entrelaçada com a sua própria vida; de Maçonaria; da saudade do neto, também poeta, Roberto Mozart, de suas primeiras publicações ligadas ao Movimento Cultural de Sergipe e o mecenato de José Augusto Garcez, assim como pude ouvir entre o honrado e inebriado poemas que ele ainda não havia publicado. Não havia como estabelecer um valor para o fato de escutar na sua entonação em sua voz firme voz poemas inéditos.

Quem o conheceu deve ter ouvido dele, como fruto de suas crenças espirituais, a convicção que ele vinha de outras eras. Sendo mais claro, Souza, imbuído de espiritualidade, se afirmava reencarnado da época da antiga Grécia. Como Hamlet e Horácio, não entrarei no mérito entre o que existe ou não entre o céu e a terra. Mas vou dialogar com aquilo que é me possível executar: a materialidade de sua Poesia, que hoje nos é um legado.

É relevante pontuar que o poeta Souza se sentindo identificado com o eu-lírico de outros poetas da Antiguidade Clássica e com todas as narrativas que, segundo Michel Clermont, na obra *El Sentido Espiritual de los Mitos*, tentam explicar as inquietudes humanas. Nessa mescla de sentimento humano e carga metafísica, Santo Souza se encontrou com o passado e nos seus versos nos fez crer junto com ele nessa dimensão que estreitava Riachuelo e Atenas. No entanto, prefiro olhar para Santo Souza como um tradutor de nosso tempo, embora ele declarasse ser do pretérito.

Quando falamos de personalidades que marcaram uma época por terem tido uma significativa presença em nossa História, é bastante correto ouvir as pessoas caírem no deslize do senso comum e afirmarem “ela era uma mulher à frente do seu tempo” ou “ele era com certeza um homem à frente de sua época”. Nada mais equivocado, porém admito que é compreensível que as pessoas caiam nessa tentação e olhem para determinadas figuras de nossa História e queiram engrandecê-las e lancem sobre os ombros destas a responsabilidade de anunciarem um futuro.

É compreensível, uma vez que, como explicar de forma simples, fatos como o de Tobias Barreto, em 1869, debatendo o direito feminino à Educação, de forma contundente, dissesse para espanto de seus contemporâneos que a mulher possuía toda a capacidade intelectual que qualquer homem também tinha e que, poderia sem dúvida, superá-lo? Se hoje esse tipo de declaração causa tremor e cisma em alguns membros (infelizmente, numerosos) de uma sociedade misógina, racista, homofóbica, xenófoba, enfim, repleta de preconceitos de toda ordem, imagine-se na segunda metade do século XIX.



Mas, diferentemente do que pensa o senso comum, Tobias não era uma pessoa à frente de seu tempo. Pelo contrário, ele era uma resposta dura às coisas de seu tempo. Era um homem de pele escura, nascido no interior de uma província e que se tornou, pelo que me consta primeiro professor negro de ensino superior no Brasil<sup>3</sup>, e que tivera a sensibilidade de perceber-se ser grupo minoritário e mais do que isso: teve a coragem de se opor ao *status quo* e se manifestar. Opôs-se à opressão e perfilou ao lado de quem era, assim como ele, oprimido.

Contudo, o exemplo sobre nosso Tobias entra neste texto para lembrar que não existe nada e nem ninguém desvinculado de seu tempo. Souza, ao nos escrever seus versos, não estava na Grécia, ainda que esta estivesse representada por seus mitos, bem como os diálogos do seu eu-lírico com ela se entrelaçassem. Ele estava aqui, compromissado com as coisas de seu tempo, com uma cidade subterrânea (nome de seu primeiro livro) e que é uma metáfora para os espaços escondidos de nossa Psiquê. Ele estava aqui, na lida cotidiana da companhia de energia do estado, seu ganha pão, mas, simbolizando em Hiroshima as tenebrosas práticas humanas do período de exceção brasileiro. Ele estava aqui, com sua pele escura, usando o mar como metáfora de nossas muitas travessias na vida e de nossas adversidades, mesmo mar que trouxera para serem escravizados nesta terra aqueles de quem descendemos ele e eu, como evidencia a nossa pele negra.

Muito se publicou sobre Santo Souza, mas em textos esparsos: uma resenha ou uma breve nota, quando do lançamento de algum dos seus livros. Em geral, como no texto bíblico, um profeta não é reverenciado em sua casa. Muitas dessas publicações eram feitas fora de Sergipe por gente cuja sensibilidade e agudeza de espírito percebiam em nosso autor a grandeza.

Apesar de eu já ter declarado aqui que ninguém antevê e proclama o futuro, mas, sim, sua própria época, parece que o crítico literário Fausto Cunha (1923-2004) tinha dessas coisas de ver o tempo vindouro. Quando, em 1988, no Rio de Janeiro, escreveu sobre *A ode e o medo*, disse de forma singular e pertinente coisas que ainda cabem para nossos dias, sobretudo, em tempos de obscurantismo:

O Brasil é um país espantoso: governado pelos seus homens mais medíocres, que chegam ao poder ou à evidência mundana pela cegueira do acaso, dá-se ao luxo de manter no limbo alguns dos seus mais altos valores. Não só na poesia, mas também na música, na pintura, nas ciências humanas, no romance, no conto. (...) Santo Souza é um nome nacional, e não apenas sergipano. Para dizer o mínimo que me ocorre, sua

3 Graça Aranha foi aluno de Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife e presenciou, na condição de calouro, o célebre concurso em que Tobias foi aprovado. Em seu livro de memórias, “Meu Próprio Romance”, Aranha narrou com maestria o episódio.

A ODE E O MEDO é um poema espantoso, que deveria convulsionar a nossa crítica literária neste momento particularmente difícil de nossa literatura (CUNHA, 1988).

Eu, que sou recifense de nascimento, mas radicado há quase três décadas em Sergipe, sinto falta de um apego maior às coisas desta terra. Não uma ideia de *sergipanidade*, termo ao qual sou, confesso, meio reticente, mas de um reconhecimento da cultura local, como uma das expressões da cultura nacional. Penso que manietar gente da estatura de Santo Souza, Alina Paim, Gizelda Moraes, Amando Fontes, Beatriz Nascimento, Núbia Marques, João Ribeiro, Sílvio Romero, Francisco Dantas, Tobias Barreto a uma vertente de literatura sergipana é pensar pequeno.

Faço notar que não se vê Alagoas tratando Graciliano Ramos ou Jorge de Lima como literatura alagoana, São Paulo também não amarra Mário de Andrade à literatura paulista, o Rio de Janeiro não canta Cecília Meireles como fluminense, nem Minas Gerais restringe Carlos Drummond a um posto de literatura mineira ou Pernambuco se contenta em dar a Manuel Bandeira uma cadeira apenas de literatura pernambucana. Todos querem, fazem e alardeiam seus autores como nacionais. Nós, sergipanos, assim falo, porque já me sinto como tal, parece que somos atingidos por um sentimento de modéstia excessiva ou coisa que o valha, pois não costumamos ombrear nossos autores e artistas aos demais do país. Se vamos ao Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, podemos nos perguntar: O que fica a dever, por exemplo, o quadro *Peri e Ceci*, do laranjeirense Horácio Hora (1853-1890) a qualquer tela de Almeida Júnior (1850-1899)?

Militância em favor de um autor ou artista se faz também estudando sua obra, produzindo sobre ela, fazendo-a conhecida, lendo e reverberando. Quando fiz mestrado em Letras na Universidade Federal de Sergipe, discuti a obra capital de Sílvio Romero, “História da Literatura Brasileira” (1888) e causei, por vezes, estranhamento em alguns colegas e em alguns docentes. Motivo: me dedicar ao crítico lagartense. Por outro lado, quando parti para o doutorado em Literatura Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP), novamente trabalhando com Romero, porém discutindo outras perspectivas de sua atuação, não notei qualquer ressabio, uma vez que lá nas terras distantes se compreendia a altura de meu objeto de estudo. Para eles, assim como para mim, Sílvio Romero é patrimônio brasileiro.

É preciso rever nossos conceitos. Agimos, muitas vezes, de forma equivocada. Não digo que devemos deixar de lado os gentilícios *sergipano* ou *sergipense*, mas que devemos nos entender como uma representação de valor mais amplo, nacional. Ter consciência de nosso valor, de nossa história e curar a cegueira que nos faz deixar virarem ruínas as estátuas dos indígenas que simbolizam Sergipe no Parque Teófilo Dantas, a Praça da Catedral. Esses monumentos seriam reconstruídos com orçamento



bem mais acanhado do que nossos governos despendem nisso ou naquilo.

Entretanto, voltando para Santo Souza, é preciso dizer que, a despeito da qualidade de sua obra, a fortuna crítica sobre ele é bem restrita. Só dois trabalhos mais alentados foram feitos sobre o poeta de Riachuelo e já datam de um bom tempo. O primeiro deles escrito pelo multifacetado intelectual Jackson da Silva Lima, foi publicado em 1989, “O Poeta Santo Souza”. O outro veio sete anos depois, “Esboço para uma análise do significado da obra poética de Santo Souza”, de autoria de Gizelda Moraes. Gizelda, amiga que partiu desta esfera terrena em agosto de 2015, foi uma admiradora de primeira hora do homenageado.

Abro um parêntese e aproveito para destacar que em 2019, no mês de maio, Gizelda faria 80 anos. Ressaltar que esta essa efeméride merece também ser recordada por diversas razões: desde seu empenho na difusão da cultura de Sergipe, como em sua obra sobre Santo Souza, mas pelas atividades de criação da pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, passando por sua prosa e poesia. A qualquer tempo é excelente celebrar que fez e faz Arte, sobretudo, em um tempo tão incerto.

Tratando, agora, da materialidade da Poesia de Santo Souza, é necessário dizer o quanto se vê nos seus versos a grande mescla de fontes em que sua leitura. Souza, que foi um autodidata, nos deixa impressionado pela grande teia de citações em que a intertextualidade transborda. A carga de mitologia que se revela na intensa presença de *deuses*, *sereias*, *mares* e outros elementos de raiz, mas que dialoga com elementos de fundamentos judaico-cristãos, como *anjós* ou a figura marcante das mãos pobres, vazias de pão, vazias de força e vazias de gesto de afago. Nessa ideia de ausências, representada por toda essa imagem de pobreza e além de uma busca por si mesmo, fica claro o parentesco literário com o poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898), em “Litania dos Pobres”:

Os miseráveis, os rotos  
São as flores dos esgotos.

São espectros implacáveis  
Os rotos, os miseráveis.

São prantos negros de furnas  
Caladas, mudas, soturnas.

São os grandes visionários  
Dos abismos tumultuários.

As sombras das sombras mortas,  
Cegos, a tatear nas portas.





Procurando o céu, aflitos  
E varando o céu de gritos.

Faróis à noite apagados  
Por ventos desesperados.

Inúteis, cansados braços  
Pedindo amor aos Espaços.

Mãos inquietas, estendidas  
Ao vão deserto das vidas.

Figuras que o Santo Ofício  
Condena a feroz suplício.

Arcas soltas ao nevoento  
Dilúvio do Esquecimento.  
(SOUSA, 2001, p.89)

Quando lemos os dois poetas, quase que podemos assumir a ideia de que um daqueles inquietos que participavam da “Litania” do Dante Negro, Cruz e Sousa, tomou voz solo, saiu do coro da ladainha e se fez anunciar como eu-lírico no soneto do sergipano:

Urna Fantástica:

Venho de longe... — Em minhas mãos queimadas  
Trago a cinza de céu crepusculares!  
Nos olhos, trago noites e alvoradas  
e, na alma, os sons da eterna voz dos mares.

Trago lírios de luz... Trago irisadas  
ondas de sóis, desfeitas em colares.  
E, aceso, o pálio azul das madrugada  
para cobrir os tronos e os altares.

Trago o silêncio! E a paz! E a luz que ondeia  
dentro dos astros — esses grãos de areia,  
orvalhados de névoa e de harmonias...



E urnas de sonhos, clâmides de estrelas,  
Trago-as de longe para oferecê-las  
a esses que vêm com as pobres mãos vazias!  
(SOUZA, 1989, p.45)

Eu aprecio em Santo Souza a força de sua seleção vocabular que nos traz uma sequência de imagens como as “clâmides de estrelas” (*elegia n° 16*), “ventos que sacodirão os alicerces já mortos da cidade” (*elegia n° 4*) ou ainda “Deus ameaça arrancar de nossas mãos a rosa das origens e deixar cair seu braço vingador nas águas agitadas” (*Chamada Geral de Pentáculo do Medo*), em que as grandiloquências o fazem dialogar com o Condoreirismo de Tobias Barreto e Castro Alves. Eu admiro, de igual modo, a sua capacidade reunir, nessa sua escolha vocabular, os mais inquietantes temas universais, tais como Medo, Angústia, Dúvida, Sofrimento e Morte. Nesse sentido, é que um dos meus textos preferidos de Souza é o conjunto de pouco mais de três dezenas de poemas, intitulado *Caderno de Elegias*. Nesse livro, publicado nos anos 50, o poeta traduz nossa transitoriedade, filosofa sobre o Sofrimento e a Morte, que é o nosso destino certo e irremediável; além nos provar, mais uma vez, a universalidade de sua Poesia. Sua *Elegia número 16* anuncia:

Criaram flores de existência efêmera,  
criaram noites e auroras nos caminhos,  
aquários musicais para a canção  
e estátuas para a vida e para a morte.

Criaram o teto do céu que sustentamos  
em colunas de estrelas e de mares  
e os rios que afagamos, derramando  
a poesia da vida em nossas mãos.

E criaram também rios insones  
que as nossas mãos jamais hão de acolher:  
criaram faces com sulcos para as lágrimas,  
pois havia corações para sofrer.

Mas sob o teto do céu que sustentamos  
nós somos flores de existência efêmera  
e – estátuas para a vida e para a morte –  
nos deram olhos humanos para o pranto!  
(SOUZA, 2001, p. 45)

Uma das coisas que mais fascina na arte da Poesia é que ela pode traduzir em distintas vertentes as mesmas inquietudes humanas com rara beleza. Como não sentir encantamento ao percebermos a mesma riqueza que ouvimos da Elegia 16 na poesia de cordel? O poeta paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918) expressou também em versos Filosofia para nos falar sobre Dor, Sofrimento, Morte e Natureza humana.

Se eu conversasse com Deus  
Iria lhe perguntar:  
Por que é que sofremos tanto  
Quando se chega pra cá?  
Perguntaria também  
Como é que ele é feito  
Que não dorme, que não come  
E assim vive satisfeito.

Por que é que ele não fez  
A gente do mesmo jeito?  
Por que existem uns felizes  
E outros que sofrem tanto?  
Nascemos do mesmo jeito,  
Vivemos no mesmo canto.  
Quem foi temperar o choro  
E acabou salgando o pranto?  
(BARROS, 2019)

O que Santo Souza prefere chamar pela indeterminação do sujeito em “*criaram*”, o cordelista atribui a Deus, mas o que temos em ambos, em síntese, é a presença de uma ideia ligada a uma força criadora. Força essa que nos teria moldado para viver nesta terra, sustentar céus, lidar com a Dor, viver as agruras transformadas em lágrimas que derramamos em “pranto salgado”. Embarcamos numa nau em que reina o mais profundo desconhecimento dos porquês de nossa aflição. Para, no fim da viagem, nos desfazeremos como flores efêmeras que somos, já que não somos seres dotados das partículas de Eternidade daquele/daquilo que nos teria formado.

Ainda na linha do tema da efemeridade, *Caderno de Elegias* tem no poema de número 13, uma dedicatória à memória da mãe, tocando assim, num dos temas mais delicados que é o amor filial. A sensibilidade ganha forma na imagem do filho separado da mãe pela trincheira que foi aberta pela morte. Na construção imagética da visita diante da sepultura, temos um eu-lírico que se vê pequeno, impotente, solitário e desesperado.



Hoje eu vim falar contigo, e me debruço humilde  
sobre o teu corpo amarrotado de palavras e pétalas  
inúteis.  
Venho pobre de gestos e de flores  
e trago apenas um punhado de noite para derramar na tua  
[sepultura,  
para que a estrela que vem comigo aqui no coração  
[possa  
melhor acender as nossas agonias  
e transpor os rumores dos ventos que hoje vieram chorar  
[sobre o teu nome.  
Eu sei que outros aqui chegariam com grinaldas feitas de  
[pequeninas luzes,  
tentando alumiar tua memória solidária com a terra.  
Eu, no entanto, venho pobre de luzes e palavras.  
Trago-te apenas uma lágrima pura para iluminar a tua  
[solidão,  
e a dignidade de todos os caminhos livres deste mundo,  
para que possas vir escutar a música de minhas pobres  
mãos  
[desesperadas!

(SOUZA, 2001, p. 39)

Nesse texto, é pertinente registrar que o tom confessional do eu lírico manifesta abertamente aspectos de seu estado de espírito: “humilde”, “pobre”, “desesperado”. No entanto, lança sobre a figura materna, que já é matéria extinta, o que, na verdade, ele é quem sente: “corpo amarrotado de palavras e pétalas inúteis” não é sobre quem se foi, mas como ele se sente sem o acalanto materno. Dor que almeja superar com a estrela que traz no peito para acender, como ele admite, “as nossas agonias”. Ainda põe no outrem aquilo que é seu, quando diz “trago-te apenas uma lágrima pura para iluminar a tua solidão”. Uma solidão que é do eu lírico dilacerado pela morte da mãe e que, sem ela, clama por sua volta: “para que possas vir escutar a música de minhas pobres mãos desesperadas!”, traduzindo assim o desejo do materialmente impossível reencontro.



Trazendo de volta a questão de que falei no começo deste texto sobre o compromisso do poeta com seu tempo, relembro *Pássaro de Pedra e Sono*, com seu *Decreto número 13*:

Pescadores, camponeses, mineiros e tecelãs  
(condutores de cansaço, desespero e madrugadas);  
e operários – doadores de força, vida, agonia e suor para o cimento  
das soberbas  
construções, depois de muito lutar, depois de muito sofrer;

Considerando que a terra,  
na magia de seus atos  
transforma em frutos e seiva  
o sangue vivo dos homens;

Considerando que o vento,  
pastor das ondas do mar,  
e de todos os que lutam  
se quiserem respirar;

Considerando que os rios  
(o mundo livre dos peixes)  
são de todos que têm sede  
nesta dura escravidão;

Considerando que a noite  
(a semeadora de estrelas)  
é de todos que semeiam  
sementes e construções;

Considerando, por fim,  
que a lei diz textualmente  
no artigo primeiro e único:  
“quem não trabalha não come”.

Revestidos dos poderes  
que lhe confere a Lei 13,  
De maio de qualquer tempo,



aprovada pelo povo  
em assembleia,

Decretam:

Art. 1º - Fica abolida a miséria  
nos lares todos do mundo  
e os frutos vindos da terra  
serão para os que têm fome.

Art. 2º - Os ventos serão mantidos  
à altura das mãos humanas,  
como símbolos maduros  
da liberdade dos homens.

Art. 3º - Os rios serão o espelho  
que há de sempre refletir  
as cores arco-irisadas  
da total felicidade.

Art. 4º - As noites serão o ventre  
na imensa fecundação  
da luz mansa do futuro,  
da redenção dos que sofrem.

§ único - Para sossego geral  
hoje serão fuzilados  
miséria, fome, opressão.  
fabricadores de guerra,  
empresários da desordem,  
pilotos negros da morte  
destruindo gerações,  
ódio, trustes, latifúndio  
- tudo e todos que ora vivem

Sugando as forças do mundo  
Bebendo o sangue do mundo.  
(SOUZA, 1964, p. 56)



É importantíssimo ressaltar que a semelhança que muitos reconhecem entre esses versos de nosso conterrâneo e o poema conhecidíssimo *Os Estatutos do Homem*, do amazonense Thiago de Mello, nem de longe paira numa possibilidade de nosso autor de Riachuelo ter de algum modo se inspirado no autor mais famoso. O poema de Souza foi escrito em 13 de maio de 1962 e publicado em janeiro de 1964, no livro *Pássaro de Pedra e Sono*. Já *Os Estatutos do Homem*, de Thiago de Mello, foi escrito em abril de 1964 e publicado em 1965, na obra *Faz escuro, mas eu canto*, o que dá a Souza inquestionável precedência.

Ainda em *Pássaro de Pedra e Sono*, me encaminho ao poema *Hiroshima*. Na cidade japonesa, por meio da referência ao crime de guerra, Souza nos alerta para o temor à barbárie que ele transfigura em “caminhos pisados pela agonia de suas crianças assassinadas”, onde latejam mortos sob o chão que as trevas desses tempos buscam esconder, tentando também abafar o que de nós é ternura, pois é tempo de pedra, cinza e agonia.

226



Desde então Hiroshima caminha  
levando nos olhos o clarão  
de seus mortos acesos debaixo do chão,  
enquanto a noite tenta esconder  
a ternura de nossas vozes inumeráveis  
e os ventos apagam nos caminhos  
a marca de nossos pés avançando  
sobre o orvalho da manhã.

(SOUZA, 1964)

Nesse texto, prefiro me abraçar às imagens dos ventos, que nos remetem à ideia de liberdade, à simbologia de pés que avançam, mas, sobretudo, à largueza da representação de orvalho como símbolo de novo dia, de novos tempos a se fazerem entre nós. Para que saíssemos do poema com essa sensação, não foi sem propósito, que o autor fixou essas representações no arremate dos versos. E assim lembremos sempre: liberdade, avanço e novos tempos.

Sob a hoste da poesia de Santo Souza, a ideia de avanço e a consciência de uma poesia comprometida com o tempo presente, recitei na defesa do meu doutorado um poema que escrevera na antevéspera e me tornei, em certa medida, um daqueles a poeta negro envolveu na sua Lira e fez embarcar em sua nau:

### De um negro universo

Trago em minhas mãos um punhado de estrelas.  
Carrego no alforje a cor do sangue que escorreu  
[nas frestas do navio negreiro  
Sobre os ombros sinto o peso dos olhares de opróbrio  
[dedicado à noite gravada na minha pele,  
Mas levanto a cerviz com a força daquele  
[que se descobriu negro forro  
Daquele a quem importa mais o voo do que o rastejar  
E que para si tomou o poder de narrar a própria história.

227  


Trago nas mãos os feixes de luz de livros e sonhos  
[daqueles que não puderam caminhar até onde  
andei.  
Venho com o pulsar de uma alma aberta,  
Mas não esqueço a firmeza do açoite  
E me construo mais forte do que a covarde mão.  
Trago comigo nas mãos escuras os espinhos e as  
lágrimas,  
Mas também transporto as flores e as sementes  
Que representam aqueles que em mim criam a força para  
lutar.

(LEMOS, Wagner. 2019)

O que eu espero é que a poesia de Santo Souza continue a nos inspirar para que estejamos, como no poema *Noite no cais de Aracaju*: “*com o pó da luz das estrelas/ brincando dentro dos olhos/e uma Aracaju mais humana chorando dentro do peito!*”, mas uma Aracaju, que não é apenas este lugar, mas também a nossa Psiquê, e estejamos a desvelar nossas próprias cidades subterrâneas.



## *Referências bibliográficas*

ARANHA, Graça. **Meu próprio romance**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

BARROS, Leandro Gomes de. **O Mal e o Sofrimento**. Disponível no endereço eletrônico <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/leandro\\_cordel.html](http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/leandro_cordel.html)> acessado em 15 de janeiro de 2019.

CLERMONT, Michel. **El sentido espiritual de los mitos**. Olaneta: Barcelona, 2013.

LEMONS, Wagner. **De um negro universo**. Disponível no endereço eletrônico <[https://www.instagram.com/p/B5f3Y6ahnuZCdaxabk02hEq\\_-pV7DQJFO-ZD14M0/](https://www.instagram.com/p/B5f3Y6ahnuZCdaxabk02hEq_-pV7DQJFO-ZD14M0/)> publicado em 27 de setembro de 2019.

LIMA, Jackson da Silva. **O poeta Santo Souza**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/Fundação Augusto Franco, 1989.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MORAIS, Gizelda Santana. **Esboço para uma análise do significado da obra poética de Santo Souza**. S/ed. Aracaju, 1996.

SOUSA, Cruz. **Os melhores poemas de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Global, 2001.

SOUZA, Santo. **Obra escolhida**. Recife: Fundação Augusto Franco/Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cidade subterrânea**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1953.

\_\_\_\_\_. **Pássaro de Pedra e Sono**. Aracaju: Livraria Regina/Movimento Cultural de Sergipe, 1964.

